

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 168/2017

Deslocação do Presidente da República à Grécia e a Andorra

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do artigo 163.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, dar assentimento à deslocação de Sua Excelência o Presidente da República à Grécia, entre os dias 5 e 7 de setembro, para participar na reunião do 10.º Aniversário da EPLO (European Public Law Organisation), para o qual estão igualmente convidados os Presidentes da República da Grécia, Itália e Alemanha, e a Andorra, de 7 a 9 do mesmo mês, para uma Visita Oficial.

Aprovada em 19 de julho de 2017.

O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Ferro Rodrigues*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2017

O Programa do XXI Governo Constitucional assumiu como um dos seus vetores renovar e estender o programa Simplex a todo o setor público, com a criação de medidas que requerem um suporte eficaz, através de infraestruturas tecnológicas, para a sua operacionalização, nomeadamente ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) do setor público.

O sucesso destas iniciativas implica a existência de uma governação e articulação transversais e setoriais de estratégias, ações e estruturas de TIC no âmbito do setor público, tendo em vista a eficaz e sustentada implementação tecnológica do programa Simplex, da evolução das TIC públicas e da partilha de recursos e competências públicas.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016, de 3 de junho, constituiu o grupo de projeto denominado «Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública» (CTIC). Em cumprimento desta resolução, o grupo de projeto elaborou a Estratégia TIC 2020, assente em três eixos específicos — integração e interoperabilidade; inovação e competitividade e partilha de recursos — que consagram doze medidas concretas.

Pretende dotar-se a Administração Pública de uma estratégia global, que promova a melhor gestão de TIC como suporte da simplificação administrativa, proporcionando aos cidadãos uma melhor qualidade de vida, e às empresas um Estado mais eficiente na prestação dos seus serviços.

Atendendo à estratégia TIC divulgada, cada área governativa procedeu à elaboração da sua estratégia setorial, no sentido de dar cumprimento a cada uma das medidas fixadas.

A implementação de qualquer estratégia global da Administração Pública na área de TIC exige o estrito cumprimento das orientações nela vertidas, com o escopo da eficiência dos serviços, do papel transformador que desempenham para a inovação da Administração Pública e para a simplificação do seu relacionamento com os cidadãos e com as empresas.

Assim:

Nos termos do n.º 16 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016, de 3 de junho, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar a Estratégia TIC 2020 e o respetivo Plano de Ação, apresentados pelo CTIC, que consta do anexo I à presente resolução, que dela faz parte integrante.

2 — Aprovar os Planos Setoriais, apresentados pelo CTIC, que constam do anexo II à presente resolução, que dela faz parte integrante.

3 — Determinar que a Estratégia TIC 2020, o respetivo plano de ação, os planos setoriais e a evolução da implementação das medidas constantes da Estratégia TIC 2020, bem como a monitorização dos respetivos resultados são disponibilizados pela Agência para a Modernização Administrativa, I. P., no sítio na Internet <https://tic.gov.pt/>.

4 — Determinar que, anualmente, até dois meses após a publicação da lei que aprova o Orçamento do Estado, os representantes ministeriais publicam, no sítio a que se refere o número anterior, os planos anuais de projetos e investimentos em TIC para o exercício orçamental respetivo.

5 — Determinar que a Estratégia TIC 2020 deve ser concluída a 31 de dezembro de 2020, podendo ser objeto de prorrogação, mediante Resolução do Conselho de Ministros.

6 — Determinar que a presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 2 de março de 2017. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

ANEXO I

(a que se refere o n.º 1)

Estratégia TIC 2020: Estratégia Para a Transformação Digital na Administração Pública**SUMÁRIO EXECUTIVO**

A Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública até 2020 condensa a visão do Governo para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública (AP) nos próximos quatro anos (2017-20), compreendendo iniciativas comuns a toda a Administração do Estado e iniciativas específicas de cada área setorial.

Foi preparada pelo Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC), tendo em vista ser submetida à aprovação do Conselho de Ministros.

As ações nela previstas repartem-se por três eixos principais:

- Eixo 1 — Integração e interoperabilidade
- Eixo 2 — Inovação e competitividade
- Eixo 3 — Partilha de recursos

No total destes três eixos estão previstas 12 medidas, com 37 ações, que enquadram as atividades a implementar transversalmente e de forma distribuída pelas diferentes áreas de governo. As ações estão devidamente orçamentadas e são também apresentados os benefícios previstos, quer em termos de poupanças para a AP, quer em benefícios económicos e sociais. A metodologia utilizada para o seu cálculo pode ser consultada no final deste documento.

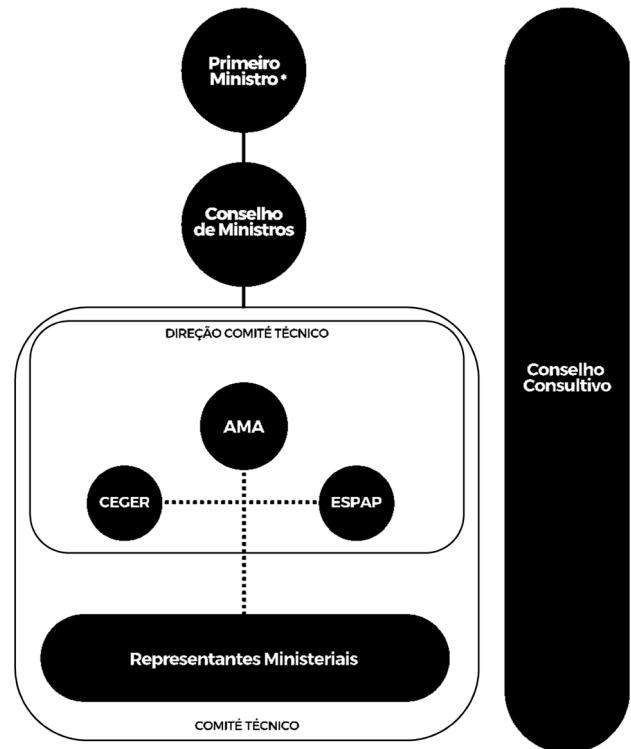
Governar as TIC com uma estratégia comum, coordenar as iniciativas setoriais, promover a inovação e a racionalização dos investimentos, evitando replicações desnecessárias, são medidas que visam, em primeiro lugar, garantir que os serviços digitais sejam mais simples, acessíveis e inclusivos, de forma a potenciar a sua utilização por todos os cidadãos. Procura-se igualmente obter eficiências que potenciem a redução de custos, nomeadamente, através de uma maior partilha de recursos, tornando sustentável a transformação digital da AP.

GOVERNAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO — CONSELHO PARA AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De modo a assegurar o desenvolvimento de uma estratégia global de planeamento e otimização das TIC na AP, foi criado em 2016 o CTIC, com a orgânica, composição e competências previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016, de 3 de junho.

O CTIC surge como uma evolução do anterior modelo de governação das TIC, que tinha por base o Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC), criado em 2011, tirando partido da experiência e conhecimento adquirido.

A governação das TIC assenta numa estrutura que abrange os níveis político, estratégico e operacional, com uma visão transversal que se materializa em Planos Setoriais TIC, adequados à realidade das diferentes áreas governamentais.



* As competências foram, no XXI Governo Constitucional, delegadas na Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

CTIC

O CTIC é a estrutura de coordenação responsável por operacionalizar a estratégia e o plano de ação global para as TIC, tendo como objetivo tirar o melhor partido do seu potencial transformador, para que estas possam contribuir para melhorar a eficiência e eficácia da AP, de forma a que esta preste melhores serviços públicos.

O CTIC depende do Primeiro-Ministro ou do membro do Governo em quem este delegar e é composto por um Comité Técnico (CT) e um Conselho Consultivo (CC).

Comité Técnico

O CT é composto por representantes da Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.) e representantes de cada área governamental.

Direção do Comité Técnico

A Direção do CT é responsável pela gestão operacional da «Estratégia TIC». Integra a AMA, I. P., que preside e dirige, sendo coadjuvada, sempre que necessário, por um representante do CEGER e por um representante da ESPAP, I. P.

Representantes ministeriais

Os representantes ministeriais representam uma ou várias áreas governamentais, de acordo com a orgânica de cada Governo.

Conselho Consultivo

O CC é composto por cinco personalidades independentes com reconhecido mérito na área da modernização administrativa e das TIC.

VISÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A Estratégia TIC 2020 tem em vista a transformação digital da AP, devendo as TIC constituir um catalisador da modernização da AP.

Pretende, nomeadamente, responder aos desafios colocados pela necessidade de promover a simplificação administrativa e a organização dos serviços públicos em função das necessidades dos cidadãos e das empresas.

A estratégia TIC 2020 tem como objetivos principais:

- Tornar os serviços digitais mais simples, acessíveis e inclusivos;
- Potenciar a adesão aos serviços digitais por parte dos cidadãos e das empresas;
- Garantir um desenvolvimento sustentável em matéria de transformação digital.

A Estratégia TIC 2020 tem como princípios orientadores:

- A segurança, resiliência e privacidade dos dados, por forma a assegurar a salvaguarda da informação detida pela AP;
- A usabilidade e inclusão dos serviços públicos, por forma a torná-los mais acessíveis e fáceis de utilizar;
- O reforço das competências digitais dos colaboradores da AP e a partilha de recursos, por forma a alcançar uma maior eficiência na sua utilização.

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DEVEM SER O CATALISADOR DA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As diferentes medidas, compreendidas na Estratégia TIC 2020, são agrupadas em três eixos de ação:

- Integração e interoperabilidade;
- Inovação e competitividade;
- Partilha de recursos.



EIXOS E MEDIDAS

EIXO I — Integração e interoperabilidade

- Um modelo de governação que permite coordenar o investimento em TIC e tirar partido do seu potencial transformador;
- Uma estratégia TIC transversal, adaptada às necessidades específicas das várias áreas através de planos setoriais TIC;
- Interoperabilidade entre as diferentes entidades da AP e entre a AP e as empresas;
- Uma arquitetura de referência comum com enfoque na resiliência digital e na segurança dos sistemas e dos dados.

EIXO II — inovação e competitividade

- Identificação eletrónica, para aumentar a confiança e promover a utilização de serviços eletrónicos;
- Disponibilização de informação produzida pela AP de um modo transparente com vista ao desenvolvimento de serviços inovadores, pela própria AP e pela sociedade civil;
- Aposta na acessibilidade dos serviços eletrónicos, fomentando a proximidade e a redução dos custos de contexto e a participação dos cidadãos e das empresas no desenho dos novos serviços de forma a potenciar a sua usabilidade;
- Ações de inovação setorial específicas que visem ganhos de eficiência e a melhoria dos serviços prestados em cada área governamental.

EIXO III — Partilha de recursos

- Melhor aproveitamento das competências TIC dos colaboradores da AP, através de ações de formação e da organização de centros de competência TIC;
- Desenvolvimento de serviços na nuvem e rentabilização da capacidade instalada nos centros de dados;
- Desenvolvimento de uma rede de comunicações multisserviços segura que elimine redundâncias desnecessárias;
- Desenvolvimento, gestão, contratação e negociação do software da AP de forma integrada e com forte aposta na adoção de soluções em código aberto.



EIXO I — Integração e interoperabilidade

A integração e a interoperabilidade das TIC na AP são objetivos essenciais para alavancar os projetos de modernização e simplificação administrativa e, assim, adotar boas práticas, passíveis de serem replicadas a nível da administração do Estado e da administração local.

Medida 1: Governação das Tecnologias de Informação e Comunicação

- Definir e implementar um modelo de governação transversal das TIC;
- Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental.

Medida 2: Planos setoriais TIC

- Aprovar e publicar planos setoriais TIC, por área governamental, alinhados com a estratégia, atribuições e competências setoriais;
- Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC.

Medida 3: Interoperabilidade

- Disponibilizar um catálogo de serviços eletrónicos;
- Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental;
- Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) para iniciativas de simplificação e modernização administrativa.

Medida 4: Arquitetura de referência TIC

- Definir e implementar arquiteturas TIC transversais;
- Otimizar os investimentos em TIC;
- Definir e implementar uma estratégia nacional de segurança da informação.

EIXO II — inovação e competitividade

As TIC têm um papel essencial na modernização e simplificação administrativa, possibilitando a desmaterialização de processos e o desenho de novos serviços, criando novos canais de acesso aos cidadãos — disponíveis 24 horas por dia, em qualquer lugar.

Medida 5: Identificação eletrónica

- Desenvolver e disponibilizar o Cartão de Cidadão com novas funcionalidades;
- Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP;
- Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais, para assinatura e autenticação.

Medida 6: Transparência e participação

- Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal dados.gov.pt;
- Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP;
- Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos.

Medida 7: Serviços eletrónicos

- Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento;
- Definir normas e modelos comuns para uniformização do aspeto gráfico e usabilidade dos serviços eletrónicos;
- Consolidar serviços eletrónicos no Portal do Cidadão;
- Disponibilizar informação no Portal do Cidadão em função da localização do cidadão;
- Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão;
- Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida;
- Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD);
- Pilotar a adoção na AP de formas de trabalho em movimento e a partir de casa;

- Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam;
- Digitalizar o arquivo físico da AP.

Medida 8: Inovação setorial

- Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC.

EIXO III — Partilha de recursos

A necessidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos e promover maior eficiência da AP obriga a uma melhor utilização das competências e recursos.

Medida 9: Centro de competências TIC

- Definir o modelo de funcionamento e pilotar o desenvolvimento de um centro de competências TIC;
- Promover o desenvolvimento de Competência Digitais.

Medida 10: Centros de dados na nuvem

- Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados;
- Criar uma nuvem interoperável.

Medida 11: Comunicações na Administração Pública

- Racionalizar comunicações de voz e dados;
- Implementar rede comum de comunicações multiserviços;
- Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas.

Medida 12: Aplicações comuns e em código aberto

- Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação);
- Promover e disseminar o software de código aberto (OSS);
- Criar e dinamizar o catálogo de software da AP.

PROJETOS ESTRATÉGICOS**NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

- Camões + Serviços no mundo;
- Gestor documental e plano de classificação documental do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE);
- Apoio ao investidor;
- Plataforma de Interoperabilidade e Comunicações do MNE.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mne>

Camões + Serviços no mundo**Descrição sumária e principais objetivos**

Este projeto integra quatro iniciativas:

- Melhorar e simplificar o acesso aos serviços e a submissão online das candidaturas das Organizações Não Governamentais;
- Melhorar o acesso e a consulta eletrónica ao acervo de conteúdos existentes nos arquivos sobre a respon-

sabilidade do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. (Camões, I. P.);

- Disponibilização de conteúdos em plataforma mobile específicos para os cursos online, para rede de Ensino Português no Estrangeiro, para a ação cultural externa e para os projetos de cooperação;

- Portal de Serviços com os objetivos de modernizar, integrar funcionalidades e permitir a convergência de aplicações que possibilitem uma comunicação mais focada nos serviços disponibilizados pelo Camões, I. P., e uma navegação mais estruturada a partir de um fio condutor entre esses serviços.

(Suporte às medidas #40, #50, #85, #170, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da oferta dos serviços que o Camões, I. P., presta ao público (novo portal de serviços);

- Redução de burocracia aumentando a transparência e prestação de contas (eLearning Camões e Cooperação online);

- Melhoria do acesso aos arquivos históricos e acervo documental contribuindo para preservar a memória institucional da AP.

Gestor documental e plano de classificação documental do MNE

Descrição sumária e principais objetivos

- A nova versão do sistema de gestão documental visa permitir ao MNE evoluir na gestão de documentos e processos e preparar a interoperabilidade de gestão documental com a tutela e com outros organismos.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Interoperabilidade do MNE a nível interno, entre a sede e os postos e, sempre que possível, com outros organismos com os quais o MNE mantém, em virtude das suas atribuições, relações mais próximas;

- Gestão integrada do conhecimento de documentos e processos.

Apoio ao Investidor

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilizar a submissão eletrónica de candidaturas de projetos de investimento que pretendam ser reconhecidas como projetos de potencial interesse nacional ou beneficiar do acompanhamento pela comissão permanente de apoio ao investidor. (Suporte à Medida #37, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Garantia da obrigatoriedade de apresentar informações uma única vez;

- Produção de serviços digitais apelativos e fáceis de usar;

- Gestão de processos por meios eletrónicos com visão orientada para a eficácia e eficiência.

Plataforma de Interoperabilidade e Comunicações do MNE

Descrição sumária e principais objetivos

A Plataforma de Interoperabilidade e Comunicações do MNE (PICMNE) é um projeto integrado que visa quatro áreas:

- Desenvolver uma intranet e um portal com conteúdos úteis ao cidadão, recorrendo à interoperabilidade com outras plataformas da AP;

- Implementar um novo sistema de Gestão Consular, que, para além das funcionalidades de gestão, irá permitir a inscrição consular única;

- Capacitação Institucional para a Segurança da Informação;

- Renovar a Infraestruturas de voz e comunicações como forma modernizar trabalho em toda a rede MNE.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Evolução da gestão de atendimento aos utentes, incluindo o novo sistema de gestão consular, tem como principal objetivo melhorar o acesso às TIC pelos utilizadores do MNE;

- Evolução dos portais, com melhoria substancial da sua usabilidade, de forma a atrair cada vez mais utilizadores para este canal em detrimento do presencial.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

PRESIDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Serviço de notificações eletrónicas;

- Bolsa de documentos;

- Pontos únicos de contacto (Portal do Cidadão e Plataformas de Licenciamento);

- Sistema interoperável de gestão documental;

- Livro amarelo eletrónico.

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério da Cultura Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mpma>

Serviço de notificações eletrónicas

Descrição sumária e principais objetivos

- Plataforma tecnológica de suporte ao serviço público de notificações eletrónicas, associado à morada única digital, permitindo comprovar e registar data e a hora de disponibilização das notificações eletrónicas nas moradas únicas digitais dos destinatários. (Suporte à medida #168, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução dos tempos de notificação de cidadãos e empresas;

- Redução dos custos associados ao envio e impressão de correspondência por via postal;

- Aumento da comodidade para o cidadão e empresas na interação com a AP.

Bolsa de documentos

Descrição sumária e principais objetivos

- Solução online que permite enviar, receber, armazenar e gerir documentos eletrónicos ou digitais. (Suporte à medida #2, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Interações com a AP mais simples e rápidas;
- Redução de informação solicitada.

Pontos únicos de contacto (Portal do Cidadão e Plataformas de Licenciamento)

Descrição sumária e principais objetivos

• Disponibilizar informação no Portal do Cidadão em função da localização e contexto do cidadão. (Suporte às medidas #58 e #189, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

• Simplificação da experiência de utilização em serviços eletrónicos na AP.

Sistema interoperável de gestão documental

Descrição sumária e principais objetivos

• Pilotar e criar condições para a troca eletrónica de documentos entre organismos da AP em condições de segurança e com garantia de entrega.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução do tempo de espera no acesso a decisões e informações;
- Suporte para a desmaterialização de processos internos e que envolvem mais do que um organismo;
- Redução da circulação de papel e consequente redução dos custos com impressão e correios.

Livro amarelo eletrónico

Descrição sumária e principais objetivos

• Disponibilização de reclamações, elogios e sugestões, online ou através de livro físico e respetiva gestão. (Suporte à medida #156, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Desmaterialização dos mecanismos de reclamações, com redução do uso de papel;
- Melhoria do acompanhamento na resposta às reclamações.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

FINANÇAS

- IRS automático;
- PAEP — Desenvolvimento e implementação da Plataforma da Administração e do Emprego Público;
- PLAFIO — Planeamento financeiro e orçamentação e ECE- Entidade Contabilística Estado responsabilidade da UNILEO;
- Centralização da rede de comunicações do Ministério das Finanças (MF) (Voz e Dados);
- Cloud AP — Piloto da nuvem interoperável da AP.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mf>

IRS Automático

Descrição sumária e principais objetivos

• Acabar, gradualmente, com a necessidade de entrega da declaração de IRS para os contribuintes com rendimentos de trabalho dependente, aposentados e reformados. O cálculo será efetuado com base na informação já disponível pela Autoridade Tributária (AT), não obstante a possibilidade de reclamação por parte do contribuinte. (Suporte à medida #4, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da relação dos cidadãos com a AT;
- Redução de encargos administrativos decorrentes do tempo despendido no processo de entrega de declarações.

PAEP — Desenvolvimento e implementação da Plataforma da Administração e do Emprego Público

Descrição sumária e principais objetivos

• Plataforma única de referência para o setor público que congregue toda a informação relativa às entidades e aos trabalhadores do sector público.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- A criação da PAEP permitirá melhorar a eficiência e a qualidade do funcionamento dos serviços de todas as entidades envolvidas, contribuindo para a redução de custos, racionalização de processos e melhoria da qualidade nos serviços prestados;
- Recolha, enriquecimento e apuramento de informação com vista à promoção de medidas de eficiência e de boa governação na utilização dos recursos, bem como a reformulação dos instrumentos atualmente existentes.

PLAFIO — Planeamento financeiro e orçamentação e ECE — Entidade Contabilística Estado responsabilidade da Unidade de implementação da LEO

Descrição sumária e principais objetivos

• Desenvolver o processo de programação plurianual, através da consolidação de princípios, regras, metodologia e procedimentos para a elaboração, acompanhamento e atualização do quadro plurianual de programação orçamental para a Administração Central.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Garantia de uma maior eficácia no controlo orçamental através da efetiva monitorização da execução dos diferentes subsectores. Avaliação consolidada, na perspetiva da contabilidade financeira e nacional, com introdução de mecanismos de controlo de compromissos e avaliação de impactos orçamentais e económicas das medidas;
- Obtenção de um quadro plurianual, para o conjunto dos programas orçamentais, consistente com as metas financeiras fixadas no programa de estabilidade.

Centralização da rede de comunicações do MF (Voz e Dados)

Descrição sumária e principais objetivos

• Criação de uma rede única e partilhada para a componente de transmissão de dados.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Benefícios financeiros estimados de redução da despesa pública num valor de 1 M€ por ano.

Cloud AP — Piloto da nuvem interoperável da AP

Descrição sumária e principais objetivos

- Efetuar piloto de disponibilização e de consumo de serviços prestados em modelo de cloud, quer disponibilizando serviços ou fazendo uso da capacidade existente na AP, quer recorrendo a serviços disponibilizados pelo mercado, sempre garantido os requisitos de segurança necessários.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Partilha de recursos tendo por base a implementação e otimização da capacidade instalada nos centros de dados da AP, com a constituição de uma rede de serviços Cloud AP que elimine ineficiências.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

DEFESA NACIONAL

- Federação de service desk das entidades da defesa;
- Federação de identidades;
- Apoio à tomada de decisão;
- Portal das instituições da memória da defesa nacional;
- Capitania online.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mdn>

Federação de service desk das entidades da defesa

Descrição sumária e principais objetivos

- Integrar os processos de service desk e respetivas plataformas, de forma a homogeneizar o catálogo de serviços comuns e tornar transparente para o utilizador o local onde o incidente por ele caracterizado é solucionado.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Capacidade de resposta a incidentes e a pedidos de serviço;
- Adoção de procedimentos comuns nas várias entidades da defesa.

Federação de identidades

Descrição sumária e principais objetivos

- Incrementar a segurança digital através da utilização de mecanismos de federação de identidades no acesso a aplicações disponibilizadas transversalmente ao universo de utilizadores da defesa nacional.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Implementação da gestão do ciclo de vida dos utilizadores, incluindo a definição de uma matriz de perfis, que permita a segregação das respetivas funções no ecossistema de serviços TIC.

Apoio à tomada de decisão

Descrição sumária e principais objetivos

- Integrar de forma progressiva os modelos de apoio à decisão, em utilização na secretaria-geral e nos ramos disponibilizando serviços transversais e capacidades locais para serviços específicos em cada organismo.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Capacidade de apoio à tomada de decisão, nomeadamente na monitorização online dos ciclos financeiro e logístico e na gestão dos recursos humanos, de acordo com as necessidades operacionais;
- Disponibilização de capacidade de business intelligence para utilização mais eficaz da informação registada nos Sistemas de Gestão da Defesa (ERP).

Portal das instituições da memória da defesa nacional

Descrição sumária e principais objetivos

- O portal tem por objetivo a integração dos conteúdos dos arquivos, bibliotecas e museus da defesa nacional num catálogo coletivo comum, utilizando uma mesma solução de pesquisa para as três vertentes. (Suporte à medida #188, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da qualidade da informação e dos serviços prestados e aproximação da AP aos cidadãos e empresas;
- Atendimento ao utilizador mais eficaz ao privilegiar a comunicação via informática ou através de terminais automáticos.

Capitania *Online*

Descrição sumária e principais objetivos

- Consolidar a capitania online como balcão único da Autoridade Marítima Nacional, prevendo a desmaterialização e a prestação digital de serviços de forma integrada, com recurso à identificação eletrónica e à plataforma de integração iAP. (Suporte à medida #63, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Acesso à informação, através da disponibilização de um ponto único de pesquisa online, dos diferentes sistemas documentais e patrimoniais da defesa nacional;
- Valorização do passado das instituições de memória (arquivos, museus e bibliotecas).

PROJETOS ESTRATÉGICOS — ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- GeoMAI;
- Georreferenciação de meios MAI;
- Segurança informática da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI);
- Gestão do atendimento ao cidadão na PSP e GNR;
- Atualização do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP) da GNR.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mai>

GeoMAI**Descrição sumária e principais objetivos**

- Sistema integrado e único que permita enriquecer as bases de dados operacionais com geolocalização, informação cartográfica, socioeconómica, populacional, meteorológica e pontos de interesse. Atualizações em tempo real, com ferramentas de business inteligente e análises de informação.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Maior eficiência na adequação dos meios alocados a eventos e ocorrências;
- Melhoria da capacidade de resposta em situações de socorro, emergência e segurança.

Georreferenciação de meios MAI**Descrição sumária e principais objetivos**

- Aplicações de georreferenciação de meios e ocorrências que permitam o comando e controlo operacional integrado, melhorando a capacidade de decisão em situações de meios projetados no terreno.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria de qualidade da informação necessária à atividade operacional da administração interna com consequente impacto positivo na segurança pública.

Segurança informática da Rede Nacional de Segurança Interna

Descrição sumária e principais objetivos

- Melhoria das ferramentas e equipamentos de rede de segurança informática, de acordo com a política de segurança da administração interna em sintonia com as melhores práticas da indústria, de forma a fazer face às ameaças cibernéticas.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Capacidade de resposta à mutação permanente do ciberespaço, com atualização dos meios de investigação e combate a atividades ilícitas;
- Maior celeridade no combate a ocorrências que comprometam a segurança.

Gestão do atendimento ao cidadão na PSP e GNR**Descrição sumária e principais objetivos**

- Sistema para gestão centralizada da interação com o cidadão, nos diferentes momentos, pontos de contacto e canais disponibilizados para o efeito (atendimento presencial, telefónico, entre outros);
- Suporte à gestão e acompanhamento de ocorrências, com integração automática com os sistemas operacionais relevantes.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria do atendimento ao cidadão e empresas;

- Gestão mais adequada dos meios das forças de segurança dedicadas a estas atividades;
- Criação de uma “visão 360º” do cidadão e integração com capacidades de exploração analítica.

Atualização do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP) da GNR

Descrição sumária e principais objetivos

- Modernização tecnológica de processos e funcionalidades do SIIOP, incluindo o reforço do desenvolvimento e interoperabilidade com sistemas internos e externos das forças de segurança, nomeadamente o PIIC, SIS II, ANSR e outros no âmbito policial e criminal.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Garantia da continuidade de serviço e resiliência de meios policiais e de investigação criminal;
- Interoperabilidade entre os sistemas de informação;
- Melhoria dos serviços internos da GNR e do atendimento ao cidadão.

PROJETOS ESTRATÉGICOS**JUSTIÇA**

- Tribunal+;
- BUPi, balcão único do prédio;
- Transcrição automática;
- Plataforma de Transparência da Justiça;
- Serviços Comuns do Ministério da Justiça.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mj>

Tribunal+**Descrição sumária e principais objetivos**

- Integrado no Programa Justiça Mais Próxima, é um projeto de simplificação administrativa em três áreas: front office, back office e ferramentas de apoio à gestão interna. Constitui-se, de momento, por um piloto a decorrer no Palácio da Justiça de Sintra.

- Os resultados obtidos orientarão o rollout para mais cerca de 300 tribunais e permitirão fomentar uma nova cultura organizacional, gestão mais racional dos recursos existentes e de prestação de serviços.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Otimização da utilização dos recursos, com redução efetiva de tempo despendido em determinadas tarefas;
- Trabalho das secretarias mais focado, induzindo uma maior produtividade e obtenção de melhores indicadores de satisfação;
- Maior eficácia na tramitação processual;
- Catalisador da mudança de cultura organizacional e de prestação de serviço.
- Redução tempo de espera e da necessidade de deslocação;
- Maior conforto e de encaminhamento;
- Melhorar experiência e resultados obtidos da utilização dos serviços da Justiça prestados nos tribunais.

BUPi, balcão único do prédio

Descrição sumária e principais objetivos

- Estabelecimento de um procedimento simplificado de registo de propriedade rústica sem dono conhecido.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificar e uniformizar procedimentos atualmente dispersos por várias entidades;
- Maior conhecimento e capacidade de gestão territorial;
- Contributo para a gestão de riscos de incêndio;
- Simplificação do registo da propriedade rústica.

Transcrição automática

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementação de piloto de gravação e transcrição automática no sistema judiciário, à qual se poderá recorrer, por exemplo, no âmbito do depoimento de testemunhas, independentemente do tipo de processo e da fase processual em que se encontre.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Poupança de recursos humanos e tempo;
- Maior eficácia na utilização da informação.
- Maior celeridade na tramitação processual que depende de transcrições.

Plataforma de Transparência da Justiça

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilização de dados e informação sobre a atividade dos vários serviços da Justiça, aproximando a justiça dos cidadãos, potenciando a confiança e a transparência.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Potenciar a criação de uma cultura interna de transparência, abertura, responsabilização, de iniciativa e promoção de espírito colaborativo interno;
- Maior conhecimento acerca da atividade da Justiça;
- Melhor capacidade de avaliação dos resultados e utilização dos recursos do Estado;
- Possibilidade de criar valor e participação ativa no sistema de justiça.

Serviços Comuns do Ministério da Justiça

Descrição sumária e principais objetivos

- Medida do Plano de Modernização da Justiça, que considerando uma primeira fase de piloto, pretende disponibilizar serviços comuns de suporte, por exemplo: recursos humanos, contabilidade, gestão documental, printing & finishing nos serviços tutelados pelo Ministério da Justiça.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Aumentar a eficiência dos serviços da Justiça.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

AUTARQUIAS LOCAIS, IGUALDADE E IMIGRAÇÃO

- SIIAL — Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais
- App Apoio contra a violência doméstica;
- My CNAI — Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante;
- App immigrant welcome;
- Portugal Concilia.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/ma>

SIIAL — Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais

Descrição sumária e principais objetivos

- Conceção, desenvolvimento e implementação de um sistema capaz de receber, em formato normalizado, a informação financeira e de recursos humanos da administração local através de mecanismos de interoperabilidade;
- Recolha da informação financeira efetuada de acordo com o estabelecido pelo sistema de normalização contabilística da AP;
- Exploração analítica de dados em data warehouse;
- Novos mecanismos de autenticação via autenticação.gov.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Veículo de massificação da interoperabilidade nos sistemas de informação da administração local;
- Consolidação do posto de trabalho digital através do recurso à autenticação única via autenticação.gov;
- Acompanhamento e controlo da informação financeira e de recursos humanos da administração local;
- Produção de indicadores para o portal da transparência municipal e participação através da divulgação de receitas, despesas municipais, competitividade económica, serviços públicos e sustentabilidade financeira.

APP Apoio Contra a Violência Doméstica

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementar uma aplicação para permitir amplificar a divulgação de informação já existente, mapeada no website da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), tornando-a acessível a toda a população que necessite de apoio direto ou que pretenda efetuar uma denúncia ou procurar ajuda para terceira pessoa. (Suporte à medida #49, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Maior agilidade na prestação de um atendimento de melhor qualidade e proximidade ao cidadão.
- Facilitação do trabalho de profissionais que acompanham e encaminham os casos de violência doméstica.

My CNAI — Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

Descrição sumária e principais objetivos

- Balcão digital de apoio ao imigrante, que consiste na desmaterialização de documentação utilizada nos Centros

Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI). (Suporte à medida #165, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhorar qualidade dos serviços prestados aos imigrantes.

App immigrant welcome

Descrição sumária e principais objetivos

- Criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação com um mapeamento de serviços úteis a pessoas imigrantes. (Suporte à medida #48, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Disponibilizar novos canais para mais cidadania e maior transparência;
- Interoperabilidade nos sistemas de informação.

Portugal Concilia

Descrição sumária e principais objetivos

- Projeto-piloto, em parceria com algumas autarquias, que pretende mapear e disponibilizar online os serviços de apoio no Mapa do Cidadão. (Suporte à medida #196, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Interoperabilidade nos sistemas de informação;
- Alargar ao cidadão a divulgação de informação de proximidade proveniente da administração local.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

CULTURA

- Portal da cultura;
- Portuguese news hub.

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa. Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mc>

Portal da Cultura

Descrição sumária e principais objetivos

- Desenvolvimento de um portal dinâmico que disponibilize conteúdos culturais. (Suporte à medida #88, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Aproximação e criação de uma relação mais dinâmica e interativa entre a produção cultural e os agentes culturais, comunicação social, cidadão e outros interessados.

Portuguese news hub

Descrição sumária e principais objetivos

- Portal que aloja a futura oferta global de serviços da LUSA possibilitando novas formas de acesso aos serviços,

novas aplicações e novos pacotes noticiosos, em permanente interligação com as redes sociais.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Diversificar e ampliar as suas audiências, multiplicar a produção e circulação de informação digital no mundo da lusofonia, bem como fornecer os seus serviços de forma mais eficaz e cómoda aos seus clientes e a novos clientes que necessitam de soluções tecnologicamente inovadoras.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

- Mais ciência menos burocracia;
- Responsabilidade cultural e patrimonial;
- Plataforma de gestão de concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (AGIL);
- Plataforma de suporte à gestão, produção e acesso a informação sobre a atividade científica nacional (PT-CRIS);

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mctes>

Mais ciência menos burocracia

Descrição sumária e principais objetivos

Criação de plataformas Ciência-id e Estudante-id e Ciência Vitae, com novos identificadores destinados aos:

- Investigadores (c-id);
- Alunos de ensino superior (e-id);
- A criação do sistema nacional de gestão curricular de ciência (CV).

(Suporte às medidas #62, #111, #135 e #253, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação do acesso aos dados do estudante;
- Desburocratização do sistema de ação social escolar;
- Facilitação da validação e do reconhecimento de qualificações, diplomas e competências;
- Facilitação da certificação da situação de estudantes estrangeiros;
- Racionalização na recolha de dados referentes aos RH das IES.

Responsabilidade cultural e patrimonial

Descrição sumária e principais objetivos

- Diretório de repositórios digitais e portal com identificação de património científico e tecnológico nas instituições MCTES.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Disponibilização de repositórios digitais de forma integrada e mais adequados às necessidades dos cidadãos.

Plataforma de gestão de concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (AGIL)

Descrição sumária e principais objetivos

- Migração dos processos de gestão de concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia para plataforma agile.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria dos sistemas de gestão de ciência e da sua usabilidade, por parte de toda comunidade de investigação.

Plataforma de suporte à gestão, produção e acesso a informação sobre a atividade científica nacional (PT-CRIS)

Descrição sumária e principais objetivos

- Normativo e base de dados com informação administrativa sobre os processos de ciência e tecnologia.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Partilha de recursos nacionais pelas várias unidades de investigação e a sua articulação com as congéneres europeias.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

EDUCAÇÃO

- Escola 360;
- Plataforma digital da educação;
- Sistema integrado de gestão do recrutamento do pessoal docente e não docente;
- Big data para gestão financeira;
- Portal e passaporte qualifica.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/medu>
Escola 360°

Descrição sumária e principais objetivos

- Consolidar os processos de gestão escolar no ensino pré-escolar, básico e secundário numa aplicação centralizada, fiável, segura e menos onerosa. (Suporte à medida #3, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação de todo o processo de gestão do aluno;
- Simplificação e transparência de processos e interação do encarregado de educação com a escola e acompanhamento do seu educando.

Plataforma digital da educação

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementação de uma arquitetura física e lógica, eficaz e eficiente, que engloba várias áreas fundamentais para a gestão da educação.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Mais segurança e conformidade com as melhores práticas;

- Maior qualidade de serviço para os utilizadores dos sistemas (usabilidade, performance e fiabilidade);
- Interoperabilidade entre sistemas internos e externos;
- Mais visibilidade e interação para todos os utilizadores dos sistemas da educação;
- Agregação e consolidação dos sistemas críticos e essenciais para o desenvolvimento das TIC na educação.

Sistema integrado de gestão do recrutamento do pessoal docente e não docente

Descrição sumária e principais objetivos

- Desenvolvimento de uma plataforma integrada para gestão das diferentes componentes de negócio do recrutamento e gestão de carreiras na área da educação, para pessoal docente e não docente, integrando as componentes de procedimentos concursais e mobilidade.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Partilha de informação e relação mais próxima com as diversas entidades administrativas e o cidadão utente;
- Visão integrada sobre a atividade profissional dos recursos humanos da educação;
- Melhoria dos processos administrativos e funcionais de interação com os vários stakeholders.

Big data para gestão financeira

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementação de uma plataforma de big data para tratamento de informação financeira e de recursos humanos da educação, com informação de diferentes fontes. (Suporte à medida #61, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Otimização da análise de dados financeiros e de recursos humanos da educação;
- Definição de tendências que permitam a tomada de decisões.

Portal e passaporte qualifica

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilização de um instrumento tecnológico de valor acrescentado para o cidadão, que concentrará toda a informação do percurso individual de educação e formação de adultos, incluindo o diagnóstico inicial, as qualificações obtidas e o percurso a seguir até à certificação final.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução do défice de formação, qualificação e certificação escolar dos adultos;
- Facilitar a aprendizagem ao longo da vida.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

- Plataforma da segurança social;
- Plataforma de serviços base;

- Solução de relacionamento;
- Big data e combate à fraude;
- Plataforma de gestão documental do MTSSS.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mtsss>

Plataforma da segurança social

Descrição sumária e principais objetivos

- Promover a desmaterialização, a simplificação e a transparência dos processos, tornando o sistema de informação da segurança social num sistema acessível, disponível e útil ao cidadão e aos agentes económicos.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação do processo de gestão de prestações sociais;
- Automatização do processo de atribuição de prestações sociais;
- Facilitação do exercício de direitos e cumprimento de obrigações.

Plataforma de serviços base

Descrição sumária e principais objetivos

- Potenciar a interoperabilidade de dados, entre a segurança social e os agentes económicos através interação com os sistemas de gestão das empresas.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Agilização dos processos;
- Simplificação do cumprimento das obrigações declarativas das empresas;
- Redução dos custos de contexto;
- Redução da fraude.

Solução de relacionamento

Descrição sumária e principais objetivos

- Integrar numa plataforma única todos os serviços e canais de comunicação, criando a visão 360.º do cidadão (registar dados do cidadão e todas as interações entre o cidadão e a segurança social, qualquer que seja o canal).

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da experiência de utilizador do cidadão na relação com a segurança social;
- Melhoria do atendimento de cidadãos e empresas;
- Visão integrada do relacionamento do cidadão com a segurança social.

Big data e combate à fraude

Descrição sumária e principais objetivos

- Reforçar os mecanismos de combate à fraude e à evasão contributiva e prestacional, recorrendo a soluções inovadoras de tratamento e análise massiva de dados.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Reforço de credibilidade do sistema da segurança social;
- Detecção e combate de comportamentos irregulares;
- Definição de perfis de beneficiários de risco para prestações sociais.

Plataforma de gestão documental do MTSSS

Descrição sumária e principais objetivos

- Criação de uma estratégia integrada de gestão documental, com a implementação de uma solução de gestão documental única, para todos os organismos do MTSSS.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria dos circuitos documentais, processuais e metodologias de trabalho;
- Fomento de um clima organizacional de inovação e melhoria de desempenho;
- Aumento de eficácia no uso dos recursos.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

SAÚDE

- Catálogo de serviços TIC;
- Portfolio e orçamento TIC;
- Interoperabilidade na saúde;
- Competências TIC saúde;
- Racionalização dos centros de dados.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/ms>

Catálogos de serviços TIC

Descrição sumária e principais objetivos

- Pretende-se promover a melhoria das práticas de gestão do serviço e suporte, nomeadamente através da definição e divulgação de catálogos de serviços TIC com acordos de níveis de serviço, incluindo os níveis intraorganizacional, intraministerial e interministerial — em articulação com a Rede de Serviços Partilhados TIC — RSPTIC.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria do serviço TIC disponibilizado aos utilizadores;
- Maior eficiência da área TIC através da partilha e reutilização de serviços.

Portefólio e orçamento TIC

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementar a gestão centralizada do portfólio de iniciativas TIC (programas, projetos e serviços), incluindo o seu orçamento, ao longo do seu ciclo de vida, balançando objetivos e recursos existentes, acompanhando a execução e analisando custos e benefícios e comunicando resultados alcançados.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Alinhamento das iniciativas TIC com políticas da saúde e requisitos dos stakeholders;
- Maior eficiência e agilidade dos processos de implementação das TIC.

Interoperabilidade na Saúde

Descrição sumária e principais objetivos

- Promover o uso de normas técnicas, plataformas de interoperabilidade e vocabulários e terminologias comuns nas diferentes soluções usadas na saúde, em conformidade com a arquitetura de referência da saúde, com vista a melhorar a comunicação e partilha de informação aos níveis interministerial, local, nacional e internacional.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Visão única e completa do cidadão, permitindo maior integração, qualidade e segurança dos cuidados de saúde;
- Simplificação de processos e redução de redundâncias.

Competências TIC saúde

Descrição sumária e principais objetivos

- Consolidar o modelo de competências TIC saúde, promovendo as competências dos recursos humanos e partilhando competências entre diferentes organismos.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Mais qualidade e agilidade dos serviços e produtos TIC;
- Maior eficiência na gestão dos recursos humanos.

Racionalização dos centros de dados

Descrição sumária e principais objetivos

- Rentabilizar e concentrar a capacidade de processamento de dados, ajustado ao modelo de racionalização da função TIC na área da saúde.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Rentabilização da capacidade instalada e a despesa em infraestruturas, plataformas e sistemas;
- Melhor gestão do risco e do serviço TIC.

PROJETOS ESTRATÉGICOS — PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS

- Sistema de Informação Portugal 2020;
- Evolução da Plataforma de Gestão Integrada das Infraestruturas de Portugal (PGI);
 - Ferramenta de gestão documental;
- Sistema integrado de gestão de condutores, veículos e transportes (SIGCTV);
 - Portal base.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mpi>

Sistema de Informação Portugal 2020

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementar o sistema de informação para o Portugal 2020;
- Desmaterialização das candidaturas. (Suporte à medida #56, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação dos formulários e processos e melhor acesso à informação;
- Partilha de informação através do intercâmbio eletrónico de dados entre o conjunto dos fundos.

Evolução da Plataforma de Gestão Integrada das Infraestruturas de Portugal (PGI)

Descrição sumária e principais objetivos

- Otimizar o planeamento, a gestão e o controlo das atividades do orçamento. Esta evolução pretende dar resposta a especificidades decorrentes da fusão EP/REFER.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Controlo do ciclo de vida das atividades;
- Maior transparência na gestão de portfólio e eficiência na gestão de projetos;
- Maior rigor e previsibilidade na execução orçamental.

Ferramenta de gestão documental

Descrição sumária e principais objetivos

- Ferramenta e correspondente customização de acordo com as necessidades da organização;
- Formação dos utilizadores e passagem da documentação atualmente em papel para formato digital.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Ganhos de eficiência na ordem dos 5 % dos custos com pessoal;
- Diminuição da utilização de papel, reduzindo os custos nesta rubrica e ajudando a diminuição da pegada ecológica.

Sistema integrado de gestão de condutores, veículos e transportes (SIGCTV)

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementação de um sistema centralizado que integre as várias componentes relativas aos domínios dos condutores, veículos e transportes numa única plataforma.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Prestação de serviços públicos de forma simplificada e integrada;
- Diminuição dos custos de operação com os diferentes agentes.

Portal Base**Descrição sumária e principais objetivos**

• Adequar o Portal Base aos desafios decorrentes das alterações ao Código dos Contratos Públicos e das obrigações de reporte à Comissão Europeia, às necessidades de organismos públicos e, em especial, disponibilizar uma solução que permita melhor monitorização das políticas de compras públicas.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

• Aproximação das instituições ao cidadão, na medida em que estimula a observação e o conhecimento da despesa pública efetuada.

PROJETOS ESTRATÉGICOS — ECONOMIA

- Livro de reclamações online;
- Portal do turismo+;
- Gestão dos sistemas de incentivos;
- Balcão do empreendedor+;
- Geoportal2020.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/me>

Livro de reclamações online**Descrição sumária e principais objetivos**

• Ponto único de entrada online das reclamações de consumidores, direcionando-as automaticamente para as entidades competentes. (Suporte à medida #158, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

• Agilização do tratamento das reclamações, permitindo uma resposta mais célere aos consumidores;

• Racionalização dos recursos humanos e materiais afetos ao tratamento das reclamações.

Portal do Turismo +**Descrição sumária e principais objetivos**

• Novo portal com informação ajustada às necessidades dos operadores turísticos e com novos serviços de suporte à atividade turística (Suporte à medida #193, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

• Melhoria da informação de suporte à atividade dos operadores turísticos;

• Disponibilização de serviços dirigidos à captação de novos fluxos turísticos;

• Libertação de recursos de front office afetos à vertente informativa.

Gestão dos sistemas de incentivos**Descrição sumária e principais objetivos**

Adequar os sistemas de informação do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., às exigências do Portugal 2020 tendo em vista:

• Apoiar as empresas na gestão dos seus projetos através de instrumentos eletrónicos inteligentes;

• Apoiar as equipas técnicas do IAPMEI no cumprimento de indicadores de nível de serviço às empresas. (Suporte à medida #126, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

• Redução dos prazos de decisão e de pagamento;

• Redução das situações de recuperação de incentivos;

• Redução de documentos impressos produzidos, enviados ou recebidos;

• Aumento da eficiência na gestão de recursos de front office e back office.

Balcão do Empreendedor +**Descrição sumária e principais objetivos**

• Desenvolvimento e operacionalização de back office de suporte ao novo Sistema da Indústria Responsável (SIR). (Suporte à medida #58, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

• Acesso a melhores serviços eletrónicos reduzindo prazos de resposta e aumentando a previsibilidade das decisões;

• Libertação de recursos humanos e materiais afetos ao back office do SIR.

Geoportal 2020**Descrição sumária e principais objetivos**

• Centralizar a informação geológica georeferenciada sobre o território nacional;

• Garantir o interface para a crescente articulação com as iniciativas europeias e comunitárias em matéria de informação geográfica temática geológica na vertente informativa.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

• Melhoria da qualidade, maior acessibilidade e mais disponibilidade de informação;

• Maior eficiência dos processos que envolvem licenciamento e melhoria da sua eficácia;

• Libertação de recursos de back office;

• Redução dos tempos das tarefas administrativas e técnicas.

PROJETOS ESTRATÉGICOS — AMBIENTE

• Título único ambiental (TUA);

• Planeamento territorial online + REN digital;

• iFAMA, Plataforma única de inspeção e fiscalização da agricultura, mar e ambiente;

• Plataforma da renda apoiada;

• Sistemas de gestão documental.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mamb>

Título único ambiental (TUA)**Descrição sumária e principais objetivos**

Módulo integrante da solução web da Agência Portuguesa do Ambiente, que entre outros, tem como objetivos:

• Dar suporte ao título único ambiental que integra onze regimes jurídicos e todos os procedimentos;

- Permitir a entrega de todos os elementos instrutórios numa única vez, online. (Suporte à medida #5, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação dos processos através do título único;
- Economia de tempo, recursos e materiais, nomeadamente papel e impressão;
- Interoperabilidade com outras entidades e soluções.

Planeamento territorial online + REN digital

Descrição sumária e principais objetivos

Desenvolver uma plataforma colaborativa de gestão territorial, que permita:

- Servir de apoio ao acompanhamento dos programas e dos planos territoriais;
- Gerir o processo interno de cada entidade;
- No âmbito da REN digital, submeter automaticamente as cartas da reserva ecológica nacional para publicação no *Diário da República* (Suporte às medidas #181 e #224, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Aumento da rapidez na gestão da informação;
- Disponibilização atempada da informação e processos;
- Ponto único de informação, pela integração de dados entre entidades.

iFAMA, Plataforma única de inspeção e fiscalização da agricultura, mar e ambiente

Descrição sumária e principais objetivos

Desenvolver uma plataforma de suporte à atividade inspetiva, portal com internet/intranet, sistema de gestão interna e sistema de informação geográfica que permita:

- Georreferenciação de ações de controlo, auditoria, inspeção, contraordenações e atividades económicas abrangidas pelos regimes jurídicos ambientais. (Suporte à medida #131, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Aumento da rapidez na gestão da informação;
- Disponibilização atempada da informação e processos;
- Ponto único de informação, pela integração de dados entre entidades.

Plataforma da renda apoiada

Descrição sumária e principais objetivos

Criar uma plataforma eletrónica destinada a organizar e manter atualizada a informação sobre as habitações arrendadas, no regime de arrendamento apoiado, e respetivos arrendatários, incluindo:

- Acesso a informação disponível junto da Autoridade Tributária e do Instituto dos Registos e Notariado;

- Validação automática das condições de acesso à habitação social. (Suporte à medida #184, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Rapidez e clareza no acesso à informação;
- Contribuição para a idoneidade da informação e do processo;
- Maior visibilidade do organismo e dos serviços prestados.

Sistemas de gestão documental

Descrição sumária e principais objetivos

Implementação, em entidades diferenciadas, de plataformas de apoio à gestão documental e processos, que permitam:

- Contribuir para a desmaterialização de processos e sistemas;
- Aumentar a segurança e a eficiência organizacional para a prestação de serviços com qualidade.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação do tratamento de processos;
- Aumento da rapidez e rigor na gestão da informação;
- Disponibilização atempada da informação e processos para decisão;
- Poupança em tempo, recursos e materiais (papel/impressão).

PROJETOS ESTRATÉGICOS — AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

- Cloud Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar;
- Desktop as a Service — DaaS
- Rede única de comunicações fixas MAFDR.

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério do Mar

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mafdr>

Cloud Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar

Descrição sumária e principais objetivos

Disponibilização de recursos virtuais, incluindo:

- Capacidade de computação;
- Armazenamento;
- Backup e Disaster Recovery.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Agilização e melhoria dos sistemas de informação, organização interna e funcionalidades para os cidadãos e empresas;
- Partilha de recursos;
- Redução de custos.

Desktop as a Service-DaaS

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilização de ambientes de trabalho virtuais;
- Potenciar o conceito BYOD — Bring your Own Device.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução de custos, nomeadamente equipamentos, eficiência energética, operação e manutenção;
- Rápido aprovisionamento de desktop.

Rede única de comunicações fixas Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar

Descrição sumária e principais objetivos

- Sistema para gestão documental e tramitação processual;
- Facilitador processual estado, cidadãos e empresas.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Impulsionar interoperabilidade;
- Preservação digital;
- Organização interna.

Sistema para gestão documental e tramitação processual da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar (SGDPi)

Descrição sumária e principais objetivos

- Sistema para gestão documental e tramitação processual partilhada por todos os organismos do MAFDR e MM

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Agilização na tramitação processual entre estado, cidadãos e empresas.

Interoperabilidade Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar

Descrição sumária e principais objetivos

- Potenciar a interoperabilidade entre soluções de gestão de dados, com recurso à iAP.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Partilha do conhecimento;
- Mais interoperabilidade em sistemas de informação;
- Facilitador processual — estado/cidadãos/empresas;
- Preservação digital;
- Organização interna.

PROJETOS ESTRATÉGICOS — MAR

- JUL — Janela Única Logística
- VTS+ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo modernizado
 - Balcão Único da Administração Marítima, Pescas e Ordenamento
 - PSOEM — Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional

- Licenças, Títulos e Certificados eletrónicos para as atividades marítimas

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural. Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mm>

JUL Janela Única Logística

Descrição sumária e principais objetivos

Evolução da Janela Única Portuária, alargará a gestão dos fluxos de informação de toda a cadeia logística, integrando todos os meios de transportes terrestres e a ligação aos portos secos, tendo por referência o modelo implementado no Porto de Sines

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução dos custos globais de transporte entre os portos e os clientes finais;
- Redução do tempo e custos administrativos nos despachos dos meios de transporte e das mercadorias em cada nó de transporte;
- Melhor produtividade nas infraestruturas de transporte (terminais marítimos, linhas ferroviárias, estradas e plataformas logísticas);
- Redução da pegada de carbono nos transportes.

VTS+ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo modernizado

Descrição sumária e principais objetivos

• Modernização do Sistema Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo, de forma a dar melhor cumprimento às obrigações legais de Portugal à diretiva 2002/59/CE, revista, bem como os instrumentos legais conexos de estado costeiro, através uma única solução para todo o território nacional.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Reduzir custos e melhorar a segurança informática e a tolerância a falhas do sistema;
- Aumentar os mecanismos de soberania sobre o mar português e as suas fronteiras;
- Melhorar a segurança e eficiência do tráfego marítimo, especialmente nos pontos de concentração, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção e combate à poluição;
- Aumentar a redundância e produtividade da operação.

Balcão Único da Administração Marítima, Pescas e Ordenamento

Descrição sumária e principais objetivos

• Solução integrada de suporte ao negócio da DGRM, que vise essencialmente a disponibilização de serviços num frontend único para o cidadão e empresas, residente no Balcão do Empreendedor/Portal do Cidadão, e cujo seu backoffice seja capaz de dar a devida resposta desmaterializada à análise e gestão dos seus processos, bem como interoperar com outras entidades intervenientes, nos mesmos, através da Plataforma de Interoperabilidade

da Administração Pública (iAP), permitindo suportar os serviços ao cidadão, empresas e organizações.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhorar os tempos de resposta às solicitações dos cidadãos e empresas;
- Concentrar eletronicamente os serviços num único ponto de contacto eletrónico;
- Redução dos custos de contexto na prestação dos serviços;
- Aplicar o princípio de colaboração entre os diferentes ministérios e com os diferentes níveis da administração e partilha de informação entre entidades públicas.

PSOEM — Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional eletrónico

Descrição sumária e principais objetivos

• Sistema de Informação dedicado à elaboração do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, que disponibiliza informação espacial proveniente de diversas entidades, documenta a situação de referência e o plano de situação, e é o canal preferencial da Administração para rececionar a participação pública previamente à fase de consulta pública formal do PSOEM, dando resposta à exigência legal de Direito à Informação de todos os interessados.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Cumprimento da legislação relativa ao ordenamento em matéria de informação do público;
- Aumento da transparência sobre a utilização do mar;
- Aumenta a participação pública sobre o ordenamento marítimo;
- Melhora a literacia sobre o ordenamento do mar português.

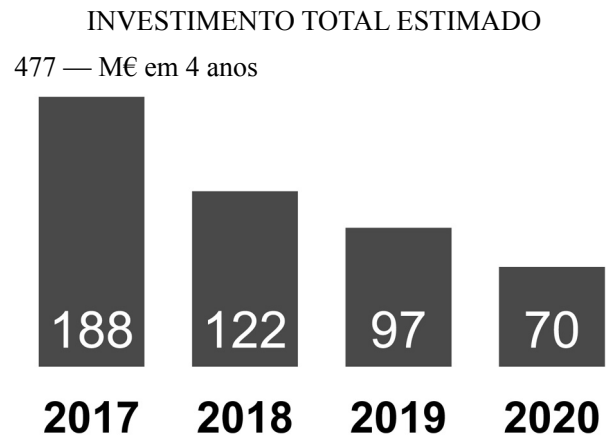
Licenças, Títulos e Certificados eletrónicos para as atividades marítimas

Descrição sumária e principais objetivos

• Framework digital para a emissão de Licenças, Títulos e Certificados em suporte eletrónico para as atividades marítimas, de forma segura e respeitando as normas nacionais e as convenções internacionais aplicáveis, aplicada, sempre que possível, ao universo de exemplares emitidos pela DGRM.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Otimizar os níveis de serviço e tempos de espera para os cidadãos e empresas na emissão;
- Aumentar a racionalização das infraestruturas de suporte;
- Aumentar a transparência (disponibilizando pela via digital informação de forma mais célere e expedita);
- Promover o uso de meios de identificação eletrónica.

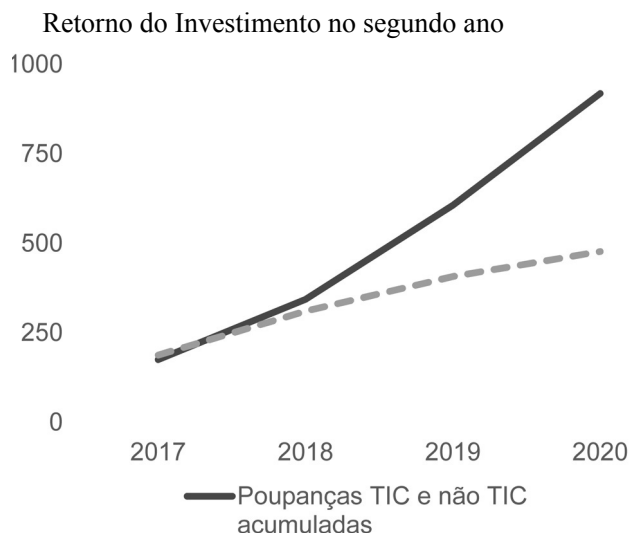


(M€) Valores arredondados em milhões de euros

INVESTIMENTO POR ÁREA GOVERNAMENTAL

Ministério	Investimento	Poupanças TIC	Poupanças Não TIC	Benefícios Económicos e Sociais	Benefícios Totais Líquidos
MNE	22,7	0,5	14,1	43,8	35,7
MPMA	5,9	5,8	21,3	9,4	30,5
MF	122,4	16,7	235,4	150,0	279,6
MDN	14,7	0,0	0,0	0,3	-14,4
MAI	98,0	49,0	75,7	277,9	304,6
MJ	9,2	6,2	2,5	17,6	17,1
MA	1,3	0,3	1,6	0,0	0,7
MC	0,8	1,1	0,2	0,1	0,6
MCTES	5,7	9,6	18,9	90,6	113,4
MEdu	56,4	76,6	42,3	67,8	130,2
MTSSS	76,0	9,3	179,1	240,9	353,2
MS	16,2	3,3	61,2	0,0	48,3
MPI	22,3	5,0	51,1	0,0	33,8
ME	9,8	13,6	5,3	2,1	11,3
MAmb	3,4	0,0	2,9	0,1	-0,5
MAFDR	7,2	2,3	2,2	3,4	0,8
MM	5,6	3,2	2,7	1,1	1,4
<i>Totais</i>	477	202	717	905	1346

(M€) Valores arredondados em milhões de euros



Ano	Investimento	Poupanças TIC	Poupanças não TIC	Benefícios Económicos e Sociais	Benefícios Totais Líquidos
2017	188,4	47,6	127,6	109,6	96,3
2018	122,5	50,1	118,8	163,8	210,2
2019	96,9	51,8	210,4	252,4	417,8
2020	69,7	52,8	259,7	379,2	622,0
Totais	477	202	717	905	1346

(M€) Valores arredondados em milhões de euros

RESUMO GLOBAL

Investimento

- Eixo I - 15%
- Eixo II - 55%
- Eixo III - 30%



Medida	Investimento	Poupanças TIC	Poupanças não TIC	Benefícios Económicos e Sociais	Benefícios Totais Líquidos
M01	3,4	4,1	0,2	0,3	1,3
M02	9,5	0,0	0,4	0,0	-9,1
M03	20,1	3,3	17,3	83,4	83,9
M04	41,7	9,3	10,7	44,9	23,2
M05	3,7	1,2	0,9	79,7	78,1
M06	4,5	1,0	14,9	1,7	13,2
M07	138,7	74,7	418,6	394,4	749,0
M08	114,6	19,6	225,4	291,9	422,3
M09	4,6	0,8	11,7	0,0	7,9
M10	37,1	13,9	1,4	4,9	-16,9
M11	66,6	56,3	0,2	0,0	-10,0
M12	33,2	18,0	14,7	3,9	3,5
Totais	477	202	717	905	1346

(M€) Valores arredondados em milhões de euros

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS

No âmbito da elaboração da estratégia e planos setoriais TIC, estimaram-se os benefícios decorrentes da implementação dos projetos previstos.

Utilizando como metodologia de base o Standard Cost Model (SCM)*, os representantes ministeriais, em colaboração com os diversos organismos, quantificaram para cada projeto os valores de investimento e os custos de implementação, bem como as poupanças e benefícios gerados.

* Os valores constantes dos planos setoriais incluem IVA. Os valores de investimento, poupança e benefícios não são acumulados. O guia rápido de cálculo de benefícios, assim como informação complementar encontra-se disponível para consulta em: <https://www.ama.gov.pt/web/agencia-para-a-modernizacao-administrativa/transformacao-digital>

1 — INVESTIMENTOS E CUSTOS

Os investimentos identificados nos planos setoriais TIC e na Estratégia TIC para cada ano incluem todos os custos de investimento (CAPEX) e de operação (OPEX) necessários à implementação e manutenção dos projetos a nível setorial no período entre 2016 e 2020.

2 — POUPANÇAS E BENEFÍCIOS

Da execução dos projetos e atividades previstas na estratégia TIC, são esperadas poupanças diretas para a AP e/ou benefícios económicos e sociais para a sociedade.

2.1 — Poupanças diretas para a Administração Pública

Trata-se do conjunto de benefícios que a AP garante, quer na componente TIC — poupanças TIC, quer na componente de ganhos de eficiência nos processos de “negócio” proporcionadas pelas TIC — poupanças não TIC.

2.1.1 — Poupanças TIC

São as poupanças originadas, em cada ano, pela redução de custos TIC de investimento e operação (incluem eventuais reduções dos custos operacionais). Estas poupanças podem advir da diminuição do custo com recursos humanos alocados a atividades relacionadas com as TIC ou da diminuição do custo com centros de dados, comunicações, licenciamento e suporte de *software*, entre outros.

2.1.2 — Poupanças não TIC

São as poupanças originadas, em cada ano, pelo aumento de eficiência interna no relacionamento com o cidadão (front office) e no funcionamento interno (back office). Estas poupanças podem resultar, entre outros aspetos, da desmaterialização e agilização de processos, da interoperabilidade entre organismos, da libertação de recursos para outras tarefas, da redução do número de documentos impressos e da libertação de espaço, entre outros.

2.2 — Benefícios económicos e sociais

São benefícios, originados em cada ano, resultantes da diminuição de custos de contexto para cidadãos e empresas, tais como: redução do número de deslocações, do tempo de espera e de atendimento, do número de documentos e do tempo para execução de serviços.

3 — BENEFÍCIOS LÍQUIDOS

Os benefícios líquidos identificados nos planos setoriais e na estratégia TIC resultam da soma dos valores relativos às poupanças TIC e não TIC, e dos benefícios sociais e económicos estimados, aos quais são subtraídos os valores de investimento e custos de implementação.

ANEXO II

(a que se refere o n.º 2)

Área Governamental dos Negócios Estrangeiros**Sumário Executivo**

O Plano Sectorial TIC do MNE insere-se num contexto de modernização administrativa, desmaterialização e melhoria contínua dos processos da AP. Nas últimas décadas, têm-se registado avanços significativos no sentido de potenciar a disponibilização de serviços eletrónicos integrados e transversais, indo ao encontro das necessidades dos cidadãos. Este processo induz a necessidade de comunicação e troca de informação eletrónica entre estes e os diferentes organismos públicos.

Para que esta necessidade de interação seja colmatada de forma eficiente, torna-se indispensável que cada organismo caminhe no sentido de melhorar os seus métodos e procedimentos, tendo em conta os princípios da qualidade, da proteção da confiança, da comunicação eficaz e transparente, da simplicidade, da responsabilidade e da gestão participativa, de acordo com o disposto no Código do Procedimento Administrativo.

Atingir o objetivo de “mais e melhor Administração”, mais próxima do cidadão, implica, necessariamente, um investimento constante, redobrado nos momentos de arranque de novas iniciativas. É obviamente expectável que esse mesmo investimento venha a possibilitar, a médio e longo prazo, ganhos de produtividade, de eficácia e de eficiência que são dificilmente quantificáveis, com rigor, a anos de distância.

No caso particular deste Ministério, acresce a essa circunstância a natureza descentralizada dos seus serviços — com uma rede diplomática de 132 postos, o rigoroso orçamento de funcionamento para a área das TIC (na ordem dos 5 Milhões de Euros/ano) bem como os constrangimentos em matéria de recursos humanos

especializados em Tecnologias de Informação e Comunicação.

Nessas circunstâncias, afigura-se bastante provável — e é nesse sentido que se trabalha — que venha a ser prestado um melhor serviço por via da introdução ou disseminação destas e de outras boas práticas TIC sendo, no entanto, difícil calcular poupanças, expectáveis mas não traduzíveis, com elevado grau de rigor, desde já.

No presente documento, são de destacar a preparação e implementação de algumas Medidas SIMPLEX + 2016, como sejam:

- *i*) eSGC (Sistema de Gestão Consular), onde se incluem novas funcionalidades como a inscrição consular única e o agendamento online — Medida 101;
- *ii*) da iniciativa do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, “Arquivo Camões”, medida 50; “App eLearning Camões”, medida 40; “Novo Portal de Serviços Camões + acessível”, medida 170; e “Cooperação Online”, medida 85;
- *iii*) da responsabilidade da AICEP, “Portal das Exportações”, medida 186; e “Apoio ao Investidor”, medida 37.

Medida 1**Governança das TIC****Ações e objetivos**

O MNE centralizou a função TIC na DSCI (Direção de Serviços de Cifra e Informática) a nível da Secretaria-Geral, cumprindo a 100 % o objetivo a que se propôs no PAS 2012-2016. Interessa agora expandir este objetivo às áreas de atuação do AICEP e do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), que são entidades financeira e administrativamente autónomas da Secretaria-Geral do MNE, aprofundando a coordenação com estas entidades a nível das TIC nas matérias em que o esforço conjunto seja vantajoso para as partes.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental					
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central				
	Coordenação CICL e AICEP	Aprofundamento da coordenação nas áreas TIC com o CICL e a AICEP	2016	2020	DSCI

Dados Económicos**Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

No ano de 2012, o MNE centralizou em uma só entidade a função informática de todos os serviços inter-

nos e externos do ministério: a Direção de Serviços de Cifra Informática, na dependência direta da Secretaria-Geral. Existem no entanto dois organismos, que apesar de serem independentes a nível de gestão e financeiro (Camões — Instituto da Cooperação e da Língua (CICL) e AICEP), pertencem à orgânica do MNE.

Situação futura

Interessa agora expandir o objetivo de maior articulação com as áreas de atuação da AICEP e do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), que são entidades financeira e administrativamente autónomas da Secretaria-Geral do MNE, aprofundando a coordenação com estas entidades a nível das TIC nas matérias em que o esforço conjunto seja vantajoso para as partes, permitindo delinear projetos unificados de todo o MNE e alcançar poupanças.

Medida 2**Planos setoriais TIC**

Ações e objetivos

- *i)* Preparar, aprovar e submeter o plano setorial TIC do MNE, alinhado com as atribuições e competências do Ministério;
- *ii)* Projetos e Investimentos TIC 2017-2020 em equipamentos e aplicações (licenciamento e manutenção

evolutiva) e fornecimento de serviços para os Serviços Internos e Externos do MNE, estruturantes para a concretização das suas atribuições;

- *iii)* Da responsabilidade da AICEP: implementação de metodologia Kaizen, que se refletirá na criação e dinamização de processos e procedimentos da organização; e renovação e otimização da infraestrutura de storage, tendo em vista acompanhar as necessidades de processamento e armazenamento de informação.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Aprovar e publicar planos setoriais TIC					
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central				
	Elaborar PAS do MNE	2016	2017	DSCI	
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC					
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central				
	Projetos e Investimentos TIC 2017-2020	2017	2020	DSCI	
	Consolidação de Infraestrutura AICEP em infraestrutura com integração na Cloud	2016	2017	AICEP	
	Implementação da Metodologia Kaizen	2017	2017	AICEP	

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	3 088	1 593	2 641	1 284
<i>Saldo</i>	-8 607			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 3**Interoperabilidade**

Ações e objetivos

Gestor documental

De uma forma geral, os serviços internos do MNE utilizam, desde o ano de 2008, o gestor documental smartdocs na sua versão 3. Esta versão apresenta já alguns constrangimentos evolutivos, de manutenção e de interoperabilidade, pelo que é necessária a adoção de uma nova versão. Pretende-se que a nova versão permita ao MNE evoluir a

sua Gestão de Documentos e Processos e preparação para a interoperabilidade de gestão documental com a tutela e com outros organismos da administração pública. A sua implementação será desenvolvida por fases, estando já em curso a fase 1 que visa a operacionalização de uma solução base e captura assistida de dados, bem como a migração de dados da versão 3 e de outros gestores documentais entretanto usados. Nesta primeira fase, a solução será implementada nos serviços internos do MNE e em 2 serviços externos piloto. A segunda fase irá estender-se aos restantes Postos, prevendo-se novo licenciamento, formação e suporte.

eSGC

Após a primeira fase de implementação do novo Sistema de Gestão Consular, o objetivo do MNE é adaptá-lo à interoperabilidade com outros sistemas de informação do estado para obtenção automática de dados como número do passaporte, número de cartão de cidadão, número segurança social, número de identificação fiscal, número da carta de condução, etc. Da mesma forma, poder fornecer dados necessários a outros ministérios através da iAP. Trata-se de uma Medida SIMPLEX + 2016 (#101), onde se incluem novas funcionalidades como a inscrição consular única e o agendamento online.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental					
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP				
	Gestão Documental — solução base	Implementação da versão 4 do smartdocs, na solução base de captura assistida de dados	2016	2017	DSCI
	Gestão Documental — funcionalidades específicas	Implementação de funcionalidades específicas	2017	2018	DSCI
	Gestão Documental — restantes SPR	Implementação nos restantes SPE	2018	2020	DSCI
	Gestão Documental — interoperabilidade tutela utilizando iAP	Interoperabilidade com a tutela e outros organismos AP	2019	2020	DSCI

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa					
1.3.4	Massificar a utilização da iAP				
	Interoperabilidade de eSGC	Interoperabilidade com CC, PeP, SS, MF e outros usando a iAP	2018	2020	DSCI

Dados Económicos

Medida 4

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	1	2 410	2 410
Benefícios económicos e sociais	-	-	51	51
Investimento	148	448	420	377
Saldo	3 532			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Utilização, desde o ano de 2008 e de uma forma generalizada, nos serviços internos do MNE do gestor documental smartdocs, na sua versão 3.

Situação futura

Na solução base do Smartdocs v4, pretende-se obter:

- a) Uma plataforma orientada para a Gestão de Processos;
- b) Monitorização de processos através de «Dashboards»;
- c) Ambiente de trabalho adaptado ao perfil do utilizador e «user friendly»;
- d) Suporte a pareceres e despachos digitais (com assinatura digital);
- e) Painel de despacho de múltiplos documentos com «Viewer» integrado;
- f) Disponibilização de «Webservices» nativos de integração;
- g) Pesquisa integrada no repositório da versão 3 do «SmartDOCS®».

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

Plano de Classificação Documental do MNE

O Plano de Classificação Documental do MNE foi um trabalho conjunto entre o IDI — Instituto Diplomático e todos os Serviços do MNE. Foi homologado pelo Senhor Ministro a 13-05-2016, com indicação de aplicação imediata nos diversos serviços do Ministério. A sua implementação será integrada com a implementação da nova versão do sistema de gestão documental — SmartDocs Versão 4.

Arquitetura de Referência

Focado na preocupação de adoção constante dos meios tecnológicos mais adequados ao cumprimento das suas funções, assume particular relevo a urgência de adaptar a nova estrutura TIC do MNE aos desafios colocados pela opção política por instrumentos tecnológicos ao serviço da modernização administrativa, onde se insere aqui, em particular, a necessidade de rever e manter atualizada a sua infraestrutura com a finalidade de obter uma cada vez maior segurança da informação que gere e disponibiliza, em função das evoluções que vão sendo necessárias face a possíveis crescentes ameaças. Nesse sentido, prevê-se a necessidade de que a intervenção seja efetuada, sobretudo, a três macro-níveis:

- a) Arquitetura de Rede e Segurança;
- b) Evolução e manutenção do sistema de comunicações seguras;
- c) Modernização da infraestrutura de cablagem estruturada.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais					
1.4.1	Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais à AP				
	Plano de Classificação Documental do MNE	Aprovação do Plano de Classificação de informação do MNE		2017	IDI
1.4.2	Criação de manuais e guias de melhores práticas TIC				
	Ações de sensibilização de cibersegurança	Sensibilização dos trabalhadores do MNE para as políticas de segurança		2020	DSCI/IDI
	Requisitos segurança sites	Definir requisitos de privacidade e segurança no desenvolvimento de sites do MNE		2017	DSCI

Definir e implementar a Estratégia Nacional de Segurança da Informação

1.4.7	Definir e implementar a Estratégia Nacional de Segurança da Informação				
	Política de Segurança do MNE	Definir a política para elaborar e alterar passwords nos serviços e aplicações do MNE		2017	DSCI
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos				
	Revisão da segurança das cablagens	Revisão e upgrade da infraestrutura de cablagens do MNE		2019	DSCI

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Auditorias externas de cibersegurança	Contratação anual de auditorias de cibersegurança aos sistemas do MNE		2020		
Plataformas cibersegurança	Upgrade das plataformas existentes e aquisição de novas necessidades			DSCI	
Reestruturação da DMZ	Reforçar a segurança na DMZ do MNE		2017	DSCI	

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	1 526	888	1 209	1 327
Saldo	-4 950			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O MNE necessita de atualizar e reforçar a sua política de segurança de informação para fazer face aos novos desafios relacionados com cibersegurança. Por outro lado, necessita de reforçar e atualizar as suas plataformas de segurança de informação, podendo mesmo ser necessária a aquisição de novas ferramentas de mercado. Face ao projeto MNE Digital, a segurança dos sites do MNE e respetiva DMZ tem de ser redesenhada e reestruturada.

De não menos importância, a segurança da infraestrutura física de rede (upgrade de cablagens, acondicionamento e segurança de bastidores, etc)

Situação futura

Política de segurança da informação reforçada, com atualizações ao nível dos sites do MNE, da DMZ, do sistema de comunicações seguras e da infraestrutura física da rede.

Sensibilização dos utilizadores do universo MNE, para as políticas de segurança.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

O MNE, através da Rede Consular Portuguesa, garante a representação de vários serviços da administração pública portuguesa no estrangeiro. Alguns dos serviços que presta são os documentos de identificação portugueses (CC e PeP) e os Vistos de entrada no espaço Schengen. Estes documentos requerem a recolha de biometria, que é realizada em equipamentos específicos. A maior parte do parque destes equipamentos distribuídos na rede consular portuguesa estão já em fim de vida e sem possibilidade de manutenção por falta de peças. Por outro lado, dada a dispersão geográfica da rede consular portuguesa e respetivos custos de transporte, a solução deverá ser o mais modular possível. É objetivo do MNE o acondicionamento de todo o parque de quiosques fixos, bem como a aquisição de novos quiosques móveis que fomentem a proximidade com as comunidades portuguesas, alargando estes serviços em geral, e o cartão de cidadão em particular ao maior número de cidadãos no estrangeiro. Em 2016 foram adquiridos 41 kits de acondicionamento. Para um parque total de 196 unidades distribuídas por toda a rede consular portuguesa, pretende-se nos próximos anos acondicionar as restantes unidades, prevendo-se a possibilidade de adquirir quiosques móveis (para além dos 66 adquiridos em 2015) para complementar o parque existente e garantir as permanências consulares que fomentam a proximidade com o cidadão.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Desenvolver e disponibilizar o Cartão de Cidadão com novas funcionalidades					
2.5.1	Cartão de Cidadão 2.0				
	Renovação do parque de quiosques de recolha biométrica para emissão e renovação do Cartão de Cidadão e Passaportes	Recondicionamento de quiosques v3 e aquisição de unidades móveis e respetivos contratos de manutenção	2016	2019	DSCI
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP					
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel				
	CC e CMD nos sites e Portais Internet do MNE	Implementação de CC e CMD nos sites e Portais Internet do MNE, nomeadamente "Portal do MNE, Portal do CIEJD, Portal GAE, Portal de Serviços Camões, Cooperação Online, Arquivo Camões, Portal das Exportações, Apoio ao Investidor	2017	2018	DSCI

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	500	500	-
Saldo	-1 000			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O parque de quiosques fixos de recolha de dados biométricos da rede consular portuguesa encontra-se demasiado obsoleto, comprometendo a sua manutenção (por falta de peças no mercado compatíveis entre si) e, por conseguinte, o bom serviço prestado aos cidadãos no estrangeiro. Pela

sua dispersão geográfica, interessa que a solução seja modular, de forma a minimizar custos de transporte em caso de falha de alguma componente. Assim, o MNE iniciou um processo de recondicionamento dos quiosques fixos (onde se trocam as componentes principais do quiosque e se mantém o quiosque exterior).

Situação futura

Recondicionamento de todo o parque de quiosques fixos de recolha de dados biométricos (196) e aquisição de novas unidades móveis.

Medida 6

Transparência e participação

Ações e objetivos

No âmbito do projeto MNE Digital, cujo objetivo é a uniformização da imagem do MNE nas plataformas digitais, criando portal agregador de vários serviços, estará também previsto o desenvolvimento de mecanismos de avaliação do serviço dos sites e portais a desenvolver.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos					
2.6.3	Disponibilizar mecanismos para a transparência e integridade na Administração Pública				
	Implementação de mecanismos de avaliação dos portais	artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 73/2014 de 13 de maio		2018	DSCI

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Os portais da responsabilidade dos serviços centrais do MNE (alojados em mne.pt) implementam já o solicitado na alínea d) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 73/2014 de 13 de maio — Elogios, sugestões e reclamações dos utentes. O custo financeiro está incluído na medida 7.

Situação futura

Com o desenvolvimento de portal integrador do MNE (medida 7), pretende-se implementar formulários de avaliação da satisfação dos utentes ao serviço prestado e portais.

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

e-Siga

No contexto operacional do exercício das suas funções, o MNE, os postos consulares e a Direção-Geral dos

Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) debatem-se com um conjunto de fatores de pressão que requerem soluções que potenciem o aumento da eficácia e eficiência dos seus processos. No domínio consular, os fatores de pressão aludidos derivam das fortes limitações do atual Sistema de Gestão Consular (SGC) na resposta às necessidades de negócio da DGACCP e da rede de postos consulares.

Por conseguinte, é necessário desenvolver um novo sistema de informação — o Sistema Integrado de Gestão de Atendimento, doravante designado por e-SIGA, que permita ultrapassar as limitações existentes e responder aos requisitos operacionais prementes e emergentes. Pretende-se criar um instrumento que facilite tanto quanto possível a atividade dos serviços de atendimento em Portugal e no estrangeiro, evitando a duplicação desnecessária de tarefas morosas, consagrando o conceito de número único de inscrição consular e permitindo, simultaneamente, uma gestão mais racional e homogénea dos serviços, reforçando a capacidade de controlo e supervisão por parte dos serviços centrais do MNE.

MNE-Digital

Com o objetivo principal de uniformizar a imagem do MNE, compreende as seguintes atividades:

- 1. Desenvolvimento de um portal único com o intuito de servir de porta de entrada a todos os serviços informativos e transacionais que o MNE presta a cidadãos, empresas e parceiros, onde figurem, com o devido destaque, as páginas dos Alertas e dos Conselhos aos Viajantes e um livro de reclamações eletrónico-online, permitindo ao cidadão efetuar uma classificação do serviço que lhe foi prestado;

• 2. Área reservada (intranet) — reformulação da área reservada, onde será disponibilizada informação a todos os serviços e funcionários do MNE (por exemplo: software e manuais necessários ao desenvolvimento da atividade e respetiva legislação, formulários, ordens de serviço, acesso a aplicações de uso intrainstitucional, entre outros) constituindo-se num meio indispensável de comunicação interna dentro do MNE, incluindo os serviços periféricos (embaixadas, consulados e missões) e os de atendimento ao público em território nacional;

• 3. Dar particular destaque, também na Web, às atividades de elevada relevância desenvolvidas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), serviço público do MNE criado para informar os cidadãos sobre a União Europeia, em língua portuguesa;

• 4 Criar um portal interativo de suporte às atividades dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante.

Registo ao Viajante

De forma a tornar mais célere e eficaz a resposta a eventos que requerem intervenção de emergência consular, pretende-se desenvolver uma aplicação para dispositivos móveis em que os cidadãos portugueses em viagem possam registar a sua localização e receber informações importantes sobre o destino da sua estadia.

Novo Portal de Serviços “Camões + acessível”

Melhorar a disponibilização de serviços online, como sejam, a candidatura de agentes da Cooperação, o reconhecimento e renovação do estatuto de ONGD, a candidatura a bolsas na área da Cooperação e da Língua, a candidatura à bolsa de avaliadores de projetos financiados pelo Camões para além de simplificar o acesso à rede externa da língua, cultura e cooperação. Trata-se de uma Medida SIMPLEX + 2016 (#170), iniciativa do CAMÕES — Instituto da Cooperação e da Língua.

Cooperação Online

Melhorar e simplificar o acesso aos serviços e à submissão online das candidaturas das ONGD e das Fundações às linhas de financiamento dos projetos de Cooperação. Trata-se de uma Medida SIMPLEX + 2016 (#185), ini-

ciativa do CAMÕES — Instituto da Cooperação e da Língua.

Arquivo Camões

Melhorar o acesso e a consulta eletrónica ao acervo dos arquivos para fins de investigação académica e consulta de processos. Trata-se de uma Medida SIMPLEX + 2016 (#50), iniciativa do CAMÕES — Instituto da Cooperação e da Língua.

App e-learning Camões

Alargar o acesso a conteúdos à distância na área da Língua, da Cultura e da Cooperação, disponibilizando esses mesmos conteúdos em plataforma mobile específica para ação cultural externa, cursos online e projetos de cooperação. Trata-se de uma Medida SIMPLEX + 2016 (#40), iniciativa do CAMÕES — Instituto da Cooperação e da Língua.

Portal das Exportações

Tem como objetivo criar uma aplicação web agregando a oferta de produtos e serviços dos parceiros que intervenham na cadeia de valor do processo de internacionalização ou exportação de cada empresa. Trata-se de uma Medida SIMPLEX + 2016 (#186), iniciativa da AICEP.

Apoio ao Investidor

Pretende disponibilizar a submissão eletrónica de candidaturas de projetos de investimento que visam ser reconhecidos como projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) ou beneficiar do acompanhamento pela CPAI — Comissão Permanente de Apoio ao Investidor. Trata-se de uma Medida SIMPLEX + 2016 (#37), iniciativa da AICEP.

e-SGC

Após a implementação do novo eSGC (Sistema de Gestão Consular) com número de inscrição consular único, é objetivo do MNE criar um portal do utente consular, onde poderá interagir online com os serviços, verificando estado de pedidos, agendamentos, realizar atos que não necessitem de deslocação, enviar documentação necessária, etc. Esse portal será integrado com o portal do cidadão e com a autenticação single sign-on da AP. Trata-se de uma Medida SIMPLEX + 2016 (#101), iniciativa da SGMNE.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento					
2.7.1	Integrar a Gestão da Experiência do Cidadão nos processos de atendimento				
	eSGC	Desenvolvimento, migração de dados, formação, rollout e manutenção	2016	2018	DSCI; DGACCP
	Agendamentos online	Manutenção, evolução e upgrade da plataforma	2017	2019	DSCI; DGACCP
	Portal do MNE	Desenvolvimento do portal do MNE		2017	DSCI
	Portal do CIEJD	Desenvolvimento do portal do CIEJD		2017	DSCI; CIEJD
	Portal GAE	Portal de apoio aos Gabinetes de Apoio ao Emigrante		2017	DSCI; DGACCP
	Portal de Serviços Camões	Desenvolvimento de novo portal do CICL		2017	DGACCP CICL
	Cooperação Online	Submissão online candidaturas ONGD e Fundações		2017	CICL
	Arquivo Camões	Acesso e consulta eletrónica de acervo dos arquivos		2017	CICL
	Portal das Exportações	Implementação de Portal das Exportações		2018	AICEP
	Apoio ao Investidor	Submissão eletrónica de candidaturas		2018	AICEP

Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida

2.7.6 Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Registo ao viajante	Desenvolvimento de aplicação móvel para registo ao viajante, de modo a tornar mais eficaz a resposta em casos de emergência consular		2017	DSCI; DGACCP	
App e-learning Camões	Desenvolvimento de aplicação móvel para acesso a conteúdos na área da língua, cultura e cooperação		2017	CICL	
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP				
e-balcao consular	Desenvolvimento de um portal para o utente consular	2018	2019	DSCI	

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	3 104	3 104	3 104
Benefícios económicos e sociais	105	14 614	14 551	14 442
Investimento	2 283	814	691	629
Saldo	48 605			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual
e-SGC

O Sistema de informação que suporta a atividade consular data de 1996, desenvolvido em software proprietário, não propício a ambientes web e sem possibilidades de evolução. Foi lançado concurso público para desenvolvimento de novo eSGC e o seu desenvolvimento iniciou-se em 2016, tendo fim previsto em 2017.

O MNE dispõe de uma plataforma de agendamentos online, que necessita de evoluir e ser adaptada ao novo eSGC e também a novos métodos de autenticação eletrónica.

Portais e Aplicação Móvel

Inexistência de um portal único do MNE e de portal do CIEJD. Aplicação móvel idealizada mas não disponível aos cidadãos.

Situação Futura

eSGC

Novo sistema de informação com número único de inscrição consular, o que facilita processos de atendimento e transição de documentação do utente entre postos consulares. Terá capacidades para interoperabilidade e bolsa única de documentos do cidadão (only once).

Portais

Dada a inexistência de um portal do MNE, é necessário desenvolvê-lo, de forma a uniformizar a imagem do MNE e a integrar todos os portais existentes, bem como os novos a desenvolver. Ainda necessário desenvolver portal do CIEJD, adaptando-o às necessidades atuais do Centro.

Todos os portais e eSGC serão desenvolvidos em código aberto.

Aplicação Móvel

Existência de uma aplicação para dispositivos móveis em que os cidadãos portugueses em viagem possam registar a sua localização e receber informações importantes sobre o destino da sua estadia.

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

Formação Específica de RH TIC

A Formação é, hoje em dia, amplamente reconhecida como um instrumento de valorização profissional e pessoal, permitindo a aquisição/desenvolvimento de competências, profissionais e pessoais, que se constituem como mais-valias quer para aqueles que dela beneficiam quer para as organizações nas quais estão integrados e onde desenvolvem a sua atividade. Essa mesmas competências — ao contrário das qualificações que podem ser provadas pela apresentação de documentos ligados à concretização de determinado percurso escolar, académico ou formativo — são demonstráveis através dos saberes detidos e utilizados pelos trabalhadores face às situações concretas de trabalho. Nesse sentido, no MNE é dada importância à capacitação contínua dos funcionários, no caso particular dos Recursos Humanos TIC. Pretendem-se disponibilizar um conjunto de ações de formação específicas, em função das necessidades percebidas, ligadas às áreas de atuação e às ferramentas com que cada técnico trabalha, com vista a permitir o seu maior domínio e atualização tão constante quanto possível.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Avaliar os resultados do piloto					
3.9.5	Capacitar e Formar RH TIC				
	Formação específica TIC Cursos de e-learning TIC	Formação específica de RH TIC Desenvolvimento de cursos de e-learning para os colaboradores do MNE	2016 2016	2020 2020	

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	143	63	63	63
Saldo	-331			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Formação Específica de RH TIC

Os Recursos Humanos TIC necessitam de formação constante e específica nas plataformas e sistemas de base à infraestrutura informática, de forma a garantir as noções base das tecnologias e suas atualizações e novas funcionalidades (ex: network, switch, firewall, virtualização, cibersegurança, storage, backups, domínio, AD, políticas, gestão de bases de dados, etc).

Tratam-se de formações muito específicas e dispendiosas, que não tem sido possível garantir com a frequência e atualização necessárias e desejadas, constituindo um fator essencial à qualificação e motivação dos RH TIC.

E-learning

Através do IDI, o MNE mantém uma plataforma de e-learning para formação dos RH do MNE, com especial relevância dos quadros e colaboradores dos serviços externos. Entre os cursos, interessa também contemplar cursos na área das TIC, de forma a transmitir conhecimentos necessários aos utilizadores ao adequado desempenho das suas tarefas. É ainda necessário garantir a evolução tecnológica da plataforma de e-learning.

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

O Centro de Dados do MNE está localizado no Palácio das Necessidades, em Lisboa, não existindo redundância. É objetivo do MNE implementar um centro de dados de backup, em localização geograficamente distante de Lisboa, tentando garantir continuidade da atividade e serviço em caso de catástrofe natural na cidade.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Criar nuvem interoperável da AP					
3.10.3	Criar nuvem interoperável da AP				
	Implementação de Centro de Dados de Backup em infraestrutura partilhada pública		2019	DSCI	

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	369	369	-	-
Saldo	- 738			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O Centro de Dados do MNE está localizado no Palácio das Necessidades, em Lisboa, não existindo redundância.

Situação futura

Implementar um centro de dados de backup, em localização geograficamente distante de Lisboa, tentando garantir continuidade da atividade e serviço em caso de catástrofe natural na cidade.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

Comunicações Voz e Dados

O MNE pretende racionalizar contratos de serviços de voz e dados em local fixo e proceder à contratação pública

de um serviço único com as necessidades específicas do MNE.

VoIP

Pretende-se modernizar a infraestrutura de voz, presentemente baseada em tecnologia de alguma forma obsoleta. Atualmente esta infraestrutura suporta o serviço de voz local em cada um dos locais do MNE, bem como assegura a ligação entre os vários serviços internos e alguns dos serviços externos (embaixadas, missões, consulados). O investimento em tecnologia moderna baseada em Voz IP (VoIP) irá permitir ao MNE tirar vantagem da vasta rede de dados que já possui, bem como tirar partido das vantagens que a tecnologia VoIP oferece, tanto ao nível da otimização de custos — ainda que, sempre, dependente de um considerável investimento inicial para fazer funcionar a estrutura —, funcionalidades avançadas para o utilizador, flexibilidade de arquitetura IP (por ex., desempenho, resiliência e alta disponibilidade) e capacidades de segurança. Permitirá ainda a possibilidade de expandir a funcionalidade de voz com as mais recentes tendências de comunicação (instant messaging, vídeo chamada, IVR, etc), numa única plataforma integrada.

PTT

Na sequência do projeto da PTT (Ponto de Troca de Tráfego) da RSPTIC, o MNE deverá substituir as suas ligações autónomas a outros organismos da administração pública por uma só ligação ao ponto único de troca de tráfego, obtendo poupanças financeiras.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Racionalizar comunicações de voz e dados					
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP				
	Levantamento infraestrutura	Levantamento da infraestrutura de voz e dados		2017	
	Cancelamento de circuitos	Revisão dos contratos e cancelamento de circuitos desnecessários	2016	2017	
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas					
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP				
	Procedimento concursal voz e dados	Procedimento concursal comum para contratos de voz e dados		2017	DSCI/DGA
	Ligação ao PTT	Ligação do MNE ao Ponto de Troca de Tráfego		2017	DSCI
Implementar rede comum de comunicações multisserviços					
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP				
	VoIP	Modernização da central telefónica do MNE para tecnologia VoIP		2017	

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	272	67	67	67
Poupanças Não TIC	5	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	544	-	370	370
Saldo	-806			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Comunicações voz e dados

O MNE procedeu ao levantamento de toda a infraestrutura, soluções e serviços de voz e dados em local fixo, tendo também como fim último a sua consolidação para lançamento dos seguintes procedimentos pré-contratuais de contratação pública. A infraestrutura, soluções e serviços em causa foram “herdados” da multiplicidade dos organismos e entidades que, antes da centralização/serviços partilhados MNE, detinham autonomamente, de per si e temporalmente desde a respetiva criação, estas competências. Na sequência deste levantamento, detetaram-se

alguns circuitos que poderão ser desnecessários, procedendo-se ao seu cancelamento e consequente poupança.

VoIP

Central telefónica dos serviços centrais do MNE é analógica e obsoleta, sem capacidade de evolução para mais numeração e novos serviços e com manutenção difícil. O serviço VoIP com os serviços periféricos externos é limitado e contratado a operador.

PTT

O MNE possui ligações autónomas a cada organismo da AP com que necessita de interligar dados. Necessita de investir em equipamento e serviços.

Situação futura

Comunicações voz e dados

Contrato único de serviço voz e dados para os serviços centrais do MNE. As poupanças a nível de comunicações de voz dependerão do resultado do concurso e do tarifário conseguido.

VoIP

Nova central telefónica em tecnologia IP nos serviços centrais, com capacidade de integração com restantes comunicações e multisserviços da AP; Expansão aos serviços externos; Poupanças nas comunicações de voz dependem do tarifário contratado no concurso

PTT

Circuito único para ligação a qualquer outro organismo da AP

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	8 607	-8 607
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	3 088	1 593	2 641	1 284		

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Medida 3	Poupanças TIC	-	-	-	-	1 391	3 532
	Poupanças Não TIC	-	1	2 410	2 410		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	51	51		
	Investimento	148	448	420	377		
Medida 4	Poupanças TIC	-	-	-	-	4 950	-4 950
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	1 526	888	1 209	1 327		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	1 000	-1 000
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	500	500	-		
Medida 6	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 7	Poupanças TIC	-	-	-	-	4 417	48 605
	Poupanças Não TIC	-	3 104	3 104	3 104		
	Benefícios económicos e sociais	105	14 614	14 551	14 442		
	Investimento	2 283	814	691	629		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	331	-331
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	143	63	63	63		
Medida 10	Poupanças TIC	-	-	-	-	738	- 738
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	369	369	-	-		
Medida 11	Poupanças TIC	272	67	67	67	1 284	-806
	Poupanças Não TIC	5	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	544	-	370	370		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *							
Poupanças TIC		272	67	67	67	22 719	35 705
Poupanças Não TIC		5	3 105	5 513	5 513		
Benefícios económicos e sociais		105	14 614	14 602	14 493		
Investimento		8 102	4 674	5 893	4 049		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Podem consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
Ana Coutinho	MNE	Chefe de Divisão Tecnologias de Informação
Patrícia Gaspar	MNE	Chefe de Divisão de CIFRA
Luís Gaspar da Silva	MNE	Diretor de Serviço Cifra e Informática
Filipa Mendonça	MNE	Chefe de Divisão de Apoio Informático
André Pereira da Silva	MNE	Especialista de Informática
Ana Mendes Dias	MNE	Técnica Superior
José António Caetano	MNE	Técnico Superior
Ricardo Alves	MNE	Adido
Contacto do Representante Ministerial		
Fernando Figueirinhas	MNE	Secretário Geral Adjunto

Área Governamental da Presidência e da Modernização Administrativa**Medida 1****Governança das TIC****Ações e objetivos**

Criação de um modelo de governança que permita a coordenação e execução das ações e processos necessários à implementação de políticas e normas na área das tecnologias de informação e comunicação.

Este modelo vai permitir a racionalização da função das TIC na área governamental, o que deverá atuar como catalisador de projetos estruturantes de racionalização tecnológica, modernização administrativa e de interoperabilidade.

Desta forma, a medida vai possibilitar maior eficiência na gestão dos recursos humanos, financeiros e técnicos disponíveis; disponibilizar serviços transversais a cada um dos organismos da área governamental; e rentabilizar a capacidade e a qualidade dos serviços TIC prestados.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir e implementar um modelo de governação transversal das TIC						
1.1.1	Definição e Implementação de Governação transversal das TIC na AP					
	Implementação Estratégia TIC 2020	Desenvolvimento, monitorização e implementação de atividades de acordo com a estratégia TIC 2020	2016	2017	AMA I. P.	AP
	Implementação Ministerial Função TIC	Definição e implementação de modelo de governação para a função TIC nas áreas governamentais MPMA e MC	2017	2017	AMA I. P.	MPMA+MC
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental						
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)					
	Acompanhamento e implementação das medidas da Estratégia TIC 2020 para MPMA e MC	Acompanhamento da implementação do modelo de governação das TIC ao nível ministerial com os CIO da AP	2017	2018	AMA I. P.	MPMA+MC+ [AP]
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central					
	Identificar e analisar planos para modelo de prestação da Função TIC no MPMA+MC	Garantir a racionalização da função informática, incluindo a gestão das infraestruturas tecnológicas, das comunicações, dos sistemas de informação, da gestão de aquisições e do licenciamento disponível e do suporte aos utilizadores e sistemas	2017	2018	AMA I. P.	AMA I. P. +MPMA+ MC+ + MA
	Aprovação de modelo de prestação da Função TIC para área governamental MPMA+MC	Aprovação de planos de processo de racionalização da função informática das entidades envolvidas [Protocolos]	2017	2018	AMA I. P.	AMA I. P. +MPMA+ MC+ + MA
	Integração em infraestrutura centralizada e migração de ambientes produtivos	Centralização de infraestrutura de sistemas, comunicação e licenciamento das áreas governamentais MPMA, MC e MA	2017	2018	AMA I. P., MPMA+MC	MA
	Intensificação do processo de racionalização e partilha de recursos com a AMA I. P.	Análise, avaliação e intensificação de processos de racionalização e partilha de recursos com a AMA I. P.	2017	2020	AMA I. P.	MPMA+MC
1.1.5	Publicar catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço das áreas governamentais					
	Catálogo de serviços da AP	Identificar e analisar, junto das áreas governamentais, que serviços devem ser propostos para publicação ou consumo em catálogo de serviço da AP	2017	2017	AMA I. P., ESPAP	AP

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Atualização e revisão de publicação serviços em catálogos	Identificar e proceder a atualização semestral de catálogos de serviços, em colaboração com entidades da AP	2017	2018	AMA I. P., ESPAP	AP

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	13	66	104	148
Poupanças Não TIC	21	69	62	60
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	544	431	45	30
<i>Saldo</i>	- 510			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

Elaboração de um plano setorial para as TIC que identifique as diversas ações/atividades alinhadas com as diversas competências existentes na área governamental.

Este plano contribui para a estratégia comum da área governamental, assim como para a Estratégia transversal da Administração Pública, e resultará num plano de investimentos TIC, ilustrativo do investimento necessário, das poupanças e dos benefícios económicos que se pretendem atingir.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
	Apresentação de planos estratégicos TIC	Recolha dos contributos e aferição conjunta de planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal e setorial para as TIC com as entidades envolvidas do MPMA + MC	2016	2017	AMA I. P.	MPMA+MC
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC						
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central					
	Identificação de projetos TIC	Identificação de projetos, e correspondente identificação de despesa, tendo por base as medidas definidas no Plano Setorial TIC para a área governamental	2017	2017	AMA I. P.	MPMA+MC

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	18	9	-	-
<i>Saldo</i>	- 27			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

Divulgação e promoção dos serviços de interoperabilidade na Administração Pública através da ferramenta de

cariz transversal já existente, a iAP, que compreende um conjunto de 3 macro-serviços:

- Plataforma de integração;
- Plataforma de pagamentos;
- Gateway de SMS.

Pretende-se, através das atividades dos vários organismos desta área governamental, responder melhor às necessidades de cidadãos e empresas desbloqueando os constrangimentos entre diversos sistemas.

Através da avaliação, da estruturação e do controlo da informação de arquivo, interoperabilidade para a Gestão Documental e intensificação de troca de informação, visa promover-se a troca e reutilização de informação entre processos suportados por diferentes organismos e sistemas, de forma segura evitando a redundância de investimentos.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos						
1.3.1	Reforço da iAP como elemento central para a interoperabilidade na AP					
	Certificação iAP ISO 27000	Adoção e implementação dos requisitos, políticas, procedimentos, controlos e práticas requeridas pela norma ISO 27000, ajustadas ao âmbito e à realidade tecnológica da AMA I. P.	2017	2018	AMA I. P.	AMA I. P.
1.3.2 Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos da AP						
	Registo de metadados de conjuntos e serviços de dados geográficos produzidos pelo INE	Integração no catálogo de serviços eletrónicos da AP, por harvesting, dos metadados dos conjuntos e serviços de dados geográficos produzidos pelo INE. [diretiva INSPIRE]	2017	2020	INE	INE
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental						
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP					
	Piloto de interoperabilidade documental	Execução de piloto de interoperabilidade entre soluções de Gestão Documental, via iAP, com capacidade de troca de documentos	2017	2018	AMA I. P.	SGPCM+CEGER+ESPAP
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa						
1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
	Enriquecimento de conteúdos DRE	Integração de organismos com fonte de conteúdos para o DRE	2016	2017	INCM	INCM
	Envio de reclamações eletrónicas	Integração de reguladores e operadores económicos no LRE	2016	2017	INCM	INCM
	Disponibilização de serviços de dados e metadados na iAP	Disponibilização na iAP de um conjunto de serviços, com dados dos principais indicadores estatísticos com a metainformação associada	2016	2017	INE	INE
	Plataforma de Pagamentos Online	Implementação de Plataforma de pagamentos online, incluindo Pagamentos ao Estado, MBWay, Definição de datas limite para pagamentos de serviços com checkdigit	2017	2018	AMA I. P.	AMA I. P.
	Implementação de serviços para medidas SIMPLEX	Assegurar a criação de serviços e funcionalidades na iAP para suporte e implementação das medidas SIMPLEX transversais a vários departamentos governamentais	2017	2018	AMA I. P.	AMA I. P.

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	8	18	24	32
Benefícios económicos e sociais	45	75	90	115
Investimento	11	5	5	5
Saldo	380			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

Criação de um novo conjunto de normas e diretrizes que vai servir de guia na implementação, desenvolvimento e manutenção de requisitos mínimos de segurança na área governamental, alinhados com os diferentes referenciais de segurança (ISO 27001).

No âmbito desta medida, está igualmente incluído um conjunto de ações, atividades e roadmaps que permitam a identificação de ameaças e sejam capazes de responder a ataques informáticos, reforçando, de forma generalizada, a implementação de processos de gestão de risco nos vários projetos desenvolvidos.

Esta medida surge na sequência da estratégia nacional de segurança da informação de referência.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação						
1.4.9	Identificar requisitos mínimos de segurança que todos os organismos da AP devem cumprir					
	Criação do Quadro Situacional Integrado de Cibersegurança	Dotar o CMCS de um quadro situacional central e agregado que privilegie a informação qualitativa (risco) em complemento à situação quantitativa (eventos e incidentes)	2016	2017	CNCS	CEGER
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos					
	Capacitação do CEGER com o nível de maturidade 4 para reação a incidentes	Dotar o CEGER das ferramentas necessárias para no final da operação estar conforme o nível de maturidade 4, para reação a incidentes, estabelecido no roadmap do CNCS	2016	2017	CEGER	CNCS
	Capacitação do CEGER com o nível de maturidade 4 para a deteção de incidentes	Construção de uma visão técnica, funcional e de negócio sobre os ciberataques e os respetivos impactos na atividade, dotando o CEGER de capacidades autónomas de deteção e análise através de funções técnicas de recolha e correlação de eventos, de geração de alarmes e de gestão de ocorrências	2017	2017	CEGER	CNCS
	Implementação de um sistema de gestão da Segurança da Informação no CEGER	Dotar os elementos do CEGER afetos à operação de conhecimento no âmbito do referencial ISO 27001, bem como, preparar e dotar o CSIRT, a estabelecer no CEGER, com a certificação na mencionada ISO	2017	2017	CEGER	CNCS
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos					
	Divulgação de resultados do Projeto PANORAMA	Produção de material de divulgação dos roadmaps para a criação de capacidades mínimas de deteção e reação a incidentes e a sua apresentação nos principais fóruns de cibersegurança	2017	2017	CNCS	CEGER

Dados Económicos

Medida 5

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	103	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	291	-	-	-
Saldo	- 188			

* Valores arredondados em milhares de euros

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

Reforço da utilização das vertentes eletrónicas do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital na autenticação e assinatura eletrónicas.

Pretende-se disseminar os serviços e a utilização do Cartão de Cidadão, promovendo as suas novas funcionalidades, nomeadamente a possibilidade dos dirigentes e funcionários públicos da área governamental se autenticarem e assinarem eletronicamente.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver e disponibilizar o Cartão de Cidadão com novas funcionalidades						
2.5.1	Cartão de Cidadão 2.0					
	Introduzir o uso do Cartão de Cidadão e da CMD nos sites externos do INE	Criar no Weblnq e portal do INE uma interligação com a chave móvel digital e o cartão do cidadão tendo em vista o single sign on e sua adoção como alternativa de credenciação com maiores níveis de segurança.	2016	2017	INE	INE

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Pedido de Cartão de Cidadão pela Internet	Implementação e disponibilização do serviço de pedido de Cartão de Cidadão online	2017	2018	AMA I. P.	AMA I. P.
Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para assinatura e autenticação numa dada qualidade profissional					
2.5.3	Disponibilização Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP)				
Atributos dirigentes públicos	Disponibilização dos atributos dirigentes públicos através de integração com DRE	2017	2017	INCM/ AMA I. P.	INCM
Solução de atributos empresariais	Disponibilização de uma solução de atributos empresariais, com integração com IRN	2017	2017	AMA I. P.	AMA I. P.
Adesão fornecedores de atributos profissionais	Implementação de piloto para o sistema de certificação de atributos profissionais através do cartão do cidadão permitindo a autenticação e assinatura na qualidade profissional (e.g., funcionário público, arquiteto, engenheiro técnico, etc).	2017	2018	AMA I. P.	AMA I. P.

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	225	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	1 445	1 675	2 463	1 699
Investimento	225	-	-	-
<i>Saldo</i>	7 282			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 6

Transparência e participação

Ações e objetivos

Implementação de instrumentos que permitam a criação de uma relação de confiança entre a Administração Pública e os cidadãos, dinamizando a cidadania participativa para melhorar a qualidade da nossa democracia.

A difusão e desenvolvimento dos meios eletrónicos veio contribuir para uma maior clareza nas ações das políticas públicas. Os projetos desta área governamental potenciam a disponibilização e agregação da informação facultada pela Administração Pública, de forma a poder ser lida e reutilizada por qualquer cidadão e empresa, fomentando assim a transparência e dando relevância à informação produzida.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal dados.gov.pt					
2.6.1	Alargar a divulgação de dados abertos e aplicações no dados.gov.pt				
Incrementar o conjunto de datasets a disponibilizar	Incrementar o conjunto de indicadores a disponibilizar em dados.gov.pt	2016	2017	INE	INE
Aumentar o nível de granularidade dos datasets disponibilizados	Aumentar a granularidade da informação disponibilizada (a um nível geográfico de maior detalhe)	2017	2017	INE	INE
Portal de dados abertos	Desenvolvimento e implementação do novo portal de dados abertos	2017	2017	AMA I. P.	AMA I. P.
Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP					
Ferramenta Data Analytics	Desenvolvimento de ferramenta de Data Analytics em tornos dos dados gerados pelas atividades de atendimento (físico e online) da AMA.	2017	2019	AMA I. P.	AMA I. P.
Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos					
2.6.4	Orçamento do Estado Participativo				
Orçamento Participativo Portugal	Portal e iniciativas Orçamento Participativo Portugal	2016	2017	AMA I. P.	AMA I. P.

Dados Económicos

Medida 7

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	142	50	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	142	50	-	-
Saldo	0			

* Valores arredondados em milhares de euros

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

Criação de instrumentos que permitam a simplificação da relação dos cidadãos e empresas com os serviços da Administração Pública, através da melhoria e acessibilidade dos serviços online prestados.

A implementação de serviços eletrónicos na Administração Pública portuguesa é crucial para a sua modernização e para cumprimento das diretivas da União Europeia. Através das ações desta área governamental pretende-se a criação de uma lógica de serviços eletrónicos baseados nas necessidades do utilizador, promovendo a desmaterialização de processos e permitindo ao cidadão e empresas, a plena gestão dos dados que necessita a qualquer hora e em qualquer lugar.

No âmbito desta medida, está prevista para a ação

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir normas e modelos comuns para uniformização do aspeto gráfico e usabilidade dos serviços eletrónicos						
2.7.2	Definir normas comuns com vista à uniformização do aspeto gráfico e da usabilidade dos serviços públicos eletrónicos					
	Novo Portal do Cidadão online	Desenvolvimento da nova interface de utilizador para responder às novas necessidades de agregação por eventos de vida	2017	2018	AMA I. P.	AMA I. P.
Consolidar serviços eletrónicos no Portal do Cidadão						
2.7.3	Consolidação serviços eletrónicos no Portal do Cidadão, numa lógica de user-centricity					
	Alteração de morada uma só vez	Desenvolvimento e implementação da alteração de morada securizada para entidades públicas e privadas aderentes	2017	2017	AMA I. P.	AMA I. P.
	Agenda do Cidadão	Desenvolvimento e implementação da Agenda do Cidadão	2017	2017	AMA I. P.	AMA I. P.
	Abertura de conta desmaterializada	Implementação de um piloto de conta desmaterializada	2017	2017	AMA I. P.	AMA I. P.
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
	Bolsa de documentos	Disponibilização de aplicação online que permite receber, guardar, gerir e partilhar documentos eletrónicos ou digitais, facilitando a relação de cidadãos e empresários com a Administração Pública e garantindo a disponibilização segura dos documentos, a sua certificação e também a notificação dos utilizadores acerca da evolução do estado dos mesmos	2016	2017	AMA I. P.	AMA I. P.
	Serviço de Notificações Eletrónicas	Implementação de plataforma tecnológica de suporte à morada única digital, permitindo o envio de notificações das entidades públicas aderentes para a morada única digital escolhida por cada pessoa ou empresa	2016	2018	AMA I. P.	AMA I. P.
Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam						
2.7.10	Definir Arquitetura e elaborar piloto de roaming Wi-Fi na AP — GovRoam					
	GOVroam no CEGER	Levantamento de necessidades, planeamento e implementação de Wifi no CEGER	2017	2017	CEGER	CEGER
Digitalizar o arquivo físico da AP						
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
	Livro Amarelo Eletrónico	Disponibilização de reclamações, elogios e sugestões online ou através de livro físico e respetiva gestão online	2017	2018	AMA I. P.	AMA I. P.

Dados Económicos

Medida 8

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	41	41	41	41
Benefícios económicos e sociais	49	195	341	488
Investimento	-	-	35	-
Saldo	1 202			

* Valores arredondados em milhares de euros

Inovação setorial

Ações e objetivos

Nesta medida encontram-se identificadas todas as atividades e ações inovadoras que contribuem e reforçam a missão de melhorar e aumentar a qualidade dos serviços que a AP presta.

Para tal, importa que a sua criação e/ou desenho seja antecedida de experimentação, potenciando o impacto nos cidadãos, empresas e na própria Administração Pública.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
------------	-----------	--------	-----------	-------------	-----------------

Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC

2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC					
	Sistema de Certificação Eletrónica do Estado	Evolução do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado considerando as políticas e orientações de Identificação Eletrónica e regulamentação europeia aplicável	2017	2020	CEGER	CEGER
	Soluções de segurança TI (SIEM/WAF)	Capacitar a plataforma com ferramentas de coleção, armazenamento, correlação e análise de eventos relacionados com cibersegurança, bem como com ferramentas de proteção dos serviços Web, disponíveis ao público, contra incidentes de segurança	2017	2018	CEGER	
	Disaster Recovery e continuidade de serviço	Replicação da infraestrutura criada em (2) locais remotos. Ambos os sites alternativos com possibilidade de prestação de todos os serviços da EC	2016	2019	CEGER	
	Impressão de cartões e cartas PIN	Upgrade da capacidade de impressão de smartcards utilizados e das cartas PIN, após avaliação de custo benefício face ao uso de SCAP	2019	2019	CEGER	CEGER
	Sistema de Gestão da Certificação e Portal do Cliente	Implementação de Portal do Cliente e do Sistema de Gestão da Certificação	2018	2020	CEGER	CEGER
	Certificação ISO 27.001/20.000/22.301	Processo de certificação ISO 27.001, 20.000 e 22.301	2020	2020	CEGER	CEGER
	Adequação à nova Portaria das Taxas Certificação	Adequação EC à nova Portaria das Taxas Certificação	2016	2017	CEGER	CEGER
	Adequação ao novo Regulamento EIDAS	Adequação EC ao novo Regulamento EIDAS	2016	2017	CEGER	CEGER
	Assessment inicial ISO 20000/22301/27001	Assessment inicial ISO 20000/22301/27001+Formação complementar em Auditoria dos referenciais indicados	2016	2017	CEGER	CEGER
	Portal das Estatísticas Oficiais	Conceção e implementação do Portal da Estatísticas Oficiais, com disponibilização de mais conteúdos	2017	2018	INE	INE
	Solução aplicacional de Sistemas de Informação Geográfica	Desenvolvimento de solução SIG para suporte à gestão e recolha de dados das Operações Estatísticas	2016	2017	INE	INE
	Portal PCM Online	Definição, desenvolvimento e implementação do Portal PCM Online. Capacitação interna de colaboradores para utilização/interação	2016	2017	SGPCM	SGPCM

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	5 180	5 183	5 188	5 193

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	225	225	225
Investimento	1 202	598	270	263
Saldo	19 087			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 9**Centro de competências TIC**

Ações e objetivos

Reforço das competências digitais existentes para fazer face à escassez de recursos humanos com competências

ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação. Através do desenvolvimento de ações e atividades que definam um modelo de atuação e resultem num piloto que possa ser um embrião para a partilha de recursos qualificados.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC					
3.9.1	Definir o Modelo de funcionamento e identificar Centro de competências TIC na AP				
	Modelo Centro Competências Competências@AP	Definir e pilotar na área governativa Piloto do Portal que permita a identificação centralizada das competências dos trabalhadores em funções públicas	2017 2017	2018 2018	AMA I. P. SGPCM

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	3	3	3	3
Saldo	-12			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 10**Centros de dados na nuvem**

Ações e objetivos

Rentabilização da capacidade dos Centros de Processamento de Dados existentes. Os benefícios qualitativos relevantes estão associados à implementação de soluções e infraestruturas TIC comuns, sendo estruturais para a eliminação de investimentos replicados em infraestrutura, hardware, software, serviços de administração/operação e comunicações.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados					
3.10.1	Levantar a capacidade existente				
	Levantamento	Identificação das necessidades a implementar no Data Center ESPAP	2016	2017	CEGER
	Planeamento	Planeamento da movimentação dos equipamentos e serviços	2016	2017	CEGER
	Levantamento dos recursos TIC existentes na PCM	Atualização dos dados EAGLE — 2012	2017	2017	AMA I. P. Organismos MPMA e MC
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP				
	Implementação das Necessidades	Implementar necessidades identificadas nas atividades 3.10.1	2016	2017	CEGER
	Racionalização das Salas Técnicas da MPMA e MC	Análise, avaliação e racionalização das salas técnicas da área governamental	2017	2018	AMA I. P.
	Movimentação	Movimentação dos Equipamentos e Serviços	2016	2017	CEGER
	Agregação função informática	Definir organismo agregador da função informática em cada ministério	2017	2018	AMA I. P.
	Virtualização	Virtualizar infraestrutura física e consolidar em farms de virtualização funcionais (serviços, aplicações, websites/DMZ)	2017	2018	AMA I. P.

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	205	168	368	638
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	45	95	160	175
Saldo	903			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 11**Comunicações na AP****Ações e objetivos**

Definição e implementação de uma estratégia para uma rede de comunicações única no âmbito da área governamental para os serviços de dados e voz, fixas e móveis.

Desta forma, permitir-se também um aumento gradual da qualidade do serviço de comunicações disponibilizado a todos os organismos, potenciando ainda a utilização de soluções TIC comuns ao permitir a partilha e reutilização de circuitos com aproveitamento de largura de banda nas infraestruturas existentes.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
	VOIP@CEGER	Levantamento de necessidades, planeamento e implementação de VOIP no CEGER	2016	2017	CEGER	CEGER
	Criação da Rede de Comunicações da MPMA e MC	Contratação e gestão centralizada da rede de comunicações dos organismos da MPMA e MA	2017	2020	AMA I. P.	Restantes Organismos
Implementar rede comum de comunicações multisserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP					
	Interligação de rede ao PTT		2017	2017	INE	ESPAP

Dados Económicos**Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	506	434	437	440
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	505	250	250	250
<i>Saldo</i>	562			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 12**Aplicações comuns e em código aberto****Ações e objetivos**

Gestão centralizada do licenciamento de software e das aplicações que a área governamental necessita, permitindo ganhar um peso negocial face aos principais fornecedores de software. Assim é também possível gerir de forma mais eficaz os seus ativos de software, recorrendo ao desenvolvimento de soluções em código aberto sempre que economicamente viável e potenciando o impacto nas poupanças TIC e na inovação do tecido empresarial TIC nacional.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
3.12.2	Negociar e acordar melhores condições com principais fornecedores de software à AP					
	Negociação agregada do licenciamento de software	Obtenção de benefícios de escala e aplicação das melhores condições de licenciamento de forma transversal	2017	2020	AMA I. P.	Restantes organismos do Ministério AMA I. P.
	Catálogo de Software aberto	Redesenho do catálogo do software aberto	2017	2020	AMA I. P.	

Dados Económicos**Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	218	290	580	725
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
<i>Saldo</i>	1 813			

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	13	66	104	148	1 050	-510
	Poupanças Não TIC	21	69	62	60		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	544	431	45	30		
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	27	-27
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	18	9	-	-		
Medida 3	Poupanças TIC	-	-	-	-	26	380
	Poupanças Não TIC	8	18	24	32		
	Benefícios económicos e sociais	45	75	90	115		
	Investimento	11	5	5	5		
Medida 4	Poupanças TIC	-	-	-	-	291	-188
	Poupanças Não TIC	103	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	291	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	225	-	-	-	225	7 282
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	1 445	1 675	2 463	1 699		
	Investimento	225	-	-	-		
Medida 6	Poupanças TIC	142	50	-	-	192	0
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	142	50	-	-		
Medida 7	Poupanças TIC	-	-	-	-	35	1 202
	Poupanças Não TIC	41	41	41	41		
	Benefícios económicos e sociais	49	195	341	488		
	Investimento	-	-	35	-		
Medida 8	Poupanças TIC	-	-	-	-	2 333	19 087
	Poupanças Não TIC	5 180	5 183	5 188	5 193		
	Benefícios económicos e sociais	-	225	225	225		
	Investimento	1 202	598	270	263		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	12	-12
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	3	3	3	3		
Medida 10	Poupanças TIC	205	168	368	638	475	903
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	45	95	160	175		
Medida 11	Poupanças TIC	506	434	437	440	1 255	562
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	505	250	250	250		
Medida 12	Poupanças TIC	218	290	580	725	-	1 813
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

Investimentos, poupanças e benefícios estimados	Totais				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
	Totais (K€) *					
Poupanças TIC	6 476	6 176	6 657	7 118		
Poupanças Não TIC	184	142	147	157		
Benefícios económicos e sociais	1 826	2 035	2 427	3 700	5 922	31 124
Investimento	2 986	1 441	768	726		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Podê consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
Pedro da Silva Dias	AMA I. P.	Presidente
Manuel Honorato	CEGER	Diretor
Rui Silva	CEGER	Diretor
Miguel Agrochão	SGPCM	Chefe de Divisão
Jorge Magalhães	INE	Diretor-Adjunto
António Cruz	INCM	Diretor
Contacto do Representante Ministerial		
Pedro Silva Dias	AMA I. P.	Presidente

Área Governamental das Finanças**Sumário Executivo**

Esta versão do Plano Setorial das TIC para o Ministério das Finanças (PSTIC-MF) para o horizonte 2017-2020 reflete o forte compromisso do ministério com a concretização da Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública até 2020 (Estratégia TIC 2020), focando, como elementos centrais, por um lado, a racionalização e otimização transversal dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais e tecnológicos do Estado e, por outro, a continuação do aprofundamento da justiça e equidade fiscais.

Estiveram envolvidos na sua construção, sob coordenação do Representante Ministerial para as TIC no MF, 10 organismos, designadamente a AT, a DGAEP, a DGO, a DGTF, o GPEARL, a IGF, o INA, a SG do MF, os SSAP e a ESPAP.

Após a 4.ª iteração, a metodologia de trabalho permitiu, ainda assim, que fossem identificadas todas as iniciativas consideradas relevantes por todos os organismos e, numa segunda fase, agregar todas aquelas em que era possível a obtenção de sinergias, tendo como resultado final a inscrição de 195 atividades, com contribuições do ministério para as 12 medidas da Estratégia TIC 2020.

Face à natureza transversal do ministério ao nível da gestão de recursos da AP, foram identificadas 38 ações que terão impacto direto na sua melhoria, as quais estão concentradas entre a medida de “Inovação Setorial” do Eixo “Inovação e Competitividade” e as medidas do eixo “Partilha de Recursos”, neste último caso, com foco nos recursos TIC e no papel que a ESPAP terá enquanto coordenadora e dinamizadora da Rede de serviços Partilhados TIC da Administração Pública (RSPTIC).

No que respeita à área fiscal e aduaneira, é igualmente de realçar o número de ações inscritas nos diversos eixos, cabendo à AT, a implementação de 116 ações, destacando-se de entre estas, um forte alinhamento com o programa

Simplex ou com ações já comprometidas com a União Europeia.

De facto, o PSTIC-MF está alinhado com outras iniciativas estratégicas do Governo, inscrevendo 110 ações correspondentes a iniciativas Simplex, iniciativas da União Europeia ou candidaturas SAMA, e garantindo, com isso, uma visão agregada do ponto de vista das necessidades de TIC para a sua implementação em todo o ministério.

Ao nível do ministério, é de realçar o aprofundamento do compromisso global com a racionalização da função informática e com a sua progressiva centralização na ESPAP — por exemplo, com a migração do modelo de housing para o modelo de hosting das infraestruturas tecnológicas, para todos os organismos do ministério com exceção da AT — ou com a densificação da articulação entre a ESPAP e a AT no que respeita a áreas de impacto transversal no ministério como a segurança informática, a continuidade de negócio ou as comunicações de voz e dados.

A este nível é importante realçar o seguinte:

- Esta distribuição do investimento, concentrada no primeiro ano de execução completa do Plano, reflete a dificuldade dos organismos em identificar ações para lá dum horizonte temporal de médio prazo, ao que não será estranho o reduzidíssimo tempo disponível para a construção do plano.

- Esta limitação traduziu-se, por exemplo, na inscrição de algumas ações que não têm, ainda, contabilizado o investimento necessário à sua implementação, ou em que está em falta com informação qualitativa mais detalhada, nomeadamente ao nível dos indicadores de resultado; a este nível são de destacar ações correspondentes a medidas Simplex, algumas das quais não estão ainda claras quanto aos objetivos da participação dos organismos do Ministério.

- No que respeita às poupanças, a abordagem foi conservadora, nomeadamente na identificação de poupanças financeiras efetivas; de facto, a maiorias das poupanças identificadas, são de natureza económica (não TIC), correspondendo a ganhos de eficiência na gestão dos recursos do Estado, as quais, libertando recursos humanos da execução de processos de negócio TIC ou não TIC, não significarão uma redução direta de despesa.

- Ainda assim, medidas de natureza TIC transversais para a administração pública como a adoção do Ponto de Troca de Tráfego ou o aprofundamento da centralização de infraestruturas tecnológicas no Centro de Dados da ESPAP, ou mesmo medidas de impacto setorial como a contratação centralizada dos serviços de comunicações de dados, têm um potencial de redução de despesa efetiva já identificado de mais de 13 milhões de euros, valores estes que, como aprofundamento da colaboração entre todos os organismos no âmbito do modelo de governação das TIC

a implementar no âmbito deste plano, certamente poderão ser potenciadas.

No entanto, é objetivo de todos os organismos envolvidos na sua construção, bem como do representante ministerial, iniciar, desde já, a melhoria da qualidade da informação agora disponibilizada, e aprofundar o contributo do Ministério das Finanças para a Estratégia TIC 2020.

Medida 1

Governança das TIC

Ações e objetivos

Com as ações enquadradas nesta medida pretende-se melhorar a gestão das TIC do Ministério das Finanças, visando uma utilização mais racional dos recursos disponíveis e, simultaneamente, melhorar os mecanismos de interoperabilidade entre os vários sistemas. Serão definidos, em articulação com o CTIC, os mecanismos necessários à garantia de existência de uma governação global das TIC na AP, através da criação dos interfaces adequados à comunicação e alinhamento entre o modelo de governação do MF e global; O conjunto de ações a levar a cabo tem como objetivo definir um modelo de funcionamento da função informática do Ministério das Finanças que garanta coerência e homogeneidade na respetiva execução, tendo em atenção as características do setor e visando alcançar eficácia e melhoria do serviço prestado e uma gestão integrada e eficiente dos recursos existentes.

Reafetação dos meios humanos, materiais e orçamentais em concordância. O impacto das medidas incide sobretudo na criação de um modelo de funcionamento das TIC do Ministério, potenciador de redução de custos, de transparência e de integração das infraestruturas tecnológicas do MF. As medidas de governance não tem poupanças asso-

ciadas, assumindo-se que estas resultarão posteriormente pelo consumo dos serviços de forma partilhados e não são passíveis de serem contabilizadas neste plano.

Esta atividade visa a consensualização nos seguintes pontos:

- Infraestrutura de comunicações e respetivos serviços associados, sob gestão da eSPap e da AT
- Infraestrutura tecnológica e respetivos serviços associados sob gestão da eSPap, assegurando esta:
 - Hosting de servidores e aplicações
 - Housing de servidores e aplicações
 - Implementação do Sistema de Continuidade de Negócio para a eSPap, de acordo com a norma ISO22301

Principais objetivos:

- 1 — Continuar o processo de aumento de virtualização dos servidores do seu Centro de Processamento de Dados (CPD)
- 2 — Agregação e consolidação das infraestruturas de Email, Acesso Internet, Storage, externalização de Backups, DNS etc.
- 3 — Alojamento de servidores e aplicações em modelo de partilha de infraestrutura e gestão das plataformas por parte do prestador de serviços
- 4 — Alojamento de servidores e aplicações em modelo de cedência física de espaço, sendo a gestão e administração das plataformas assegurada pelo cliente.

De momento, a AT será considerada apenas nas áreas de comunicações de voz, dados e internet e segurança da informação. Posteriormente, será analisada a possibilidade de integração noutras áreas funcionais TIC

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental						
1.1.3	Governança das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP).					
1.1.3.1	Modelo de Governação TIC para a Rede MF	Apresentar e obter aprovação proposta de Modelo de Governação das TIC no MF Implementar o modelo aprovado, nomeadamente ao nível de comités, responsabilidades, processos e ferramentas de suporte.	2016	2017	ESPAP	Rede MF
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central.					
1.1.4.1	Racionalização da Função TIC na Rede MF	Conduzir levantamento da função TIC, nomeadamente ao nível de serviços prestados, responsabilidades e competências Definir, propor, obter aprovação e implementar o Modelo de Racionalização da Função TIC na Rede MF Definir, propor, obter aprovação e implementar o modelo de integração das soluções de Gestão de Serviço de IT (ITSM) na Rede MF Nota: De momento, a AT será considerada apenas nas áreas de comunicações de voz, dados e internet. Posteriormente, será analisada a possibilidade de integração noutras áreas funcionais TIC.	2017	2017	ESPAP	Rede MF
1.1.5	Publicar catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço das áreas governamentais.					
1.1.5.1	Publicação do catálogo de serviços partilhados TIC	Publicar o catálogo de serviços partilhados TIC na Rede MF com Integração no catálogo serviços da rSPtic e de acordo com o modelo de racionalização da função TIC na AP (medida 1.1.4)	2016	2017	ESPAP	Rede MF

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	75	167	-	-
Saldo	-242			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente, não existe um modelo de governação das TIC na rede MF, bem como uma estratégia de racionalização da Função TIC para a mesma Rede. Exceção feita à centralização das infraestruturas alojadas no Centro de Processamento de Dados (CPD) da ESPAP.

Situação futura

Em 2017, com as atividades enquadradas nesta medida, pretende-se melhorar a gestão das TIC do Ministério das Finanças, visando uma utilização mais racional dos recursos disponíveis e, simultaneamente, melhorar os mecanismos de interoperabilidade entre os vários sistemas. Nomeadamente com os principais objetivos:

- 1 — Continuar o processo de aumento de virtualização dos servidores do seu Centro de Processamento de Dados (CPD)
- 2 — Agregação e consolidação das infraestruturas de Email, Acesso Internet, Storage, externalização de Backups, DNS etc.
- 3 — Alojamento de servidores e aplicações em modelo de partilha de infraestrutura e gestão das plataformas por parte do prestador de serviços
- 4 — Alojamento de servidores e aplicações em modelo de cedência física de espaço, sendo a gestão e administração das plataformas assegurada pelo cliente.

De momento, a AT será considerada apenas nas áreas de comunicações de voz, dados e internet e segurança da informação. Posteriormente, será analisada a possibilidade de integração noutras áreas funcionais TIC

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

As atividades identificadas no âmbito da presente medida visam a criação do Plano Setorial das TIC para a Rede MF, em linha com a estratégia para as TIC definida pelo CTIC, por forma a materializar a definição de prioridades de investimento TIC, a articulação das TIC na Rede MF, a atribuição de responsabilidades de implementação e a calendarização das atividades a realizar.

Considera-se que as ações identificadas, em articulação com as medidas 1, 2 e 10, permitirão a obtenção de benefícios essencialmente económicos, decorrentes, como indicado no Plano Global, da redução ao nível dos Recursos técnicos e humanos afetos à gestão e administração de infraestruturas tecnológicas e de comunicações.

A obtenção de benefícios financeiros poderá decorrer entre outros elementos, efetivamente, da redução do número de contratos de aquisição de serviços de consultoria, prestação de serviços e licenciamento.

No entanto, por não se dispor da necessária linha de base que resultará do levantamento da renovação da situação atual, medida 10, não é ainda possível, quer ao nível dos benefícios económicos quer dos benefícios financeiros, avançar com valores concretos, os quais serão identificados em sede de revisão deste Plano.

O impacto das medidas incide sobretudo na criação de um modelo de funcionamento das TIC do Ministério, potenciador de redução de custos, de transparência e de integração das infraestruturas tecnológicas do MF. As medidas de governance não tem poupanças associadas, assumindo-se que estas resultarão posteriormente pelo consumo dos serviços de forma partilhados e não são passíveis de serem contabilizadas neste plano.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
1.2.1.1	Formalização do Plano Setorial e definição dos pilares de convergência setorial	Formalizar na rede MF o plano setorial e definir os pilares de convergência setorial na prossecução dos objetivos traçados pelo CTIC. Serão executadas atividades que permitirão acompanhar a execução dos investimentos, nomeadamente a IGF efetua auditorias aos projetos com valor de investimento superior a 100.000€. Todos os investimentos acima de 10.000€ devem ser inscritos no Plano Setorial TIC da Rede MF. Nota: O valor dos projetos a auditar será alvo de acordo e aprovação	2016	2020	ESPAP	Rede MF
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC						
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central					
1.2.2.1	Criação e revisão anual do plano setorial da rede MF	Realizar as atividades de criação e revisão anual do PSTIC-MF, de acordo com o Modelo de Governance em vigor para as TIC no Ministério das Finanças (medida 1.1.1)	2017	2020	ESPAP	Rede MF

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	185	92	92
Saldo	- 369			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente, cada organismo na Rede MF possui autonomia de decisão sobre investimentos TIC a realizar.

Situação futura

Em 2017, com as ações enquadradas nesta medida pretende-se melhorar a gestão das TIC na Rede MF, visando uma utilização mais racional dos recursos disponíveis e, simultaneamente, melhorar os mecanismos de interoperabilidade entre os vários sistemas.

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

A medida de Interoperabilidade assume um papel estruturante na modernização da Administração Pública,

permitindo que as Tecnologias de Informação e Comunicação, os Sistemas de Informação e os processos do Estado passem a funcionar articuladamente, simplificando a relação com os cidadãos e com as empresas. Nesta medida o Plano Setorial do Ministério das Finanças apresenta 24 atividades com um investimento de 12.855 M euros na submedida de Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP.

A atividade transversal de Interoperabilidade na rede do MF para a Gestão Documental, representa um dos pilares no modelo de Governação, consensualizando no que se refere à definição de arquiteturas de interoperabilidade entre sistemas de gestão documental, ainda não foi efetuado o levantamento técnico de todos os sistemas de Gestão Documental existentes no MF, nem identificadas as possíveis soluções de interoperabilidade que permitam determinar qual o investimento necessário à implementação da medida, sendo o valor apresentado uma estimativa possível identificar. Não sendo possível nesta fase apresentar as poupanças económicas e financeiras decorrentes da sua implementação, as quais serão calculadas em sede de revisão deste Plano. Alinhada com o objetivo de alargar a interoperabilidade entre soluções de gestão documental do Ministério das Finanças permitirá desmaterializar os processos de troca de informação formais e informais e suportar a implementação de projetos SIMPLEX, Europeus e obter assim benefícios económicos na operação dentro do Ministério.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental						
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP					
1.3.3.1	Interoperabilidade GPSB57: C63B57:C65A6B57: C62B57:C66B57:C63B57: C65	Adaptação de formatos de documentos e metainformação associada. Desenho e implementação de processos de troca de documentos com outras entidades da AP usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2017	2018	AT	AMA I. P.
1.3.3.2	Arquitetura SOA na AT — Modelo de aplicação	Estabelecer as normas, regras de utilização e de desenvolvimento da plataforma SOA da AT. Selecionar componentes candidatos a reutilização, promovendo a adequação a garantir a interoperabilidade com outros organismos da AP assim como da EU, usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2017	2017	AT	
1.3.3.3	(Projeto comunitário) CCN2 — Common Communication Network	Construir uma plataforma que possibilite a ligação aos serviços comunitários (SOA), usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2016	2018	AT	Comissão Europeia
1.3.3.4	(Projeto comunitário) Surveillance3	Implementar as funções necessárias para disponibilização de dados relativos às “BTI” de forma a implementar os controlos inerentes, usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2016	2018	AT	Comissão Europeia
1.3.3.5	(Projeto comunitário) ICS2.0 for strengthening the Security of the Supply Chain na Entry	Otimizar a troca de dados de modo a melhorar a análise de risco particularmente na via aérea, usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2017	2020	AT	Comissão Europeia

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
1.3.3.6	(Projeto comunitário) CUP-MIS — Customs Union Performance — Management Information System	Suportar a gestão/governança e a implementação prática do CUP-MIS através da recolha, processamento e reporting, usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2019	2020	AT	Comissão Europeia
1.3.3.7	(Projeto comunitário) Smart and Secure Trade Lanes (SSTL)	Projeto piloto restrito apenas a alguns Estados-membros e sem calendário de implementação/generalização definido, usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2017	2020	AT	Comissão Europeia
1.3.3.8	(Projeto comunitário) Exchange of TIR movement data via SPEED2 to Republic of Moldova and Ukraine	Projeto piloto usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública, sem calendário de implementação definido	2017	2020	AT	Comissão Europeia
1.3.3.9	(Projeto comunitário) EU-CH EXS data exchange for indirect exports from Switzerland	Projeto usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública, sem calendário de implementação definido	2017	2020	AT	Comissão Europeia
1.3.3.10	(Projeto transnacional) Co-Operação Administrativa Fiscal	Receber e enviar informação financeira entre os Estados Membros da União Europeia e a OCDE usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2016	2017	AT	Comissão Europeia/ OCDE/ Instituições Financeiras
1.3.3.11	Trocas de Informação com entidades Fiscais Internacionais e a AT — área de Inspeção Tributária e Aduaneira	Gestão de Trocas de Informação entre Portugal (AT — área de Inspeção Tributária e Aduaneira), União Europeia, OCDE e países terceiros, usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2016	2017	AT	União Europeia/ OCDE/Países Terceiros
1.3.3.12	Interoperabilidade entre os sistemas de Gestão Documental da Rede MF	A atividade centrar-se-á, com impacto ao nível do MF, na definição de arquiteturas de interoperabilidade entre sistemas de gestão documental, através de uma plataforma comum, usando a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública	2017	2020	ESPAP	DGO, SG e Rede MF

Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa

1.3.4		Massificar a utilização da iAP				
1.3.4.1	Integração automática de outros sistemas de faturação no Gerfip	Sinergias na interligação automática entre os dados de faturação da Gestão de Refeitórios e da Gestão Hoteleira com o GERFIP	2017	2017	SSAP	ESPAP
1.3.4.2	Criação de mecanismos eficazes de atualização do Dados dos Beneficiários dos SSAP	a) Construção de mecanismos de sincronização automática de obtenção de informação atualizada dos beneficiários (como morada, mudança de organismo, aposentação, desvinculação da AP, falecimento, entre outros). b) Automatizar o registo de beneficiários dos SSAP. c) Mediante consentimento do próprio, consulta de dados fiscais para instrução de processos	2017	2018	SSAP	AP Central
1.3.4.3	Implementação de novo meio de pagamento de refeições — Pagamento através de telemóvel	Agilizar o processo de pagamento para o beneficiário, disponibilizando novas alternativas	2017	2020	SSAP	

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	23	23	23

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	75	75	-	75
Investimento	2 209	185	585	-
Saldo	-2 685			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual**AT**

A AT tem em curso a implementação de uma ferramenta de gestão documental e workflow, baseada no package Filenet (IBM), a qual serve de suporte à desmaterialização dos documentos entrados em suporte papel e à gestão do ciclo de vida dos mesmos. A ferramenta está implementada nos serviços desconcentrados (em curso durante 2016 está a sua expansão a todos os serviços centrais). Após a implementação interna, será avaliada a interligação desta ferramenta com outras similares de outros organismos públicos com os quais existem atualmente trocas de documentação em suporte papel.

No que respeita às trocas de informação com outras autoridades tributárias e aduaneiras, os sistemas e circuitos atualmente implementados e que suportam esses intercâmbios de informação estão a ser repensados/reformulados para se adaptarem aos novos standards definidos pela Comissão Europeia, pela OCDE e por outras entidades supranacionais responsáveis pela definição de modelos/padrões.

Situação futura**AT**

Implementação de troca de documentação desmaterializada com outros organismos da administração pública portuguesa, com enfoque nos processos que representam atualmente um maior volume de circulação de papel e para os quais não existam constrangimentos legais à referida desmaterialização (nomeadamente, para efeito de prova/validade do documento em processos judiciais).

Implementação das trocas de informação com outras administrações tributárias e aduaneiras, no escrupuloso cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado português.

Medida 4**Arquitetura de referência TIC****Ações e objetivos**

Na medida Arquitetura de Referência TIC a definição e adoção de referenciais TIC comuns permitirá tirar partido dos investimentos e projetos TIC efetuados na AP, quer seja pela normalização técnica e semântica, quer seja pela implementação de melhores práticas, permitindo sistemas interoperáveis, complementares e mais seguros. No plano setorial das TIC do Ministério das Finanças é importante continuar a adequar as políticas de segurança existentes aos novos desafios e fortalecer e alargar a implementação

das soluções já existentes, nomeadamente alinhar com a Estratégia Nacional de Segurança de Informação, do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado, do quadro legal da Segurança das Matérias Classificadas e da solução de Criptografia Nacional. Nesta medida foram inscritas 25 atividades com a seguinte desagregação, 20 atividades na submedida Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos e 4 atividades na submedida Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais. Com um investimento de 19.000.001 € a 4 anos.

Estas atividades permitem definir e garantir que os Sistemas de Informação do Ministério das Finanças cumprem requisitos de segurança adequados à criticidade e ao tipo de informação que armazenam permitindo assegurar que estão protegidos na correta medida do risco a que estão sujeitos no seu setor de atividade.

Ao nível do MF serão desenvolvidos projetos conducentes a certificar a eSPap no domínio da Segurança da informação, ao abrigo da Norma ISO27001 e em articulação com processos complementares no contexto da norma ISO20000 e ISO22301. Considerando que a AT tem uma solução, in-house, de Sistema de Gestão e Correlação de Eventos de Segurança dimensionada e especificamente para a sua realidade, excluimos a AT da implementação de requisitos de segurança adicionais. A sua inclusão será ponderada como um enclave e poderá integrar com a solução do Ministério das Finanças.

Será ainda consensualizada com a AT a sua participação na solução para a Classificação da informação, bem como na avaliação da maturidade e conformidade de acordo com a 27001. A atividade 1.4.11.20 corresponde a uma medida Simplex. As atividades 1.4.11.7 e 1.4.11.11 correspondem a projetos comunitários.

Os valores de investimento apresentados nestas atividades não representam o total de investimento necessário, por constrangimento de tempo, não é possível apresentar valores de poupanças financeiros e económicos para estas atividades. As medidas de segurança de informação não tem poupanças associadas, assumindo-se que estas resultarão posteriormente pela salvaguarda da informação e proteção dos dados pessoais alojados nos sistemas de informação bem como a proteção dos dados nos mecanismos de interoperabilidade e serviços partilhados não são passíveis de serem contabilizadas neste plano apenas que representam o alinhamento com as diretivas europeias, nas quais estão previstas, aplicações de coimas elevadas a quem não cumprir com as mesmas.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais					
1.4.1	Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais à AP				
1.4.1.1	Reforço da Arquitetura Analítica da AT — Uniformização e Gestão Transversal de Conceitos Mestre	Desenvolvimento de metodologias, processos e sistemas que garantam a uniformização e gestão dos dados mestre, garantindo uma visão transversal e holística dos conceitos que suportam os vários sistemas analíticos.	2017	2018	AT
1.4.1.2	Projeto de Melhoria de Qualidade de dados de Sistemas de Informação	O Projeto de Quality Assurance, visa implementar mecanismos técnicos e produzir documentação atualizada, com vista a garantir uma maior qualidade dos dados	2017	2018	DGTF

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	<p>e regras de cálculo presentes nos sistemas de infirmação, contemplando as seguintes fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fase 1 — Diagnóstico da Qualidade de Dados <ul style="list-style-type: none"> — Atualização de Especificações — Criação de Módulo de Testes Automatizados — Testes Unitários/Integrados — Documento de Resultados e Recomendações • Fase 2 — Correções ao Código <ul style="list-style-type: none"> — Correções na aplicação SIGE — Testes de Aceitação — Ajustes finais e passagem a Produção 					
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação						
1.4.8	Alargamento da adoção da solução de criptografia nacional					
1.4.8.1	Certificação digital	Assinatura eletrónica de penhoras e documentos; gestão de certificados para produtores de software e operadores económicos; gestão de certificados SSL; hardware criptográfico	2017	2020	AT	
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos					
1.4.11.1	Certificação ISO 27001 da eSPap nos serviços de âmbito	Continuação do projeto de certificação da ESPAP na norma ISO 27001	2016	2017	ESPAP	REDE MF
1.4.11.2	Avaliação dos Organismos da rede MF, excluindo a AT	Contratação de serviços para avaliação da maturidade e conformidade das entidades da área governamental do Ministério das Finanças de acordo com a framework 27001	2017	2017	ESPAP	REDE MF, excluindo a AT
1.4.11.3	Definição de plano dos organismos	Definição de um plano em articulação com cada organismos da aplicação das políticas mínimas de acordo com a definição da medida 1.4.10	2018	2018	ESPAP	REDE MF, excluindo a AT
1.4.11.4	Implementar uma solução centralizada de gestão de controle de acesso à infraestrutura AT	Visa implementar uma solução de gestão para controle de acessos e compliance para os postos de trabalho atentos a um crescimento das soluções em mobilidade e/ou instaladas em espaços partilhados da AP e às crescentes ameaças de segurança	2016	2017	AT	
1.4.11.5	Rever a estrutura geral de perfis e do sistema de Gestão de Utilizadores (M18 — Plano de Ação AT em matéria de reforço da segurança da informação, proteção de dados pessoais e confidencialidade fiscal)	Melhorar o processo de atribuição e inibição do acesso aos recursos informáticos, tendo em atenção o Plano de Ação da AT em matéria de segurança da informação, proteção de dados pessoais e confidencialidade fiscal	2017	2020	AT	
1.4.11.6	Processo de certificação ISO IEC 27001/2013 (M07)	Revisão dos processos e soluções tecnológicas de segurança tendo em vista a certificação da AT com base na norma ISO IEC 27001:2013	2016	2017	AT	
1.4.11.7	Implementar mecanismos tecnológicos de controlo e monitorização de acessos a bases de dados (M13)	Reforço dos mecanismos de controlo dos acessos aos dados com especial enfoque nos dados protegidos por lei, tendo por base o novo regulamento geral de proteção de dados da União Europeia	2016	2017	AT	Comissão Europeia
1.4.11.8	Normalização dos Logs das aplicações (M16) e da arquitetura de monitorização dos registos informáticos	Visa proporcionar uma visão unificada dos trilhos de auditoria independentemente do tipo de recurso informático acedido, de molde a evidenciar o cumprimento do novo regulamento geral de proteção de dados da União Europeia	2016	2017	AT	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.4.11.9	Elaboração do plano de continuidade e de salvaguarda da informação e operacionalização do Centro Alternativo da AT; sistema de gestão de perfis, de gestão de utilizadores de proteção de webservices e de PKI redundantes	Aumento da capacidade de resiliência operacional da AT e da salvaguarda de informação sensível	2016	2017	AT	
1.4.11.10	Proteger a troca de informação entre a AT e outras entidades	Reforço do sistema de segurança dos serviços web tendo em vista a proteção das transações entre a AT e outras entidades, atendendo ao Programa Simplex.	2016	2020	AT	
1.4.11.11	Reforço da Arquitetura Analítica da AT — Instalar um sistema de autenticação reforçada	Reforçar o sistema de controlo de acessos aos recursos informáticos de acordo com o novo regulamento geral de proteção de dados da União Europeia	2016	2017	AT	Comissão Europeia
1.4.11.12	Proteção da rede interna	Proteção de antivírus e da rede sem fios	2017	2020	AT	
1.4.11.13	Proteção do perímetro	Controlo de acessos, filtragem de tráfego, renovação das firewalls (2019) e do sistema de proteção de correio eletrónico (2019), expansão da solução Global Protect e renovação do sistema de prevenção de intrusão	2017	2020	AT	
1.4.11.14	Gestão dos riscos de segurança	Análise e tratamento dos riscos de segurança com base em ferramenta informática	2017	2020	AT	
1.4.11.15	Análise de vulnerabilidades de segurança	Análise de vulnerabilidades persistente externa; análise de vulnerabilidades interna	2017	2020	AT	
1.4.11.16	Monitorização, avaliação e correlação de eventos	Deteção e controlo das violações às políticas de segurança em vigor	2017	2020	AT	
1.4.11.17	Centro Alternativo da AT — Implementação do centro de dados secundário (AT) (pré-requisito para a implementação de medidas Simplex +)	1. Upgrade do mainframe; 2. Renovação tecnológica do ScaleOut; 3. Aquisição/Expansão da SAN; 4. Expansão da appliance Exadata com Storage Expansion; 5. Expansão da appliance Exalogic; 6. Expansão da solução de backups de tapes virtuais do sistema central; 7. Expansão da solução robótica; 8. Expansão da solução de backups Windows Based (DPM); 9. Aquisição da Converged Appliance para ambientes Físicos e Virtuais; 10. Expansão da Solução de blades; 11. Aquisição da appliance Zero data-loss recovery para base de dados Oracle (OLTP, DW e NOSQL)	2016	2019	AT	
1.4.11.18	Reforço na componente de segurança com WAF	Aquisição de solução Web Application Firewalls (WAF)	2017	2017	ESPAP	DGAEP
1.4.11.19	Reforço na componente de segurança com secure Web Gateways	Aquisição de solução secure Web Gateway Blades Package — integrar em solução já existente	2017	2017	ESPAP	DGAEP
1.4.11.20	Renovação da IE de suporte do plano de continuidade dos sistemas centrais que comportam o parque informático distribuído	Renovação dos servidores que suportam a solução de continuidade no Centro Alternativo; expansão do licenciamento existente necessário para este processo para acomodar as novas necessidades	2017	2018	AT	
1.4.12	Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais					

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.4.12.1	Implementação e operacionalização de um Sistema de Gestão e Correlação de Eventos de Segurança, visando a segurança da Informação, para a área governamental das Finanças.	Implementação e operacionalização de solução de SIEM para os sistemas de informação da área governamental do Ministério da Finanças expostos à Internet e para os sistemas de informação da eSPap. Implementação e operacionalização de Sistema de Classificação da Informação na eSPap.	2017	2018	ESPAP	Rede MF, excluindo a AT
1.4.12.2	Implementação do SOC (Security Operational Center) para a área governamental do MF.	Equipa para reação dos incidentes de segurança	2017	2020	ESPAP	Rede MF, excluindo a AT
1.4.12.3	Alargamento da solução do Sistema de Gestão e Correlação de Eventos de Segurança (SIEM), visando a segurança da Informação às Entidades da área governamental do Ministério das Finanças.	Alargamento da solução de SIEM aos sistemas de informação a 3 entidades da área governamental do Ministério da Finanças; Alargamento da solução de SIEM aos sistemas de informação às restantes entidades da área governamental do Ministério da Finanças Alargamento, implementação e operacionalização, de Sistema de Classificação da Informação às entidades da área governamental do Ministério das Finanças.	2018	2019	ESPAP	REDE MF, excluindo a AT
1.4.12.4	Definição e implementação de um Sistema de Continuidade de Negócio na eSPap, a fim de aumentar o nível de fiabilidade, qualidade e seguranças dos serviços oferecidos	Efetuar um piloto em 2017 para a externalização das cópias de Segurança e um sistema de informação. Em 2018 Alargar o âmbito aos restantes serviços da ESPAP em regime de hosting. Em 2019 incluir os serviços dos organismos em housing.	2017	2020	ESPAP	REDE MF, excluindo a AT
1.4.12.5	Infraestrutura de armazenamento (Storage) para realização das cópias de segurança e replicação no Datacenter Alternativo	Incrementar a segurança dos dados com a implementação da replicação para o DC alternativo	2017	2018	AT	
1.4.12.6	Reformulação da Infraestrutura de serviços e conectividade IDC para o Portal das Finanças	Visa submeter à concorrência a atual arquitetura prevendo o aumento da capacidade de acesso, dos sistemas de gestão e segurança, numa lógica de continuidade de serviço no Centro Alternativo.	2016	2019	AT	
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos					
1.4.13.1	Articulação ponto de contacto com o CNCS	Em termos tecnológicos a atividade 1.4.11 e 1.4.12 reflete os meios, recursos e respetivos custos para a área governamental do Ministério das Finanças. Além dos meios tecnológicos a atividade 1.4.12 reflete ainda iniciativas para aferir o estado de conformidade e maturidade das entidades em relação à segurança da informação, tendo por base a framework 27001. Paralelamente e estando a eSPap a trabalhar com o CNCS sobre a temática, estão previstas um conjunto de iniciativas (reuniões globais conjuntamente com o CNCS e/ou reuniões específicas com as entidades que manifestarem essa intenção/necessidade), para garantir a articulação das entidades da área governamental do MF, de acordo com o grau de maturidade tipificado com o CNCS, com o nível de conformidade exigido.	2017	2020	ESPAP	Rede MF, serão ainda efetuadas convergências com a AT

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças e Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	233	500	951	1 054
Benefícios económicos e sociais	6 341	6 341	6 306	13
Investimento	8 203	6 854	3 786	3 388
<i>Saldo</i>	13 028			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

AT

Desde junho de 2015 tem estado a ser implementado um plano de ação, composto por 30 medidas que endereçam fragilidades identificadas ao nível da proteção do sigilo fiscal das contribuintes derivadas de uma deficiente gestão e atribuição de perfis de acesso aos utilizadores internos e externos e ao facto de não terem sido cumpridas regras contidas nos documentos de política de segurança produzidos e implementados internamente. Este plano visa dar resposta às recomendações formuladas pela CNPD e pela IGF nos respetivos relatórios, sobre as quais assentaram as determinações constantes do Despacho n.º 105/2015--XIX, de 26 de maio de 2015, do Senhor SEAF.

A segurança nos sistemas de informação da AT contra ataques externos e tentativas de intrusão, tem ao longo dos anos, revelado padrões de grande eficácia, o que tem garantido a integridade da informação e a salvaguarda da confidencialidade dos dados pessoais dos contribuintes perante o exterior. Estes resultados têm sido alcançados por via de uma efetiva proteção da rede interna e do perímetro e de atividades de gestão dos riscos de segurança e da troca de informação com entidades externas.

Situação futura

AT

Pretende-se a implementação total do estipulado no Plano de Ação AT em matéria de reforço da segurança da informação, proteção de dados pessoais e confidencialidade fiscal, bem como o reforço da capacidade da AT em matéria de segurança, para satisfazer o aumento acentuado da necessidade de acessos e de trocas de informação que decorrem das medidas previstas no programa Simplex +, dos novos projetos e diplomas legislativos de iniciativa comunitária e da evolução dos sistemas aplicativos e dos processos de trabalho internos à AT.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

A utilização de serviços públicos eletrónicos beneficia pela disponibilização de um serviço de autenticação do cidadão único e transversal a todos os serviços eletrónicos disponibilizados pela AP. Nesta medida o Plano Setorial do Ministério das Finanças apresenta 2 atividades com um investimento de 16.000,00 € na submedida de Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel. Por falta de tempo nesta versão do plano os valores de investimento apresentados não correspondem a totalidade de investimento necessário à implementação das mesmas.

É necessário simplificar o acesso ao balcão único de serviços do INA, integrado no seu site, implementando aqui mecanismos de autenticação única dos cidadãos. Esta nova autenticação poderá ser associada à que é atualmente utilizada, a autenticação por SGU, que foi considerado que era a solução mais fácil para a interoperabilidade com a BEP. Esta simplificação do acesso implicará a adaptação do próprio site, nomeadamente a nível de melhoria da segurança.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
2.5.2.1	Single Sign-On com o Autenticação.Gov.Pt	Permitir o estabelecimento de uma relação de confiança entre o Autenticação.Gov.Pt e o Acesso.gov.pt (Portal das Finanças) — federação entre portais	2017	2020	AT	AMA I. P.
2.5.2.2	Balcão Único INA 2.0	Simplificação do acesso ao balcão único do INA, com recurso à autenticação única dos cidadãos, e adaptando o site às novas exigências nomeadamente no que respeita à segurança.	2017	2018	INA	AMA I. P.
	Disponibilizar CMD no Portal das Finanças	Disponibilizar autenticação com base na Chave Móvel Digital no Portal das Finanças	2017	2017	AT	
Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para assinatura e autenticação						
2.5.3	Disponibilização Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP)					
	SCAP @ GERUP e GERFIP	Disponibilizar autenticação a dirigentes e funcionários públicos no GERFIP e GERUP com base no SCAP	2017	2017	ESPAP	AMA I. P.

Dados Económicos

Medida 6

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (k€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	5	6	7
Benefícios económicos e sociais	10	9	-	11
Investimento	11	1	1	1
Saldo	34			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

INA

Temos um balcão único de serviços integrado no site com recurso ao SGU para autenticação. Esta opção foi acordada com a Espap, para facilitar a interoperabilidade entre o balcão único e a BEP.

Situação futura

INA

Balcão único de serviços interoperável com a BEP, integrando novo mecanismo de autenticação como cartão de cidadão e chave móvel digital.

Site adaptado à nova arquitetura de autenticação com melhorias ao nível da segurança.

Transparência e participação

Ações e objetivos

A informação que o Estado produz e disponibiliza sobre a sua atividade e desempenho tem um potencial não explorado suficientemente na criação de condições para maior cidadania e participação através de soluções inovadoras.

A utilização das TIC permite disponibilizar novos canais para mais cidadania e maior transparência. Nesse contexto o plano setorial das TIC do Ministério das Finanças inscreve 3 medidas com um valor de investimento de 867.600,00 € a 4 anos. 1 Atividade “Plataforma do Sistema de Formação Profissional da A.P.” para disponibilização no Dados.gov de informação sobre formação profissional da A.P.

1 atividade “Otimização do acompanhamento e monitorização da eficiência” na submedida Divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da AP e 1 atividade “Portal GPEARI” na submedida Disponibilizar mecanismos para a transparência e integridade na Administração Pública que contribuí para a divulgação de informação relevante para o setor, para a partilha em protocolo seguro de informação com os principais stakeholders e para a consolidação de fontes informacionais.

Os valores de investimento apresentados nestas atividades não representam o total de investimento necessário, por constrangimento de tempo, não é possível apresentar valores de poupanças financeiros e económicos para estas atividades.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal dados.gov.pt					
2.6.1	Alargar a divulgação de Dados Abertos e Aplicações no Dados.gov.pt				
2.6.1.1	Plataforma do Sistema de Formação Profissional da A.P	Criação da plataforma de dados de gestão da formação profissional da A.P. segundo os requisitos do novo modelo em aprovação pela Tutela, e disponibilização nos Dados.gov.pt	2016	2018	INA
Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP					
2.6.2	Divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da AP				
2.6.2.1	Otimização do acompanhamento e monitorização da eficiência	Desenvolvimento de processos e sistemas que garantam a criação de um painel integrado, representativo dos principais indicadores de eficiência, garantindo assim o acompanhamento atempado e transversal da performance e desempenho da organização	2016	2017	AT
Disponibilização de instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos					
2.6.3	Disponibilizar mecanismos para a transparência e integridade na Administração Pública				
2.6.3.1	Portal GPEARI	Desenvolvimento de um portal colaborativo para o GPEARI que contribua para a divulgação de informação relevante para o setor, para a partilha em protocolo seguro de informação com os principais stakeholders e para a consolidação de fontes informacionais.	2017	2019	GPEARI

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	<p>O portal incluirá, na fase I, uma página eletrónica informativa, um módulo de intranet colaborativa e uma área reservada de extranet para partilha de dados com os Gabinetes e outros Stakeholders, nomeadamente MNE, IGCP, REPER, etc.;</p> <p>Na fase II pretende-se a construção do Sistema de informação de indicadores de acompanhamento, previsão e análise económica, que permitirá uma melhoria na qualidade, versatilidade e abrangência da informação disponível ao cidadão, empresas, Gabinetes ministeriais, universidades e instituições internacionais.</p> <p>Este projeto assentará os seus objetivos em três pilares fundamentais, que vêm responder à estratégia na área das TIC, contribuindo para: (i) uma maior transparência na partilha de informação, nomeadamente disponibilizando ao cidadão, empresas e meio académico informação relevante produzida na administração pública e consolidada num acervo centralizado, com garantias de fiabilidade e tempestividade; (ii) melhorias no desenvolvimento dos processos internos e consolidando as fontes informacionais gerando ganhos de eficiência e qualidade da informação prestada; (iii) a formalização e aumento de segurança nas trocas de informação com os principais clientes, nomeadamente os Gabinetes.</p>					
2.6.3.2	SIRIEF — INTEROP	<p>Visa-se recolher e tratar a informação económico-financeira do setor empresarial do Estado.</p> <p>Assegurando a elaboração de relatórios informativos a apresentar ao Governo sobre o SEE, o grau de cumprimento das obrigações de reporte da informação pelas empresas do SEE, assim como, sobre o nível da qualidade dos serviços prestados.</p> <p>Reporte atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 132 empresas pertencentes • 29 formulários, • periodicidade mensal, trimestral e anual. <p>Criação de sinergias com outras entidades, através da partilha de informação, evitando desta forma a burocratização e redundância da informação, permitindo às empresas submeter informação económico-financeira num só sistema.</p>	2017	2018	DGTF	
2.6.3.3	SIAPE — Sistema de Informação de Apoio às Participações do Estado	<p>O SIAPE pretende ser uma ferramenta de gestão e produção de informação, das participações do Estado, nas suas diferentes vertentes e tomando em consideração as suas especificidades.</p> <p>O SIAPE será composto por três módulos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carteira de Participações do Estado; • Esforço Financeiro do Estado; • Órgãos Sociais Nomeados 	2017	2020	DGTF	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020					
Poupanças TIC	-	-	-	-	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	554	561	594	612	Investimento	1 080	204	108	58
					Saldo	872			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual GPEARI

A ferramenta de gestão e consolidação dos indicadores macro-económicos que existe no GPEARI assenta num conjunto de folhas de cálculos não relacionáveis e apenas de divulgação estática ao cidadão. A informação existente conta já com uma longa série mas a forma de divulgação estática reprime a reutilização dos dados recolhidos e a produção de conhecimento com esta base informacional. A inserção manual dos dados nas bases de dados implica eventuais problemas de tempestividade e fiabilidade da informação, carecendo de acompanhamento sistemático para garantir a atualização da informação.

A divulgação da restante atividade do Gabinete encontra-se também bastante limitada por via da desatualização da tecnologia da página eletrónica informativa que não permite atualização sistemática das principais áreas de intervenção do Gabinete, nomeadamente divulgação de informação relativa às oportunidades de mercado ao nível das Instituições Financeiras Internacionais, bem como de outras matérias com relevância a nível do mercado interno e da política externa.

INA

Base de Dados com informação da formação profissional realizada nas Administrações Públicas (central, regional e local), desde 2008.

A recolha de dados é feita anualmente recorrendo à entrega por formulário (disponível ao longo do ano no site do INA), ou exportação dos dados das aplicações dos Organismos.

Integração na Base de dados, dos dados de caracterização das Entidades e dos Trabalhadores, extraídos do SIOE e fornecidos pela DGAEP.

Elaboração de um relatório anual disponibilizado a todas as Entidades no site do INA.

A estrutura de dados atual não contempla as exigências do novo quadro de financiamento para a formação.

AT

A AT tem em curso a implementação de um projeto para a criação de um sistema de informação de gestão que alimentará painéis de indicadores de desempenho e de eficiência por áreas de negócio e níveis de agregação de serviços (serviços centrais, serviços regionais, serviços locais), tendo sido em 2015/2016 criado um piloto para a área de Justiça Tributária e Aduaneira e automatizada a medição de um conjunto de indicadores considerados críticos (QUAR e informação para entidades externas, como a IGF).

Situação Futura GPEARI

Dotar o GPEARI de um portal colaborativo cuja influência sentir-se-á a vários níveis, designadamente, na relação com a tutela, promovendo uma partilha de informação em canal seguro, na relação com o exterior, garantindo aos cidadãos, empresas e meio académico a disponibilização, divulgação e partilha da informação setorial relevante e na dinamização de procedimentos internos, com acompanhamento da atividade e avaliação de satisfação.

Na ferramenta de gestão de informação macro-económica existirão protocolos de transmissão de dados automatizados entre fontes, garantindo a fiabilidade e tempestividade da informação e permitirá uma extração individualizada da informação de acordo com as necessidades do utilizador potenciando o manancial de dados

existente, as longas séries e as possibilidades de relacionamento.

INA

Plataforma de dados de gestão da formação profissional da AP, adequada aos novos requisitos do novo quadro legal e financeiro para esta área.

Aumento da transparência na disponibilização desta informação, implementando uma arquitetura de dados abertos.

Esta plataforma terá de ser interoperável com a PAEP em dois processos:

- Recebendo os dados de caracterização do universo de cada Entidade e respetivos Trabalhadores
- Fornecendo os dados relativos à formação profissional.

AT

Ter um sistema de medição automatizada, em tempo real, dos principais indicadores de desempenho e de eficiência, com alimentação a partir dos dados registados nos sistemas operacionais, o qual permita avaliar a evolução histórica e permita igualmente o drill-down tanto ao nível das parcelas que compõem o indicador (visão macro/visão micro), como ao nível da estrutura organizacional (nacional, regional, local), por forma a constituir-se como uma ferramenta de suporte à gestão (tanto estratégica, quanto corrente) e à avaliação dos impactos das iniciativas implementadas (avaliação integrada de resultados diretos e indiretos, custos/benefícios, gestão da mudança, gap de competências e de capacidade, alinhamento estratégico, etc.).

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

As atividades inscritas nesta medida alinham-se com o seu objetivo de disponibilizar serviços eletrónicos mais acessíveis e mais adequados às necessidades dos cidadãos, antecipando-as quando possível, disponíveis em qualquer lugar e com linguagem e usabilidade mais próximas, e promover o posto de trabalho totalmente digital que promova mais colaboração e crie as condições para implementar outras dimensões na relação entre a AP e os seus colaboradores.

São inscritas 11 atividades com um valor de investimento 8.419.605,00 € a 4 anos. Destas destacamos as medidas alinhadas com o arquivo digital onde foi consensualizado na rede do Ministério das Finanças uma atividade com a responsabilidade da Secretaria-geral de alargar o sistema de Arquivo Digital a toda a rede. Na qual agregamos 4 outras iniciativas dos restantes organismos. Neste contexto a atividade “Alargamento da solução de arquivo digital aos restantes organismos da Rede MF” vem alinhar o Ministério das Finanças com o objetivo de proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP. Permitindo a digitalização do arquivo dos vários organismos do MF traz vantagens como o aceleração do acesso aos processos e a libertação de espaço físico valioso. Garantindo que existem soluções de gestão documental interoperáveis em todo o MF, será possível desmaterializar totalmente e eliminar o uso de papel no posto de trabalho.

Os custos estimados para a concretização das medidas estão inscritos no Plano, devendo ser revistos em sede de

revisão periódica do mesmo e de planificação detalhada das medidas.

Não foi ainda possível levar a cabo a estimativa de poupança para algumas atividades, dado que o levantamento de todos os meios TIC, incluindo recursos huma-

nos, não está ainda concluído, sendo os seus resultados fundamentais para melhor estimar os meios necessários para este plano. A administração pública não dispõe, de forma sistematizada e centralizada, de informação sobre o custo dos seus processos de negócio.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento						
2.7.1	Integrar a Gestão da Experiência do Cidadão nos processos de atendimento					
2.7.1.1	e-Balcão e APM	Extensão da utilização do CRM da AT, permitindo a cobertura integral do ciclo de atendimento nos diversos canais. Utilização do serviço e-Balcão e do Atendimento Presencial por Marcação como pontos de atendimento preferenciais	2017	2018	AT	
2.7.1.2	Reformulação da Infraestrutura e do modelo do Serviço de Atendimento telefónico da AT — Contact Center	Pretende-se submeter à concorrência um novo modelo para um Contact Center omnicanal da AT, evoluindo a arquitetura para novos serviços de atendimento automatizado, assente em diferentes canais de comunicação e potenciando iterações online com sistemas aplicativos	2016	2020	AT	
2.7.1.3	(M 32 — Simplex +) Agendamento online de reuniões com a AT	Tornar possível o agendamento online de reuniões presenciais com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), evitando a necessidade de espera nos serviços de finanças e permitindo um atendimento mais especializado.	2016	2017	AT	
2.7.1.4	Evolução Portal das Finanças — Portal das Finanças +	(M187 — Simplex+) — Reformulação do Portal das Finanças, orientando a disponibilização de serviços e conteúdos às necessidades dos cidadãos e contribuintes, tornando mais acessível a informação fiscal, e facilitando a pesquisa dos esclarecimentos em matéria fiscal quer para cidadãos quer para empresas.	2017	2017	AT	
2.7.1.5	Gestão de serviços comuns	Pretende-se disponibilizar um ponto único de acesso (balcão único) aos serviços partilhados no âmbito dos protocolos de prestação partilhada de serviços, que permita gerir todas as interações entre as entidades, integre com os processos desmaterializados e faça o controlo transparente do cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos; Pretende-se, ainda, disponibilizar serviços de interoperabilidade para acesso ao arquivo digital na plataforma de interoperabilidade da administração pública (iAP), adotando um modelo centralizado (em vez de ligações ponto-a-ponto), e utilizar a macroestrutura funcional (MEF) e os processos de negócio (PN) como instrumento semântico (linguagem comum) na recuperação da informação. - Rever/Definir do Catálogo de Serviços; - Implementar o Balcão Único (Portal Web + Sistema de GD) - Recolher e tratar de indicadores (níveis de serviço); - Disponibilizar indicadores de desempenho/negócio para os nossos clientes (on demand e relatórios pré-definidos).	2016	2018	SG	Rede MF
2.7.1.6	Renovação tecnológica da atual Plataforma de Sistema de Informação para Gestão de Relacionamento com o Beneficiário (SIGERB) com disponibilização de novas funcionalidades	Reformular o SIGERB com o objetivo de o tornar mais eficiente e intuitivo, usando uma comunicação mais próxima do beneficiário, com automatismos de integração com outros sistemas e apresentando novas funcionalidades, desmaterializando, reduzindo e simplificando as fases procedimentais	2017	2018	SSAP	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
2.7.5.1	DCC	Documento Contabilístico de Cobrança	2014	2018	DGO	DGO, IGCP, AT e entidades da AP liquidadoras e cobradoras de receita do Estado
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.6	Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente					
2.7.6.1	Desenvolvimento e implementação de uma solução de Business Intelligence sobre o Sistema de Gestão Documental	Implementação de uma ferramenta que permita a tomada de decisão estratégica e o acompanhamento interno da performance e resposta a solicitações em processos críticos. Esta solução com base na Plataforma Fabasoft visa melhorar o desempenho do negócio e da organização através de um controlo de gestão mais eficaz, sendo necessário a definição dos protocolos de extração dos dados e metadados dos processos e a criação de interface automático de ligação entre a gestão documental e o sistema de correio eletrónico (forma preferencial de troca de informação no GPEARI), numa perspetiva de desmaterialização total dos processos.	2017	2018	GPEARI	SG
2.7.6.2	Soluções de Mobilidade na AT — App pagamento de impostos	(M 45 — Simplex +) Criar uma aplicação (app) móvel com avisos de pagamentos de impostos. Numa segunda fase pretende-se a integração com o sistema de pagamentos da SIBS para que o próprio pagamento possa ser efetuado através da app no telemóvel ou tablet	2017	2017	AT	SIBS
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
2.7.7.1	IRS Automático	(M 4 — Simplex +) — Acabar gradualmente com a necessidade de entrega da declaração de IRS para os contribuintes que apenas auferem rendimentos de trabalho dependente (categoria A) e para os aposentados e reformados (categoria H), sendo o imposto a pagar ou a receber calculado com base na informação já disponível pela AT, sem prejuízo da possibilidade de reclamação por parte dos sujeitos passivos	2017	2017	AT	
2.7.7.2	(M 8 — Simplex +) Pagamentos impostos direto	Admitir a possibilidade de os contribuintes pagarem os seus impostos por débito direto.	2016	2017	AT	IGCP
2.7.7.3	(M 12 — Simplex +) Espaço Óbito	Criar, em projeto-piloto, o Espaço Óbito que reúne num único local de atendimento um conjunto de serviços transversais a várias entidades, públicas e privadas, a que é necessário recorrer após o falecimento de um familiar. Este novo serviço será disponibilizado na rede de serviços do Ministério da Justiça.	2017	2017	Ministério da Justiça	Ministério das Finanças (AT), Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Entidades Privadas
2.7.7.4	(M 35 — Simplex +) Alteração da morada de uma só vez +	Tirar partido do processo de alteração da morada subjacente ao Cartão de Cidadão, permitindo, mediante consentimento, a comunicação entre as diversas entidades públicas e, sempre que solicitado pelo cidadão, comunicar a morada declarada e confirmada (com o envio de carta para a morada indicada pelo cidadão) também a outras entidades, nomeadamente para serviços económicos de interesse geral (água, luz, gás, comunicações e outros). Prevê-se que o projeto seja implementado em 2 partes: i) na Internet, via Portal de Cidadão,	2017	2017	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, Ministério da Justiça, Ministério das Finanças (AT), Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Entidades Privadas

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	o cidadão poderá autorizar que outras entidades sejam notificadas da alteração de morada; <i>ii</i>) Presencialmente nas Lojas do Cidadão e Balcões de Cartão de Cidadão, beneficiando do sistema de Ciclo de Vida do Cartão de Cidadão. No âmbito desta medida será também disponibilizado um mecanismo central de autorizações que permita ao cidadão num só local — o Portal de Cidadão — dar autorização para a transmissão de informação entre entidades públicas.					
2.7.7.5	(M 89 — Simplex +) Declaração Mensal de Remunerações para as finanças automática	Operacionalizar e ampliar o pré-preenchimento da Declaração Mensal de Remunerações (DMR) com os dados do mês anterior, reduzindo o tempo que as empresas passam a preencher a DMR.	2016	2017	AT	
2.7.7.6	(M105 — Simplex +) Eliminação parcial da Declaração de Retenções na Fonte	Eliminar a Declaração de Retenções na Fonte quanto ao trabalho dependente, na medida em que tal informação já consta da Declaração Mensal de Remunerações.	2016	2017	AT	
2.7.7.7	(M114 — Simplex +) Estatuto exportador online	Criar um formulário eletrónico com o pedido destinado a ser preenchido pelas empresas que pretendam solicitar o estatuto de exportador autorizado para efeitos de emissão de provas de origem, substituindo o atual formulário em papel.	2016	2017	AT	Comissão Europeia
2.7.7.8	(M130 — Simplex +) IES +	Simplificar o preenchimento dos Anexos A e I da Informação Empresarial Simplificada, eliminando cerca de metade do número de quadros e campos a preencher e pré-preenchendo uma parte significativa dos restantes campos, com informação extraída do SAF-T (Standard Audit File for Tax Purposes). Numa segunda fase, serão simplificados os restantes anexos	2017	2017	AT	Banco de Portugal (BdP)/Instituto Nacional de Estatística (INE)/Institutos de Registos e Notariado (IRN)
2.7.7.9	(M132 — Simplex +) Imposto Único de Circulação de uma só vez	Dispensar os contribuintes de apresentarem anualmente prova documental dos pressupostos das isenções de IUC (Imposto Único de Circulação) sempre que as informações necessárias já constem das bases de dados do IMT — Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., como no caso dos táxis, usando a iAP	2016	2017	AT	IMT — Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.
2.7.7.10	(M144 — Simplex +) Isenção IMI + simples	Dispensar o pedido de isenção do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) sempre que a Autoridade Tributária e Aduaneira já disponha da informação necessária, como seja no caso da aquisição da habitação própria e permanente	2017	2017	AT	
2.7.7.11	(M145 — Simplex +) IVA + simples para Bombeiros	Simplificar o procedimento de restituição de IVA às Associações de Bombeiros	2017	2017	AT	
2.7.7.12	(M146 — Simplex +) IVA + simples para Instituições Particulares de Segurança Social	Desburocratizar os pedidos de reembolso de IVA suportado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	2017	2017	AT	
2.7.7.13	(M175 — Simplex +) Pagamentos alfandegários + simples	Implementar o sistema de pagamentos DUC (Documento Único de Cobrança) na área alfandegária	2017	2017	AT	IGCP
2.7.7.14	(M184 — Simplex +) Plataforma Renda Apoiada	Criar uma plataforma eletrónica destinada a organizar e manter atualizada a informação sobre as habitações arrendadas no regime de arrendamento apoiado e respetivos arrendatários. Esta plataforma permitirá aceder a informação disponível junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e do Instituto dos Registos e Notariado (IRN) sobre a composição e rendimentos do agregado familiar, bem como da titularidade de bens móveis ou imóveis.	2017	2017	Ministério do Ambiente	Ministério das Finanças (AT) e Ministério da Justiça

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	<p>O acesso será feito a partir do Portal da Habitação. Destaca-se, ainda, o facto de esta plataforma permitir a validação automática das condições de acesso à habitação social, incrementando o rigor das informações prestadas e contribuindo para combater as situações de fraude, defendendo assim o interesse público e a melhoria da aplicação da lei. Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.</p>					
2.7.7.15	(M200 — Simplex +) Processos inspetivos fiscais online	Introduzir a desmaterialização do procedimento inspetivo, proporcionando assim aos contribuintes inspecionados, a disponibilização, na sua área do Portal das Finanças, de todas as fases do procedimento inspetivo a que venham a estar sujeitos, garantindo também o acesso ao histórico do procedimento.	2017	2017	AT	
	Com esta medida, pretende-se não só simplificar a interação entre os contribuintes e as equipas de inspeção, mas também garantir uma melhoria efetiva na disponibilização da informação, já que, por exemplo, os projetos de relatório de inspeção ficarão disponíveis, de imediato de forma desmaterializada, evitando-se a complexidade e a morosidade dos processos de impressão e expedição em correio normal. Garante-se também ao contribuinte que o seu direito de participação possa ser exercido pela mesma via.					
2.7.7.16	(M208 — Simplex +) Reembolso de IVA para sujeitos fora da Comunidade + simples	Possibilitar a submissão eletrónica do pedido de reembolso de IVA e implementação de regras de controlo e validação automáticas.	2017	2017	AT	
2.7.7.17	(M244 — Simplex +) Sistema Fiscal Automóvel + simples	Simplificar o sistema fiscal associado ao automóvel, através das seguintes iniciativas: — Permitir a disponibilização do cálculo automático de alguns campos da Declaração Aduaneira de Veículo (DAV); — Suprimir o formulário Modelo 211068; — Simplificar o pagamento do Imposto sobre veículos (ISV); — Melhorar a integração da Declaração Aduaneira de Veículo e do Documento Único Automóvel.	2017	2017	AT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.
2.7.7.18	(M248 — Simplex +) Tax Free + simples	Criar um sistema simplificado de certificação da saída de bens transportados pelos viajantes, para efeitos de reembolso de IVA	2016	2017	AT	
2.7.7.19	(Projeto comunitário) Customs Decisions	Disponibilizar ao operador económico o pedido e a gestão das respetivas Autorizações Aduaneiras através de uma interface harmonizada	2016	2017	AT	Comissão Europeia
2.7.7.20	(Projeto comunitário) Customs Single Window program	Permitir aos Operadores Económicos o registo eletrónico, uma única vez, da informação requerida pela legislação aduaneira e não aduaneira no movimento das mercadorias nas fronteiras da União	2017	2020	AT	Comissão Europeia
2.7.7.21	(Projeto comunitário) PoUS Proof of Union Status	Disponibilizar meios eletrónicos para produzir e armazenar provas de estatuto das mercadorias e respetiva validação quando as mercadorias reentram no território da União	2017	2019	AT	Comissão Europeia
2.7.7.22	(Projeto comunitário) e-ATA Carnet Project	Disponibilizar um sistema que permita a importação temporária de bens para utilização pontual, por exemplo em demonstrações, feiras, etc.	2018	2020	AT	Comissão Europeia

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.7.7.23	Declarações de Atividade no Portal das Finanças — Reestruturação da Recolha	Nova aplicação de recolha das declarações de atividade no PF, em virtude do “envelhecimento” da atual aplicação, a qual data de 2007, e reflete na íntegra o aspeto das declarações em papel. A justificação para a reestruturação da aplicação existente deve-se à necessidade de a tornar mais user friendly, reduzindo assim as dificuldades no seu preenchimento.	2017	2018	AT	
2.7.7.24	Conceção e desenvolvimento de novo site	Proceder à criação de um site que corresponda às necessidades reais de disponibilização de informação por parte da DGAEP	2018	2019	DGAEP	
2.7.7.25	Portal da DGTF na Internet	O Portal da DGTF na Internet tem cumprido o objetivo de representar institucionalmente a Direção-Geral no universo Web, bem como o de comunicar com as instituições e os cidadãos no âmbito das suas atribuições, como por ex. toda a comunicação relativa a hastas públicas de bens do Estado. Necessita porém de grandes atualizações, com foco em algumas vertentes, tais como: <ul style="list-style-type: none"> • A atualização da componente gráfica do site, conferindo-lhe um aspeto mais dinâmico e apelativo para o cidadão; • Adição e atualização da estrutura de conteúdos, de forma a destacar a oferta de conteúdos úteis para as instituições e para os cidadãos; • Implementação de funcionamento multi-browser e multi-device (responsive desktop, tablets e smartphones); • Criação de uma estrutura que suporte a tradução total dos conteúdos para inglês; • Inserção de alterações técnicas tendentes a reforçar a segurança do site. 	2017	2020	DGTF	
	IRS com CC e CMD	Permitir entrega IRS com base no CC ou CMD	2017	2018	AT	Comissão Europeia

Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam

2.7.10	Definir Arquitetura e elaborar piloto de Roaming Wi-Fi na AP — GovRoam					
2.7.10.1	Dotar e adequar as infraestruturas Wifi da AP para comunicarem, através do PTT, com autenticação central:	Levantamento das soluções existentes e estudo de viabilidade, definindo e caracterizando as opções tecnológicas e requisitos técnicos da solução, e elaboração das peças de concurso para a aquisição do hardware e software; Implementação da infraestrutura e tecnologia necessária à implementação da solução e de piloto com 3 entidades; Alargamento às entidades da AP;	2018	2019	ESPAP	AP Central

Digitalizar o arquivo físico da AP

2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
2.7.11.1	Implementar o Arquivo Digital	Pretende-se implementar um arquivo digital que assegure a gestão da informação digital segundo os instrumentos legais atuais (temáticos) e futuros (funcionais), com particular enfoque na adoção dos resultados do projeto ASIA (avaliação supra institucional da informação arquivística) e do modelo de requisitos para sistemas de gestão de informação de arquivo (MoReq2010), mais concretamente: <ol style="list-style-type: none"> Implementar a plataforma de Arquivo Digital (MoReq2010, enterprise search); Disponibilizar consulta online aos cidadãos; Disponibilizar gestão de arquivo (interno); Integrar com aplicações (a definir). 	2018	2018	SG	Rede MF

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.7.11.2	Alargamento da solução de arquivo digital aos restantes organismos da Rede MF	Fases: 1 — Aquisição de base de dados de descrição arquivística normalizada (contemplando as regras ISAD-G, EAD e Dublin Core) 2 — Tratamento da documentação em suporte papel: - higienização/expurgo; - identificação da documentação; - avaliação da documentação (com possível elaboração de relatório de avaliação e seleção a enviar à DGLAB); - descrição da documentação na base de dados acima referida (ou migração de dados pré-existent) 3 — Digitalização da documentação (pode ser feita a partir da base de dados ficando automaticamente os metadados agregados) 4 — Criação de um portal dos arquivos digitais do MF com a agregação de cada uma das bases de dados dos diversos organismos Inclui: - Digitalização de cerca de 18.000 unidades de instalação (pastas) relativas a documentação dos ex-Serviços Sociais e igualmente dos SSAP, que equivale a 1.530 metros lineares de arquivo - Digitalização de mais de 9.000 metros lineares de arquivo da DGTF - Digitalização do arquivo existente no GPEARI desde 2007 e das DGEP e DGAERI (extintas) anteriores a 2007. Estima-se a existência de cerca de 300 metros lineares de arquivo e digitalização da documentação considerada onde se inclui informação relevante, nomeadamente nas áreas do acompanhamento da política europeia e da cooperação internacional.	2017	2020	SG	Rede MF
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
2.7.12.1	Capacitar os SSAP com uma plataforma partilhada de gestão documental e de processos.	Uma plataforma de gestão documental interna que permita: uniformizar os canais de informação e partilha de dados e desmaterializar os processos administrativos	2017	2019	SSAP	ESPAP
2.7.12.2	Simplificação e desmaterialização dos processos críticos do INA: Formação, Recrutamento & Seleção e Requalificação	- Reengenharia e implementação dos novos processos, nas plataformas eletrónicas de suporte a) SIGEF, b) ' Recrutamento & Seleção'; e c) BEP, que deverão integrar funcionalidades da iAP - Integração dos documentos dos novos processos desmaterializados no Sistema de Gestão Documental do INA, interoperável com os de outros Organismos	2017	2019	INA	ESPAP
2.7.12.3	Desmaterializar de Processos	Efetuar o Levantamento, Análise e Modelação de Processos Comuns/Transversais e Específicos: • Desmaterializar os processos da SGMF, suportando-os na plataforma existente (Plêiades) e disponibilizando os processos transversais e comuns aos restantes organismos aderentes; Esta atividade consiste na identificação dos processos por função (MEF), na modelação dos mesmos e na identificação dos indicadores de desempenho e risco Desmaterializar de Processos: Atualizar tecnologicamente a solução de gestão documental e workflow parametrizando-os através os requisitos ASIA e MoReq2010.	2016	2018	SG	DGO, GPEARI, DGAEP, DGTF e IGF

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	A desmaterialização incluirá processos comuns (iguais entre vários Organismos), processos transversais (vários intervenientes) e processos Específicos da SGMF.					
2.7.12.4	Expansão do SPDoc	Roll-out do pacote base do SPDoc a organismos da AP numa base de configuração para o organismo e aquisição de 50 licenças. Considerar roll-out de 2 organismos por ano.	2018	2019	ESPAP	Rede MF
2.7.12.5	Reformulação do sistema central de impressão e fecho de documentos a enviar aos contribuintes	Aumento da capacidade de produção, maior flexibilidade para se adotar outros cenários de impressão e redução de custos de operação	2017	2018	AT	
2.7.12.6	Novas Funcionalidades do Procedimento Inspetivo	Implementação de novas funcionalidades tributárias e aduaneiras que sirvam de suporte à simplificação dos processos e à sua desmaterialização.	2016	2017	AT	
2.7.12.7	Integração e desmaterialização do relacionamento da IGF com cidadãos, empresas e entidades públicas	Levantamento detalhado de requisitos dos processos; Reengenharia e desmaterialização do processo; Desenvolvimento, teste e instalação dos componentes da solução; Divulgação interna e externa junto dos destinatários; Colocação em produção na infraestrutura da ESPAP	2017	2018	IGF	ESPAP

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	5	518	1 029
Poupanças Não TIC	3 911	10 690	61 986	112 481
Benefícios económicos e sociais	35 330	437	424	69 767
Investimento	13 829	2 612	1 305	1 115
<i>Saldo</i>	277 715			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual
SSAP

Atualmente os SSAP interagem com os seus beneficiários através do seu Portal (SIGERB — Sistema de informação para gestão de relacionamento com o beneficiário), de forma presencial, por email ou telefone.

O arquivo dos SSAP a preservar é resultante, para além do próprio desde a criação dos SSAP em 2007, do arquivo proveniente dos ex-serviços sociais e encontra-se fisicamente distribuído por 5 espaços físicos.

Os SSAP não possuem à data um Sistema integrado de Gestão Documental. Existe um repositório digital de toda a documentação de entradas, saídas e informações internas

INA

Mapas de processos e manuais de procedimentos, com desajustamentos face às alterações previstas nas principais áreas de atuação do INA.

O SIGEF, plataforma de gestão da formação do INA, está em fase final do desenvolvimento faltando a integração com o sistema documental do INA e a disponibilidade dos serviços de pagamento e comunicação via sms.

Os processos para a realização das atividades das áreas de recrutamento e requalificação não há uma plataforma

única de suporte, recorrendo-se à BEP, SiGAMe e aplicações locais para algumas das funcionalidades requeridas.

Todos estes processos estão apenas parcialmente desmaterializados, embora estejam integrados e classificados no sistema de gestão documental.

AT

A AT tem vindo a expandir nos últimos anos a utilização e abrangência da sua ferramenta de Customer Relationship Management — CRM (base tecnológica SIEBEL), tanto no atendimento presencial como no telefónico, com a integração da mesma com o Sistema Integrado de Gestão de Atendimento (filas de espera) e com o canal de correio eletrónico. Adicionalmente, foram desenvolvidas duas novas ferramentas: uma para promover a centralização das interações para resposta a pedidos on-line de esclarecimento por parte dos contribuintes num único ponto de acesso — o e-balcão, e uma outra para permitir o agendamento de sessões de atendimento presencial (via interação com o Centro de Atendimento Telefónico ou por solicitação num posto de atendimento da rede local da AT); no desenho de ambas foi previsto, desde o início, que se iriam ligar ao CRM para que no atendimento presencial ou no tratamento do pedido de informação enviado para o e-balcão, o técnico da AT que vai desempenhar a função de providenciar a resposta possa ter acesso a todo o histórico de interações do contribuinte com a AT e, dessa forma, possa prestar de forma mais célere e precisa um atendimento direcionado à situação particular do contribuinte.

No que respeita à temática do posto de trabalho, a AT depara-se atualmente com custos elevados com a aquisição, manutenção e consumos dos equipamentos utilizados pelos seus colaboradores. Adicionalmente, a associação dos postos de trabalho a servidores locais constitui um constrangimento que causa um impacto negativo cada vez maior no desempenho, uma vez que a integração e agilização de processos e de procedimentos e a crescente escassez de recursos humanos obriga à introdução de uma

maior flexibilidade na gestão de equipas de trabalho, com a cada vez maior necessidade de que os recursos humanos possam deslocar-se entre diferentes instalações físicas (edifícios centrais ou serviços locais) para a realização de tarefas.

Situação Futura SSAP

Utilizar outras vias de divulgação dos serviços disponibilizados pelos SSAP, destinados aos seus beneficiários.

Preservação digital do arquivo a conservar, acesso rápido ao mesmo e redução dos custos com o seu armazenamento.

Utilizar instrumentos transversais de gestão da informação, que visam classificar e controlar os documentos produzidos e recebidos.

INA

Novos mapas de processos e manuais de procedimentos adequados ao novo enquadramento normativo e legal.

Plataformas eletrónicas (SIGEF e BEP) adaptadas quer pela inclusão de novas funcionalidades, quer pela integração dos serviços disponíveis iAP.

Novos processos desmaterializados, integrados e classificados no sistema documental do INA interoperável, com os dos outros organismos.

AT

Tal como a aposta na evolução do Portal das Finanças para a apresentação de informação muito direcionada ao contribuinte que acede em sessão segura aos seus dados, para consulta da sua agenda fiscal ou situação particular, também o registo centralizado da informação sobre as interações realizadas com o contribuinte nos múltiplos canais disponibilizados pela AT para esse efeito deverá permitir prestar um serviço bastante direcionado ao contribuinte e à sua situação particular, aumentando tanto a qualidade quanto a celeridade da resposta prestada e aumentando também a satisfação do utente com o serviço público. Os desenvolvimentos previstos neste âmbito destinam-se a alcançar o fecho do circuito de gestão integrada do ciclo de atendimento, necessária para alcançar esse impacto pretendido.

No que se refere à virtualização do posto de trabalho, para além das poupanças que diretamente se irão alcançar com esta evolução, ela irá permitir começar a estudar e a testar a viabilidade de uma outra fase de evolução como a preconizada no tema BYOD. Essencialmente por questões ligadas a riscos de segurança, uma evolução direta para o BYOD não é aconselhável para a realidade em que a AT opera.

Principais benefícios para os Estado, cidadãos e empresas:

- Diminuição dos custos de contexto dos cidadãos e operadores económicos no cumprimento das suas obrigações;
- Aumento dos níveis de cumprimento voluntário, avançados pela simplicidade da interação com a AT;
- Aumento da eficiência de processos suportados em soluções de mobilidade.

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

Para atingir o propósito de alcançar neste setor e atender às suas particularidades e desafios específicos para os quais identificaram-se projetos TIC adequados às suas

singularidades e que proporcionarão um contributo indiscutível para o aumento da eficiência interna e para a melhoria da qualidade do serviço prestado.

A rede das TIC no Ministério das Finanças inscreve 108 atividades com um investimento de 90.147.000,00 € a 4 anos. Destas destacamos 85 atividades que correspondem medidas Simplex, projetos europeus ou candidaturas SAMA. Não foi ainda possível levar a cabo a estimativa de poupança para algumas atividades, assim como o valor indicado para o investimento, dado que o levantamento de todos os meios TIC, incluindo recursos humanos, não está ainda concluído, sendo os seus resultados fundamentais para melhor estimar os meios necessários para este plano.

Pelas suas especificidades por organismos destacamos os seguintes:

A IGF inscreve um novo portal para responder a uma melhoria de eficiência nos seus serviços. Trata-se de uma aposta de desmaterialização com reengenharia de processos. A integração e simplificação dos procedimentos bem como a redução de custos de contexto, de modo a transformar o relacionamento da IGF com os cidadãos, empresas e entidades públicas é o objetivo global deste projeto. Os subprocessos que se enquadram são os que têm interação com cidadãos com abrangência a nível nacional os quais pretendemos agrupar num único sistema com diversas funcionalidades.

A Secretaria-Geral pretende criar uma plataforma comum de Atividades Comuns (PPAC) com os seguintes objetivos:

- Desmaterializar os processos da SGMF, suportando-os na plataforma existente (Plêiades) e disponibilizando os processos transversais e comuns aos restantes organismos aderentes;
- Disponibilizar um ponto único de acesso (balcão único) aos serviços partilhados no âmbito dos protocolos de prestação partilhada de serviços, que permita gerir todas as interações entre as entidades, integre com os processos desmaterializados e faça o controlo transparente do cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos;
- Disponibilizar serviços de interoperabilidade para acesso ao arquivo digital na plataforma de interoperabilidade da administração pública (iAP), adotando um modelo centralizado (em vez de ligações ponto-a-ponto), e utilizar a macroestrutura funcional (MEF) e os processos de negócio (PN) como instrumento semântico (língua comum) na recuperação da informação;
- Implementar um arquivo digital que assegure a gestão da informação digital segundo os instrumentos legais atuais (temáticos) e futuros (funcionais), com particular enfoque na adoção dos resultados do projeto ASIA (avaliação supra institucional da informação arquivística) e do modelo de requisitos para sistemas de gestão de informação de arquivo (MoReq2010).

A UniLeo inscreve 4 grandes projetos relativos à sua atividade e área de competência, designadamente:

PLAFIO — Planeamento financeiro e orçamentação — Memória descritiva

O PLAFIO consiste num sistema de informação a desenvolver numa ferramenta de última geração tendo o projeto começado a ser implementada em 2016, 2017 e 2018, tendo sido precedido de um projeto-piloto que validou e melhorou os objetivos e o âmbito do projeto final.

A concretização desta linha estratégica tem tradução em objetivos intermédios, designadamente, consolidar os princípios e regras, a metodologia e os procedimentos para a elaboração, acompanhamento e atualização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental para a Administração Central. Visa-se obter um quadro plurianual para o conjunto dos Programas Orçamentais consistente com as metas para o défice das Administrações Públicas e a dívida pública fixadas no Programa de Estabilidade.

ECE — Entidade Contabilística Estado

O artigo 3.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, procede à criação da Entidade Contabilística Estado (ECE) a qual é constituída pelo conjunto das operações contabilísticas da responsabilidade do Estado e integra, designadamente, as receitas gerais, as responsabilidades e os ativos do Estado.

Há um conjunto de entidades, na sua maioria pertencentes ao Ministério das Finanças, que atuam como agentes do Estado Português, não procedendo ao registo contabilístico na ótica financeira destas atividades realizadas em nome e por conta deste, pelo que a ECE irá permitir o preenchimento destas lacunas, dando expressão contabilística a estes elementos em falta, e materialmente relevantes. A ECE será assim uma entidade de relato que fornecerá o input destas lacunas de informação para a prestação de contas consolidadas da Administração Central, tal como qualquer outra entidade pública.

A contabilidade da ECE deverá ser assegurada por um sistema de informação que permita a execução da contabilidade de acordo com os subsistemas da contabilidade orçamental e contabilidade financeira que integram o SNC-AP.

Este sistema de informação deverá também ter a capacidade de cumprir com todas as obrigações de relato orçamental e financeiro que resultem de requisitos legais ou de gestão e representa uma evolução da atual solução de operacionalização do circuito de solicitação e disponibilização de fundos aos serviços integrados (via PLC) e aos serviços e fundos autónomos (via STF). Incorporará, através de interligações com outros sistemas fonte, a informação relevante a considerar para a ECE, possibilitando um adequado controlo e escrituração orçamental e financeira de acordo com o SNC-AP de transações e outros eventos, assim como a necessária segregação de informação por centros de responsabilidade e de funções, bem como a adequada estruturação de perfis de acesso que permitam operacionalizar a interação com os diversos stakeholders.

Portal S3CP — Portal do Sistema de Central de Contabilidade e Contas Públicas

O portal S3CP assegura a receção, controlo e validação e qualidade da informação rececionadas dos subsistemas da contabilidade orçamental e financeira do SNC-AP dos organismos da Administração Pública Central através de mais de 200 regras de validação, designadamente, permissões de envio, períodos de receção de informação, integridade da informação e consistência entre os modelos de integração de informação. Este projeto pretende garantir a qualidade da informação orçamental e financeira em SNC-AP de forma auditável e oportuna por via da conceção e implementação num grupo de entidades-Piloto durante o ano de 2016, estendendo-se em 2017 a todas as entidades públicas.

S3CP — Sistema de Central de Contabilidade e Contas Públicas

O S3CP consiste no desenvolvimento do Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas (S3CP) para aná-

lise de Informação Orçamental e Económico-Financeira e a prestação de contas individuais e consolidadas de natureza orçamental e financeira de acordo com SNC-AP, recebida através do Portal S3CP, o qual contemplará de forma faseada um modelo de integração de informação através de ficheiros exportados via webservices a partir dos softwares contabilísticos locais. O desenvolvimento do novo Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas contribuirá para a reforma do processo orçamental e, em geral, da gestão financeira pública.

Integração de Processos de Receita (DCC — Documento Contabilístico e de Cobrança) — DCC

“Documento Contabilístico e de Cobrança” é a designação de um sistema que constituirá uma evolução do atual DUC. Esta solução pretende contribuir para a otimização da gestão dos fundos públicos, por um lado, através da evolução de processos já existentes — fluxos entre a DGO, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) e as entidades cobradoras de receitas, no âmbito do Documento Único de Cobrança (DUC) — e, por outro, sendo um passo na evolução futura dos sistemas, a sua articulação com uma “conta única no tesouro” e a integração com a contabilidade. Pretende-se passar a ter um conhecimento centralizado de toda a receita, bem como da tempestividade da liquidação e da cobrança, por forma a conhecer a receita gerada e as fases em que a mesma se encontra no âmbito da AC, envolvendo todas as entidades do perímetro que liquidam, cobram e beneficiam da receita do Estado (geral e própria). Este sistema viabilizará adequadas projeções de curto e médio prazo de entradas de fundos na ótica da contabilidade financeira e da gestão de tesouraria das entidades e do próprio Estado no seu todo.

A DGAEP possui aqui uma atividade que responde à medida 4 com a criação de uma plataforma da Administração e do Emprego Público (PAEP).

O objetivo deste projeto é o desenvolvimento de uma plataforma, adiante designada por Plataforma da Administração e do Emprego Público (PAEP), única e referencial para todos os sistemas do Setor Público, existentes e futuros, que contribua para a recolha, enriquecimento e apuramento de informação com vista à promoção de medidas de eficiência e de boa governação na utilização dos recursos.

A PAEP deve ser desenvolvida de forma a integrar todas as necessidades de informação para apoiar a definição de políticas para o Setor Público, nos domínios da organização e da gestão, dos regimes de emprego e da gestão dos recursos humanos, assegurar a informação e dinamização das medidas adotadas e contribuir para a avaliação da sua execução, com o objetivo final de elaboração de estudos estatísticos de caracterização das entidades públicas nas suas diferentes valências. Pretende-se que esta plataforma proporcione uma melhoria da gestão da informação, com utilidade para os diversos níveis decisórios (designadamente Governo), para os serviços e entidades públicas e também para o cidadão e para as empresas bem como para as estruturas representativas dos trabalhadores. Com partilha de informação normalizada e estruturada, promovendo a troca de meios e informação entre as diferentes entidades. Uma maior colaboração em processos de caráter transversal e organização do trabalho em rede, com a finalidade de obtenção de informação fiável e única sobre a Administração Pública. Obter por esta via uma redução de custos em todas as entidades. A periodicidade da recolha deverá ser configurável em qualquer momento que seja oportuno e haverá períodos de recolha que serão

obrigatórios nos termos a definir em Diploma legal. São expectáveis vantagens para as empresas, para o cidadão, para as entidades públicas e estruturas representativas dos trabalhadores com uma simplificação dos instrumentos de recolha de dados atualmente existentes.

GerHup — Recursos Humanos em modo Partilhado.

No seguimento dos desenvolvimentos do GerHup a eSPap fará a disseminação do GerHup para Organismos do Estado. Para o período agora considerado na candidatura prevê que o GerHup venha a integrar mais de 150.000 trabalhadores da AP, numa dimensão nunca antes realizada em Portugal.

GeRFIP — Gestão de Recursos Financeiros do Estado

Considerando as recentes evoluções na área Gestão Financeira Pública, foi desenhado o Programa Transformacional da Gestão Financeira Pública (PTGFP) que assenta nos seguintes eixo reforma do processo orçamental; Melhoria dos processos de Gestão; Previsão da Tesouraria Pública; Implementação do novo referencial contabilístico internacional (SNC). A Reforma do processo orçamental tem como principais objetivos:

- A alteração da organização jurídica da Lei de Enquadramento Orçamental;
- A simplificação do processo orçamental;
- Novo enquadramento orçamental dos serviços e organismos da Administração Pública;
- Alteração dos macroprocessos orçamentais;
- Alteração do processo de prestação de contas;
- Garantir uma efetiva articulação entre a execução orçamental e a tesouraria do Estado.

A Eficiência da Gestão da Tesouraria Pública, pretende-se com esta componente do PTGFP atingir os seguintes objetivos:

- Assegurar que existem disponibilidades financeiras suficientes para liquidar as obrigações à medida que as mesmas se vão vencendo;
- Garantir que o recurso ao financiamento só ocorre quando é necessário;
- Maximizar o retorno da tesouraria disponível;
- Permitir a gestão eficiente dos riscos financeiros;
- Permitir a reconciliação diária entre a informação bancária e a contabilidade por fonte de financiamento.

2.c Novo referencial contabilístico (SNC-AP)

O processo de implementação do novo referencial contabilístico pretende dotar o estado de meios de registo

contabilístico alinhados com os parâmetros nacionais e internacionais e e tem como principais objetivos:

- Substituir o POCP e dos demais planos setoriais em vigor (POCMS, POC-E, POCAL e POCISS);
- Adatação das IPSAS — International Public Sector Accounting Standards das IPSAS — International Public Sector;
 - Accounting Standards;
 - Separar a contabilidade orçamental da contabilidade financeira;
 - Criar um classificador económico multidimensional;
 - Aumentar a transparência das contas públicas e o alinhamento com as necessidades da contabilidade nacional.

Gestão centralizada das Compras Públicas e Programa de Implementação da Fatura Eletrónica na Administração Pública (FE-AP)

Este projeto inclui o desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), nomeadamente:

- a) Desenvolvimento da Plataforma de Agregação de Necessidades (PAN ou FAN);
- b) Desenvolvimento da Plataforma Eletrónica de Contratação (PEC);
- c) Introdução de melhorias no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) ao nível do Catálogo Nacional de Compras Públicas e da automatização do tratamento dos Pedidos de Exceção;
- d) Introdução de melhorias no módulo de Monitorização e Controlo permitindo não só o controlo e monitorização operacional mas também o desenvolvimento de capacidades analíticas na Direção de Serviços Partilhados de Compras Públicas da eSPap, I. P.;
- e) Integração com a Faturação Eletrónica para a desmaterialização completa do processo de Compras Públicas;
- f) Desenvolvimento de um módulo de Interoperabilidade que permita o acesso das diferentes plataformas de comércio eletrónico aos concursos públicos.

Está prevista a implementação do Sistema de Faturação Eletrónica (FE-AP), enquadrado na Diretiva Europeia 2014/55/EU, o qual incluirá um Portal de Fornecedores. A introdução da Fatura Eletrónica na Administração Pública permitirá assegurar de uma forma mais eficaz e eficiente a qualidade de execução do processo aquisitivo da Administração Pública, garantindo a integração, otimização, normalização de processos, potenciando as melhores práticas.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC					
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC				
2.8.1.1	Atualização dos sistemas de informação da DGTF de forma a corresponder às exigências do futuro sistema "Entidade Contabilística Estado"	Este projeto poderá implicar alterações designadamente nos sistemas de informação: SIGE, SIRC. SIE e SIRIEF da DGTF.	2017	2020	DGTF

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.8.1.2	Serviços partilhados de PMO na Administração Pública	Os objetivos da operação consistem na potenciação da adoção de standards e boas práticas internacionais em matéria de gestão estratégica e de projetos, através da disponibilização do serviço partilhado de PMO (SPPMO) alicerçado numa solução tecnológica de elevada robustez, que respeita os princípios da administração aberta, cumpre os requisitos de interoperabilidade e de autenticação e se encontra alinhada com as melhores práticas internacionais. A proposta de valor do SPPMO engloba uma solução integrada composta por uma solução centralizada de gestão de Portefólio e Projetos (PPM), mantida pela eSPap, em datacenters públicos, com garantia de confiança, fiabilidade e disponibilidade. A Solução é disponibilizada numa filosofia de Software as a Service, beneficiando o cliente das funcionalidades de base do produto, assim como das evoluções que a eSPap venha a incorporar decorrentes dos seus processos de monitorização da qualidade do serviço e melhoria contínua. A utilização desta ferramenta permitirá a criação de uma plataforma única com informação consolidada, conduzindo a uma maior agilização dos processos e à obtenção de melhor informação de apoio ao processo de decisão.	2017	2018	ESPAP	AP Central
2.8.1.3	(M 82 — Simplex +) Conta-corrente	Possibilitar a compensação de créditos entre os contribuintes e o Estado, nos casos em que este último é devedor dos contribuintes. Numa primeira fase, apenas para os casos tendo por base as ações judiciais transitadas em julgado em que o Estado tenha sido judicialmente condenado ao pagamento de quantias certas, líquidas e exigíveis. Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.	2017	2017	AT	Ministério da Justiça/ DGO/IGCP
2.8.1.4	(M109 — Simplex +) Empresas registadas com CAE secundária	Possibilitar a associação de mais do que um Código de Atividade Económica (CAE) no momento do registo e, subsequente transmissão à Autoridade Tributária para dedução de benefícios fiscais em IRS, evitando deslocações adicionais às Finanças e garantindo que todos os CAEs são registados e relevam para efeitos legais. Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.	2017	2017	Ministério da Justiça	Ministério das Finanças (AT)
2.8.1.5	(M117 — Simplex +) Faturação dos pequenos retalhistas + simples	Simplificar o conteúdo das faturas emitidas pelos sujeitos passivos enquadrados no regime dos pequenos retalhistas (pessoas singulares não sujeitas ao regime de contabilidade organizada para efeitos do IRS e que não tenham tido no ano civil anterior um volume de compras superior a € 50.000), indicando-se apenas o preço do bem ou serviço e dispensando-se os outros requisitos legalmente exigidos, como sejam a indicação do preço líquido de imposto e os outros elementos incluídos no valor tributável, e a indicação das taxas aplicáveis e o montante de imposto devido.	2016	2017	AT	
2.8.1.6	(M122 — Simplex +) Formulários fiscais sempre disponíveis	Tornar possível a impressão dos formulários da Autoridade Tributária e Aduaneira com validade legal.	2017	2017	AT	INCM

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.8.1.7	(M155 — Simplex +) Limitar penhoras	Limitar as penhoras dos saldos bancários ao valor efetivamente em dívida, criando um mecanismo eletrónico que evite a penhora da integralidade do saldo.	2017	2017	AT	Instituições bancárias
2.8.1.8	Balcão Único para Países Terceiros e Mini-Balcão Único para Sujeitos Passivos da UE (Portal Eletrónico Comunitário) — Integração nos sistemas de cobrança e contabilização de regras comunitárias	Adaptação do sistema a novas regras da CE. Possibilitar o tratamento de ordens de pagamento de substituição enviadas pelos estados membros de identificação, para Portugal; Tratamento de restituições.	2017	2017	AT	Comissão Europeia
2.8.1.9	Expurgo funcional da informação de justiça tributária e cobrança	Expurgo da informação da base de dados operacionais da informação de cobrança voluntária e coerciva	2017	2017	AT	
2.8.1.10	Implementação das campanhas declarativas (exercício de 2016)	Adaptação dos sistemas às alterações legislativas e operacionais dos diversos impostos incluídos nos sistemas de cobrança da AT	2017	2017	AT	
2.8.1.11	(Projeto comunitário) AES — Automated Export System	Desenvolver a fase 2 do Export Control System de forma a implementar completamente o AES no que se refere a requisitos de negócio, à integração com o EMCS (Excise Management Control System) e ao desalfandegamento centralizado na exportação	2017	2020	AT	Comissão Europeia
2.8.1.12	(Projeto comunitário) Transit System including NCTS	Alinhar o sistema de trânsito Comunitário com os novos requisitos do Código Aduaneiro da união bem como implementar novos processos relacionados com a utilização de documentos eletrónicos de transporte	2018	2020	AT	Comissão Europeia
2.8.1.13	(Projeto comunitário) EOR12 — Economic Operators Registration and Identification Number	Implementar um novo sistema de operadores económicos registados	2017	2018	AT	Comissão Europeia
2.8.1.14	(Projeto comunitário) AEO/EOS — Authorized Economic Operator/Economic Operator System	Construir um novo sistema de operadores económicos autorizados	2017	2018	AT	Comissão Europeia
2.8.1.15	(Projeto comunitário) REX — Registered Exporter System	Implementar um sistema que atualize e complete a informação relativa aos Exportadores Registados estabelecidos em países terceiros e que exportem mercadorias para a União Europeia, ao abrigo de acordos preferenciais. O sistema também incluirá exportadores registados nos Estados-membros com vista à cumulação de origem bilateral nas trocas com a Noruega, Suíça e Turquia	2016	2017	AT	Comissão Europeia
2.8.1.16	(Projeto comunitário) Special Procedures	Assegurar que a harmonização dos Procedimentos Especiais garanta a implementação das alterações decorrentes do Código Aduaneiro Comum em várias áreas. Construir um sistema de gestão dos dados das “Information sheets”	2017	2020	AT	Comissão Europeia
2.8.1.17	(Projeto comunitário) Adjustments of the existing import applications under the UCC	Implementar as alterações decorrentes do Código Aduaneiro da União	2018	2020	AT	Comissão Europeia
2.8.1.18	SAL — Sistema Aduaneiro de Liquidação	Construir um novo sistema de contabilidade aduaneira	2016	2018	AT	Comissão Europeia, IGCP

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.8.1.19	Sistema do Licenciamento	Implementar um novo sistema de Licenciamento (área aduaneira)	2017	2017	AT	
2.8.1.20	Disponibilização da Pauta Aduaneira Comum na Internet	Implementar um novo sistema para disponibilizar a Pauta na Internet	2017	2017	AT	Comissão Europeia
2.8.1.21	Otimização dos processos de auditoria e monitorização da qualidade da informação	Desenvolvimento de metodologias, processos e sistemas que garantam a rastreabilidade e monitorização contínuas da qualidade de informação analítica nas suas várias vertentes.	2017	2017	AT	
2.8.1.22	Reforço da Arquitetura Analítica da AT — Capacitação e Autonomia na Utilização dos Sistemas Analíticos	Enriquecimento da plataforma analítica através da aquisição de sistemas e desenvolvimento de funcionalidades de SelfService BI que garantam uma maior autonomia e flexibilidade de acesso e exploração dos universos de informação que suportam a tomada de decisão.	2017	2017	AT	
2.8.1.23	“Campanha” de Cadastro e adaptações aos Orçamentos de Estado (Plurianual)	Implementação das alterações aos processos anuais de execução recorrente e das novas funcionalidades originadas pelas alterações legislativas provenientes dos Orçamentos de estado.	2016	2020	AT	
2.8.1.24	Auditoria à informação cadastral — 1.ª fase	Realização de auditoria inicial à informação cadastral existente, bem como implementação de algumas melhorias na qualidade da mesma.	2016	2017	AT	
2.8.1.25	Auditoria anual à informação cadastral (Plurianual)	Realização de auditoria periódica à informação cadastral existente, bem como implementação de algumas melhorias na qualidade da mesma.	2017	2020	AT	
2.8.1.26	Implementação dos processos ITIL de Gestão de Configurações e Alterações	Melhoria dos processos internos de modo a acomodar parte das recomendações de boas práticas na gestão de infraestruturas	2017	2018	AT	
2.8.1.27	(M 58 — Simplex +) Balcão do Empreendedor +	Disponibilizar progressivamente processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no Balcão do Empreendedor, garantindo a utilização de webservice para integração dos processos nas aplicações das entidades que os tramitam, nomeadamente: <i>a)</i> Atividades de prestamistas, leiloeiras e outros previstos no regime jurídico das atividades de comércio e serviços e restauração (RJACSR); <i>b)</i> Atividades relativas ao Mar; <i>c)</i> Atividades relativas à pecuária; <i>d)</i> Licenciamento industrial (SIR); <i>e)</i> Licenciamento industrial (LUA); <i>f)</i> Controlo prévio urbanístico (SIRJUE). Prevê-se que até maio de 2017 estejam integrados 40 % dos processos. Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.	2017	2018	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa	Ministério da Economia, Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Ministério do Ambiente, Ministério das Finanças (AT), Ministério do Mar
2.8.1.28	Expansão do sistema de monitorização SIMRITTA	Capacitar a monitorização com transações sintéticas às restantes aplicações	2017	2018	AT	
2.8.1.29	Plano para diminuir a iliteracia digital dos cidadãos aposentados beneficiários dos SSAP	Ações decorrentes do Plano de Formação Sénior com recurso às TIC, anualmente publicitado pelos SSAP.	2017	2020	SSAP	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.8.1.30 (M 63 — Simplex +) Capitania Online +	Alargar os serviços do balcão único da Autoridade Marítima Nacional — “Capitania Online” — otimizando o seu funcionamento e diversificando as plataformas de acesso aos serviços disponibilizados. Integrar os respetivos serviços com outros sistemas, internos e externos à Autoridade Marítima Nacional, designadamente a Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e o Sistema Integrado de Informação da Autoridade Marítima (SIAM), visando aumentar, de forma gradual e consistente, o universo de utilizadores. Implementar este serviço em terminais dedicados, a localizar nas instalações das capitania dos portos, nas lotas e noutros locais a definir, tais como as lojas do cidadão, através da utilização de Terminal Automático da Capitania Online (TACO). Constitui também um objetivo deste projeto desenvolver a Aplicação para fiscalização pela Polícia Marítima (APPM), tendo em vista proporcionar aos agentes fiscalizadores o acesso em dispositivos móveis à informação que necessitam. Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.	2017	2017	Ministério da Defesa Nacional	Ministério das Finanças (AT)
2.8.1.31	PLAFIO	2016	2018	UnILEO	AP Central
2.8.1.32	ECE	2015	2017	UNILEO	IGCP e DGTF
2.8.1.33	Portal S3CP	2015	2017	UNILEO	Entidades piloto do SNC-AP
2.8.1.34	S3CP	2016	2017	UNILEO	AP Central
2.8.1.35	Implementação do PAEP	2017	2019	DGAEP	Sector Público
2.8.1.36	Portal Imobiliário Público (Simplex #194)	2017	2018	DGTF	Min.Ambiente,PCM

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.8.1.37 (M 5 — Simplex +) TUA — Título Único Ambiental	<p>Criar o Título Único Ambiental (TUA) que integra 11 regimes jurídicos e respetivos procedimentos. Trata-se de um processo, um título, uma taxa, que permite aos requerentes entregar todos os elementos instrutórios numa única vez através da internet, integrando todos os procedimentos necessários subsequentes e georreferenciando as atividades económicas numa única base de dados, compatível com a informação cartográfica oficial. Em complemento, a presente medida possibilitará a articulação entre todas as entidades intervenientes, o Balcão do Empreendedor e o sistema da indústria responsável, garantido um processo transparente para os cidadãos, com controlo e harmonização de prazos.</p> <p>Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.</p> <p>Disponibilização de documentos gerados na Bolsa de Documentos.</p>	2017	2017	Ministério do Ambiente	AT
2.8.1.38 (M 13 — Simplex +) Aquacultura + simples	<p>Racionalizar e agilizar os procedimentos administrativos, designadamente na redução do prazo legal do licenciamento dos estabelecimentos de aquacultura, e reduzir o número de licenças, utilizando os documentos que titulam a ocupação de espaço público e recursos aquáticos, como o título de início de atividade.</p> <p>Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.</p> <p>Disponibilização de documentos na Bolsa de documentos.</p>	2016	2017	Ministério do Mar	AT
2.8.1.39 (M 15 — Simplex +) Licenciamentos turísticos + simples	<p>O licenciamento dos empreendimentos turísticos será simplificado, nomeadamente através da possibilidade de abertura do empreendimento logo após conclusão da obra, redução do número de entidades e de documentos do processo. O processo de localização de empreendimentos turísticos fora dos perímetros urbanos será ainda simplificado, integrando-se num mesmo ato todas as operações urbanísticas e de alteração aos instrumentos de gestão territorial, de forma a dar respostas claras e céleres aos promotores sobre a construção e abertura de empreendimentos turísticos.</p> <p>Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.</p>	2016	2017	Ministério da Economia	AT
2.8.1.40 (M 48 — Simplex +) APP — immigrant welcome	<p>Criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação com um mapeamento de serviços úteis a pessoas imigrantes. O leque de serviços a mapear e georreferenciar (através de GPS) inclui desde Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), cursos de língua portuguesa para estrangeiros, associações de imigrantes, Gabinetes de Inserção Profissional, espaços para prática religiosa, serviços e departamentos de reconhecimento de qualificações, serviços de saúde, equipamentos de ensino, entre outros. Pretende-se facilitar o acesso das pessoas imigrantes e refugiadas à informação vital para uma melhor integração e cidadania. Além de informação cidadã, este serviço permitirá reduzir os custos financeiros e de tempo gastos em deslocações e procura de serviços.</p>	2017	2017	Ministro Adjunto	AT

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.					
2.8.1.41	(M 53 — Simplex +) Atestado Médico Multi- úso digital	Uniformizar e desmaterializar o processo de emissão e transmissão de dados de atestados médicos de incapacidade, através de um registo nacional. Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.	2017	2017	Ministério da Saúde	AT
2.8.1.42	(M 57 — Simplex +) Balcão de Heranças e Divórcios com Partilha +	Tornar possível a celebração de contratos mútuos com ou sem hipoteca no Balcão de Heranças e Divórcios com Partilha. Esta medida inclui a disponibilização de modelos de minutas de contratos e acordos nos respetivos processos, como sejam os de divórcio, herança e poder paternal. Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.	2017	2017	Ministério da Justiça	AT
2.8.1.43	(M 241 — Simplex +) Simplificar o regime da ourivesaria e contrastaria	Simplificar o regime de acesso e exercício da atividade da ourivesaria e da contrastaria, como seja o licenciamento, o âmbito de aplicação, as obrigações no exercício da atividade e as regras de contraste. Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.	2016	2017	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa	AT, Ministério da Cultura e Economia
2.8.1.45	(M 84 — Simplex +) Controlo das existências de bebidas alcoólicas + simples	Fundir numa só as obrigações declarativas à Autoridade Tributária, ao Instituto do Vinho e da Vinha, ao Instituto do Vinho do Douro e Porto, e às Comissões Regionais de Vinhos.	2017	2017	AT	Ministério da Agricultura — Instituto da Vinha e do Vinho, Instituto do Vinho do Douro e Porto, Comissões Regionais de Vinhos
2.8.1.46	(M 90 — Simplex +) Declarações aduaneiras + simples	Interligar os vários sistemas informáticos aduaneiros (STADA e SDS), permitindo avançar no processo de desmaterialização dos processos aduaneiros associados ao fluxo de entrada de mercadorias, através do desenvolvimento e implementação de automatismos que permitem substituir procedimentos manuais por processos informáticos.	2017	2017	AT	Comissão Europeia
2.8.1.47	(M147 — Simplex +) Janela Única Aduaneira	Implementar uma plataforma entre os operadores económicos e as entidades fiscalizadoras que aumente a eficiência dos procedimentos de desalfandegamento. Este projeto será desenvolvido tendo por base a iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública para todas as integrações entre sistemas de diferentes ministérios.	2017	2017	AT	Ministério da Agricultura — DGAV (1.ª fase)/Todas as restantes entidades intervenientes nos processos de desalfandegamento das mercadorias (engloba as diferentes vias: marítima, aérea e terrestre)/Comissão Europeia
2.8.1.48	(M164 — Simplex +) Municípios em linha com a AT	Possibilitar a comunicação eletrónica dos Municípios à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) de plantas, alvarás e licenças municipais.	2017	2017	AT	Municípios

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.8.1.49	(Projeto comunitário) Notification of Arrival, Presentation Notification and Temporary Storage	Harmonizar a troca de dados entre os operadores e as alfândegas para as notificações de chegada, clarificação da utilização, funções legais e técnicas e o conteúdo da Declaração de Depósito Temporário através dos Estados-membros onde estes elementos estejam sujeitos à chamada Pentalogia (Declaração Sumária de Entrada, Notificação de Chegada, Notificação de Apresentação, Declaração de Depósito Temporário e Declaração Aduaneira)	2019	2020	AT	Comissão Europeia
2.8.1.50	(Projeto comunitário) GUM Guarantee Management	Assegurar que os dados das garantias utilizadas na importação e exportação que afetem mais do que um Estado-membro possam ser eletronicamente disponibilizados nos Estados-membros onde as declarações aduaneiras são armazenadas e aceites	2017	2020	AT	Comissão Europeia
2.8.1.51	STADA Trânsito	Construir um novo sistema de Trânsito com ligação ao respetivo sistema comunitário	2016	2018	AT	Comissão Europeia
2.8.1.52	Alfândegas sem papel	Implementar a reengenharia, reajustamento e interoperabilidade dos sistemas nacionais Parte deste projeto foi objeto da candidatura 012349 ao SAMA para o período 2014 a 2018	2014	2020	AT	Comissão Europeia
2.8.1.53	(Projeto comunitário) SIIR (Sistema Integrado de Informação de Referência)	Implementar um novo sistema de informação de referência com recurso a serviços e ligação ao CS/RD2 (Customs Services/Reference Data)	2017	2018	AT	Comissão Europeia
2.8.1.54	(M 235 — Simplex +) Senha fiscal na hora	A senha de acesso ao portal das finanças passa a ser gerada aquando da criação do NIF (número de identificação fiscal).	2017	2020	AT	
2.8.1.55	(M 72 — Simplex +) Certidão de inexistência de património	Tornar possível obter online certidões em que se demonstre que o contribuinte não é proprietário de quaisquer prédios.	2016	2017	AT	
2.8.1.56	(M 74 — Simplex +) Certidões de dívida + simples	Simplificar a emissão de certidões de situação tributária para as empresas que possuem dívidas mas que se encontram devidamente garantidas.	2016	2017	AT	
2.8.1.57	(M 169 — Simplex +) Notificações fiscais eletrónicas para não residentes	Criar um sistema de citações e notificações eletrónicas para os contribuintes não-residentes, através do Portal das Finanças, dispensando a obrigatoriedade de nomeação de representante fiscal. Este projeto usará solução de Notificações Eletrónicas comum a toda a AP, assim que tal sistema esteja disponível.	2017	2017	AT	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	319	776	2 217	3 144
Poupanças Não TIC	6 791	3 899	10 414	14 297
Benefícios económicos e sociais	3 507	1 309	44	3 541
Investimento	19 231	6 429	2 039	936
Saldo	20 647			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual
IGF

O relacionamento com os cidadãos e empresas tem sido feito de modo disperso, pontual e algum em papel.

Há dados recolhidos em papel e a difusão está assente em tarefas que carecem de redesenho com base em novas ferramentas tecnológicas. Neste momento existem partes deste processo dispersas em diversos subprocessos, que é necessário integrar e desmaterializar de modo a facilitar o relacionamento da IGF com aqueles grupos de interessados. Estão incluídos no projeto designadamente os seguintes subprocessos: Sínteses de Resultados das auditorias; Relatórios IGF sobre a Administração Local; Relatórios das Inspeções Setoriais; Subvenções Públicas; Pareceres Prévios de Fundações; Deveres de informação dos Gestores Públicos; Participações do Estado; Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) e Queixas e Sugestões.

SG

O sistema Plêiades resultou de uma iniciativa multidisciplinar iniciada em 2004 com o objetivo de abranger, faseadamente, todos os processos e todos os colaboradores da SGMF.

A solução foi inicialmente implementada para suportar gestão de entidades e de expediente, de requisições internas e aquisições externas, de recursos financeiros e de recursos humanos, incluindo digitalização em documentos em lote, disponibilização de formulários através da intranet e integração com sistemas de faturação eletrónica e de gestão documental.

Atualmente, esta solução presta serviços de gestão documental e de processos a 4 organismos (SGMF, GPE-ARI, UTAP, UTAM), em particular na desmaterialização de processos de recursos humanos e serviços jurídicos, na certificação digital de documentos, no registo automático de acidentes em serviço.

Em 2015 foi implementado o Portal de Serviços Centralizados no âmbito da prestação centralizada de serviços para registar e fornecer métricas de avaliação por serviço interoperando com o sistema de gestão documental no registo de pedidos (Entradas).

SSAP

Os SSAP implementam anualmente um Plano de Formação na área das TIC e não TIC, destinado aos seus beneficiários aposentados.

Os SSAP possuem atualmente 3 sistemas de faturação, 1 incorporado no GERFIP, 1 de Gestão de Venda de senhas de refeição e 1 de Gestão da utilização de equipamentos de lazer destinados aos seus beneficiários. Para estes dois últimos não existe interligação automática com o GERFIP, sendo necessário o seu registo no módulo financeiro do GERFIP à posteriori.

O SIGERB dos SSAP possui tecnologia desatualizada provocando morosidade. É pouco flexível na gestão de conteúdos, face às exigências atuais. Integra uma série de funcionalidades de interação com os beneficiários, não abrangendo, no entanto, funcionalidades decorrentes de novas iniciativas.

O SIGERB dos SSAP incorpora uma base de dados dos seus beneficiários. A inscrição dos beneficiários ativos, a sua mudança de serviço ou passagem a aposentação são inseridas no SIGERB pelo próprio ou pelo organismo. A falta de registo atempado destas alterações compromete o rigor da informação constante da base de dados de beneficiários dos SSAP.

Seria igualmente importante, para efeitos de processos de cobrança coerciva, poder aceder de forma simplificada, junto da AT, a dados atualizados dos beneficiários, nomeadamente NIF, CC, morada, falecimento.

O Sistema de Venda de Senhas de Refeição, atualmente, está limitado ao pagamento através de notas e moedas, não permitindo um troco superior a 5 €, condicionando o número de senhas a adquirir. A utilização de outros meios de pagamento, nomeadamente o carregamento de refeições via telemóvel facilitaria a compra de senhas pelos beneficiários e reduziria os meios logísticos afetos a este serviço.

AT

Na senda de prestar um cada vez melhor, mais eficiente e mais eficaz serviço aos cidadãos e agentes económicos, são regularmente identificadas oportunidades de melhoria e/ou de simplificação de processos, procedimentos e sistemas informáticos, tanto ao nível europeu (iniciativas da União Europeia), como ao nível nacional (iniciativas governamentais ou iniciativas empreendidas de forma proativa pela Autoridade Tributária e Aduaneira). Como contributo para a medida 8 — Inovação setorial, foram identificadas várias iniciativas que a AT irá levar a cabo

nos próximos anos, seja por imperativo comunitário, seja pela sua previsão no Programa Simplex + ou por terem sido internamente identificadas como críticas para o sucesso do plano estratégico da AT.

Como fio condutor comum/transversal, as ações listadas têm como foco a redução dos custos de contexto e a facilitação do cumprimento voluntário para os contribuintes e operadores, a redução de custos internos e a gestão flexível/racionalização dos recursos humanos e tecnológicos da AT e o reforço da integração e da partilha de informação com entidades externas (segundo o rumo definido para o princípio “Uma só vez”, de aplicação transversal à administração pública portuguesa).

Estão identificadas as necessidades críticas de aquisição de novas licenças e upgrades de software, por forma a evitar quebras graves de serviço.

DGAEP

O Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), é uma base de dados de caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos, com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos respetivos recursos humanos.

Constam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, regiões autónomas, autarquias locais, outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, empresas do setor empresarial do Estado e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, bem como as demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas.

A Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) é a entidade gestora e detentora do SIOE. A informação que consta do SIOE encontra-se em permanente atualização sendo da responsabilidade das entidades a que respeita, sem prejuízo da responsabilidade da DGAEP.

Com o intuito de obter uma Administração mais ágil e eficiente surgiu a necessidade de se desenvolver uma plataforma designada por Plataforma da Administração e do Emprego Público (PAEP), única e referencial para todos os sistemas do Setor Público, existentes e futuros, que contribua para a recolha, enriquecimento e apuramento de informação com vista à promoção de medidas de eficiência e de boa governação na utilização dos recursos.

Situação Futura

IGF

Relacionamento com os cidadãos e empresas feito em suporte eletrónico, com mais disponibilidade devido à integração e simplificação dos procedimentos. A atividade da IGF será acompanhada mais de perto pelos cidadãos, empresas e outras entidades públicas com menos custos de contexto.

SG

A SGMF pretende lançar uma iniciativa de modernização administrativa, denominada plataforma Partilhada de Atividades Comuns (PPAC) com os seguintes objetivos:

- Desmaterializar os processos da SGMF, suportando-os na plataforma existente (Plêiades) e disponibilizando os processos transversais e comuns aos restantes organismos aderentes;

- Disponibilizar um ponto único de acesso (balcão único) aos serviços partilhados no âmbito dos protocolos de prestação centralizada de serviços, que permita gerir todas as interações entre as entidades, integre com os processos desmaterializados e faça o controlo transparente do cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos;

- Disponibilizar serviços de interoperabilidade para acesso ao arquivo digital na plataforma de interoperabilidade da administração pública (iAP), adotando um modelo centralizado (em vez de ligações ponto-a-ponto), e utilizar a macroestrutura funcional (MEF) e os processos de negócio (PN) como instrumento semântico (linguagem comum) na recuperação da informação;

- Implementar um arquivo digital que assegure a gestão da informação digital segundo os instrumentos legais atuais (temáticos) e futuros (funcionais), com particular enfoque na adoção dos resultados do projeto ASIA (avaliação suprainstitucional da informação arquivística) e do modelo de requisitos para sistemas de gestão de informação de arquivo (MoReq2010).

No âmbito desta iniciativa e para cumprimento destes objetivos, será necessário:

- Proceder à reengenharia dos processos que suportam a atividade da SGMF, adequando-os à sua execução em contexto desmaterializado;

- Rever/evoluir o catálogo de serviços, com particular enfoque nos serviços protocolados no âmbito da prestação centralizada de serviços;

- Atualizar tecnologicamente a plataforma Plêiades, enquanto medida de preservação digital, para assegurar a continuidade do acesso ao acervo de cerca de 12 anos de informação digital mantida neste sistema;

- Evoluir funcionalmente a plataforma Plêiades para permitir a adoção de planos de classificação funcionais (MEF, ASIA); a solução utilizada é atualmente a única com certificação MoReq; a solução já permite atualmente a certificação digital de documentos através do cartão de cidadão e do cartão emitido pelo CEGER;

- Avaliar a utilização de software aberto (open source) para a implementação do arquivo digital; prever a autenticação com cartão de cidadão, utilização da gateway de SMS (para notificações) e disponibilização de serviços na iAP.

Esta iniciativa vem dar continuidade aos esforços de modernização administrativa e de realização das estratégias da administração pública acima referidas, bem como dos princípios que lhes estão subjacentes, e será um veículo fundamental para o cumprimento da missão da SGMF e para a promoção de formas mais efetivas de colaboração com as entidades a quem presta serviços.

SSAP

Pretende-se dar continuidade ao Plano anual de formação destinado aos beneficiários aposentados, prevendo atingir em 2020 os 2100 formandos. Desta forma estaremos a incrementar a utilização dos meios eletrónicos pelos nossos beneficiários, reduzindo a infoexclusão, facilitando o seu relacionamento com os SSAP (email, via inscrição nas atividades via Portal dos SSAP, reduzindo assim significativamente o número de atendimentos presenciais, telefónicos e de circulação de papel) e com outros organismos da Administração Pública (AT, IRN, Portal do Cidadão, ADSE, entre outros).

Pretende-se uma interligação automática dos 3 sistemas de faturação existentes nos SSAP, permitindo assim uma informação financeira em tempo real e reduzindo significativamente o tempo despendido com as tarefas de introdução e verificação de dados.

Renovar o SIGERB, tornando-o mais eficiente e eficaz, pela sua simplicidade, abrangência e usabilidade.

Possibilitar a atualização automática/obrigatória pelas entidades envolvidas da nossa base de dados ou através de uma entidade centralizadora do fluxo desta informação das mudanças entre serviços, passagem à aposentação, desvinculação e falecimento.

Conseguir aceder ao repositório de dados da AT sobre NIF, CC, morada, cônjuge, falecimento, para processos de contencioso. Conseguir igualmente aceder ao comprovativo do IRS dos beneficiários para efeitos de cálculo de capitação nas candidaturas aos benefícios da ação social complementar. Cumpria-se assim o objetivo de evitar a duplicação de informação solicitada pela Administração Pública e da medida simplex “Alteração da morada uma só vez”.

O alargamento, no Sistema de Venda de Senhas de Refeição, das formas de pagamento com recurso ao pagamento eletrónico via telemóvel, permitiria reduzir o valor movimentado em dinheiro e os custos de manutenção, bem como aumentar a segurança do manuseamento dos valores e dos intervenientes no processo”

AT

Como situação futura desejada, pretende-se a efetiva implementação das oportunidades de melhoria identificadas, com a realização dos benefícios esperados quer do ponto de vista dos contribuintes, quer do ponto de vista da AT e dos outros organismos nacionais e internacionais com os quais colabora, alcançando um patamar mais elevado de qualidade do serviço prestado que permita à AT focar-se em oportunidades de melhoria (contínua) subsequentes.

Aquisições efetuadas de acordo com o roadmap de evolução estabelecido.

DGAEP

Como sistema único e integrado de referência para todo o setor Público, pretende-se com a presente plataforma reformular alguns instrumentos de recolha de dados atualmente existentes e agregar toda a informação relativa às entidades públicas e ao emprego público.

Entende-se por setor Público o universo de entidades previstas no âmbito de aplicação da Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, que institucionalizou o SIOE, compreendendo todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, regiões autónomas, autarquias locais, outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais, bem como as empresas do setor empresarial do Estado e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais e demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas, que integram as sociedades financeiras e não financeiras públicas em contas nacionais.

Esta plataforma deve permitir a recolha e tratamento de dados, aproveitar as sinergias existentes, nomeadamente os dados existentes no SIOE, criar a estrutura para novos dados de caracterização de entidades e criar uma estrutura de dados para armazenar a informação de caracterização dos trabalhadores e das suas relações com a(s) entidade(s) a que está ou esteve afeto.

A criação da Plataforma da Administração e Emprego Público (PAEP), alinhado com as estratégias do Governo, do CTIC, da DGAEP e da eSPap I. P., permitirá melhorar a eficiência e qualidade do funcionamento dos seus serviços e das outras entidades envolvidas, contribuindo para a redução de custos, racionalização de processos e melhoria da qualidade nos serviços prestados pela Administração Pública.

GPEARI

Pretende-se dispor de um conjunto indicadores de gestão e de performance de resposta a solicitações, para acompanhamento dos processos específicos e partilhados (designadamente como a SG), com base na ferramenta de gestão documental existente.

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

Nesta medida o PSTIC-MF inscreve 7 atividades alinhadas com o objetivo de constituição de um Centro de competências TIC na AP permitirá reunir os recursos TIC agora dispersos de modo a que a AP usufrua de melhores e mais eficientes serviços TIC. O Centro de competências TIC, alinhado com a consolidação da função TIC a nível de cada área governamental, prevista na Medida 1, permitirá

estabelecer uma cadeia eficiente de prestação de serviços TIC claramente identificados em Catálogos de Serviços setoriais e Transversais à AP. A rede das TIC no Ministério das Finanças inscreve 7 atividades com um investimento de 580.560,00 € a 4 anos. Não foi ainda possível levar a cabo a estimativa de poupança para algumas atividades, assim como o valor indicado para o investimento, dado que o levantamento de todos os meios TIC, incluindo recursos humanos, não está ainda concluído, sendo os seus resultados fundamentais para melhor estimar os meios necessários para este plano. Neste contexto destacamos as iniciativas do INA e da ESPAP entidades que possuem na Administração Pública competências e atribuições de serviços partilhados a toda a AP.

As ações desenvolvidas nesta medida enquadram-se na estratégia do INA de definição de referenciais de competências para áreas de atividade comuns da AP, e apoio à respetiva implementação de projetos de gestão de competências e programas de formação associadas ao seu desenvolvimento nos organismos públicos. A ESPAP: no âmbito da Rede operacional de Serviços Partilhados TIC para a Administração Pública (RSPTIC), manter a orientação estratégica de promover o vetor tecnológico dos centros de competência operacionais de forma a alavancar o seu potencial na eSPap e em toda a AP Central.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC						
3.9.2	Instituir centro de competências TIC na AP Central					
3.9.2.1	Criação na eSPap de centros de competência operacional na área tecnológica	A criação na eSPap de centros de competência operacional na área tecnológica, visa garantir: A disponibilidade dos níveis de competência, que os centros de informática da AP carecem urgentemente de forma racional e eficiente; A promoção da inovação e do conhecimento de forma sustentada; A promoção da integração de jovens altamente qualificados em áreas com baixo nível de emprego nas TIC. Perante as atuais competências da eSPap em Sistemas Integrados de Gestão — Enterprise Resource Planning (ERP) — e em Sistemas de Apoio à Decisão — Business Intelligence (BI) — tendo nos seus quadros mais de 20 profissionais experientes em ERP e BI e fruto do alinhamento estratégico com o parceiro tecnológico SAP, foi criado no Centro de Competência Operacional da eSPap, a competência tecnológica de ERP e BI.	2017	2020	ESPAP	AP Central
Avaliar os resultados do piloto						
3.9.4	Implementar programa de gestão da mudança como catalisador das reformas e mudanças nas TIC					
3.9.4.1	Programa da participação dos Stakeholders	Desenvolvimento de um programa de participação de stakeholders para: caracterização dos processos estratégicos TIC e definição do referencial de competências TIC na A.P	2017	2018	INA	DGAEP, AMA I. P.
3.9.5	Capacitar e Formar RH TIC					
3.9.5.1	Evolução do Centro de Aprendizagem Virtual AT	Identificar o GAP de competências TIC na Autoridade Tributária e Aduaneira e criar conteúdos virtuais para a capacitação dos recursos TIC nas tecnologias e processos considerados estratégicos, aproveitando as	2017	2020	AT	INA, DGAEP

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	potencialidades do Centro de Aprendizagem Virtual (plataforma Blackboard) e a experiência adquirida na criação de cursos e-learning para o universo de trabalhadores da AT. Otimização funcional da plataforma.					
3.9.5.2	GeCAP	Definição de referenciais de competências TIC	2017	2018	INA	DGAEP, AMA I. P.
3.9.5.3	Diagnóstico de competências	Desenvolvimento de projetos de diagnóstico de competências com identificação dos Gap's	2017	2019	INA	DGAEP, AMA I. P.
3.9.5.4	Forma RH-TIC	Criação de planos de capacitação humana para resposta aos gap's de competências	2017	2019	INA	DGAEP, AMA I. P.
3.9.5.5	Plataforma Nau	Conceber e produzir novos produtos de formação à distância na modalidade MOOC (Massive Online Open Courses), orientados para temáticas transversais relevantes para os trabalhadores em funções públicas e para a relação do cidadão com o Estado e a Administração Pública, a integrar na “Plataforma Nau” coordenada pela FCT/FCCN.	2017	2018	INA	FCCN
3.9.6	Definir medidas que promovam a valorização e retenção de RH TIC na AP					
3.9.6.1	Gestão Estratégica de RH-TIC	Efetuar estudo que permita aferir a capacidade da AP em reter RH para assegurar a sustentabilidade das TIC na A.P.	2017	2018	INA	DGAEP, AMA I. P.

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	31	321	145	145
Saldo	- 643			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

INA

Inexistência de referenciais de competências para a área TIC.

Desenvolvimento de programas de formação para profissionais TIC, não associados a perfis de competências.

AT

O Centro de Aprendizagem Virtual disponibiliza diversos cursos em modo e-learning ou b-learning, para a capacitação dos trabalhadores da AT. Em conjunto com a experiência adquirida pela extinta DGITA (antes da fusão com a DGCI e a DGAIEC, em janeiro de 2012) no domínio da gestão de competências TIC, bem como tendo em consideração a dimensão do universo de trabalhadores da AT em funções na área de Sistemas de Informação, o aperfeiçoamento contínuo das capacidades e das competências dos recursos humanos TIC constitui uma área em que a AT pode colaborar e dar um contributo efetivo aos esforços realizados pelos restantes organismos do Ministério das Finanças.

Situação futura

INA

Existência de referenciais de competências para a área TIC.

Planos de capacitação Humana para resposta a gap's de competências na área TIC.

AT

Identificação e efetivo aproveitamento de sinergias no âmbito da formação de recursos TIC que beneficie todos os organismos do Ministério das Finanças.

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

Nesta medida a RSPTIC desempenha um papel fundamental na operacionalização da estratégia de aproveitar a capacidade instalada na AP para disponibilizar uma oferta robusta de serviços TIC permitirá reduzir a despesa em novas infraestruturas, plataformas e sistemas. Propõe-se rentabilizar a capacidade de Centros de Processamento de Dados existente na AP.

Nesse sentido, a criação da nuvem interoperável da AP permitirá facilitar aos organismos públicos fornecedores a disponibilização online da capacidade em excesso, para que aqueles que pretendam usufruir o possam fazer numa lógica de self-service. Esta nuvem deverá ser capaz de complementar a oferta da nuvem da AP com oferta dos fornecedores privados sempre que for economicamente viável, tendo também em consideração a natureza dos sistemas e da natureza dos dados envolvidos.

Ao longo dos últimos anos procedeu-se à definição de uma metodologia de migração de centros de dados (em modelo housing e hosting), tendo-se procedido à centralização no CPD da eSPap do centro de dado dos organismos

da rede do MF (excluindo a AT) e, extra plano setorial, da AMA I. P. e PCM. A centralização dos restantes centros de dados ocorreu até ao final de 2015. No que diz respeito a iniciativas no domínio de cloud computing, foi efetuado um projeto-piloto para a disponibilização do serviço de email suportado na cloud privada da eSPap, e que se encontrará disponível para alargamento a outros clientes e a outros serviços cloud a partir de 2017. A criação e disseminação da CloudAP são planeadas no âmbito desta medida.

A migração dos Centros de Dados para a ESPAP não é isenta de custos. Tendo em conta os valores de adjudicação da migração dos organismos do MF, estima-se que o custo de migração física das infraestruturas deverá rondar para a totalidade dos organismos do MF (com exceção da AT), um total de 100 000 €. A este valor, deverão ser adicionados os custos com o processo de transformação (e.g. virtualização) e consolidação de serviços na infraestrutura da ESPAP o qual se estima ter valor igual, perfazendo, no total, um custo de 200 000 €.

A adequação do Centro de Dados da ESPAP terá um custo de investimento estimado de cerca de 300 000,00 €, permitindo, contudo, uma melhoria da eficiência energética da ordem dos 25 %. A obtenção de benefícios financeiros poderá decorrer entre outros elementos da redução de custos com Equipamentos de comunicações (Switchs, Routers, Firewalls, IDS/IPS, Soluções de Centro de Contacto (Contact Center), Outros equipamentos passíveis de utilização comum)

- Serviços de Rede (Servidores de: Domínio — Windows e DNS, Mail, Proxys, outros serviços passíveis de utilização comum)
- Serviços de Internet (centralização do acesso à Internet) transversais
- Serviços de Centro de Contacto (Contact Center)
- A componente de OPEX em todas as vertentes (Hardware; Software; Manutenção; Licenciamento; Consumos energéticos)
- Diminuição acentuada dos custos de energia elétrica.

No que diz respeito a possíveis benefícios económicos, afigura-se possível reduzir o número de efetivos afetos, na globalidade a estas funções, através da criação de equipas multidisciplinares com competências transversais.

A ESPAP enquanto coordenadora da RSPTIC inscreve nesta medida 14 atividades com um valor de investimento de 10.968.000,00 € a 4 anos.

Não foi ainda possível levar a cabo a estimativa de poupança para algumas atividades, assim como o valor indicado para o investimento, dado que o levantamento de todos os meios TIC, incluindo recursos humanos, não está ainda concluído, sendo os seus resultados fundamentais para melhor estimar os meios necessários para este plano. Existindo um estudo feito em 2015 pela AMA I. P., o atual deverá considerá-lo e nos casos de dúvida propomos que sejam revisitados.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.1	Levantar a capacidade existente					
3.10.1.1	Renovar o levantamento existente em CPDs da AP Central	Participação no âmbito da rSPtic no processo de levantamento da capacidade para o serviço de housing e hosting. A informação deste trabalho é relevante para a RSPTIC. Para operacionalizar a rede de serviços.	2017	2017	AMA I. P.	ESPAP
3.10.1.2	Renovação tecnológica do centro de dados primário (AT) (pré-requisito para a implementação de medidas Simplex +)	Renovação tecnológica do centro de dados primário (AT) (pré-requisito para a implementação de medidas Simplex +)	2016	2019	AT	
3.10.2 Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP						
3.10.2.1	Adequação de facilities do CPD da ESPAP	“Dotar a componente de facilities do CPD da ESPAP (no espaço existente), de forma a suportar o preenchimento do espaço com novos serviços. Dotar a componente de facilities do CPD da ESPAP (no espaço existente), de forma a suportar o preenchimento do espaço com novos serviços: Evoluir as UTA's e alterar a sua tecnologia (passar do corredor técnico para InRow) para aumentar o grau de eficiência e recuperar o investimento em 1 ano na fatura elétrica (baixar o PUE de 1.8 para 1.4); Com o aumento da ocupação da sala é necessário evoluir um dos Sistema de Geração; Com o aumento de ocupação da sala é necessário aumentar os sistemas de UPS; Com o aumento de ocupação da sala é necessário ampliar as UTA's.”	2017	2019	RSPTIC	

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
3.10.2.2	Ampliação do espaço/capacidade do CPD da ESPAP	De acordo com a ação de revisão de levantamento de capacidade existente na AP, prever a ampliação do espaço/capacidade do CPD da ESPAP para suportar o preenchimento com novos serviços	2019	2020	RSPTIC	
3.10.2.3	Estratégia de Hosting do MF	Realizar a passagem progressiva para modelo de Hosting dos sistemas, aplicações e infraestruturas que se encontram atualmente em modelo de Housing. Passar de os Sistemas de Informação de Housing para Hosting para os organismos da rede do MF alojados no CPD da eSPap. Levantamento dos atuais sistemas em Housing e de novas necessidades dos Cliente; Identificação dos potenciais sistemas a migrar; Projeto de migração dos serviços;	2018	2019	ESPAP	
Criar nuvem interoperável						
3.10.3	Criar nuvem interoperável da AP					
3.10.3.1	Formalização do catálogo da rSPtic	Garantir que todos os catálogos são integrados e consolidados pela RSPTIC Os catálogos são agregados para uma oferta consolidada da rSPtic Publicação do catálogo da rSPtic. Agregação de todos os catálogos setoriais anteriormente levantados, na rSPtic numa lógica integrada através da prestação de serviços por via da CloudAP.Criação de um ponto único de publicação para os clientes finais, tema já focado no ponto: 3.10.2.2.	2017	2017	RSPTIC	AP Central
3.10.3.2	Adequação de infraestrutura de correio eletrónico em modelo cloud	Adequar a atual infraestrutura de correio eletrónico em modelo cloud, para os organismos do plano setorial do Ministério das Finanças, capacitando a infraestrutura num total de 3.000 utilizadores. Disponibilização de serviços de cloud computing em cloud privada para integração na CloudAP, âmbito rSPtic. No que diz respeito a iniciativas no domínio de cloud computing, foi desenvolvido com sucesso um projeto-piloto para a disponibilização do serviço de email suportado na cloud privada da eSPap. Importa agora disponibilizar o serviço a outros clientes a partir de 2017.	2017	2018	ESPAP	Rede MF, excluindo a AT, incluindo o IGCP
3.10.3.3	Concurso para implementação da cloud AP	Elaborar peças de concurso para a cloud AP e avaliar respostas	2017	2017	RSPTIC	AP Central
3.10.3.4	Piloto cloud AP para 2 organismos consumidores de serviços — Fase 1	Fase 1 — 1S 2017 com 2 organismos da rede do MF: No âmbito da rSPtic efetuar piloto alinhado com o cenário da cloud AP para o serviço de IaaS. Adequação da infraestrutura total para dar suporte ao modelo Cloud de toda a AP. Evolução da infraestrutura de swtching do CPD Evolução da infraestrutura de Firewall Evolução da Infraestrutura de Balanceamento	2017	2017	RSPTIC	AP Central
3.10.3.5	Piloto cloud AP — Fase 2	“Fase 2: Expansão do piloto efetuado na fase 1 com alargamento à totalidade dos serviços TIC partilhados e publicados no catálogo da rSPtic Integração da cloud ESPAP com outros organismos no âmbito da CloudAP, de acordo com o modelo que seja definido no RFI e das peças concursais. Salienta-se a incapacidade nesta fase de estimar valores de investimento para a fase II”	2018	2019	RSPTIC	AP Central

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
3.10.3.6	Interoperabilidade de ficheiros financeiros	Realizar a evolução da atual plataforma de transferência de ficheiros financeiros, tendo em vista o aumento da eficiência operacional	2017	2018	ESPAP	Rede MF, excluindo a AT
3.10.4	Identificar sinergias entre oferta e procura TIC entre AP Local e Central					
3.10.4.1	Desenvolvimento do modelo de colaboração para partilha de recursos entre a AP Local e Central	Desenvolver modelo de colaboração que permita a partilha de recursos entre a AP Local e Central, de modo a melhor responder aos desafios colocados e com menor custo. Realização de um levantamento de capacidade existente de serviços TIC no âmbito da rsptic em articulação com a AP local. Para desconcentrar a prestação de serviços e evoluir num modelo de governance para a AP local.	2018	2018	AMA I. P., RSPTIC	AP

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	1 049	1 515	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	851	851	851	851
Investimento	3 100	5 654	3 911	1 138
<i>Saldo</i>		-7 835		

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Existem organismos da AP central que possuem serviços em operadores privados para alojar as suas infraestruturas.

De acordo com a ação de revisão de levantamento de capacidade existente na AP, prever a ampliação do espaço/capacidade do CPD da ESPAP para suportar o preenchimento com novos serviços.

Situação Futura

Pretende-se via rSPtic transferir estas infraestruturas para CPS da AP.

Traduzindo-se esta despesa num investimento na adequação dos CPDs existentes para acomodar o aumento no número de bastidores. Esta adequação traduz-se em adequar itens técnicos como a energia elétrica, ar condicionado e de gerador. Por forma a garantir o nível de serviço. Este investimento apenas é necessário quando existir migração das infraestruturas para estes CPDs.

O espaço de CPD tem 210 m² e de acordo com a realidade atual de consumo dos equipamentos IT deverá estar preparado para uma carga IT de 2KW por metro², o que perfaz 420 KW de consumo se o espaço for preenchido na totalidade.

O QGBT já foi preparado. O Sistema de geração precisa de substituir um dos geradores. O sistema de UPS tem capacidade para 128 KW em cada um dos circuitos e precisará de ser ampliado. Evoluir o AVAC (unidades de interior UTA's) para garantir um aumento de eficiência dos sistemas atuais e eliminar a necessidade de evolução da componente de Chiler's e compressores. Ampliar a infraestrutura de circuitos de 32A (entre o quadro do CPD e os bastidores).

Existem atualmente na eSPap espaço infraestruturado com SADI e para AVAC (cerca de 150 m², correspondendo a 75 bastidores (2 m² por bastidor) que poder ser preenchido com infraestrutura IT, mantendo as mesmas premissas (4KW por bastidor).

É necessário capacitar o espaço em questão com: geração (aumentado a capacidade do existente ou instalando novo); energia elétrica (instalar quadros e circuitos até aos bastidores); UPS's (2 UPS's de 300KW cada) e AVAC (aproveitamento dos Chiler's do edifício e aquisição de UTA's).

É necessário capacitar o espaço em questão com: geração (aumentado a capacidade do existente ou instalando novo); energia elétrica (instalar quadros e infraestrutura adequada); UPS's (2 UPS's de 300KW cada) e AVAC (aproveitamento dos Chiler's do edifício e aquisição de UTA's).

Todos os novos serviços na rede MF, excluindo a AT, passam a ser entregues no formato de hosting para os novos SIs.

Cloud AP

O impacto esperado manifestar-se-á, em especial, no domínio da redução de custos, da prestação de melhores serviços TIC e da gestão dos recursos afetos às TIC.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

Nesta medida a RSPTIC desempenha um papel fundamental na operacionalização da estratégia de disponibilizar uma rede segura e redundante, capaz de conectar toda a AP de forma mais racional e suportar múltiplos serviços. Através da implementação das redes de comunicações de cada área governamental e entre as mesmas será possível criar uma rede da AP mais racional, mais segura e economicamente mais vantajosa, eliminando inúmeros circuitos que se tornarão desnecessários. Esta medida visa a definição e concretização de uma estratégia para a implementação de uma rede de comunicações que sirva a totalidade do MF, devidamente articulada com a estratégia para as comunicações global para a AP. A medida tem como objetivo final a unificação das comunicações no MF, com gestão centralizada e global, integrando todos os serviços de comunicações, dados e voz, fixas e móveis, focando-se na forma como as instituições e pessoas comunicam e colaboram para realizar objetivos comuns.

Mas também a dinamização do Ponto Troca de Tráfego da AP.

As 9 atividades inscritas nesta medida, com um valor de investimento de 7.845.475,00 € a 4 anos com poupanças financeiras de 8.637.368,00 € a 4 anos, visam a definição e concretização de uma estratégia para a implementação de uma rede de comunicações que sirva a totalidade do MF e por outro a implementação de uma rede de comunicações que sirva a totalidade da AP, devidamente articulada com a estratégia para as comunicações global para a AP. As atividades têm como objetivo final a unificação das comunicações no MF, com gestão centralizada e global, integrando todos os serviços de comunicações, dados e voz, fixas e móveis, focando-se na forma como as instituições e pessoas comunicam e colaboram para realizar objetivos comuns. Com elevado impacto ao nível financeiro, pois

irá eliminar várias redundâncias e melhorar as condições de contratação. A centralização da gestão tem também a vantagem de facilitar o processo de evolução, por exemplo, para uma rede multisserviços ou para a introdução de novas tecnologias. São aqui igualmente inscritas as atividades relativas à RSPTIC no âmbito do PTT (ponto de Troca de Tráfego) bem como à operacionalização do IPv6 na AP.

No que diz respeito a benefícios financeiros, e tendo por referência os custos com a rede da AT, fruto da dinâmica do mercado e considerando que os requisitos do Ministério das Finanças não sofrerão evolução face à situação atual, é expectável que exista uma apreciável redução de custos, que, numa perspetiva pessimista, se estima situarem-se 50 % abaixo dos valores atualmente pagos pela AT, representando globalmente uma economia anual de cerca de 1 300 000,00€/ano.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	Substituição da infraestrutura de proxys de acesso à Internet	Tendo presente o End of life (EOL) dos proxy TMG da atual infraestrutura de proxys, importa proceder à sua substituição	2017	2018	AT	
3.11.1.2	Rede Integrada de Comunicações para de Dados e Internet MF/AT/eSPap	Contratualização da infraestrutura da rede de comunicações para o MF, integrando as necessidades da AT, dotando-a de capacidade e disponibilidade, para suportar novos serviços de comunicações unificadas numa lógica global de disponibilidade de serviço e continuidade para o MF.	2015	2020	SG,AT, ES-PAP	REDE MF
3.11.1.3	Implementação de infraestruturas de base para comunicações de voz	Capacitação das infraestruturas de base de suporte à telefonia IP para a área governamental das Finanças; Piloto entre a eSPap e mais 2 entidades; Interligação com infraestruturas de VOIP da AT baseada em infraestrutura de Centrais com cartas IP. Alargamento às restantes entidades da área governamental do Ministério das Finanças.	2017	2018	ESPAP	REDE MF
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
3.11.2.1	Evolução da infraestrutura do PTT para alta disponibilidade, instalação do DPI (Deep Packet Inspection) e possível evolução para o 3.º nó	Alta disponibilidade — aquisição de 2 equipamentos, 1 para cada nó do PTT; DPI — capacitar o PTT de Inspeção de Pacotes; 3.º Nó do PTT — Evolução da solução para 3 nós.	2018	2019	RSPTIC	AP Central
3.11.3	Definir Modelo e Roadmap para o IPV6 na AP					
3.11.3.1	Coordenar no âmbito da rSPTic, e de acordo com a estratégia definida pelo CTIC, a implementação do IPv6 na AP	Definir, em articulação com os organismos, a estratégia operacional de implementação/adoção do IPv6 em cada organismo da rede MF. Implementar piloto de implementação do IPv6 no serviço de correio eletrónico na eSPap 2.º S 2017. Assegurar a implementação na eSPap do IPv6 numa estratégia de “dual-stack” até 2018 Assegurar a implementação nos organismos na rede MF do IPv6 numa estratégia de “dual-stack” até 2020; Assegurar em articulação com a AT um plano para a implementação do IPv6 na AT até 2021;	2017	2020	RSPTIC	AP Central

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Implementar rede comum de comunicações multiserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multiserviços da AP					
3.11.4.1	Expansão do projeto de videoconferência	Expansão do projeto de videoconferência para as restantes Direções de Finanças e Serviços Centrais, por forma a potenciar outras formas de comunicação remotas	2017	2018	AT	AT
3.11.4.2	Dotar o PTT de solução tecnológica para interligação das soluções de colaboração das Entidades da AP	Levantamento das soluções existentes e estudo de viabilidade, definindo e caracterizando as opções tecnológicas e requisitos técnicos da solução, e elaboração das peças de concurso para a aquisição do hardware e software; Implementação da infraestrutura e tecnologia necessária à implementação da solução e de piloto com 3 entidades; Alargamento às entidades da AP.	2017	2018	RSPTIC	AP Central
3.11.4.3	Interligação do PTT à rede pública das entidades, Internet.	Interligação do PTT à rede pública das entidades, Internet	2017	2018	RSPTIC	AP Central
3.11.4.4	Solução colaborativa	Implementar solução de mensagens instantâneas, presença e contacto Realizar piloto em 2017 na Rede MF	2018	2019	RSPTIC	AP Central

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	1 086	1 086	1 758	2 158
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	1 495	2 584	1 960	1 806
Saldo	-1 759			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

AT

A estrutura para a rede de comunicações do Ministério das Finanças foi desenhada no âmbito dos trabalhos do PGRITIC, estando apenas pendente a concretização do procedimento de contratação previsto.

Situação futura

AT

Efetiva implementação do modelo acordado para a rede do Ministério das Finanças.

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
3.12.2	Negociar e acordar melhores condições com principais fornecedores de software à AP					
3.12.2.1	AT — Aquisição de Software/Licenciamento	Aquisição das licenças identificadas como críticas para a operacionalidade corrente da organização, procurando sempre que possível efetuar os procedimentos em colaboração com outros organismos que tenham uma necessidade de aquisição similar, no sentido de estes (e a AP, no global) poderem recolher também benefícios do poder negocial da AT. Destacam-se as seguintes aquisições previstas: - Upgrade de software mainframe (2019) - Aquisição de software Oracle Database Compression (2016) - Aquisição de software Oracle Weblogic Suite com Coherence e management (2016) - Aquisição do software Oracle Database In Memory (2017) - Expansão de licenciamento Oracle Soa Suite (2017) - Aquisição de software para gestão global RedHat (Linux, KVM, etc) (2017) - Aquisição de software Source Control para suporte ao desenvolvimento de aplicações Open (Java, HTML5, .net, etc.) (2016)	2016	2019	AT	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	- Aquisição de software para gestão da plataforma Z/Linux (2017) - Aquisição de licenças RedHat para Z/Linux (2017) - Solução de análise de vulnerabilidades de código de desenvolvimento (2017)”					
3.12.2.2	Aquisição de licenciamento de software para Sptic	Aquisição de licenciamento de software para Sptic	2017	2020	ESPAP	
Criar e dinamizar o catálogo de software da AP						
3.12.5	Promover a reutilização de aplicações desenvolvidas pela/para AP					
3.12.5.1	GeRHup — Recursos Humanos em modo Partilhado	No seguimento dos desenvolvimentos do GeRHup a eSPap fará a sua disseminação para outros Organismos do Estado. Para o período agora considerado na candidatura prevê-se que o GeRHup venha a integrar mais de 150.000 trabalhadores da AP, numa dimensão nunca antes realizada em Portugal.	2016	2017	ESPAP	AP
3.12.5.2	GeRFIP — Gestão de Recursos Financeiros do Estado	Considerando as recentes evoluções na área Gestão Financeira Pública, foi desenhado o Programa Transformacional da Gestão Financeira Pública (PTGFP) que assenta nos seguintes eixos: - reforma do processo orçamental - melhoria dos processos de Gestão Previsional da Tesouraria Pública - implementação do novo referencial contabilístico internacional (SNC) 2.a Reforma do processo orçamental A reforma do processo orçamental tem como principais objetivos: - A alteração da organização jurídica da Lei de Enquadramento Orçamental; - A simplificação do processo orçamental; - Novo enquadramento orçamental dos serviços e organismos da Administração Pública; - Alteração dos macroprocessos orçamentais; - Alteração do processo de prestação de contas; - Garantir uma efetiva articulação entre a execução orçamental e a tesouraria do Estado 2.b Eficiência da Gestão da Tesouraria Pública Pretende-se com esta componente do PTGFP atingir os seguintes objetivos: - Assegurar que existem disponibilidades financeiras suficientes para liquidar as obrigações à medida que as mesmas se vão vencendo; - Garantir que o recurso ao financiamento só ocorre quando é necessário; - Maximizar o retorno da tesouraria disponível; - Permitir a gestão eficiente dos riscos financeiros; - Permitir a reconciliação diária entre a informação bancária e a contabilidade por fonte de financiamento. 2.c Novo referencial contabilístico (SNC-AP) O processo de implementação do novo referencial contabilístico pretende dotar o estado de meios de registo contabilístico alinhados com os parâmetros nacionais e internacionais e tem como principais objetivos: - substituir o POCP e dos demais planos setoriais em vigor (POCMS, POC-E, POCAL e POCISS) - adaptação das IPSAS — International Public Sector Accounting Standards das IPSAS — International Public setor	2016	2017	ESPAP	AP

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	<p>Accounting Standards,</p> <ul style="list-style-type: none"> - separar a contabilidade orçamental da contabilidade financeira, - criar um classificador económico multidimensional, - aumentar a transparência das contas públicas e o alinhamento com as necessidades da contabilidade nacional. 				
3.12.5.3	<p>SGPVE — Sistema de Gestão de Veículos do Estado</p> <p>No cumprimento dos objetivos de controlo da despesa, reduzir custos com as aquisições de veículos e simultaneamente criar uma frota mais ecológica e eficiente em termos energéticos, a eSPap pretende desenvolver o SGPVE — Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE); o SGPVE pretende ser um sistema que de forma automática recolha informação sobre a utilização dos veículos (quilometragem e tempo de utilização) de modo a que cruzando esta informação com os dados de despesas de manutenção e consumo seja possível identificar veículos que possam ou devam ser substituídos, alienados ou simplesmente abatidos.</p> <p>Para tal será necessário fazer importantes melhorias ao SGPVE que a seguir se indicam.</p> <p>3.a Módulo de Monitorização do Parque de Veículos do Estado (PVE) com a recolha automática de Km no veículo e registo no SGPVE.</p> <p>Este processo envolve a instalação de um pequeno aparelho (de baixo custo) em cada veículo do Estado e em simultâneo atualizar o registo cadastral do veículo e permitirá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - recolher de forma automática e comunicar periodicamente ao SGPVE dos quilómetros andados (por motivos de privacidade não será recolhida nem registada a localização ou percursos de cada veículo mas sim a quilometragem percorrida) atualizar a base de registo de veículos automóveis identificando veículos entretanto abatidos ou permanentemente imobilizados e de forma permitir a deteção de veículos não utilizados (quilometragem zero); - desenvolver e disseminar processos de registo contabilístico por veículo (GeRFIP), desenvolver um interface com o GeRFIP e introduzir melhorias no SGPVE <p>O desenvolvimento deste processo permitirá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - evitar a duplicação do registo de informações financeiras e melhorar a qualidade de registo de informação individual por veículo - manter a coerência entre a informação do SGPVE e a informação de registo financeiro das entidades da AP - a nível agregado dispor de informação fidedigna e coerente entre os dois sistemas (GeRFIP e SGPVE) que permitirá acompanhar e gerir a frota de veículos do Estado, - a nível de cada veículo permita identificar veículos que estejam imobilizados ou necessitem de substituição por terem consumos de combustível inadequados ou custos de manutenção demasiado elevados. <p>3.b Novos módulos de gestão de manutenção, veículos apreendidos e abate de veículos (desmantelamento e alienação) Para além disso, numa lógica de controlo efetivo dos custos de manutenção e como upgrade aos conhecimentos técnicos, estabelece-se ainda uma interoperabilidade com sistemas de informação independentes de orçamentação de intervenções mecânicas e colisão.</p>	2016	2017	ESPAP	AP

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	<p>Importa igualmente desenvolver o módulo de gestão de veículos apreendidos para controlar e ter uma visão detalhada desde o momento da apreensão até à decisão final do tribunal, já que anualmente são tratadas em média 5.000 comunicações anuais com os tribunais e forças de segurança, de modo a que nas situações em que à decisão de perda a favor do Estado se torne mais eficiente e célere o processo de encaminhamento para o desmantelamento ou alienação, em função do estado de conservação, tipologia, idade, km e origem da matrícula.</p> <p>3.c Interoperabilidade com sistemas de informação, públicos e privados, sobre veículos</p> <p>Pretende-se criar interoperabilidade com sistemas de informação das seguintes entidades públicas e privadas que potenciem e suportem a ESPAP no desempenho das suas funções, em particular:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituto dos Registos e Notariado (IRN) para acesso à base de dados de propriedade dos veículos nacionais e que permite para além dos dados do proprietário analisar se existe algum ónus ou encargo associado aos veículos - Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) para acesso às características técnicas e de homologação de veículos para aceder a dados técnicos complementares aos que são submetidos pelos tribunais e forças de segurança 				
3.12.5.4	<p>Gestão centralizada das Compras Públicas e Programa de Implementação da Fatura Eletrónica na Administração Pública (FE-AP)</p> <p>Este projeto inclui o desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Desenvolvimento da Plataforma de Agregação de Necessidades (PAN ou FAN); b) Desenvolvimento da Plataforma Eletrónica de Contratação (PEC); c) Introdução de melhorias no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) ao nível do Catálogo Nacional de Compras Públicas e da automatização do tratamento dos Pedidos de Exceção; d) Introdução de melhorias no módulo de Monitorização e Controlo permitindo não só o controlo e monitorização operacional mas também o desenvolvimento de capacidades analíticas na Direção de Serviços Partilhados de Compras Públicas da eSPap, I. P.; e) Integração com a Faturação Eletrónica para a desmaterialização completa do processo de Compras Públicas; f) Desenvolvimento de um módulo de Interoperabilidade que permita o acesso das diferentes plataformas de comércio eletrónico aos concursos públicos. <p>Está prevista a implementação do Sistema de Faturação Eletrónica (FE-AP), enquadrado na Diretiva Europeia 2014/55/EU, o qual incluirá um Portal de Fornecedores. A introdução da Fatura Eletrónica na Administração Pública permitirá assegurar de uma forma mais eficaz e eficiente a qualidade de execução do processo aquisitivo da Administração Pública, garantindo a integração, otimização, normalização de processos, potenciando as melhores práticas.</p>	2016	2017	ESPAP	AP

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	401	777	2 305	2 305

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	5 090	11 992	7 535	738
Saldo	-19 568			

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		

Eixo I (K€) *

Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-	334	-334
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 2	Investimento	75	167	-	-	369	-369
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
Medida 3	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	2 978	-2 685
	Investimento	-	185	92	92		
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
Medida 4	Poupanças Não TIC	-	23	23	23	22 430	13 028
	Benefícios económicos e sociais	75	75	-	75		
	Investimento	2 209	185	585	-		
Medida 4	Poupanças TIC	-	-	-	-	6 335	3 388
	Poupanças Não TIC	199	203	203	203		
	Benefícios económicos e sociais	6 335	6 335	6 306	6 335		
	Investimento	8 203	6 854	3 786	3 388		

* Valores arredondados em milhares de euros

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		

Eixo II (K€) *

Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	15	34
	Poupanças Não TIC	-	5	6	7		
	Benefícios económicos e sociais	10	9	-	11		
Medida 6	Investimento	11	1	1	1	1 449	872
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	554	561	594	612		
Medida 7	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	19 861	276 695
	Investimento	1 080	204	108	58		
	Poupanças TIC	-	5	518	1 029		
Medida 8	Poupanças Não TIC	3 911	10 690	61 986	112 481	29 702	20 647
	Benefícios económicos e sociais	35 330	437	424	69 767		
	Investimento	13 829	2 612	1 305	1 115		
Medida 8	Poupanças TIC	319	776	2 217	3 144	19 861	276 695
	Poupanças Não TIC	6 473	2 496	7 480	10 435		
	Benefícios económicos e sociais	3 507	1 309	44	3 541		
	Investimento	19 231	6 429	2 039	936		

* Valores arredondados em milhares de euros

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		

Eixo III (K€) *

Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	643	-643
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 10	Investimento	31	321	145	145	14 852	-8 884
	Poupanças TIC	-	1 049	1 515	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
Medida 10	Benefícios económicos e sociais	851	851	851	851	14 852	-8 884
	Investimento	3 100	5 654	3 911	1 138		

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados	Investimento total				Benefícios totais líquidos	
		2017	2018	2019	2020		
Medida 11	Poupanças TIC	1 086	1 086	1 758	2 158	7 845	-1 759
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 12	Investimento	1 495	2 584	1 960	1 806	30 195	-24 408
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	401	777	2 305	2 305		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	5 090	11 992	7 535	738		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *						
Poupanças TIC	1 404	2 916	6 007	6 331	130 695	272 195
Poupanças Não TIC	11 891	14 545	76 280	130 778		
Benefícios económicos e sociais	46 114	9 022	7 632	87 968		
Investimento	54 355	37 189	21 466	9 417		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Podê consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
José Maria Pedro	IGF	Diretor do Departamento de Gestão de Sistemas de Informação
Regina das Neves Lopes	Secretaria-Geral	Diretora de Serviços de Inovação e Qualidade
Esmeralda Carvalho	DGAEP	Diretora do Departamento de Gestão de Sistemas de Informação
Carla Mota Alves	GPEARl	Chefe de Divisão de Planeamento e Avaliação
Mário Campos	AT	Subdiretor-Geral dos Sistemas de Informação
Marina Pereira	INA	Diretora de Serviços
João Caeiro	DGO	Diretor de Serviços de Tecnologias da Informação e Comunicação
Sandra Gradiz	SSAP	Diretora de Serviços de Apoio à Gestão
Maria João Costa	DGTF	Coordenadora Equipa de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação
Fátima Santos	ESPAP	Diretora DITIC
Fátima Santos	ESPAP	Coordenadora PNS
José Louro Pereira	ESPAP	Coordenador SCC
Nuno Godinho	ESPAP	Coordenador ASI
Contacto do Representante Ministerial		
Carlos Gonçalves	ESPAP	Vogal do Conselho Diretivo

Área Governamental da Defesa Nacional**Sumário Executivo**

A Estratégia e Plano de Ação para a Transformação Digital na Administração Pública (TIC 2020) pretende “posicionar as TIC como catalisador da modernização da Administração Pública, assente na interoperabilidade e na governação das competências TIC públicas, potenciando a prestação sustentada e eficiente de melhores serviços públicos”.

Decorrente do Plano Global Estratégico para a Racionalização e Redução de Custos TIC na Administração Pública (PGETIC), a Área Governamental da Defesa Nacional (MDN) desenvolveu duas versões do seu Plano de Ação Setorial (PAS), que tiveram como enfoque a redução de custos com as TIC no MDN, em linha com o preconizado no primeiro documento. Neste contexto, o entendimento do MDN é que as reduções de custos com as TIC atingiram o seu expoente máximo no anterior ciclo de planeamento, designadamente através de uma forte redução de custos com as comunicações móveis e fixas,

importando agora, em linha com o Plano Estratégico TIC 2020, dar maior enfoque a outras áreas, ainda que sem descurar a componente de racionalidade e aceitabilidade dos investimentos a efetuar.

Assim, e tendo por base a versão 2.0 do Plano de Ação Setorial (PAS) do MDN e a Estratégia TIC 2020 proposta, será desenvolvido novo Plano Setorial, com enfoque nas ações de índole governamental e na desmaterialização e simplificação de processos através das TIC, do incremento da capacidade de apoio à tomada de decisão e do aumento da resiliência digital das TIC de natureza comum do Ministério da Defesa Nacional.

São apresentadas no Plano Setorial TIC do MDN propostas de atividades para as seguintes medidas da Estratégia TIC 2020:

- Eixo I — Integração e interoperabilidade
 - Medida 1 — Governação das TIC;
 - Medida 2 — Planos setoriais TIC;

- Medida 3 — Interoperabilidade;
- Medida 4 — Arquitetura de referência TIC;
- Eixo II — Inovação e competitividade
- Medida 7 — Serviços eletrónicos;
- Eixo III — Partilha de Recursos
- Medida 10 — Centros de dados na nuvem;
- Medida 11 — Comunicações na AP;
- Medida 12 — Aplicações comuns e em código aberto.

Medida 1

- Consolidar a Federação de Service Desk das entidades da Defesa.

Governança das TIC

Ações e objetivos

No âmbito desta medida, estão previstas para a ação

- 1.1.3 Governança das TIC ao nível ministerial as seguintes atividades:

- Nomear representantes ministeriais da Defesa.
- Melhorar a capacidade de governação das TIC no MDN através de uma maior formalização da estrutura de governação. Esta estrutura de governação atenderá à especificidade dos diferentes organismos do ministério nos vários níveis de atuação, com um maior alinhamento, coerência, sinergia e racionalização na estratégia de governação dos SI.

Para a ação 1.1.4 Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central as atividades propostas visam:

- Concluir a centralização da gestão do ciclo de vida dos serviços TIC ainda dispersos pelos Serviços Centrais de Suporte do MDN. Com a conclusão desta centralização será possível melhorar o apoio centralizado ao utilizador, estender a infraestrutura aplicacional a todos os Serviços Centrais e melhorar a gestão das aquisições das TIC no MDN.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental						
1.1.3	Governança das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)					
A	Nomear representantes ministeriais da Defesa	2016	2017	Min.		
B	Melhorar a estrutura de governação das TIC no MDN	Definir o âmbito e o modelo de governação Implementar o modelo de governação Desenvolver a arquitetura de referência do MDN	2017 2018 2019	2017 2018 2020	SGMDN SGMDN SGMDN	EMGFA e Ramos EMGFA e Ramos EMGFA e Ramos
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central					
A	Racionalizar a função informática nos Serviços Centrais do MDN	Caracterizar a situação atual Definir e aprovar o modelo Implementar a solução		2017 2018 2018	SGMDN SGMDN SGMDN	SCs SCs SCs
B	Consolidar a Federação de Service de Desk das entidades da Defesa			2018	SGMDN	EMGFA e Ramos

Dados Económicos

Investimentos, Poupanças E Benefícios Estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	140	50	-	-
Saldo	-190			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Pese embora exista uma estrutura organizativa que se reúne mensalmente com a participação do EMGFA e Ramos com o intuito de efetuar o steering dos serviços IT transversais a todo o MDN, esta estrutura não está formalizada e não contempla nem todas as componentes da arquitetura TIC da Defesa Nacional nem todos os atores relevantes.

Por outro lado, a função informática dos Serviços Centrais do MDN não se encontra racionalizada em toda a

extensão possível, confinando-se o provimento de serviços partilhados TIC a uma parte do portefólio de serviços suscetíveis de ser fornecidos neste modelo.

Como elemento estruturante para a ação de governação TIC elaborou-se um estudo que visa identificar os requisitos necessários para federar os processos de service desk e respetivas plataformas, de modo a, por um lado, homogeneizar o catálogo de serviços comuns e, por outro, tornar transparente para o utilizador o local onde o incidente por ele caracterizado é solucionado.

Situação futura

Pretende-se que a estrutura de governação TIC da Defesa Nacional seja formalizada e contemple todos os atores e todas as componentes da arquitetura TIC da Defesa Nacional, incluindo a definição das entidades responsáveis pela respetiva liderança e coordenação.

Por outro lado, e concomitantemente, pretende-se que o portefólio de serviços TIC partilhados que são prestados pela SGMDN aos Serviços Centrais do MDN aumente, cobrindo a maioria das respetivas necessidades comuns.

Relativamente à federação de service desk o objetivo é implementar o projeto tendo por base os requisitos identificados.

Medida 2**Planos setoriais TIC****Ações e objetivos**

No âmbito desta medida é proposta para a ação 1.2.1 Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central, a atividade Elaborar e publicar Plano Setorial

do MDN, visando a melhoria dos mecanismos de governabilidade e a redução de custos.

Para a ação 1.2.2 Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central, propõe-se, como atividade, criar um modelo de monitorização da execução financeira e material do Plano Setorial TIC do MDN.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)		
Aprovar e publicar planos setoriais TIC							
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central						
A	Elaborar e publicar Plano Setorial do MDN	2016	2017	SGMDN	EMGFA, Ramos e SCs		
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC							
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central						
A	Criar um modelo de monitorização da execução financeira e material do Plano Setorial TIC do MDN	Desenvolver e operacionalizar processo de monitorização e controlo da execução financeira e material do Plano Setorial TIC do MDN		2017	2017	SGMDN	EMGFA, Ramos e SCs

Dados Económicos**Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
<i>Saldo</i>	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Decorrente do PGETIC, o MDN desenvolveu duas versões do seu Plano de Ação Setorial (PAS), que tiveram como enfoque a redução de custos com as TIC no MDN, em linha com o preconizado no primeiro documento.

Neste contexto, o entendimento do MDN é que as reduções de custos com as TIC atingiram o seu expoente máximo no anterior ciclo de planeamento, designadamente através de uma forte redução de custos com as comunicações móveis e fixas, importando agora, em linha com o Plano Estratégico TIC 2020, dar maior enfoque a outras áreas, ainda que sem descurar a componente de racionalidade e aceitabilidade dos investimentos a efetuar.

Situação futura

Assim, e tendo por base a versão 2.0 do Plano de Ação Setorial (PAS) do MDN e a Estratégia TIC 2020 proposta, será desenvolvido novo Plano Setorial, com enfoque nas ações de índole governamental e na desmaterialização e simplificação de processos através das TIC, do incremento da capacidade de apoio à tomada de decisão e do aumento da resiliência digital dos SI/TIC de natureza comum do Ministério da Defesa Nacional.

No âmbito da monitorização e controlo, será desenvolvido modelo e implementado inerente processo de monitorização da execução financeira e material do Plano Setorial, tendo em vista viabilizar o respetivo acompanhamento, incluindo o acionamento atempado das ações corretivas necessárias à prossecução dos objetivos estabelecidos.

Medida 3**Interoperabilidade****Ações e objetivos**

As atividades propostas para a ação 1.3.3 Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP visam alargar a atual solução de gestão documental a outras entidades da Defesa Nacional e promover a possibilidade de circulação de documentos entre entidades da Defesa Nacional com diferentes soluções de gestão documental.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Disponibilizar o catálogo de serviços eletrónicos					
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP				
A	Alargar a atual solução de gestão documental em exploração na SGMDN a outras entidades da Defesa Nacional	2017	2018	SGMDN	SCs e Marinha
B	Desenvolver mecanismos de interoperabilidade entre as várias soluções de gestão documental existentes na Defesa Nacional	2017	2018	SGMDN	GABs, EMGFA, DGRDN, Exército e FA

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	30	100	750	-
Saldo	-205			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Os diversos Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, EMGFA e Ramos encontram-se em estádios distintos de maturidade relativamente à utilização de sistemas de gestão documental. Enquanto que existem algumas entidades que já exploram sistemas daquele tipo, outros há que continuam a tramitar a toda a documentação de forma manual.

Por outro lado, os produtos de gestão documental em utilização em todo o MDN são distintos, não sendo utilizados para troca de documentos desmaterializados entre entidades, o que leva a que, mesmo que a tramitação interna seja feita de forma predominantemente eletrónica, os documentos tenham que ser imprimidos quando chegam à fase de expedição.

Situação futura

Pretende-se, por um lado, alargar a atual solução em exploração na SGMDN a todos os organismos que ainda não possuem qualquer sistema ou que, tendo uma, pre-

tendam mudar para esta, e numa fase posterior interligar todas as entidades independentemente do sistema de gestão documental que possuam, de modo a permitir a total desmaterialização da troca da grande maioria dos documentos que circulam entre as entidades da Defesa Nacional.

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

No âmbito desta medida é proposta para a ação 1.4.5. Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC que, no contexto do órgão de governação a instituir (medida 1.1.3) seja estabelecido um conjunto de critérios que permita priorizar os investimentos TIC, assegurando o alinhamento com a estratégia.

Relativamente à ação 1.4.11 Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos propõe-se o incremento da segurança digital através da utilização de mecanismos de Federação de Identidades no acesso a aplicações disponibilizadas transversalmente ao universo de utilizadores da Defesa Nacional.

Para a ação 1.4.12 Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais propõe-se:

- O incremento da resiliência digital do SIGDN, através da definição de uma política de continuidade de negócio e medidas de proteção da base de dados.
- A implementação gradual da utilização do Cartão do Cidadão nos serviços de autenticação e assinatura digital da Defesa Nacional.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC						
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC					
A	Definição e implementação do processo de priorização dos investimentos TIC em alinhamento com a respetiva estratégia	Trata-se de identificar um conjunto de drivers estratégicos que, alinhados com os objetivos, permitem identificar o que deve ser executado prioritariamente, incluindo a caracterização do respetivo risco	2017	2018	SGMDN	EMGFA e Ramos
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação						
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos					
A	Incrementar a capacidade de Federação de Identidades	Implementar gestão do ciclo de vida do utilizador nas aplicações partilhadas da Defesa Nacional	2016	2019	SGMDN	EMGFA, Ramos e SCs
1.4.12	Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais					
A	Incrementar a resiliência digital do SIGDN	Definir uma política de continuidade de negócio para o SIGDN Implementar IOC da continuidade de negócio Implementar medidas de proteção da base de dados do SIGDN	2018 2019 2019	2018 2019 2019	SGMDN SGMDN SGMDN	
B	Incrementar gradualmente a utilização do Cartão do Cidadão nos serviços de autenticação e assinatura digital da Defesa Nacional, designadamente no Portal RHV, no piloto da Secretaria Virtual, em desenvolvimento pela Marinha, e também na Força Aérea através do, projeto piloto cartão do cidadão portal self-service online, “Loja do Militar” e serviços públicos “FAP Online”			2018	SGMDN	EMGFA, Ramos e SCs

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	100	350	355	-
Saldo	-805			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Normalmente existem mais projetos que recursos necessários para os concretizar. Por outro lado, importa levar em linha de conta com o risco associado à implementação do projeto na organização. Finalmente, não é muitas vezes evidente em que medida um determinado projeto contribui para a prossecução de um objetivo de negócio.

Como elemento estruturante no âmbito da segurança da informação edificou-se a capacidade inicial de federação de identidades dos utilizadores de cinco domínios da Defesa, disponibilizando-se o acesso ao portal de recursos humanos e vencimentos como primeiro serviço.

O Sistema de Informação de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN) está em produtivo há dez anos, contendo uma quantidade e diversidade de informação que é hoje absolutamente crítica para os processos financeiros, logísticos, de RH e vencimentos e de tomada de decisão dos Serviços Centrais, EMGFA, Ramos e IASFA, o que o torna um sistema crítico para o cumprimento da missão da Defesa Nacional enquanto função de soberania nacional e assim da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Situação futura

Pretende-se edificar uma capacidade de gestão de portefólio que contenha um conjunto de drivers que, incorporando o alinhamento com o negócio, permitam priorizar o conjunto de projetos que aguardam execução, incluindo a avaliação e impacto do respetivo risco quanto à sua implementação.

Relativamente à federação de identidades é objetivo fazer evoluir a atual capacidade através da implementação da gestão de ciclo de vida dos utilizadores, incluindo a segregação das respetivas funções no ecossistema de serviços TIC que se encontram no respetivo catálogo.

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

No âmbito desta medida, está prevista para a ação 2.7.5 Disponibilizar bolsa de documentos do cidadão, catalisadora da interação entre a AP e o cidadão a desmaterialização da cédula militar, com a respetiva disponibilização na bolsa de documentos.

Para a ação 2.7.6 Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos... estão previstas atividades visando assegurar a manutenção e sustentação do Global Maritime Distress and Safety System (GMDSS) de apoio a operações de busca e salvamento marítimo, bem como

a manutenção e sustentação do Sistema de Comando e Controlo de apoio a operações de busca e salvamento marítimo, fiscalização de pescas e controlo ambiental marítimo.

Para a ação 2.7.7 Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP estão previstas atividades que visam:

- Renovar o Portal da Defesa, consolidando a plataforma intranet da Defesa e implementando o acesso ao Portal RHV (Recursos Humanos e Vencimentos) por pessoal militar, militarizado e civil, dos três ramos das forças armadas, na efetividade ou fora da efetividade de serviço, de forma a cobrir serviços adicionais de informação, no âmbito da Gestão de Pessoal, específicos da Defesa (Simplex +).

- Expandir o atual Portal da Assistência na Doença a Militares, permitindo o acesso dos beneficiários a um conjunto de conteúdos estruturados e atualizados por áreas de interesse e a um conjunto de serviços e funcionalidades online relacionados com as mesmas áreas, nomeadamente assistência na doença a militares, processos de habitação e processos de ação social complementar.

- Implementar o Portal das Instituições da Memória, disponibilizando online o acesso aos catálogos das instituições de memória da Defesa Nacional (Bibliotecas, Arquivos e Museus).

- Melhorar os serviços do balcão único da Autoridade Marítima Nacional — “Capitania Online +”, otimizando o seu funcionamento e diversificando as plataformas de acesso aos serviços disponibilizados (medida Simplex +).

- Incrementar a capacidade para disponibilizar informação de apoio à decisão, nomeadamente os serviços de Business Intelligence.

- Assegurar a sustentabilidade e evolução funcional do SIGDN, garantindo as ações de manutenção evolutiva decorrentes de alterações orgânicas ou legislativas, para garantir a conformidade legal e adequar processos a novos objetivos de gestão, bem como o planeamento e arranque em produtivo de novos organismos ou novas funcionalidades.

- Assegurar o desenvolvimento de interfaces externos com o SIGDN para desmaterialização de processos ou para troca de dados com aplicações departamentais de forma segura, íntegra e controlada.

- Desenvolver um sistema transversal para gestão da atividade inspetiva.

Para a ação 2.7.8 Disponibilizar infraestrutura a nível transversal e setorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD) são propostas atividades visando potenciar a mobilidade dos colaboradores do MDN.

Para a ação 2.7.12 Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP é proposta a interligação do Sistema Português de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional, bem como atividades tendo por objetivo a uniformização, a médio prazo, das Bases de Dados de Catalogação dos três Ramos das Forças Armadas (SIMPLEX +).

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
A	Desmaterializar a Cédula Militar (medida SIMPLEX +)	Desmaterializar a Cédula Militar, documento onde são objeto de averbamento todos os elementos relativos às obrigações militares do cidadão nacional, sendo a desmaterialização consubstanciada através da disponibilização do documento diretamente na Bolsa de Documentos	2016	2017	DGRDN	EMGFA e Ramos
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.6	Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente					
A	Assegurar a manutenção e sustentação do Global Maritime Distress and Safety System (GMDSS) de apoio a operações de busca e salvamento marítimo	Manutenção e sustentação dos MRCC Lisboa e Ponta Delgada e MRSC Funchal Manutenção e sustentação do sistema NAVTEX Manutenção e sustentação do sistema VHF DSC Manutenção e sustentação do sistema MF DSC	2017 2017 2017 2017	2020 2020 2020 2020	Marinha e DGRDN Marinha e DGRDN Marinha e DGRDN Marinha e DGRDN	
B	Assegurar a manutenção e sustentação do Sistema de Comando e Controlo de apoio a operações de busca e salvamento marítimo, fiscalização de pescas e controlo ambiental marítimo	Evolução e sustentação do sistema OVERSEE	2017	2020	Marinha	
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
A	Portal da Defesa (RHV — Recursos Humanos e Vencimentos, Intranet e Comunidades Defesa)	Renovar o Portal da Defesa, consolidando a plataforma intranet e implementando o acesso ao Portal RHV (Recursos Humanos e Vencimentos (SIMPLEX+)) por pessoal militar, militarizado e civil, dos três ramos das forças armadas, na efetividade ou fora da efetividade de serviço, a um conjunto de informações e de funcionalidades em matéria de recursos humanos e vencimentos	2016	2020	SGMDN	SCs, EMGFA e Ramos
B	Reformular o Portal da Assistência na Doença a Militares (SIMPLEX+)	Expandir o atual Portal da Assistência na Doença a Militares, permitindo o acesso dos beneficiários a um conjunto de conteúdos estruturados e atualizados por áreas de interesse e a um conjunto de serviços e funcionalidades online relacionados com as mesmas áreas, nomeadamente assistência na doença a militares, processos de habitação e processos de ação social complementar		2017	IASFA	MAR, EXE
C	Implementar o Portal das Instituições da Memória, disponibilizando online o acesso aos catálogos das instituições de memória da Defesa Nacional (Bibliotecas, Arquivos e Museus). medida SIMPLEX +)	Ampliar a utilização da atual Plataforma de Gestão Integrada das Bibliotecas da Defesa, potenciando a sua utilização num âmbito ainda mais alargado e dotando-a de novas componentes que respondam às necessidades das instituições em rede. Será reutilizada a infraestrutura central existente e o software já licenciado. Assim, o Portal das Instituições de Memória será um portal único que disponibilizará online o acesso aos catálogos informatizados das instituições de memória da Defesa Nacional (Vértice — Bibliotecas, Arquivo e Museus)	2016	2017	SGMDN	EMGFA e Ramos
D	Melhorar os serviços do balcão único da Autoridade Marítima Nacional — “Capitania Online” (medida SIMPLEX +)	Alargar os serviços do balcão único da Autoridade Marítima Nacional — “Capitania Online” — otimizando o seu funcionamento e diversificando as plataformas de acesso aos serviços disponibilizados.	2016	2017	DGAM	Marinha e SGMDN

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	<p>Integrar os respetivos serviços com outros sistemas, internos e externos à Autoridade Marítima Nacional, designadamente a Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e o Sistema Integrado de Informação da Autoridade Marítima (SIAM), visando aumentar, de forma gradual e consistente, o universo de utilizadores</p> <p>Implementar este serviço em terminais dedicados, a localizar nas instalações das capitánias dos portos, nas lotas e noutros locais a definir, tais como as lojas do cidadão, através da utilização de Terminal Automático da Capitania Online (TACO).</p> <p>Constitui também um objetivo deste projeto desenvolver a Aplicação para fiscalização pela Polícia Marítima (APPM), tendo em vista proporcionar aos agentes fiscalizadores o acesso em dispositivos móveis à informação que necessitam</p>					
E	Incrementar a capacidade de apoio à tomada de decisão	Alargar, quer no âmbito quer na componente funcional, a capacidade de Business Intelligence na Defesa Nacional	2017	2020	SGMDN	EMGFA, Ramos e SCs
F	Desenvolver e implementar um Sistema de Gestão de Atividades de Inspeção, na área da Defesa	Evoluir o atual sistema de gestão de atividade inspetiva da Marinha, explorando eventuais sinergias com outros sistemas, designadamente o do Exército	2017	2018	Marinha	EMGFA, Ramos e SCs
		Expandir a solução para a Defesa Nacional	2019	2020	Marinha	EMGFA, Ramos e SC
G	Assegurar a sustentabilidade e evolução funcional do SIGDN	Implementar SNC-AP no MDN	2017	2020	SGMDN	SCs, EMGFA, Ramos e IASFA
		Implementar webservices que assegurem a interoperabilidade do SIGDN com os serviços em produção nos Ramos, EMGFA e IASFA, garantindo que a troca de informação é efetuada de forma segura, íntegra e controlada	2018	2020	SGMDN	
		Integrar a desmaterialização de processos de gestão com o SIGDN	2018	2020	SGMDN	SCs, EMGFA, Ramos e IASFA
		Efetuar deployment do módulo de Recursos Humanos e Vencimentos	2016	2018	SGMDN	
		Efetuar manutenção corretiva e evolutiva da solução SIGDN.	2016	2020	SGMDN	

Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)

2.7.8	Disponibilizar infraestrutura a nível transversal e setorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)					
A	Potenciar a mobilidade dos colaboradores do MDN	Implementar acesso WiFi seguro nos Serviços Centrais do MDN. Implementar acesso remoto seguro ao domínio.	2017	2017	SGMDN	SCs
		Implementar acesso remoto seguro ao domínio	2018	2018	SGMDN	SCs

Digitalizar o arquivo físico da AP

2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
A	Interligar o Sistema Português de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (medida SIMPLEX +)	Interligar o Sistema Português de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional e promover a uniformização, a médio prazo, das Bases de Dados de Catalogação dos Três Ramos das Forças Armadas	2017	2017	DGRDN	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	72	97	134
Investimento	4253	3485	2870	2735
Saldo	-13 040			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

O Global Maritime Distress and Safety System é um sistema de apoio a operações de busca e salvamento marítimo que está associado à responsabilidade assumida por Portugal no âmbito das responsabilidades de busca e salvamento marítimo. Está parcialmente implementado e é necessário assegurar a respetiva sustentação. O sistema Oversee é um sistema de comando e controlo que apoia as operações de busca e salvamento marítimo, fiscalização de pescas e controlo ambiental marítimo.

O Portal RVH é uma plataforma que disponibiliza aos colaboradores da SGMDN um conjunto de funcionalidades, que desmaterializa processos e disponibiliza informação relevante para os próprios.

Não existe qualquer funcionalidade que unifique a disponibilização dos catálogos das instituições de memória da Defesa nacional.

A “Capitania Online” é um portal gerido pela Autoridade Marítima Nacional que disponibiliza serviços de balcão único ao cidadão.

Relativamente à capacidade para disponibilizar informação de apoio à decisão existem soluções de Business Intelligence que disponibilizam indicadores de gestão dinâmicos com mapas e dashboards que podem ser consultados através da Intranet da Defesa;

O Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN) constitui uma ferramenta tecnológica e um instrumento de gestão integrada que se encontra em exploração nos Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, no EMGFA, nos três ramos das Forças Armadas e no IASFA, servindo 2.500 utilizadores com funcionalidades/serviços disponíveis no âmbito da gestão financeira, logística, de RH e vencimentos, para além de Business Intelligence para apoio à tomada de decisão. Enquanto sistema de informação transversal e único, impõe procedimentos normalizados e permite o exercício das competências de gestão no âmbito dos recursos humanos, da logística e dos recursos financeiros, de forma a obter ganhos de eficiência e de eficácia, assegurando uma melhor racionalização dos mesmos.

A infraestrutura de comunicações e serviços da Defesa disponibiliza já alguma capacidade de mobilidade aos respetivos colaboradores, habilitando a possibilidade de trabalho em mobilidade e a partir de casa, tirando vantagens das tecnologias já implementadas e a implementar. Existem locais com acesso controlado e seguro WiFi e acesso seguro ao domínio a partir de infraestruturas TIC externas.

Situação futura

O Global Maritime Distress and Safety System está parcialmente implementado, é necessário concluir o respetivo plano de implementação, e assegurar a sustentação

(manutenção planeada, corretiva e evolutiva) dos componentes já implementados.

É necessário assegurar a sustentação do sistema Oversee, quer através da correção de inconformidades, quer da evolução do respetivo conjunto de funcionalidades, integrando mais fontes de informação e fundindo a informação relevante de forma a apresentá-la num imagem coerente e integrada, potenciando a rápida tomada de decisão em operações.

A implementação de novas funcionalidades no contexto da plataforma intranet da Defesa e do Portal RHV visa enriquecer a informação já disponibilizada. Para além de se alargar o acesso a esta informação a diferentes entidades da Defesa, pretende-se disponibilizar um conjunto de funcionalidades a elementos que não estejam já ao serviço, mas que têm relação com entidades do setor (Ex.: militares na Reserva; Deficientes das Forças Armadas, etc.).

O Portal da Instituições da Memória visa disponibilizar online o acesso aos catálogos das instituições de memória da Defesa Nacional (Bibliotecas, Arquivos e Museus).

No âmbito da “Capitania Online” pretende-se alargar os serviços disponibilizados, integrar com outros sistemas internos e externos à Autoridade Marítima Nacional, instalar terminais nas capitánias dos portos, nas lotas e noutros locais a definir, tais como as lojas do cidadão, através da utilização de Terminal Automático da Capitania Online (TACO) e desenvolver a aplicação para fiscalização pela Polícia Marítima (APPM), tendo em vista proporcionar aos agentes fiscalizadores o acesso em dispositivos móveis à informação que necessitam.

A capacidade de apoio à tomada de decisão deverá evoluir no sentido da complementaridade e integração progressiva dos modelos em utilização na SG/MDN e nos Ramos, providenciando serviços transversais e disponibilizando capacidades locais para serviços específicos em cada organismo; a evolução desta solução visa ainda providenciar serviços de self-service BI e Data Mining, com enfoque na componente preditiva.

Relativamente ao Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN) pretende-se:

- Assegurar a sustentabilidade e evolução funcional do SIGDN, garantindo as ações de manutenção evolutiva decorrentes de alterações orgânicas ou legislativas, para garantir a conformidade legal e adequar processos a novos objetivos de gestão;
- Ativar componentes de gestão de património, gestão de frotas e recursos humanos (obtenção e recrutamento de pessoal, administração de pessoal e justiça, gestão de carreiras, formação e processamento de salários) de forma comum em todos os organismos da Defesa Nacional;
- Evoluir o módulo financeiro baseado em POCP para, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, implementar o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Desmaterializar processos e implementar webservices que assegurem a interoperabilidade do SIGDN com os serviços em produção nos Ramos, EMGFA e IASFA, nomeadamente com os portais e secretaria virtual na Marinha e na Força Aérea, proporcionando que a troca de informação seja feita de forma segura, íntegra e controlada.

A infraestrutura de comunicações e serviços da Defesa disponibiliza já alguma capacidade de mobilidade aos respetivos colaboradores, habilitando a possibilidade de trabalho em mobilidade e a partir de casa, tirando vanta-

gens das tecnologias já implementadas e a implementar. Existem locais com acesso controlado e seguro WiFi e um acesso seguro ao domínio.

Pretende-se estender a capacidade de acesso WiFi e de acesso externo ao domínio a todos os Serviços Centrais na Defesa, cobrindo todas as áreas físicas de implantação e alargar a utilização das funcionalidades em causa a todo o universo de utilizadores dos Serviços Centrais da Defesa.

Medida 10**Centros de dados na nuvem****Ações e objetivos**

No âmbito desta medida, estão previstas atividades para a ação 3.10.2 Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP visando promover a utilização de recursos e serviços partilhados potenciados pelas TIC no MDN.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
A	Promover a utilização de recursos e serviços partilhados potenciados pelas TIC no MDN	Identificar os serviços elegíveis	2017	2018	SGMDN	EMGFA SCs e Ramos
		Implementar um serviço identificado	2018	2019	SGMDN	EMGFA SCs e Ramos

Dados Económicos**Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
<i>Saldo</i>	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A exploração de serviços providenciados por determinada entidade na Defesa por outras entidades na Defesa confina-se quase exclusivamente ao SIGDN. Face ao que antecede, entende-se que poderá ser otimizada a forma

como se disponibiliza determinado serviço de forma a tornar mais eficiente a respetiva prestação numa ótica de ciclo de vida, habilitando a deslocação de recursos para atividades de maior valor acrescentado.

Situação futura

No contexto da estrutura de governação das TIC na Defesa, enquadrar um modelo de exploração de serviços que habilite a respetiva prestação de forma partilhada por diferentes entidades. Esse processo implicará a identificação do serviço alvo e a respetiva implementação.

Medida 11**Comunicações na AP****Ações e objetivos**

No âmbito desta medida, estão previstas atividades para a ação 3.10.2 Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP visando promover a utilização de recursos e serviços partilhados potenciados pelas TIC no MDN.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Racionalizar comunicações de voz e dados					
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP				
A	Reforçar a utilização das comunicações unificadas do MDN	2016	2018	SGMDN	SCs
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas					
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP				
A	Ponto de Troca de Tráfego da Administração Pública (PTT-AP) — Componente da Rede Fixa de Comunicações Militares (Defesa)	2016	2017	EMGFA	SGMDN

Dados Económicos**Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	75	50	-	-
<i>Saldo</i>	-125			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A Defesa tem já centralizados os contratos de comunicações fixas e móveis. Os serviços de comunicações fixas (voz e de dados) encontram-se centralizados para todo o Ministério desde JUL2012. O atual contrato foi celebrado em 2014 e vigora por um período de 24 meses. As poupanças acumuladas obtidas atingem os 5,1 M€. Os serviços de comunicações móveis terrestres encontram-se também centralizados para todo o Ministério desde JAN2013. O atual contrato foi celebrado em 2014 e vigora por um período de 24 meses. As poupanças acumuladas obtidas até à data atingem os 2,8 M€. Independentemente disso a SG MDN continuará a procurar a racionalização das comunicações.

Situação futura

Continuar a efetuar a contratação de serviços de comunicações de forma centralizada, mantendo os benefícios das sinergias daí resultantes.

Implementar a capacidade de comunicações unificadas para todo o domínio defesa.pt, enquadrando todos os utilizadores dos Serviços Centrais da Defesa potenciando e habilitando uma interação mais rica entre colaboradores geograficamente dispersos, permitindo uma utilização mais eficiente de recursos.

Implementar a componente de interligação da Rede Fixa de Comunicações Militares (Defesa) ao Ponto de Troca de Tráfego da Administração Pública (PTT-AP).

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Ações e objetivos

No âmbito desta medida prevê-se proceder à negociação agregada dos contratos de software do Ministério.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)					
1.1.2	Negociar e acordar melhores condições com principais fornecedores de software à AP				
	Negociação do licenciamento de software transversal à AP	Integrar processos agregados de negociação de software transversal à AP quando tal resultar em melhores condições para o Ministério e para o setor público	2017	2020	SGMDN

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-	190	-190
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	140	50	-	-		
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 3	Poupanças TIC	-	-	-	-	205	-205
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	30	100	750	-		
Medida 4	Poupanças TIC	-	-	-	-	805	-805
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	100	350	355	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 7	Poupanças TIC	-	-	-	-	13 343	-13 040
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	72	97	134		
	Investimento	4253	3485	2870	2735		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 10	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 11	Poupanças TIC	-	-	-	-	125	-125
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	75	50	-	-		
Medida 12	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais							
		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *							
Poupanças TIC		-	-	-	-	14 668	-14 365
Poupanças Não TIC		-	-	-	-		
Benefícios económicos e sociais		-	72	97	134		
Investimento		4598	4035	3300	2735		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Pode consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos Redatores e Responsáveis TIC no Ministério		
CMDT Sérgio Assunção Poitout	MDN-SG	
TCOR Vítor Viana Pinto	MDN-SG	
Contacto do Representante Ministerial		
Mestre Gustavo Madeira	MDN	SG

Área Governamental da Administração Interna**Sumário Executivo**

O Ministério vem desde algum tempo pondo em prática uma política de rentabilização de recursos TIC de uma forma sinérgica e alicerçada em soluções integradas que prestam serviço a todas as entidades. Não perdendo nunca o primordial de servir as necessidades específicas dos diversos organismos, autoridades e forças de segurança.

No âmbito das tecnologias de informação e de comunicação que servem de suporte a toda a atividade do Ministério têm sido pensadas diversas medidas de inovação

técnica e de processos com suporte TIC, para permitirem o aumento da eficácia e a eficiência operacional dos serviços internos e consequentemente ao cidadão, o primeiro. Permitindo ainda potenciar as competências atribuídas ao MAI e com racionalização de meios.

A rede Siresp é um exemplo de uma única rede de comunicações móveis independente gerida pelo MAI e que serve forças policiais, proteção civil, bombeiros, concessionários rodoviários, portuários e ferroviários, entre outros. Assegurando um serviço único que substitui e previne a dispersão de investimentos e de custos.

Outro exemplo é a RNSI (Rede Nacional de Segurança Interna) uma rede multisserviços que disponibiliza conectividade, largura de banda e acesso a todos os organismos do MAI. Sobre esta rede são suportados qualquer serviço multimédia, voz, fax, dados, internet, intranet, videoconferência, videovigilância, sistemas documentais, etc. Tendo sempre presente regras e políticas de segurança a par da indústria. Inclui inclusive um CSIRT que funciona 24 horas todos os dias do ano assegurando a cibersegurança que os utilizadores exigem.

Todas as medidas que o MAI apresenta são de duas naturezas ou de continuidade ou de novo desenho de atividades e processos, permitindo ao MAI um lugar pioneiro na área das tecnologias de informação e comunicações,

assumindo uma posição estratégica nacional e no alinhamento com os demais estados membros da EU, bem como com os sistemas europeus.

É de enorme preocupação as necessidades de recursos humanos com competência TIC, que são escassos no MAI e tem sido um dos fatores determinantes que tem condicionado o planeamento e execução dos diversos projetos nas várias entidades. Procuraremos evoluir na formação do bem fundamental escasso, os recursos humanos, propondo-nos a instituir uma Academia MAI, onde será proposta um plano de formação e uma oferta de variada de cursos. Seria fundamental uma política de centralização de recursos TIC por forma a alavancar o potencial humano e obter um maior controlo sobre a implementação das maiores prioridades do MAI.

Pretende-se em alinhamento com as iniciativas CTIC e RSPTIC garantir uma política de rentabilização de recursos fazendo uso de novas tecnologias sempre sem perder o foco na segurança da informação e a integridades dos dados. Diversas medidas tocam áreas de disponibilização de serviços Cloud, centralização de Centros de Dados, com potencial de Disaster Recovery para resiliência dos serviços. Aplicações mobilizando serviços. Sistemas de comando e controlo dos meios operacionais no terreno, enriquecidos com informação geográfica e de inteligência BI para permitir melhor planeamento operacional e permitir análises preditivas para melhorar a atuação e decisão em situações de stress e pressão, como por natureza os organismos do MAI atuam.

Na perspetiva do MAI está ainda a aposta na melhoria dos serviços ao cidadão. O serviço de emergência 112, com a evolução do eCall, do atendimento a cidadãos surdos e introduzindo necessariamente uma melhoria da arquitetura técnica da solução global. No âmbito dos atos eleitorais e vertente recenseamento, base dados de eleitores, escrutínio provisório e apoio aos atos eleitorais apostar na continuidade do desenvolvimento e investigação de soluções que melhorem a resposta às necessidades da República Portuguesa. Pretende ainda o MAI inovar em todos os serviços de informação que disponibiliza ao cidadão, serviços policiais, proteção civil, segurança rodoviária.

Medida 1

Governança das TIC

Ações e objetivos

Centro de Supervisão e Monitorização RNSI

Desenvolver os Sistemas de Informação da RNSI — Rede Nacional de Segurança Interna, melhorando a sua supervisão e garante da qualidade de serviço prestada às entidades MAI. Desenvolver uma nova plataforma inteligente, melhorar os processos e aumentar a capacidade de recolha de indicadores de serviço. Antecipar proativamente a resolução de problemas nos sistemas alojados na RNSI e evoluir os processos internos com auxílio de ferramentas de workflow adequadas. Desenvolver os Sistemas de Informação da RNSI — Rede Nacional de Segurança Interna, criando e melhorando as condições físicas e materiais na implementação e ampliação da sala e mecanismos de comando e controlo operacional em situações de ciberameaças, cibercrime e cibersegurança. Propõe-se a aquisição de licenciamento de software e sondas, ou seja ferramentas de deteção e análise de intrusão, de ciber ataques e prevenção de ataques no COSI da RNSI — Centro Operacional de Segurança Informática que se estabeleceu como CSIRT do MAI e também como centro de cibersegurança 24x7.

Fundamental promover o desenvolvimento de uma plataforma de Inventário para todos os equipamentos físicos TIC. Uma BD com controlo e atualização periódica, acesso controlado, onde estão inventariados todos os servidores, componentes, routers, switches, DDF, ODF, terminais de distintas natureza, PABX, MCUs, Media Controlers, ONTs, Modems3G/4G, etc. Permitindo o controlo, o dimensionamento, a disponibilização de informação de imobilizado, estimativas financeiras de planeamento, etc.

CTIC-MAI

Pretende-se implementar um Conselho TIC MAI composto pelos IT Managers dos Organismos do MAI. Este conselho definirá a estratégia TIC do MAI e fará a monitorização dos projetos transversais às FSS, RNSI, SIRESP e 112.pt. Procurará de uma forma periódica acompanhar e definir prioridades, alocação de recursos e ou realinhamento de estratégias.

Com necessidade de sponsor ao mais alto nível da tutela.

Terá ainda um propósito de Fórum de Inovação para discutir ideias e através do encontro de opiniões de áreas distintas vincular novos projetos e atividades.

Não haverá custos associados.

Centro de dados alternativos

Permitir uma política de resiliência dos Sistemas de Informação críticos da PSP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir e implementar um modelo de governação transversal das TIC					
1.1.1	Definição e Implementação de Governação transversal das TIC na AP				
	Estudar todas plataformas e sistemas	Identificar e elencar os sistemas	2016	2017	
	Construir CE	Caderno técnico de requisitos	2016	2017	
	Lançamento Concurso	Procedimento contratual em curso	2017	2017	
	Implementação	Após escolha de fornecedores, instalar, configurar e entrar em serviço	2017	2018	
Continuar a implementação do modelo de governação das TIC em cada Área Governamental					
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)				
	CTICMAI	Conselho TIC do MAI (reúne bimensal)	2016	2020	SGMAI (+EMSP) MAI (todos os organismos)

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	173	173	191	208
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	292
Investimento	825	95	95	50
Saldo	-27			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O MAI não possui uma plataforma centralizada de monitorização, supervisão de toda a infraestrutura técnica sob a sua responsabilidade. Este centro com o helpdesk/service desk integrado traria ganhos substanciais na governação operacional de todas as equipas responsáveis.

Situação futura

À semelhança dos operadores de TIC no mercado privado também o MAI deveria ter uma abordagem semelhante no controlo do seu “mundo” TIC. Um centro único que permita antecipar os problemas, garantir melhor nível de serviço aos utilizadores dos Sistemas.

Pretende-se implementar um Conselho TIC MAI composto pelos IT Managers dos Organismos do MAI. Este conselho definirá a estratégia TIC do MAI e fará a monitorização dos projetos transversais às FSS, RNSI, SIRESP e 112.pt.

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

O geoMAI tem como principais objetivos a implementação de um sistema no qual seja possível efetuar o tratamento de dados geográficos e obter informações não apenas com base em suas características alfanuméricas, mas também através de sua localização espacial. Este sistema deverá disponibilizar um conjunto de ferramentas e de soluções que permitam aumentar a rapidez e a eficácia na junção e integração de dados de modo a suportar a gestão e decisão com o menor custo possível.

O geoMAI terá a capacidade de inserir e integrar, numa única base de dados, informações espaciais provenientes de várias origens de dados (ex. dados cartográficos, cadastro urbano e rural, imagens de satélite, ...) e também disponibilizar soluções para interligar a informação, através de algoritmos de análise, assim como para consultar, visualizar e localizar o conteúdo da base de dados georreferenciados.

No que respeita as componentes do geoMAI, estas incluem um interface com utilizadores; entrada e integração de dados; funções de consulta e análise espacial; visualização e localização; armazenamento e disponibilização

de dados (organizados sob a forma de uma base de dados geográficos). Participam no projeto a SGMAI, GNR, PSP, SEF, ANPC, ANSR, OTSH.

Base Dados — Data Masking

Implementação de um sistema auditável com data mask nas BD's com dados pessoais do MAI. Desde Maio 2016 que foi publicado o novo Regulamento Europeu para proteção de Dados Pessoais (EU GDPR) e as organizações têm 2 anos para implementar as medidas de segurança necessárias para assegurar a conformidade com o mesmo.

Pretende-se implementar para as BD's Oracle based (Recenseamento e Eleições):

1 — Advanced Security Option (Transparent Data Encryption) em que os dados são cifrados/decifrados automaticamente pela base de dados, ficando cifrados em disco e por conseguinte protegidos contra utilizadores que tenham acesso aos servidores de bases de dados. Esta solução permite também proteger o acesso via Database Links, cifrar backups e exports (datapump).

2 — Database Vault — com o Database Vault, será possível controlar o acesso aos dados por parte de utilizadores privilegiados (DBA's), assim como controlar as condições em que determinados comandos potencialmente perigosos (ex: Drop Table) possam ser executados, permitindo assegurar a segregação de funções técnicas e funcionais e por conseguinte garantir que apenas tem acesso aos dados aqueles utilizadores que têm necessidade e autorização para tal.

Para as outras BD's (Contraordenações transito, portais colaborativos, e-learning, etc.) pretende-se implementar:

1 — Audit Vault and Database Firewall (Oracle, MSFT, MySQL, DB2, etc.) permitindo monitorizar, auditar, gerar relatórios e alertas sobre toda a atividade SQL, seja ao nível das diferentes bases de dados seja ao nível da própria rede.

2 — Data Masking and Subsetting (Oracle, MSFT, MySQL, DB2, etc.) permitindo anonimizar/mascarar dados reais para poderem ser usados em ambientes de teste/desenvolvimento com um universo de utilizadores potenciais muito diverso e com acessos diretos às bases de dados.

RNSI

Evolução do centro de operações de segurança informática.

Promover uma auditoria por uma entidade externa credenciada à infraestrutura da RNSI.

Identificar oportunidades de melhoria na arquitetura da rede e consequentemente no seu desempenho.

Procurar uma perspetiva mais de Qualidade de Experiência dos utilizadores do que indicadores estatísticos de serviço.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais						
1.4.1	Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais à AP					
	Centro de Operações de Segurança Informática (COSI/CSIT/MAI)	Evolução e reforço do Centro de Operações de Segurança Informática (COSI)	2017	2020	SGMAI/ EMRNSI	SGMAI

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Auditoria Externa à infraestrutura da RNSI	Levantamento da atual infraestrutura RNSI e identificação de pontos a melhorar/retificar segundo as boas práticas em vigor	2017	2018	SGMAI/ EMRNSI	SGMAI
1.4.3	Otimização de mecanismos de alinhamento de investimentos TIC com políticas, normas e orientações transversais e setoriais TIC				
Centro de Operações de Segurança Informática (COSI/CSIT.MAI)	Alinhamento do COSI com entidades externas ao MAI tais como o Centro Nacional de Cibersegurança, rede CSIRT Nacional, Centro Nacional de Ciberdefesa e ENISA	2017	2018	SGMAI/ EMRNSI	
Auditoria Externa à infraestrutura da RNSI	Aplicação das medidas identificadas em sede de auditoria	2017	2020	SGMAI/ EMRNSI	Todas as entidades integradas na RNSI

Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação

1.4.7	Definir e implementar a Estratégia Nacional de Segurança da Informação				
1.4.7	GeoMAI — aplicação web, inclui: Módulo de User Interface (Visualizador WEB); Módulo de validação da localização da ocorrência; Módulo de importação de ocorrências; Módulo de Análise Geográfica — “Pontos Negros”; Módulo de Análise Geográfica — “ZAA” (Zonas de Acumulação de Acidentes; Módulo de Relatórios; Módulo correção de ocorrências; Módulo de ocorrências da ANPC; Módulo de geocoding e reverse geocoding (via e km); Módulo de dados geográficos	2015	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	GeoMAI — módulos para integração, inclui: Componente esriMap; Serviço de validação de morada	2015	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Conclusão da integração da nova rede viária no validador geográfico e no cálculo de pontos negros	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Disponibilização do serviço de dados geográficos com análises densimétricas das estradas	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Módulo de geocoding (por pontos de interesse)	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Integração do Modelo Digital de Terreno (CI-GeoE) (depende da aquisição dos dados por parte da SG-MAI)	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Disponibilização do serviço de dados geográficos com a análise 3D (cálculo e análise de bacias de visibilidade; pontos de visibilidade)	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Integração da iconografia específica das ocorrências da ANPC no GeoMAI	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Gestão de perfis e acessos — necessita de análise e desenho final da solução	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Integração com web service da PSP para pesquisa de ocorrências da PSP no GeoMAI	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Integração com view do OTSH para pesquisa de ocorrências do OTSH no GeoMAI	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Integração das Cartas Militares (CI-GeoE) (depende da aquisição dos dados por parte da SG-MAI)	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI
1.4.7	Integração com SIRESP (acesso a BD Oracle) para visualização de meios da PSP no GeoMAI	2016	2017	SGMAI	Entidades MAI

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos					
	Protocolo MAI/RNSI	Elaborar com todas as entidades do MAI um protocolo onde se defina as regras e boas práticas a cumprir para estar na RNSI de forma a garantir a segurança da informação	2018	2018	SGMAI/RNSI	Todas entidades MAI
1.4.12	Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais					
	Data masking	Implementação de um sistema auditável com data mask nas Bases de Dados com dados pessoais do MAI	2017	2020	RNSI (EMSP)	RNSI
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos.					
	Interação do COSI com as forças de segurança do MAI	Criar um canal que permita uma interação e troca de informação entre o COSI e as áreas que tratam da segurança da informação da PSP e GNR de forma a termos uma resposta às várias ameaças/ataques informáticos que somos alvo.	2017	2017	SGMAI/EMRNSI	SGMAI, PSP e GNR

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	3 709	558	558	558
Poupanças Não TIC	252	252	252	252
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	2 755	568	2 154	715
Saldo	197			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

GeoMAI

Antes da implementação do geoMAI, cada entidade MAI geria as suas ocorrências em sistemas próprios, sem interligação, e com recurso reduzido à geolocalização.

BD

Só o SIGRE (recenseamento e eleições) tem um script rudimentar criado manualmente para audit desta BD, ou seja nenhuma BD no MAI cumpre o novo Regulamento Europeu para proteção de Dados Pessoais (EU GDPR) e as organizações têm 2 anos para implementar as medidas de segurança necessárias para assegurar a conformidade com o mesmo.

Situação futura

GeoMAI

Capacidade de geolocalizar e cruzar ocorrências assim como geolocalizar os meios de modo a melhorar a afetação dos mesmos às ocorrências em curso.

Capacidade de análise estatística da informação histórica,

capacidade de comando e controlo e capacidade preditiva.

BD

Pretende-se implementar um sistema auditável com data mask nas 6 BD's com dados pessoais do MAI. Desde

maio de 2016 que foi publicado o novo Regulamento Europeu para proteção de Dados Pessoais (EU GDPR) e as organizações têm 2 anos para implementar as medidas de segurança necessárias para assegurar a conformidade com o mesmo.

Pretende-se implementar para as BD's Oracle based (Recenseamento e Eleições):

1 — Advanced Security Option (Transparent Data Encryption) em que os dados são cifrados/decifrados automaticamente pela base de dados, ficando cifrados em disco e por conseguinte protegidos contra utilizadores que tenham acesso aos servidores de bases de dados. Esta solução permite também proteger o acesso via Database Links, cifrar backups e exports (datapump).

2 — Database Vault — com o Database Vault, será possível controlar o acesso aos dados por parte de utilizadores privilegiados (DBA's), assim como controlar as condições em que determinados comandos potencialmente perigosos (ex: Drop Table) possam ser executados, permitindo assegurar a segregação de funções técnicas e funcionais e por conseguinte garantir que apenas tem acesso aos dados aqueles utilizadores que têm necessidade e autorização para tal.

Para as outras BD's (Contraordenações transito, portais colaborativos, e-learning, etc.) pretende-se implementar:

1 — Audit Vault and Database Firewall (Oracle, MSFT, MySQL, DB2, etc.) permitindo monitorizar, auditar, gerar relatórios e alertas sobre toda a atividade SQL, seja ao nível das diferentes bases de dados seja ao nível da própria rede.

2 — Data Masking and Subsetting (Oracle, MSFT, MySQL, DB2, etc.) — permitindo anonimizar/mascarar dados reais para poderem ser usados em ambientes de teste/desenvolvimento com um universo de utilizadores potenciais muito diverso e com acessos diretos às bases de dados.

Medida 5

Identificação eletrónica

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para assinatura e autenticação					
2.5.3	Disponibilização Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP)				
	Utilização de SCAP por forças policiais	Utilização de SCAP por forças policiais, nomeadamente no âmbito das contraordenações e outros atos	2017	2019	ANSR

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

GSDM — Gestão e Securização dos Dispositivos Móveis na RNSI

A RNSI abrange 1200 locais em Portugal, 55.000 utilizadores e 20.000 pcs. É imperativo (para manter os níveis de segurança da RNSI) monitorizar, gerir e securizar os dispositivos moveis (5000 smartphones e tablets) que os users do MAI utilizam no acesso as aplicações e bases de dados do MAI, cadastrando o tipo de dispositivo, o sistema operativo e criando área corporativa com autenticação para acesso aos dados do MAI (aplicações, intranets, repositórios, portais colaborativos etc)

RNSI remoto

Permitir o acesso remoto de fora da RNSI mas da mesmo forma como se em rede nas instalações do MAI se tratasse. Atualmente a RNSI tem a capacidade de disponibilizar aos utilizadores da RNSI a possibilidade de acesso remoto do exterior aos sistemas necessários ao desempenho das suas funções. Para ser possível o alarga-

mento deste serviço a um maior numero de utilizadores é necessário o reforço a plataforma atual.

Gestão do Atendimento (CRM) PSP

Sistema para gestão centralizada da interação com o Cidadão, nos pontos de contacto realizados, nos diferentes momentos e canais disponibilizados para o efeito (atendimento presencial, telefónico ou outros).

Suporte à gestão e acompanhamento de “casos”, com integração automática com os sistemas operacionais relevantes.

Criação de uma “visão 360º” do Cidadão (1 Cidadão - n Processos, nas diferentes áreas da PSP) e integração com capacidades de exploração analítica.

Gestão Documental c/ assinatura qualificada e workflow PSP

MoniGNR

Plataforma para a monitorização, racionalização, melhoria da eficiência e eficácia das atividades administrativas e operacionais da GNR, que possibilite accountability ao MAI e difusão de dados ao cidadão.

PIGRI

Esta plataforma suporta a interoperabilidade entre os sistemas internos da GNR com os sistemas de entidades externas, como é o caso das adaptações ao projeto de Gestão de Recursos Financeiros Partilhada na Administração Pública (GeRFiP), ao projeto de Gestão de Recursos Humanos Partilhada na Administração Pública (GeRHuP), Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), ao Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI), ao Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE), entre outros. Permite também a interoperabilidade com o sistema de informação de apoio à assistência ao doente da GNR e a gestão hospitalar.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento						
2.7.1	Integrar a Gestão da Experiência do Cidadão nos processos de atendimento					
	Gestão do Atendimento (CRM)	Sistema para gestão centralizada da interação com o Cidadão, nos pontos de contacto realizados, nos diferentes momentos e canais disponibilizados para o efeito (atendimento presencial, telefónico ou outros). Suporte à gestão e acompanhamento de “casos”, com integração automática com os sistemas operacionais relevantes	2017	2019	PSP	PSP, SGMAI

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	Criação de uma “visão 360º” do Cidadão (1 Cidadão - n Processos, nas diferentes áreas da PSP) e integração com capacidades de exploração analítica					
2.7.1.1.	MoniGNR	Plataforma para a monitorização, racionalização, melhoria da eficiência e eficácia das atividades administrativas e operacionais da GNR, que possibilite accountability ao MAI e difusão de dados ao cidadão	2016	2020	GNR	GNR
2.7.1.2.	PIGRI	Plataforma Integrada de Gestão de Recursos Internos da GNR — Esta plataforma suporta a interoperabilidade entre os sistemas internos da GNR com os sistemas de entidades externas, como é o caso das adaptações ao projeto de Gestão de Recursos Financeiros Partilhada na Administração Pública (GeRFiP), ao projeto de Gestão de Recursos Humanos Partilhada na Administração Pública (GeRHuP), Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), ao Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI), ao Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE), entre outros. Permite também a interoperabilidade com o sistema de informação de apoio à assistência ao doente da GNR e a gestão hospitalar.	2016	2020	GNR	GNR

Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)

2.7.8	Disponibilizar infraestrutura a nível transversal e setorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)					
	GSDM	Gestão e securização de dispositivos móveis na RNSI	2017	2020	EMSP+EMRNSI	RNSI + FSS
	BYOD RNSI	Implementar uma solução de BYOD a um número limitado de utilizadores. Permite a disponibilização da estação de trabalho na Cloud MAI para dispositivos móveis. Em alguns casos pode ser substituída a estação de trabalho física por este sistema.	2017	2020	SGMAI/EMRNSI SGMAI/EMSP	RNSI

Pilotar a adoção na AP de trabalho em movimento e a partir de casa

2.7.9	Estudar o potencial de redução de custos e pilotar a adoção na AP do trabalho em movimento e em casa					
	Acesso remoto à RNSI	Atualmente a RNSI tem a capacidade de disponibilizar aos utilizadores da RNSI a possibilidade de acesso remoto do exterior aos sistemas necessários ao desempenho das suas funções. Para ser possível o alargamento deste serviço a um maior número de utilizadores é necessário o reforço a plataforma atual.	2017	2017	SGMAI/EMRNSI	SGMAI

Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam

2.7.10	Definir Arquitetura e elaborar piloto de Roaming Wi-Fi na AP — GovRoam					
	Sistema WIFI na RNSI	Realizar o upgrade da solução atual que passa por uma plataforma desatualizada. Neste momento serve a SGMAI, a ANPC, e ANSR. O sistema deve ser dotado de uma plataforma de monitorização e segurança que atualmente não tem e alargado às restantes forças de segurança do MAI.	2017	2017	EMRNSI	SGMAI, PSP, GNR

Digitalizar o arquivo físico da AP

2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
2.7.11.1.	MoniGNR	Plataforma para a monitorização, racionalização, melhoria da eficiência e eficácia das atividades administrativas e operacionais da GNR, que possibilite accountability ao MAI e difusão de dados ao cidadão.	2016	2020	GNR	GNR
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Gestão Documental c/ assinatura qualificada e workflow	Com vista a minimizar ou mesmo acabar com a circulação do papel, garantindo o circuito nacional de toda a documentação na PSP, seja ela externa (por exemplo, ofícios, faxes, etc.) ou interna, pretende-se dar início à implementação de um Sistema de Gestão Documental que suporte estas tarefas, e que o mesmo seja integrado com assinatura qualificada através do Cartão de Cidadão e com capacidades de automação processual ou workflow	2016	2018	PSP	PSP, SGMAI

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	246	246	246	246
Poupanças Não TIC	585	1 024	6 924	1 463
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	1 624	1 174	984	864
<i>Saldo</i>	6 335			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

GSDM — Gestão e Securização dos Dispositivos Móveis na RNSI

A RNSI abrange 1200 locais em Portugal, 55.000 utilizadores e 20.000 pcs. Em 2016 temos cerca de 2500 dispositivos moveis registados no webmail mas não é possível, gerir e securizar os dispositivos móveis (smartphones e tablets) que os users do MAI utilizam no acesso as aplicações e bases de dados do MAI.

Situação Futura

É imperativo (para manter os níveis de segurança da RNSI) monitorizar, gerir e securizar os dispositivos moveis (smartphones e tablets) que os users do MAI utilizam no acesso as aplicações e bases de dados do MAI, cadastrando o tipo de dispositivo, o sistema operativo e criando área corporativa com autenticação para acesso aos dados do MAI (aplicações, intranets, repositórios, portais colaborativos etc.). Pretende-se ter a capacidade de gerir 5000 devices.

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

maiMobile, ou seja desenvolvimento das aplicações mobile, para os seguintes serviços MAI:

- Programa Estou Aqui: webview com link de website responsivo;
- Programa Estou Aqui Adultos: webview com link de website responsivo;
- Georreferenciação de fogos em Portugal;
- Verão Seguro: webview com link de website responsivo;
- SMS Reboques: webview com link de website responsivo;
- Forças e Serviços de Segurança do MAI;
- Recenseamento Eleitoral;

- Desenvolvimento de Webservices de recolha e transmissão de informação, sempre que seja necessário, em fase do desenvolvimento do projeto.

Fichas de Fiscalização (FTF) no âmbito do exercício das competências das Forças de Segurança junto dos estabelecimentos de Alojamento e de Restauração e/ou bebidas. Este trabalho tinha como propósito aproximar as entidades fiscalizadoras dos fiscalizados, dotando as duas realidades do mesmo enquadramento e do mesmo suporte documental. Desta forma, visava-se a diminuição do fosso interpretativo das normas legais, nem sempre de fácil compreensão e apoiar os visados no esforço de adaptação da sua atividade comercial às disposições legais. Paralelamente, sendo este um trabalho conjunto da PSP e da GNR, assegura-se um tratamento uniforme no que concerne à identificação e tratamento de situações anómalas, uma vez que as Fichas de Fiscalização apresentam ainda uma breve e essencial explanação do regime de cada uma das matérias tratadas.

Intranet do MAI e Plataforma Dashboards.

Esta componente deverá contemplar o desenvolvimento de serviços para a criação de uma Intranet Corporativa;

Intranet Corporativa e modelo de governance com perfis de acesso integrados com o Sistema de Gestão de Identidades em utilização e gerido pela SGMAI;

Áreas de Colaboração, Repositórios de Informação e Gestão de Conhecimento; Migração de conteúdos da intranet atual gerida transversalmente pela SGMAI;

Intranet deverá ser integrada no site da SGMAI.

Acesso aos relatórios será realizado através de browser e será controlado através de perfis predefinidos e configuráveis na plataforma de Dashboards.

SIGMAI — Sistema de Informação de Gestão do MAI:

— Dotar o MAI de instrumentos de gestão baseados em informação disponibilizada num formato claro e fidedigno;

— Atualização periódica dos indicadores com flexibilidade para a sua evolução;

— Utilização e visualização fácil dos relatórios necessários.

112

Foi lançado em Portugal em 1997 no contexto da criação, pela Comissão Europeia, do Número Único de Emergência Europeu. Desde então, e de acordo com a legislação publicada, o atendimento deste Serviço tem sido assegurado pelas forças de segurança. A implementação do Centro Operacional 112.pt Norte e upgrade do CoSul com uma solução global redundante geograficamente.

Permitindo novas formas de contacto como o eCall um novo serviço de chamadas de emergência, desencadeadas por dispositivos embarcados nos veículos automóveis; e ainda por SMS, por App, por videochamada.

SIRESP

Um sistema único, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações, permite, em caso de emergência, a centralização do comando e da coordenação das diversas forças de emergência e de segurança, satisfazendo a intercomunicação, a interoperabilidade, a fiabilidade, racionalização de meios, recursos e custos. Uma rede 2G na variante de tecnologia Tetra caracterizada pela particularidade de chamadas em grupo e na funcionalidade walkie-talkie. Foi construído fazendo uso do modelo de financiamento PPP (Parceria Público-Privada).

ANPC Georreferenciação de terminais rádio SIRESP (ANPC)

OBJ: Sistema de informação que permitirá obter a localização dos terminais rádio SIRESP, assim como identificar a posição os meios operacionais existentes no terreno. Permitirá também melhorar a capacidade de comando e controlo na gestão dos teatros de operações, nas ocorrências de proteção e socorro. Trata-se de um projeto desenvolvido em conjunto com a SGMAI.

Georreferenciação de meios aéreos (ANPC)

OBJ: Sistema de informação que permitirá obter a localização das aeronaves de combate aos incêndios florestais, sob gestão da ANPC. Permitirá também melhorar a capacidade de comando e controlo na gestão dos teatros de operações, nas ocorrências de proteção e socorro.

Sistema de informação geográfica — SIG (ANPC)

OBJ: Pretende-se desenvolver um sistema de informação geográfica para apoio à decisão operacional nos postos de comando. Esta ferramenta deverá ser desenvolvida com recurso a software open source e deverá funcionar online para troca de informação com níveis decisão superior e também modo offline, no caso de falha ou inexistência de comunicações.

PORSEG — Portal de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (ANPC)

OBJ: Melhoria dos processos internos da ANPC e na resposta ao cidadão, no âmbito Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com a redação dada pelo DL 224/2015, de 9 de outubro, no seu artigo 32.º, vem obrigar a que a tramitação dos procedimentos previstos neste DL seja realizada informaticamente, com recurso a sistema informático próprio.

Integração entre o Recenseamento Nacional de Bombeiros Portugueses (RNBP) e o Registo Nacional do Utente (RNU)

OBJ: Solução a desenvolver numa parceria ANPC/SPMS (Ministério da Saúde), que passará pela implementação de um processo de integração automática entre o RNBP e o RNU recorrendo a mecanismos de interoperabilidade e abrangerá um universo de cerca de 65.000 bombeiros.

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, os bombeiros beneficiam de isenção de pagamento de taxas moderadoras no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS) de acordo com a alínea g) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, diploma que regula o

acesso às prestações do SNS, tendo esta medida o objetivo de permitir uma validação automática dos pressupostos legais, através de comunicação entre os respetivos sistemas informáticos.

Sistema de Informação de Gestão Integrada da ANPC

OBJ: Visa o desenvolvimento e melhoria dos sistemas de informação internos da ANPC, bem como a implementação de processos de interoperabilidade com sistemas de informação de entidades externas (ex: Gestão de Recursos Financeiros Partilhada na Administração Pública (GeRFiP), Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE), Gestão de Recursos Humanos Partilhada na Administração Pública (GeRHuP), entre outros). Pretende-se também melhorar os processos de gestão e controlo internos através da desmaterialização documental e da implementação de uma solução de business intelligence.

Melhoria/otimização dos processos dos Centros de Meios Aéreos (CMA)

OBJ: Sendo a gestão da frota e dos contratos de meios aéreos afetos à atividade operacional uma área muito específica, e carecendo de um controlo muito exaustivo, pretende-se otimizar os processos de controlo e gestão através da desmaterialização documental.

ANSR

Sistema de videoconferência para suporte ao processo de inquirição de testemunhas. Assinatura digital qualificada a disponibilizar pela AMA, I. P., e a utilizar no SIGA e no SCOT. Portal de contraordenações Rodoviárias web e mobile. Sistema nacional de controlo de velocidade — SINCRO. Desmaterialização das operações de fiscalização rodoviária.

GNR

Projeto que visa melhorar as funcionalidades das redes rádio e vigilância florestal em exploração pela GNR, bem como renovação dos terminais e acessórios, e concomitantemente reduzir os custos de sustentação das infraestruturas das redes analógicas ainda existentes.

Projeto que preconiza a manutenção atualizada dos parques de terminais de processamento de dados da GNR, tendo em conta os ciclos de vida útil dos equipamentos, sua necessidade e os custos.

Este projeto, enquadra um conjunto alargado de iniciativas da GNR, nacionais, bilaterais e multinacionais entre Estados membros da EU, no âmbito primário da vigilância e controlo de fronteiras externas da EU, da responsabilidade da GNR, envolvendo interoperabilidade e troca de informação entre entidades internas e externas.

Enquadram-se neste item os projetos como o SEAHORSE MEDITERRANEAN, o SIVE-SIVICC NORTE, e outros que venham a ser lançados.

A evolução das TIC, a par da sua normalização e convergência tecnológica, permite dispor ao nível dos Comandos Territoriais da Guarda de Salas de Situação, potenciadores da eficácia e otimização do emprego dos meios nas zonas de ação da sua responsabilidade.

Cada Sala de Situação funciona 24/7 e asseguram o Comando e Controlo e Coordenação da atividade operacional na Zona de Ação respetiva,

As Estações de Trabalho monitorizam e atualizam a informação georreferenciada e classificada, de forma a ter disponível nos sistemas de multimédia, uma imagem ope-

racional próxima da realidade e reduzir o ciclo de tomada de decisão. O objetivo é de instalar 8 C3T até 2020.

Este projeto pretende facultar ao patrulheiro da GNR uma capacidade de introdução e consulta de dados nos sistemas de informação internos e externos a partir de qualquer local, encurtando o ciclo de produção de informação da GNR.

Modernização tecnológica, de processos e funcionalidades do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia, incluindo o reforço do desenvolvimento e interoperabilidade com sistemas internos e externos das

FSS, incluindo a PIIC, SIS II, ANSR e outros no âmbito policial e criminal, permitindo processar e transacionar informação de diversos sistemas de informação internos e externos à GNR, para fazer “Data Warehousing”, “Business Intelligence” e operações complexas de “Reporting” e “Dashboarding” Policial.

Desenvolvimento de capacidades no domínio da Cibersegurança para prevenir e reprimir as atividades criminais com origem no ciberespaço ou que põe em risco a segurança de Informação das infraestruturas críticas nacionais, efetuando alerta e difusão ao MAI e ao cidadão.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC						
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC — maiMobile					
2.8.1	Design apps mobile	Apresentação intermédia de visuais; guias de design e assets com todas as dimensões e resoluções necessárias para o desenvolvimento	2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Desenvolvimento de backend (servidor)	Código de servidor e API para as aplicações	2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Desenvolvimento de app iOS	Entrega de protótipo para testes	2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Desenvolvimento de app Android	Entrega de protótipo para testes	2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	App iOS submetida à App Store		2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	App Android submetida à Google Play		2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Divulgação (prevista) aos cidadãos		2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC — FTF					
2.8.1	Levantamento de Requisitos		2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Implementação da Plataforma		2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Passagem a ambiente de Testes e Qualidade		2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Testes de Segurança		2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Passagem a produção		2016	2017	SGMAI	SGMAI
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC — Intranet					
2.8.1	Tramitação do processo		2016		SGMAI	SGMAI
2.8.1	Lançamento do procedimento				SGMAI	SGMAI
2.8.1	Levantamento de Requisitos				SGMAI	SGMAI
2.8.1	Implementação da Plataforma				SGMAI	SGMAI
2.8.1	Passagem a ambiente de Testes e Qualidade				SGMAI	SGMAI
2.8.1	Testes de Segurança				SGMAI	SGMAI
2.8.1	Passagem a produção				SGMAI	SGMAI
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC — SGMAI					
2.8.1	Implementação dos módulos de Contratação Pública, RH e Orçamentação		2014	2017	SGMAI	SGMAI; GNR; PSP
2.8.1	Implementação de melhorias nos módulos de Contratação Pública, RH e Orçamentação		2015	2017	SGMAI	SGMAI; GNR; PSP
2.8.1	Adaptações aos módulos de Contratação Pública, RH e Orçamentação, de modo a verter informação para a nova tutela		2016	2017	SGMAI	SGMAI; GNR; PSP
2.8.1	Alargamento do módulo de RH a outras entidades MAI (atualmente apenas com informação da GNR e PSP) e inclusão de informação mais detalhada das FS					
2.8.1	Implementação do módulo de Instalações Operacionais, incluindo Gestão de Frotas					

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.8.1	Implementação do módulo de cruzamento de informação (incluindo todo o processo de candidatura a FC)					
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC 112 + SIRESP					
	Projeto 112.pt	O serviço 112.pt apresenta-se como um serviço de grande relevância e importância pelo que desde logo ficou decidido criar uma infraestrutura de alta disponibilidade e robustez, de modo a que a prestação deste serviço não possa ser prejudicada por insuficiências dessa infraestrutura. Assim sendo, e tendo em conta as melhores práticas existentes na indústria, foram selecionados componentes de alta qualidade, que deverão ser instalados de forma redundante obtendo-se assim tolerância a falhas físicas e um baixo nível de problemas de manutenção.	2015	2019	SGMAI/ EMCC	SGMAI, PSP, ANPC, INEM, AMN
	Projeto eCall	Projeto que visa garantir que a infraestrutura de PSAP (Public Safety Answering Points) associada ao 112.pt está preparada para a implementação do sistema eCall em Portugal, tanto ao nível da receção e tratamento da alarmística como ao nível da integração com os sistemas das entidades que desenvolvem atividade operacional no âmbito da prestação de serviços de emergência e socorro (GNR, PSP, INEM, ANPC, CO-MAR,...)	2015	2017	SGMAI/ EMCC	SGMAI
	Projeto 112.pt — Para pessoas com deficiência	Capacitar o serviço de atendimento de emergência 112 com a aplicação mobile 112.pt, que complementar os canais de comunicação de voz e texto (SMS), e integrará a comunicação por vídeo. Deste modo, o sistema de chamadas de emergência português tornar-se-á inclusivo para cidadãos com dificuldades de comunicação (nomeadamente surdos e mudos), que poderão passar a utilizar as seguintes funcionalidades: envio de SMS predefinidos para o 112; envio de SMS customizados pelo chamador para o 112; envio de SMS com texto livre para o 112; georreferenciação do SMS, enviando a melhor localização disponibilizada pelo equipamento; possibilidade de comunicação com os Centros Operacionais do 112.pt com recurso a vídeo chamada. A aplicação disponibilizará ainda um serviço de vídeo intérprete online que, utilizando a Língua Gestual Portuguesa, possibilitará comunicar com um surdo através do canal de vídeo e facilitará o registo e encaminhamento para as entidades de despacho da ocorrência.	2016	2017	SGMAI/ EMCC	SGMAI
	Extensão do Serviço 112.pt — Açores e Madeira	O processo de reorganização contemplado no projeto 112.pt envolve variáveis de ordem logística, tecnológica e procedimental complexas que, para garantir serviço com idêntica qualidade e resiliência a todos os cidadãos nacionais, importa agora prosseguir com os mesmos padrões técnicos nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores. Pretende-se assim proceder nas já citadas Regiões Autónoma a profundas alterações tecnológicas na atual infraestrutura local de suporte ao atendimento do 112, de modo a garantir não só maior autonomia dos PASP da Madeira e dos Açores, como também dotá-los de funcionalidades adicionais. Após finalização deste projeto de profunda atualização tecnológica ao nível do atendimento do número único de emergência europeu, Portugal ficará dotado de uma infraestrutura nacional com elevado grau de redundância e resiliência, de importância fulcral para o cidadão e especialmente relevante em situações que configurem um elevado risco ou crise.	2017	2018	SGMAI/ EMCC	SGMAI

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolvimento e tratamento para implementação da tecnologia AML — Advanced MobileLocation112.pt	Este projeto de caráter inovador, visa enfrentar através de uma solução tecnológica um dos maiores desafios com que se deparam atualmente os Serviços de Emergência, no que se refere à determinação exata da localização dos cidadãos que necessitam de prestação de socorro. A localização obtida a partir das células das antenas dos operadores de telefonia móvel existente tem sido utilizada nos (PASP) pontos de atendimento de segurança pública em Portugal no entanto, não têm a precisão necessárias para promover uma rápida prestação de socorro às vítimas. O AML permite a utilização de tecnologia nativa dos smartphones para passar para os sistemas dos PASP informação obtida do GPS ou Wifi. Esta tecnologia inovadora pode obter-se uma localização com uma precisão de 5 mtrs no exterior (com uma média de área circular com raio de 25 mtrs em áreas interiores), uma melhoria significativa quando comparado com o atual sistema que em média atinge os 1.75 km de raio (dados do Reino Unido).	2017	2017	SGMAI/ EMCC	SGMAI	
Projeto NG112 — Next generation 112	Desenvolver e integração para o uso de novas tecnologias nos PASP do serviço 112 tais como a utilização de redes móveis 4 e 5G, integração de feeds de redes sociais e vídeo na ajuda à caracterização de ocorrências e/ou eventos de catástrofe	2018	2020	SGMAI/ EMCC	SGMAI	
Upgrade Tecnológico e Desenvolvimento da Rede SIRESP	Atualização tecnológica do SIRESP com desenvolvimento de upgrades que permitem melhorar a qualidade do serviço disponibilizado às Entidades Utilizadoras: redundância geográfica dos MSO, transmissão Ethernet, aumento da capacidade de dados (SDS), disponibilização de banda larga, renovação do sistema de gravação, melhoria da cobertura outdoor/indoor	2017	2020	SGMAI/ EMCC	SGMAI	
Viatura Unidade Móvel SIRESP para o Centro de Operação e Gestão (COG)	Viatura do tipo TT para utilização no COG para aumentar a eficiência e melhorar a qualidade do serviço prestado, com competências de engenharia e análise de cobertura radioelétrica da rede, operações de emergência e apoio às Entidades Utilizadoras	2017	2020	SGMAI	SGMAI	
Aplicação SIRESP GL/ST	Aplicação de georreferenciação que permite às Entidades Utilizadoras SIRESP aumentar a eficiência na utilização dos seus RH	2017	2020	SGMAI	ANPC, ANSR, GNR, INEM, PSP, SGMAI	
Nova Aplicação WAVE	Aplicação que permite melhorar a qualidade do serviço e aumentar a eficiência dos utilizadores SIRESP ao permitir a utilização desta Rede via WEB pelos smartphones	2017	2020	SGMAI	ANPC, ANSR, GNR, INEM, PSP, SGMAI	
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais	TIC ANPC				
Georreferenciação de terminais rádio SIRESP (ANPC)	Sistema de informação que permitirá obter a localização dos terminais rádio SIRESP, assim como identificar a posição os meios operacionais existentes no terreno. Permitirá também melhorar a capacidade de comando e controlo na gestão dos teatros de operações, nas ocorrências de proteção e socorro.	2015	2017	ANPC	ANPC SGMAI	
Georreferenciação de meios aéreos (ANPC)	Sistema de informação que permitirá obter a localização das aeronaves de combate aos incêndios florestais, sob gestão da ANPC. Permitirá também melhorar a capacidade de comando e controlo na gestão dos teatros de operações, nas ocorrências de proteção e socorro.	2015	2017	ANPC	ANPC	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Sistema de informação geográfica — SIG (ANPC)	Sistema de informação geográfica para apoio à decisão operacional nos postos de comando. Esta ferramenta deverá ser desenvolvida com recurso a software open source e deverá funcionar online para troca de informação com níveis decisão superior e também modo offline, no caso de falha ou inexistência de comunicações.	2015	2017	ANPC	ANPC
PORSEG — Portal de Segurança Contra Incêndio em Edifícios	Sistema de informação centralizado para gerir toda a informação relacionada com os processos de Segurança Contra Incêndio em Edifícios. Permite a desmaterialização dos procedimentos previstos no Dec. Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com a redação dada pelo DL 224/2015, de 9 de outubro, no seu artigo 32.º Visa ainda aumentar a capacidade de gestão da ANPC nesta matéria, adequando os processos internos à legislação em vigor.	2015	2018	ANPC	ANPC SGMAI
Integração entre o Recenseamento Nacional de Bombeiros Portugueses (RNBP) e o Registo Nacional do Utente (RNU)	Desenvolvimento e implementação de um processo de integração automática entre o RNBP e o RNU recorrendo a mecanismos de interoperabilidade e abrangerá um universo de cerca de 65.000 bombeiros	2016	2017	ANPC	ANPC SPMS (Ministério da Saúde)
Sistema de Informação de Gestão Integrada da ANPC	Desenvolvimento e melhoria dos sistemas de informação internos da ANPC, bem como a implementação de processos de interoperabilidade com sistemas de informação de entidades externas (ex: Gestão de Recursos Financeiros Partilhada na Administração Pública (GeRFiP), Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE), Gestão de Recursos Humanos Partilhada na Administração Pública (GeRHuP), entre outros). Pretende-se também melhorar os processos de gestão e controlo internos através da desmaterialização documental e da implementação de uma solução de business intelligence.	2016	2019	ANPC	ANPC SGMAI EsPAP
Melhoria/otimização dos processos dos Centros de Meios Aéreos (CMA)	Otimização dos processos de controlo e gestão da frota e dos contratos de meios aéreos através da desmaterialização documental	2017	2017	ANPC	ANPC
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC — PSP				
DIC 7 — Módulo IC no SEI	Desenvolvimento do módulo de investigação criminal do SEI	2016	2017	PSP	PSP
DO — Comando e Controlo	Dotar os Centros de Comando e Controlo dos Comandos (CCC) de meios e ferramentas tecnológicas modernas e adequadas que permitam reunir toda a informação pertinente e disponibilizá-la, em tempo útil, a quem tem a responsabilidade de gerir, comandar e controlar os meios operacionais no terreno	2016	2019	PSP	PSP, SGMAI, SIRESP SA
DSP — SIGESP	Implementação de funcionalidades no SIGESP para melhorar a qualidade do serviço prestado	2016	2017	PSP	PSP
Proteção Policial de Testemunhas	Implementar sistema de Proteção Policial de Testemunhas	2016	2018	PSP	PSP, SGMAI
Centro Simulação Realidade Virtual e Centro Auto	Implementação do Centro Simulação Realidade Virtual e Centro Auto	2016	2017	PSP	PSP, SGMAI
SerOnLine2	Evolução do SerOnLine	2017	2019	PSP	
RIDAP	Digitalização das fichas dos proprietários de armas e das fichas das armas	2016	2017	PSP	PSP
Informação de Gestão Operacional	O objetivo do sistema de Informação de Gestão é o de aumentar a informação disponível na PSP, e respetiva fiabilidade, no que concerne a elementos estatísticos e informação para suporte à decisão: Atividade operacional; Informações Policiais; Recursos Humanos; Sistema de Assistência na Doença; Ensino e Formação; Finanças; Logística.	2017	2019	PSP	PSP
Gestão Académica	ISCPSI, EPP e DF — gestão do ensino e formação	2016	2017	PSP	PSP

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Mobility — m-PSP	Disponibilizar um conjunto de capacidades de suporte à atividade da PSP no terreno, que permitam aumentar os seus níveis de performance, segurança e de serviço ao Cidadão. Estas capacidades deverão ser implementadas sobre uma plataforma móvel composta por equipamentos como tablets ou smartphones, a integrar com outros dispositivos complementares que contribuam para o aumento da eficácia da PSP	2016	2017	PSP	PSP
Gestão de Filas e Corporate TV	Com vista a melhorar o atendimento ao Cidadão, obtendo simultaneamente mais e melhor informação sobre níveis de atendimento, a PSP levou a cabo a implementação de um sistema de Gestão de Filas, integrado com uma plataforma de Corporate TV	2016	2017	PSP	PSP, SGMAI, AMA I. P.
Automatização de outros processos produtivos grandes consumidores de recursos	Revisão de processos que atualmente se revelam grandes consumidores de recursos e identificação de alterações necessárias e conducentes a um melhor desempenho no apoio à atividade operacional da PSP	2017	2019	PSP	PSP
e-Learning	Evolução da plataforma de e-learning do MAI			SGMAI	PSP, SGMAI
RCTS	Adesão da PSP (ISCPSI) aos serviços disponibilizados pela Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade	2017	2017	PSP	PSP, SGMAI, FCT
Mobility — UAS e Câmaras móveis	Aquisição de equipamentos de vigilância para automatização, eficácia e eficiência de atividades de prevenção e fiscalização (por exemplo, câmaras com capacidades de OCR para deteção de matrículas)	2017	2019	PSP	PSP, SGMAI
GIS Intelligence	GeoMAI Registo e/ou exploração de informação de negócio relevante para a PSP de uma forma geoespacial, de forma a permitir um mais eficaz suporte à decisão e planeamento (por exemplo, análise de distribuição da criminalidade registada). Possibilidade de integração de informação de diferentes fontes e sistemas. Integração com as capacidades analíticas previstas de implementar (por exemplo, Predictive Analysis)	2016	2017	PSP	PSP, SGMAI
Network Analysis	Capacidades de exploração de informação, de uma forma gráfica e muito “user-friendly”, com base na apresentação de redes de ligação/interdependência entre elementos informacionais relevantes para o contexto de decisão em causa (por exemplo, ligações entre diferentes indivíduos relacionados num processo de investigação criminal) — a aplicar aos sistemas operacionais da PSP ou às capacidades analíticas a implementar	2017	2019	PSP	PSP
Predictive Analysis	Aplicação de métodos analíticos e estatísticos a dados de histórico para previsão de tendências e padrões de comportamento futuros (recurso sistemático a entidades estatísticas). Utilização e integração de diferentes fontes de informação, que podem ser externas ou internas (por exemplo, sistemas operacionais, sites externos, redes sociais, ...). Obtenção e apresentação de resultados em diferentes formatos, como sejam modelos lineares, árvores de decisão e redes neuronais	2017	2019	PSP	PSP
Biometric Analysis	Aplicação de soluções baseadas em tecnologia biométrica a componentes de suporte à identificação/registo individual e à vigilância/segurança. Identificação e registo: recolha e armazenamento de informação biométrica (impresões digitais, fotografia, ...), permitindo a identificação unívoca dos indivíduos cadastrados nos sistemas da PSP	2017	2019	PSP	PSP
Investigação Policial Atuante	Implementar melhorias de eficiência nos sistemas de informação de apoio à investigação policial	2017	2019	PSP	PSP
ERP para a parte logística		2017	2019	PSP	PSP

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Fiscalização, exames e polícia administrativa Polícia Sempre Presente — Portugal a Safer Place (Portugal destino seguro) Programa de segurança e recuperação de material eletrónico CSIRT da PSP Integração SIREC-SEI-SIGAE-GIVeRH-Gestão académica Polícia Sempre Presente — Portugal a Safer Place (Portugal destino seguro) APP MAI	Candidatura aviso 2/SAMA2020/2016 parcialmente em SIMPLEX 2016 Implementar programa de registo voluntário de equipamentos tecnológicos e afins	2017	2018	PSP	PSP	
		2016	2017	PSP	PSP	
	Implementar competências de CSIRT na PSP	2017	2018	PSP	PSP, SGMAI	
	Implementar integração de sistemas com o sistema integrado de receita da PSP SIMPLEX 2016	2017	2018	PSP	PSP	
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC — ANSR					
1	Sistema de videoconferência para suporte ao processo de inquirição de testemunhas (ANSR)	Este projeto tem como objetivo implementar um sistema de videoconferência para apoio ao processo de inquirição de testemunhas no âmbito das contraordenações rodoviárias	2015	2017	ANSR	PSP, GNR, SGMAI-Infraestruturas
2	Assinatura digital qualificada a disponibilizar pela AMA, I. P., e a utilizar no SIGA e no SCOT (ANSR)	Este projeto tem como objetivo a integração de Fornecedores de Atributos com o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) do MAI com a AMA, I. P., substituição da assinatura atualmente utilizada (CEGER) e ampliação no curto e médio prazo a outros processos ANSR e MAI	2016	Suspenso	ANSR	PSP, GNR, SGMAI-Infraestruturas
3	Portal de contraordenações Rodoviárias (ANSR) — Website	Este projeto tem como objetivo disponibilizar ao Cidadão um canal privilegiado de interação no âmbito das Contraordenações de Trânsito e realizar determinadas operações sobre os mesmos, de uma forma rápida e ágil, e sem necessidade de se deslocar fisicamente aos locais de atendimento do MAI para este efeito	2015	2015	ANSR	SGMAI-Infraestruturas
4	Portal de contraordenações Rodoviárias (ANSR) — App mobile	Este projeto tem como objetivo reproduzir o Portal de contraordenações numa versão ajustada para smartphones e tablets, uma vez que serão os equipamentos informáticos mais utilizados no futuro	2017	2017	ANSR	SGMAI-Infraestruturas
5	Sistema nacional de controlo de velocidade — SINCRO(ANSR)	Este projeto tem como objetivo a promoção do cumprimento dos limites de velocidade legalmente estabelecidos e, consequentemente, o combate à prática de velocidades excessivas através da fiscalização contínua e automática da velocidade de cada veículo em cada local de controlo	2015	2018	ANSR	PSP, GNR, SGMAI-Infraestruturas
6	Projeto ANSR/ARAC (ANSR)	A solução consiste na implementação de um canal de comunicação eletrónico entre o sistema de contraordenações da ANSR e a base de dados da Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor (ARAC), da qual consta a identificação dos veículos afetos à atividade de rent-a-car para posterior emissão da notificação do pedido de identificação de condutor	2016	2017	ANSR	ARAC
7	RIC nas Regiões Autónomas (ANSR)	Este projeto tem como objetivo fornecer o acesso automatizado à informação da base de dados do SRIC por parte das forças de segurança (e demais entidades competentes) das Regiões Autónomas, na qual passará a constar todos os averbamentos relativos a contraordenações graves, muito graves, crimes rodoviários e despachos de arquivamento do inquérito	2017	2017	ANSR	PSP, GNR, SGMAI-Infraestruturas

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
8	Desmaterialização das operações de fiscalização rodoviária (ANSR)	Este projeto consiste em capacitar as forças de segurança (PSP e GNR) com todos os equipamentos informáticos móveis necessários que permitam executar as operações de fiscalização e prevenção rodoviárias de forma eletrónica	2016	2017	ANSR	PSP, GNR, SGMAl-Infraestruturas
2.8.1	Identificação de projetos	TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC GNR				
2.8.1.1.	Projeto de Atualização das Redes Rádio — PARR	Projeto que visa melhorar as funcionalidades das redes rádio e vigilância florestal em exploração pela GNR, bem como renovação dos terminais e acessórios, e concomitantemente reduzir os custos de sustentação das infraestruturas das redes analógicas ainda existentes	2016	2020	GNR	
2.8.1.2.	Projeto de Atualização dos Terminais de Dados — PATR	Projeto que preconiza a manutenção atualizada dos parques de terminais de processamento de dados da GNR, tendo em conta os ciclos de vida útil dos equipamentos, sua necessidade e os custos	2016	2020	GNR	
2.8.1.3.	Vigilância das Fronteiras Externas da União Europeia — VFEUE	Este projeto, enquadra um conjunto alargado de iniciativas da GNR, nacionais, bilaterais e multinacionais entre Estados membros da EU, no âmbito primário da vigilância e controlo de fronteiras externas da EU, da responsabilidade da GNR, envolvendo interoperabilidade e troca de informação entre entidades internas e externas. Enquadram-se neste item os projetos como o SEAHORSE MEDITERRANEAN, o SIVE-SIVICC NORTE, e outros que venham a ser lançados.	2016	2018	GNR	
2.8.1.4.	Sistema de Comando Controlo e Coordenação Operacional da Guarda — SC3OG	A evolução das TIC, a par da sua normalização e convergência tecnológica, permite dispor ao nível dos Comandos Territoriais da Guarda de Salas de Situação, potenciadores da eficácia e otimização do emprego dos meios nas zonas de ação da sua responsabilidade. Cada Sala de Situação funciona 24/7 e asseguram o Comando e Controlo e Coordenação da atividade operacional na Zona de Ação respetiva, As Estações de Trabalho monitorizam e atualizam a informação georreferenciada e classificada, de forma a ter disponível nos sistemas de multimédia, uma imagem operacional próxima da realidade e reduzir o ciclo de tomada de decisão. O objetivo é de instalar 8 C3T até 2020.	2017	2020	GNR	
2.8.1.5.	Patrulhamento Móvel Digital — PMDGNR	Este projeto pretende facultar ao patrulheiro da GNR uma capacidade de introdução e consulta de dados nos sistemas de informação internos e externos a partir de qualquer local, encurtando o ciclo de produção de informação da GNR	2016	2020	GNR	
2.8.1.6.	Modernização do SIIOP — Moder-SIIOP	Modernização tecnológica, de processos e funcionalidades do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia, incluindo o reforço do desenvolvimento e interoperabilidade com sistemas internos e externos das FSS, incluindo a PIIC, SIS II, ANSR e outros no âmbito policial e criminal, permitindo processar e transacionar informação de diversos sistemas de informação internos e externos à GNR, para fazer “Data Warehousing”, “Business Intelligence” e operações complexas de “Reporting” e “Dashboarding” Policial.	2016	2020	GNR	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.8.1.7.	CiberGNR	Desenvolvimento de capacidades no domínio da Cibersegurança para prevenir e reprimir as atividades criminais com origem no ciberespaço ou que põe em risco a segurança de Informação das infraestruturas críticas nacionais, efetuando alerta e difusão ao MAI e ao cidadão	2016	2020	GNR	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	2 091	2 137	2 183	2 229
Poupanças Não TIC	10 330	16 414	17 827	19 176
Benefícios económicos e sociais	11 828	50 915	88 242	125 902
Investimento	15 542	14 992	15 032	12 524
<i>Saldo</i>	291 184			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

Serviços MAI utilizados apenas através de PC.
FTF disponíveis apenas em papel.

Intranet do MAI obsoleta e inadequada, sem utilização.

Informação de gestão disponibilizada Ad hoc.

ANPC

Processos pouco automatizados e baseados em diversos sistemas de informação que não se encontram integrados e sem mecanismos de interligação/interoperabilidade entre eles. Funcionamento dos serviços muito suportado na circulação de papel.

Situação Futura

Serviços MAI disponíveis através de smartphones e tablets.

FTF disponíveis através de plataforma eletrónica.

Evolução tecnológica da disponibilização de informação dentro do MAI, através da implementação da intranet do MAI, incluindo a produção e disponibilização de dashboards de apoio à gestão.

Existência de instrumentos de gestão baseados em informação disponibilizada num formato claro e fidedigno,

nas áreas da Contratação Pública, Orçamento, Recursos Humanos e Instalações Operacionais (incluindo Gestão de Frotas).

ANPC

Melhoria e automatização dos processos de funcionamento internos e desmaterialização da documentação, traduzindo-se num aumento da capacidade de controlo interno e na simplificação dos diversos serviços. Permitirá otimizar os recursos humanos nas suas diversas funções e aumentar a eficiência dos serviços prestados ao cidadão. A longo prazo permitirá uma melhor capacidade de gestão dos espaços físicos associados aos arquivos existentes e diminuição da ocupação desses espaços.

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

Academia MAI — Workshops Técnicos Mensais para colaboradores IT e agentes de investigação. Pretende-se juntamente com os top5 fornecedores de SW do MAI criar uma academia MAI que fará a apresentação de produtos, tendências e boas práticas nas áreas aplicacionais, bases de dados, investigação analítica e forense, business analytics etc.

Com a oferta nas potenciais áreas formativas mais relevantes:

- 1 — IT Advanced
- 2 — arquitetura IT e Centro de Dados
- 3 — Redes e comunicações, protocolos IP
- 4 — Fundamentos de Programação e novas tecnologias de desenvolvimento
- 5 — Serviços em Mobilidade
- 6 — Cibersegurança, Gestão e segurança da Informação
- 7 — Gestão de projeto

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC					
3.9.2	Instituir centro de competências TIC na AP Central				
	Academia TIC na EPP	implementar a academia TIC na EPP	2017	2018	PSP, SGMAI
Avaliar os resultados do piloto					
3.9.5	Capacitar e Formar RH TIC				
	Academia MAI	Workshops Técnicos para colaboradores IT e agentes de investigação	2017	2020	SGMAI, RNSI + FSS (forças e serviços de segurança)

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	73	73	73	73
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	31	31	31	31
Saldo	169			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Graves lacunas na formação técnica dos recursos humanos MAI, esta iniciativa pretende minimizar algumas falhas na formação.

Situação futura

Procurar abranger tanto quanto possível, as necessidades de formação, oferecendo um catálogo diversificado

e evolutivo, caminhando de acordo com as necessidades em cada momento.

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

1 — Clonagem dos Sistemas Core das Forças e Serviços de Segurança no Disaster Recovery/Business Continuity do MAI em Contumil/Porto — em 2017 as FSS deverão ter pelo os seus sistema de informação core replicado no DC da RNSI em Contumil seja em modo DR ou em modo BC; Nomeadamente o SEF (SIS2 — Schengen/Fronteiras), a GNR (SIIOP), a PSP (SEI) e a proteção Civil (SADO).

2 — Automatização e Orquestração da Cloud-MAI (interligação com rSptic) com a disponibilização IASS selfservice às FSS (50 Virtual Servers e 20 TB) suportado num sistema de orquestração, governance e autoprovisioning: Cloud Service Automation (CSA) + Operations Orchestration (OO) + IT Business Analytics (ITBA) + Cloud Optimizer (CO).

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.1	Levantar a capacidade existente					
	Infraestrutura Comunicações CPDs	Evolução da infraestrutura de comunicações dos 2 CPD dav RNSI	2017	2017	SGMAI/EMRNSI	SGMAI
	Infraestrutura Segurança CPDs	Garantir um maior nível de segurança e controlo da informação nos 2 CPDs	2017	2017	SGMAI/EMRNSI	SGMAI
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
	DRBC-FSS	Clonagem dos Sistemas Core das FSS no DR-Business Continuity do MAI	2017	2020	RNSI (EMSP)	RNSI + FSS (forças e serviços de segurança)
Criar nuvem interoperável						
3.10.3	Criar nuvem interoperável da AP					
	CLOUD-MAI	Automatização e Orquestração da Cloud-MAI (interligação com rSptic)	2017	2020	RNSI (EMSP)	RNSI + FSS (forças e serviços de segurança)
Continuar a implementação do modelo de governação das TIC em cada Área Governamental						
3.10.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central					
	Centro de dados alternativo	Implementar centro de dados alternativo partilhado com entidades e outros Ministérios conforme venha a ser definido e aprovado em sede de CTIC	2017	2019	PSP	PSP, SGMAI

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	215	215	-
Benefícios económicos e sociais	175	175	175	175
Investimento	551	-	-	185
Saldo	396			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

1 — Clonagem dos Sistemas Core das Forças e Serviços de Segurança no Disaster Recovery/Business Continuity do MAI em Contumil/Porto — em 2016 nenhuma FSS utiliza os DC da RNSI em Contumil com DR ou BC;

2 — Automatização e Orquestração da Cloud-MAI (interligação com rSptic) com a disponibilização em IASS de 50 Virtual Servers e 20 TB para as FSS — em 2016 a CloudMAI disponibiliza serviços às FSS mas não tem um sistema de orquestração e governance com disponibilização de IASS em modo selfservice.

Situação futura

1 — Clonagem dos Sistemas Core das Forças e Serviços de Segurança no Disaster Recovery/Business Continuity

do MAI em Contumil/Porto — em 2017 as FSS deverão ter pelo o seu sistema de informação core replicado no DC da RNSI em Contumil seja em modo DR ou em modo BC; Nomeadamente o SEF (SIS2 — Schengen/Fronteiras), a GNR (SIIOP), a PSP (SEI) e a Proteção Civil (SADO).

2 — Automatização e Orquestração da Cloud-MAI (interligação com rSPtic) com a disponibilização IASS self-service às FSS (50 Virtual Servers e 20 TB) suportado num sistema de orquestração, governance e autoprovisioning: Cloud Service Automation (CSA). Portal self-service através do qual os utilizadores poderão solicitar ou cessar os serviços Cloud ali publicados. O CSA é multi-tenant, de forma a poder suportar as diferentes FSS do MAI. O administrador da Cloud poderá publicar serviços que se possam partilhar entre as diferentes entidades (global shared catalogue), assim como serviços específicos para cada entidade.

Operations Orchestration (OO)

Componente principal encarregue de assegurar a coordenação total do aprovisionamento e retirada de serviços, responsável pela integração com todos os componentes necessários para o aprovisionamento de um serviço Cloud. IT Business Analytics (ITBA), permite que o departamento de TI possa ter um conhecimento real sobre o custo dos recursos, especialmente importante num ambiente de Cloud. ITBA pode obter dados de diferentes plataformas e, dependendo do perfil do utilizador, poderá selecionar um relatório específico.

Cloud Optimizer (CO)

O administrador da Cloud terá uma ferramenta de gestão de capacidade da infraestrutura virtual (Hyper-V, VMware, Openstack) e, assim, poderá gerir de forma otimizada os recursos da infraestrutura, sobre os quais fará o desenvolvimento dos serviços de Cloud. Esta componente permite ao CSA localizar dinamicamente as cargas de trabalho com base na utilização que está a ser feita da infraestrutura.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

RNSI Multiserviços

Implementação de sistema redundante (Oeiras e Contumil) da gestão dos serviços de acesso a Internet (ACL,

happy hours, profiles) pelos 55.000 users do MAI. A eficiência dos serviços das FSS ao cidadão disponíveis na Internet (ex. queixa eletrónica, portal contraordenações, ocorrências da proteção civil, estou aqui, farmácia segura, casa segura etc) passa pelo controlo do acesso a Internet dos 50.000 users do MAI e na prevenção e monitorização dos sites acedidos, fidedignos, criação de listas de domínios não seguros, bloqueio de domínios xxx, disseminação das happy hours de acesso as redes sociais e web medias de acordo com os profiles de cada FSS etc.

GNR

Implementação de infraestruturas de rede que permitam cumprir os requisitos de ligação à RNSI das Unidades da GNR, por forma a completar a cobertura digital da GNR e o suporte tecnológico à modernização administrativa preconizada pelo MAI, com ênfase no suporte ao SIIOP/GNR (Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia).

A criação de um canal multiserviços nos acessos da RNSI aos cerca de 6 centenas de sites da GNR, permite a interligação sem custos de serviços de voz e videoconferência sobre IP, dando continuidade à integração da GNR no Plano de Numeração do MAI e a interoperabilidade entre as entidades tuteladas pelo MAI. A instalação de acessos tipo VOIP SIP-TRUNK, permite anular as múltiplas assinaturas mensais existentes, concentrando-as.

O dispositivo da GNR abrange uma dispersão elevada, baseada numa orgânica hierárquica, que além dos Comandos Funcionais e grandes unidades de Intervenção e Reserva, Representação e Especializadas, assenta em vinte Comandos Territoriais associados às divisões administrativas dos 18 (dezoito) distritos nacionais e 2 (dois) arquipélagos, Açores e Madeira, justificando plenamente a utilização de tecnologias de comunicação audiovisual potenciadoras de uma forte poupança nas ações de comando, coordenação, instrução e formação entre outras, atualmente dotadas de terminais HD de videoconferência, prevendo a sua renovação e atualização parcial em 2020.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Racionalizar comunicações de voz e dados					
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP				
RNSI	Infraestrutura central de suporte a todas as comunicações e serviços centrada em dois centros de dados que permitem as comunicações entre as entidades MAI, internet e entidades externas ao MAI. Esta plataforma de comunicações disponibiliza uma panóplia de serviços necessários ao funcionamento dos serviços e forças de segurança do MAI, bem como o 112. Atualmente dadas as novas necessidades estão a ser realizados testes da integração tanto da rede do SIRESP como do SIVVIC na RNSI. A RNSI continua em constante evolução de forma a dar resposta às novas necessidades	2016	2020	SGMAI/ EMRNSI	Todos organismos MAI
Fax sobre IP (FoIP)	Sistema disponibilizado pela RNSI, gerido centralmente e integrado com o sistema de correio eletrónico. Está em fase de expansão a todos os organismos do MAI.	2016	2017	SGMAI/ EMRNSI	SGMAI, GNR, PSP, ANPC, ANSR

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
SMS.RNSI	Atualmente existem vários sistemas e aplicações que requerem o serviço de SMS. A RNSI deveria disponibilizar este serviço como alternativa ao sistema da AMA I. P. atualmente usado	2017	2017	SGMAI/ EMRNSI	SGMAI	
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
Voz sobre IP (VoIP)	Atualmente a RNSI está a apostar numa infraestrutura Centralizada para a transmissão de voz (podendo incorporar o vídeo) entre os organismos do MAI, outros Ministérios e rede Pública. A solução atual permite garantir a redundância do serviço tanto nas comunicações internas como externas. Nem todos os organismos do MAI tem a capacidade de integrar a rede VoIP da RNSI por falta de meios, nomeadamente a PSP e a IGAI	2016	2018	SGMAI/ EMRNSI	SGMAI, GNR, PSP, ANPC, ANSR, IGAI	
Videoconferência	A RNSI está em fase de implementação de um sistema central de videoconferência permitindo a comunicação entre os vários sistemas existentes das forças de segurança do MAI e com o exterior através da internet ou RDIS. Atualmente está em fase de avaliação a interligação deste sistema como ministério da Justiça.	2016	2018	SGMAI/ EMRNSI	SGMAI, GNR, PSP, ANPC, ANSR	
3.11.3	Definir Modelo e Roadmap para o IPv6 na AP					
IPv6 na RNSI	A RNSI atualmente já tem endereçamento IPv6 atribuído pelo RIPE. É membro LIR do RIPE. Já foram feitos testes com o endereçamento IPv6 nas ligações com a internet e com o ponto de troca de tráfego (PTT) da AP com sucesso. Está em fase de análise e de estudo a sua implementação na RNSI sem comprometer os níveis de segurança e funcionalidade atuais da RNSI. Está previsto durante o ano de 2017 a definição do plano de endereçamento Ipv6 para a rede interna da RNSI.	01-06- 2017	2019	SGMAI/ EMRNSI	Todas as entidades MAI e externas	
Implementar rede comum de comunicações multisserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP					
Videovigilância	Plataforma central de agregação e tratamento de informação proveniente de sistemas de videovigilância ou alarmística do MAI (nomeadamente das respetivas forças e serviços de segurança)	2016	2018	SGMAI/ EMRNSI	SGMAI, GNR, PSP	
3.11.4.1	Integrar e cablar os postos da GNR não ligados à RNSI e outras remodelações de redes locais — RCP-NLR3L	Implementação de infraestruturas de rede que permitam cumprir os requisitos de ligação à RNSI das Unidades da GNR, por forma a completar a cobertura digital da GNR e o suporte tecnológico à modernização administrativa preconizada pelo MAI, com ênfase no suporte ao SIOP/GNR (Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia).	2016	2020	GNR	
3.11.4.2	Centralização e convergência dos acessos das comunicações de voz às redes públicas	A criação de um canal multisserviços nos acessos da RNSI aos cerca de 6 centenas de sites da GNR, permite a interligação sem custos de serviços de voz e videoconferência sobre IP, dando continuidade à integração da GNR no Plano de Numeração do MAI e a interoperabilidade entre as entidades tuteladas pelo MAI. A instalação de acessos tipo VOIP SIP-TRUNK, permite anular as múltiplas assinaturas mensais existentes, concentrando-as.	2016	2020	GNR	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
3.11.4.3	Sistema de telepresença da GNR	2016	2020	GNR	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€)					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	7 134	6 748	6 592	6 677
					Saldo	6 272			
Poupanças TIC	8 300	8 300	8 300	8 300					
Poupanças Não TIC	56	56	56	56					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Ações e objetivos

Projeto ETPOG

Estação de trabalho padrão operativa da GNR — Com este projeto a GNR pretende criar uma estação de trabalho normalizada fazendo uso exclusivo de soluções baseadas em normas abertas (open-source).

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Promover e disseminar o software de código aberto (OSS)					
1.1.3	Executar e participar em ações de promoção e divulgação do Software de Código Aberto (OSS)				
1.1.3.1	Projeto ETPOG	2016	2020	GNR e MAI	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	4	-	5	5
					Saldo	50			
Poupanças TIC	-	8	10	14					
Poupanças Não TIC	-	8	10	14					

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

Investimentos, poupanças e benefícios estimados					Investimento total	Benefícios totais líquidos	
2017	2018	2019	2020				
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	173	173	191	208	1 065	- 27
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	292		
	Investimento	825	95	95	50		

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos	
	2017	2018	2019	2020			
Medida 4	Poupanças TIC	3 709	558	558	558	6 192	197
	Poupanças Não TIC	252	252	252	252		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	2 755	568	2 154	715		

* Valores arredondados em milhares de euros

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos	
	2017	2018	2019	2020			
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 7	Poupanças TIC	246	246	246	246	4 645	6 335
	Poupanças Não TIC	585	1 024	6 924	1 463		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	1 624	1 174	984	864		
Medida 8	Poupanças TIC	2 091	2 137	2 183	2 229	58 090	291 184
	Poupanças Não TIC	10 330	16 414	17 827	19 176		
	Benefícios económicos e sociais	11 828	50 915	88 242	125 902		
	Investimento	15 542	14 992	15 032	12 524		

* Valores arredondados em milhares de euros

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos	
	2017	2018	2019	2020			
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	123	169
	Poupanças Não TIC	73	73	73	73		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	31	31	31	31		
Medida 10	Poupanças TIC	-	-	-	-	735	396
	Poupanças Não TIC	-	215	215	-		
	Benefícios económicos e sociais	175	175	175	467		
	Investimento	551	-	-	185		
Medida 11	Poupanças TIC	8 300	8 300	8 300	8 300	27 151	6 272
	Poupanças Não TIC	56	56	56	56		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	7 134	6 748	6 592	6 677		
Medida 12	Poupanças TIC	-	8	10	14	14	50
	Poupanças Não TIC	-	8	10	14		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	4	-	5	5		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *						
Poupanças TIC	14 519	11 423	11 488	11 555	98 016	304 577
Poupanças Não TIC	11 295	18 042	25 357	21 033		
Benefícios económicos e sociais	12 003	51 090	88 417	126 369		
Investimento	28 465	23 607	24 893	21 051		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Podê consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no ministério		
Francisco Gomes Francisco Baptista	SGMAI SGMAI	SGA DS EMSP
Contacto do Representante Ministerial		
Francisco Gomes	SGMAI	SGA

Área Governamental da Justiça

Sumário Executivo

O Sistema de Justiça é fundamental para o funcionamento das sociedades e o Ministério da Justiça do XXI Governo Constitucional estabeleceu um programa de atuação com a ambição de consolidar as capacidades existentes, em articulação com os agentes e considerando as especificidades de contexto, e promover a criação de novo recursos — materiais e imateriais — suportado na utilização da tecnologia como elemento catalisador da mudança e inovação.

O Plano Justiça Mais Próxima constitui-se a referência de transformação digital no domínio da Justiça, funcionando em complementaridade com outras iniciativas transversais como o Simplex+, a Agenda Portugal Digital e a Estratégia 2020.

O Plano reúne, de forma dinâmica e colaborativa, um conjunto de medidas concretas que visam acelerar a mudança do Sistema de Justiça considerando quatro pilares estratégicos de ação:

- Eficiência — Gerir melhor a Justiça;
- Inovação — Modernizar a Justiça;
- Proximidade — Aproximar a Justiça dos Cidadãos;
- Humanização — Valorizar os recursos da Justiça.

O plano setorial do Ministério da Justiça para as TIC agora apresentado, resulta do exercício de destaque das

medidas do Plano Justiça Mais Próxima que se enquadram nas próprias nos eixos de atuação da Estratégia TIC 2020.

Não representando uma identificação exaustiva das iniciativas TIC da Justiça, procura alcançar o compromisso de relevar as medidas que, alinhadas com os princípios e objetivos da referência estratégica para as TIC, possam ser emblemáticas da ambição de inovação e constituir exemplos de reforço da importância essencial da coordenação e alinhamento de uma visão transversal e da aceleração da capacidade de colaboração e interoperabilidade de recursos, de ideias e de competências.

Medida 1

Governança das TIC

Ações e objetivos

O Ministério da Justiça (MJ) possui uma estrutura organizacional que favorece a concretização da estratégia para as TIC delineada, ambicionando acelerar o alinhamento das capacidades existentes com a ação dos organismos que, cada uma na sua área de vocação, atuarão no sentido da execução do Plano Justiça Mais Próxima e, conseqüentemente, nas atividades identificadas no presente Plano.

Pretende-se acelerar a consistência das competências de liderança, gestão e execução da vocação digital do IGFEJ — organismo que concentra este papel no MJ — possibilitando que, segundo as orientações estratégicas da tutela e em articulação com a estratégia transversal para as TIC, nomeadamente o Conselho para as TIC na Administração Pública (AP), atue a nível setorial neste domínio e possa aprofundar a promoção de sinergias, economias de escala e racionalização de recursos (conhecimento, experiência, serviços produtos, normas, procedimentos, etc.), quer em resposta às necessidades “internas” quer dinamizando e posicionando um catálogo de serviços com relevância para toda a AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir e implementar um modelo de governação transversal das TIC					
1.1.1	Definição e Implementação de Governação transversal das TIC na AP				
1.1.1.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental					
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)				
1.1.3.1	Confirmação dos representantes ministeriais	Confirmação dos representantes ministeriais	2016	2017	MJ
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central				
1.1.4.1	Revisão do modelo de governança das TIC no MJ	Acompanhamento permanente e ajuste conforme necessário ao modelo de governança das TIC no MJ, nomeadamente com a definição da organização, identificação dos intervenientes e respetivas funções, especificação dos processos e ferramentas de monitorização e suporte	2016	2018	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ
1.1.4.2	Especificação da arquitetura tecnológica de referência	Definição e especificação da arquitetura tecnológica de referência para todas as iniciativas TIC do MJ, nomeadamente estabelecendo princípios, destacando boas práticas, definindo os processos e normas comuns e alinhando um plano de transformação	2016	2017	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.1.5	Publicar catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço das áreas governamentais					
1.1.5.1	Revisão do catálogo de serviços do MJ	Monitorização permanente da utilização e revisão periódica do catálogo de serviços do MJ, nomeadamente adequando a oferta à capacidade existente e promovendo a evolução sustentável dos modelos de pricing e SLA disponibilizados.	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	200	260	350	500
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	50	25	25	50
Saldo	1 160			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

Para além das centenas de iniciativas TIC que asseguram, todos os dias, em cada dia, a continuidade e relevância de atuação da Justiça na sociedade, quer no plano direto da tecnologia quer ao nível das atividades conexas de formação, comunicação, gestão, monitorização, reporte, etc., foram destacadas no Plano Justiça Mais Próxima aquelas que possuem uma natureza transformadora — mais estrutural ou mais imediata — e produzem — numa maior ou menor escala — um impacto significativo no ecossistema dos sistemas de informação da Justiça.

O Plano setorial para as TIC do Ministério da Justiça reflete, de entre as medidas do Plano Justiça Mais Próxima, aquelas que se enquadram nos eixos de atuação preconizados e que projetam o compromisso de concertação com a estratégia transversal para as TIC na AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
1.2.1.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC						
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central					
1.2.2.1	Planos anuais de projetos e investimentos TIC no MJ	Elaboração e monitorização dos planos anuais de projetos e investimentos TIC no MJ	2017	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

O Ministério da Justiça possui vocação natural e responsabilidade histórica como fiel depositário e atestador da autenticidade dos dados dos cidadãos e empresas, constituindo-se como um dos principais “produtores” de informação da Administração Pública (AP), por isso assumindo a responsabilidade, também no plano das TIC, por se posicionar no plano da interoperabilidade como um agente dinâmico e promotor de sinergias.

O ciclo de vida dos processos de negócio — tradicionais e novos — e a expectativa dos seus utilizadores numa

sociedade com referências de elevadíssimo dinamismo e celeridade, foco na experiência de utilização e exigentes padrões de usabilidade, impõem à AP a necessidade de disponibilizar respostas suportadas também nestas premissas.

Será fundamental acelerar a colaboração entre entidades da AP e torná-la uma solução tão natural e segura como a facilidade de interoperabilidade que estes circuitos de informação requerem, sendo que a Plataforma de Interoperabilidade assume um papel fulcral na sua facilitação.

Neste sentido, é importante assegurar a capacidade de resposta da Plataforma de Interoperabilidade, dotando-a, para além dos recursos de comunicação de dados, de serviços complementares de intercâmbio de conhecimento, suportados no aprofundamento dos modelos mediados de semântica da informação, oferecendo opções de monitorização e controlo pelos participantes na prestação dos serviços e permitindo que esta colaboração possa ser ágil e agnóstica para os referenciais tecnológicos e de comportamento próprios de cada um.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos						
1.3.1	Reforço da iAP como elemento central para a interoperabilidade na AP					
1.3.1.1	Manutenção da referência à iAP para interoperabilidade na AP	Manter e reforçar na arquitetura tecnológica do MJ a referência de utilização da iAP como recurso de interoperabilidade eletrónica entre organismos da AP	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.3.2	Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos da AP					
1.3.2.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental						
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP					
1.3.3.1	Envolvimento setorial	Avaliar participação no piloto e disponibilizar contributos setoriais do MJ	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa						
1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
1.3.4.1	Envolvimento setorial	Disponibilização de contributos e participação nas ações setoriais	2016	2018	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.3.4.2	Estabelecer princípio de referência ministerial	Definir na arquitetura tecnológica de referência para o MJ o princípio de utilização da iAP como meio de interoperabilidade com organismos da AP (externos ao MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	-	-	-	-
					Saldo	-			
Poupanças TIC	-	-	-	-					
Poupanças Não TIC	-	-	-	-					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

O Ministério da Justiça articulará a sua estratégia para as TIC com a referência transversal à Administração Pública e, nesse sentido, considerará na sua Arquitetura setorial as linhas de orientação e os produtos de normalização que em variados domínios se constituem o referencial especializado para a AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais						
1.4.1	Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais à AP					
1.4.1.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.4.2	Criação de manuais e guias de melhores práticas TIC					
1.4.2.1.	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.4.2.2	Estabelecimento dos referenciais em termos de princípios, standards, metodologias, procedimentos e governance	Promoção (informação, comunicação, formação, normalização, etc.) dos entregáveis resultantes da arquitetura de referência (1.1.4.2)	2017	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.4.3	Otimização de mecanismos de alinhamento de investimentos TIC com políticas, normas e orientações transversais e setoriais TIC					
1.4.3.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC						
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC					
1.4.5.1	Manter o modelo atual	Manter o modelo atual de articulação setorial no MJ com a AMA I.T.	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.4.5.2	Estrutura de acompanhamento do PJmP	Criação e operação de estrutura de acompanhamento e reporte da execução de todas as medidas do plano de ação Justiça mais Próxima	2016	2019	DGPJ	Gab. SEJ
1.4.6	Instituir a avaliação à posteriori de projetos e investimentos TIC					
1.4.6.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação						
1.4.7	Definir e implementar a Estratégia Nacional de Segurança da Informação					
1.4.7.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.4.7.2	Segurança da Informação	Iniciativa que irá realizar o diagnóstico e estabelecer diretivas e ações com vista à definição transversal ao MJ dos termos de referência para a segurança da informação	2016	2017	Resp. IGFEJ	Resp. Ministerial
1.4.8	Alargamento da adoção da solução de criptografia nacional					
1.4.8.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.4.9	Identificar requisitos mínimos de segurança que todos os organismos da AP devem cumprir					
1.4.9.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.4.10	Criação de modelo comum de maturidade e metodologia de implementação da segurança de informação na AP					
1.4.10.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos					
1.4.11.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível setorial (MJ)	2017	2019	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.4.12	Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais					
1.4.12.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos					
1.4.13.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2018	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020
	2017	2018	2019	2020				
Poupanças TIC	10	100	250	-	Benefícios económicos e sociais	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-	Investimento	155	170	40
					Saldo	-5		

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 5**Identificação eletrónica****Ações e objetivos**

Mais do que a desmaterialização dos suportes de informação ou a digitalização dos serviços, os processos de negócio — naturalmente incluindo os que são prestados pela Administração Pública (AP) — pressupõem uma natural e transparente fusão dos planos analógico e digital, potenciando uma realidade aumentada entre as expectativas dos cidadãos e empresas acerca da forma como a sua própria informação é utilizada e a responsabilidade que depositam nos agentes que colaboram para a satisfação dos objetivos.

Adicionalmente, numa sociedade em que o impacto do conhecimento é catalizado pela existência de redes extraordinariamente dinâmicas de socialização e colaboração e em que os efeitos da informação transcendem as limitações tradicionais do espaço e do tempo, é fundamental para a garantia da manutenção da confiança nos sistemas de suporte às funções do Estado que a identificação dos

Cidadãos e Empresas, a par da informação que lhes diz respeito, possa ser tratada como um recurso valioso e de cuidada preservação.

A conjugação destas necessidades pressupõe a existência de mecanismos de gestão do acesso à informação e comprovação da sua autenticidade suportados em recursos de identificação que, por um lado, sejam seguros e, por outro, cómodos para os seus utilizadores — quer os próprios Cidadãos como as entidades que, com e acerca deles, acedem ao conhecimento gerado.

O Cartão de Cidadão é uma excelente referência neste domínio e, como na sua génese, o Ministério da Justiça está empenhado em fazê-lo evoluir, aprofundar e massificá-lo como uma referência no acesso a serviços digitais, e adaptá-lo à utilização complementar com outros recursos de identificação, como por ex. os dispositivos móveis.

Destaca-se também o interesse e compromisso em colaborar na disponibilização do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver e disponibilizar o Cartão de Cidadão com novas funcionalidades						
2.5.1	Cartão de Cidadão 2.0					
2.5.1.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2018	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
2.5.2.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.5.2.2	CMD como forma standard de autenticação	Estabelecer nos princípios de arquitetura e desenvolvimento aplicacional que, para além da autenticação por CC, também a autenticação via CMD deverá constituir a norma	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para assinatura e autenticação						
2.5.3	Disponibilização Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP)					
2.5.3.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ), avaliando por exemplo a possibilidade de integração no piloto previsto	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.5.3.2	Verificação automática dos atributos de membros dos órgãos estatutários de uma sociedade	Disponibilização de um serviço de verificação junto de entidades públicas ou privadas, que ateste as funções de um cidadão, enquanto membro de órgãos estatutários (órgãos sociais) de uma sociedade. Neste sentido, ao assinar com o Cartão de Cidadão, fica dispensado de apresentar informação de registo comercial.	2017	2018	Resp. Ministerial	Resp. IRN

Dados Económicos**Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	25	120	150	100
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	570	1 005	1 280	1 500
Investimento	160	320	300	180
Saldo	3 790			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 6**Transparência e participação****Ações e objetivos**

A aplicação de políticas públicas e o exercício do próprio serviço público é tão mais eficaz e reconhecido quanto a maior proximidade com as expectativas e necessidades de a quem se dirige.

O Plano Justiça Mais Próxima encontra-se desenhado, desde a sua conceção — através da recolha colaborativa de contributos dos agentes da Justiça e da sociedade em

geral —, até à sua execução, suportado na premissa da transparência e partilha entre quem assume a responsabilidade da sua concretização e os destinatários de cada uma das medidas.

Assim, o Ministério da Justiça promoverá o aprofundamento dos objetivos de transparência e participação que a Medida 6 do presente plano também assume, quer refletindo estes resultados nas atividades da sua responsabilidade, quer através da influência e dinamização desta ambição a nível transversal.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal dados.gov.pt						
2.6.1	Alargar a divulgação de Dados Abertos e Aplicações no Dados.gov.pt					
2.6.1.1	Disponibilização de conjuntos de dados em catálogos de dados abertos públicos	Disponibilização de dados estruturados (sets de dados públicos) da Justiça no dados.gov.pt, entre outras plataformas, para utilização pela sociedade civil, fomentando a inovação, transparência e competitividade nacionais	2017	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP						
2.6.2	Divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da AP					
2.6.2.1	Dashboards Indicadores da Justiça	Disponibilização pública de indicadores de desempenho operacional da Justiça, aumentando a transparência na relação com o cidadão	2017	2020	Resp. Ministerial	Resp. DGPIJ
2.6.2.2	Indicadores do Plano Justiça+ Próxima	Disponibilização em tempo real dos indicadores de execução das várias medidas do Plano Justiça+ Próxima	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.6.2.3	Desafios Justiça	Convite dirigido à sociedade civil, tendo em vista refletir sobre um conjunto de desafios relacionados com o universo da Justiça e procurar, de forma criativa, soluções para os mesmos. As melhores ideias serão premiadas e consideradas no Plano Justiça + Próxima.	2017	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos						
2.6.3	Disponibilizar mecanismos para a transparência e integridade na Administração Pública					
2.6.3.1	Plano Justiça+ Próxima	O plano de ação Justiça+ Próxima recolhe continuamente contributos de todos os intervenientes no sistema de justiça, incluindo a sociedade em geral	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Dados Económicos**Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	10	150	120	100
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	175	290	100	50
Saldo	-235			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 7**Serviços eletrónicos****Ações e objetivos**

A estratégia para as TIC do Ministério da Justiça está suportada, entre outros, num princípio sucinto e poderoso: “digital first”.

Assim, sem ignorar as franjas de acesso e capacitação limitada a recursos digitais, pretende-se tornar a realidade setorial da prestação de serviços como reflexo de um ecossistema de processos de negócio suportados em tecnologias de simplificação e desmaterialização tão abrangente e funcional como as expectativas dos cidadãos e empresas em quem se concentra o foco das entidades e agentes da Justiça.

No âmbito desta medida, está prevista para a ação

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento						
2.7.1	Integrar a Gestão da Experiência do Cidadão nos processos de atendimento					
2.7.1.1	Justiça 360	Introdução de sistemas regulares de avaliação da satisfação dos diferentes utilizadores (internos e cidadãos) da Justiça, para aferição da qualidade oferecida e identificação de oportunidades de melhoria	2017	2020	Resp. Ministerial	Resp. DGPJ
2.7.1.2	Tribunal+ (frontoffice)	Projeto piloto para modernização dos tribunais em várias vertentes, entre as quais na gestão do atendimento	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.7.1.3	A Justiça no meu caso	Atualização e desenvolvimento da aplicação “A Justiça no Mapa” inserida no portal CITIUS, que atualmente permite localizar serviços e obter direções e tempo de trajeto, associando um mecanismo interativo de pergunta/resposta, de modo a que seja possível prestar informação ao Cidadão sobre o serviço, físico ou online, onde se deve dirigir para resolver a sua situação concreta	2017	2017	Resp. Ministerial	Resp. DGPJ
2.7.1.4	Criação de conteúdos pedagógicos sobre a Justiça para o Cidadão	Disponibilização de um instrumento facilitador da compreensão dos mecanismos e processos da Justiça, oferecendo à sociedade civil recursos descritivos ou formativos através de vídeos curtos, infografias, fórum online de explicações, etc	2017	2017	Resp. Ministerial	Resp. DGPJ
2.7.1.5	Tribunal Resolve	Explorando o conceito de Justiça nas suas aceções mais amplas, pretende-se encontrar soluções de atendimento e capacitação da prestação de serviços de Justiça por recurso à concentração no espaço e no tempo de respostas da AP a solicitações dos Cidadãos decorrentes de “eventos de Justiça”	2017	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.7.1.6	Melhorar a comunicação da Justiça com o Cidadão	Simplificação dos textos das citações e notificações dirigidas aos cidadãos, garantindo o rigor jurídico e a validade processual dos atos	2017	2017	Resp. Ministerial	Resp. DGPJ
2.7.1.7	Linha Justiça	Linha telefónica gratuita para a prestação de informação genérica sobre os serviços da Justiça (onde se dirigir, o que fazer, como resolver)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. SGMJ
2.7.1.8	Melhoria do Sistema de Gestão e Atendimento no INMLCF	Renovação do sistema de gestão documental com integração no Portal de Serviços, e desenvolvimento da intranet do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, do atendimento multicanal e implementação de sistema de Gestão de Recursos Financeiros e de Gestão de Recursos Humanos em modo partilhado	2016	2018	Resp. Ministerial	Resp. INMLCF
2.7.1.9	Wi-Fi gratuito nos tribunais e alargamento a outros espaços de atendimento da Justiça	Disponibilização de wi-fi gratuito nos tribunais, promovendo uma maior humanização do atendimento nos espaços da Justiça. Numa fase posterior, o objetivo é alargar a rede a outros espaços de atendimento da Justiça.	2016	2018	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Definir normas e modelos comuns para uniformização do aspeto gráfico e usabilidade dos serviços eletrónicos						
2.7.2	Definir normas comuns com vista à uniformização do aspeto gráfico e da usabilidade dos serviços públicos eletrónicos					
2.7.2.1	Portal Justiça@	Criação de um portal da Justiça na internet, com informação útil, na perspetiva de um Cidadão ou de uma empresa, sobre os tribunais e outros serviços de justiça e respetivos custos, bem como sobre os meios extrajudiciais de resolução de litígios e o apoio judiciário, entre outras áreas. Este portal concentrará, com design e comportamento comuns, os conteúdos e serviços atualmente dispersos em vários sites.	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Consolidar serviços eletrónicos no Portal do Cidadão						
2.7.3	Consolidação serviços eletrónicos no Portal do Cidadão, numa lógica de user-centricity					
2.7.3.1	Manutenção da informação e serviços do MJ no Portal do Cidadão	Participação na dinamização do Portal do Cidadão, nomeadamente integrando os conteúdos e serviços eletrónicos do MJ	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
2.7.5.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.7.5.2	Inclusão dos certificados do registo criminal	Inclusão dos certificados do registo criminal como documentos passíveis de ser visíveis e acessíveis na bolsa de documentos	2017	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ + DGAJ
2.7.5.3	Inclusão das certidões dos registos	Inclusão dos certificados do registo criminal como documentos passíveis de ser visíveis e acessíveis na bolsa de documentos	2017	2018	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ + IRN
2.7.5.4	Inclusão dos registos de patentes e marcas	Avaliar e disponibilizar registos de patentes e marcas (e outros componentes de propriedade intelectual registada)	2017	2018	INPI	Resp. Ministerial
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.6	Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente					
2.7.6.1	SMS sociedade registada	Envio de alertas, por sms ou por correio eletrónico, a lembrar que a sociedade deve concluir o processo de constituição uma vez que se aproxima o prazo de caducidade do certificado de admissibilidade de firma (CAF)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IRN
2.7.6.2	Sistema de informação testamental	Criação do Sistema de Informação de Testamentos que permita ao Cidadão obter, por via segura, mais célere e cómoda, informação sobre a existência de testamento, após o falecimento dos testadores	2016	2018	Resp. Ministerial	Resp. IRN
2.7.6.3	Reativação de alertas via sms de despachos de concessão de marcas, design e patentes	Envio de notificações via sms relativas a despachos de concessão simples (sem oposição) relativas a marcas, design e patentes	2016	2018	Resp. Ministerial	Resp. INPI
2.7.6.4	Criação de alertas via sms de avisos recordatórios de prazos relativos a marcas, design e patentes	Envio de alertas via sms relativos a avisos recordatórios para cumprimento de prazos no âmbito de processos de registo de marcas, design e patentes, designadamente, informação de que o prazo para o pagamento de uma renovação do registo de Propriedade Industrial vai expirar.	2016	2018	Resp. Ministerial	Resp. INPI
2.7.6.5	CITIUS — Serviço de alertas	Serviço de alertas aos mandatários, mediante adesão opcional, e via sms e/ou correio eletrónico, de receção, no portal Citius, de notificações relativas a alteração de diligências	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.7.6.6	BUPI, balcão único do prédio		2016	2018	Resp. Ministerial	Resp. IRN
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
2.7.7.1	Tribunal+ (backoffice)	Projeto piloto para modernização dos tribunais em várias vertentes, entre as quais na reorganização das secretarias judiciais	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.7.7.2	Transcrição automática	Implementação de piloto de gravação e transcrição automática no sistema judiciário, à qual se poderá recorrer, por exemplo, no âmbito do depoimento de testemunhas, independentemente do tipo de processo e da fase processual em que se encontre	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.7.7.3	Espaço Óbito	Criar, em projeto-piloto, o Espaço Óbito que reúne num único local de atendimento um conjunto de serviços transversais a várias entidades a que é necessário recorrer após a morte de um familiar, tanto da administração pública como privadas	2017	2017	Resp. Ministerial	Resp. IRN
2.7.7.4	Serviços Comuns do Ministério da Justiça	Constituição de um projeto-piloto para disponibilização de serviços comuns de suporte (por exemplo: recursos humanos, contabilidade) nos serviços tutelados pelo Ministério da Justiça	2017	2017	Resp. Ministerial	Resp. SGMJ
2.7.7.5	Secretaria Geral do Ministério da Justiça sem papel	Transformação digital na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, tendo em vista a desmaterialização. Pretende-se iniciar com um projeto-piloto ao nível do expediente, alargando o seu âmbito posteriormente aos gabinetes do Ministério, facilitando a transição/passagem de informação entre executivos.	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. SGMJ
2.7.7.6	O Meu Tribunal	Plataforma informática de sinalização, dirigida aos órgãos de gestão das comarcas e aos serviços do Ministério da Justiça, de anomalias ao nível dos edifícios, equipamentos e consumíveis dos tribunais, aumentando a eficiência e celeridade na resolução dos problemas	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.7.7.7	Citações e notificações em formato acessível	Implementação de um projeto-piloto para disponibilização de citações e notificações em formato acessível (ex.: eletrónico, braille), permitindo aos cidadãos, portadores de deficiência visual, um acesso mais facilitado à Justiça e, também, a salvaguarda dos seus direitos	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. DGPJ
2.7.7.8	Balcão único nos Tribunais Administrativos e Fiscais	Criação de um projeto-piloto de sistema de atendimento em Balcão Único nos Tribunais Administrativos e Fiscais, a ser desenvolvido nos tribunais identificados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Deve ser possível ao cidadão, empresas e mandatários obter informação sobre um determinado processo (onde se encontra a ser tramitado e em que fase processual se encontra), efetuar o pedido de emissão de certidão de processo e entregar peça processual para um processo da jurisdição administrativa e fiscal.	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.7.7.9	Controlo de processos no INMLCF através de códigos de barras	Implementação de um sistema de códigos de barras e leitura ótica na gestão do workflow de circulação dos processos, a testar como projeto-piloto no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses	2016	2018	Resp. Ministerial	Resp. INMLCF
2.7.7.10	Piloto de reorganização dos Julgados de Paz	Projeto-piloto a realizar numa comunidade intermunicipal com o objetivo de melhorar a capacidade de resposta do sistema para benefício dos cidadãos e das empresas	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. DGPJ
Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam						
2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
2.7.11.1	Projeto-piloto de preservação digital	Realização de projeto-piloto para cumprimento de regulamento arquivístico incidente sobre o acervo documental eletrónico existente em organismos da Justiça, e implementação de plano, constituído por procedimentos e ferramentas aplicacionais, que garanta a continuidade da disponibilidade e acesso ao património de conhecimento digital	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. SGMJ

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.7.11.2	Inventariação de espólio para organização de núcleos museológicos da Justiça	Inventariação do espólio existente na Justiça tendo em vista a organização de núcleos museológicos, cobrindo as suas várias valências e melhorando a perceção do Cidadão, em particular dos jovens, sobre a evolução ocorrida ao longo dos séculos. Será igualmente considerada a digitalização do acervo para efeitos de preservação e disponibilização online	2017	2018	Resp. Ministerial	Resp. SGMJ
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
2.7.12.1	Gestão Documental na DGAJ	Implementação de sistema de gestão documental na Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), visando a desmaterialização e a tramitação eletrónica entre os diversos organismos do Ministério e entre a DGAJ e os Tribunais	2017	2018	Resp. Ministerial	Resp. DGAJ
2.7.12.2	Repositório documental digital	Disponibilização de repositório para documentos eletrónicos de utilização universal pelos sistemas de informação da Justiça, salvaguardando a estanquicidade lógica e/ou física da função de persistência, potenciando economias de escala e disponibilizando serviços transversais de segurança (ex.: assinatura eletrónica, encriptação), extração de conhecimento (ex.: OCR), comunicação (ex.: sincronização, streaming), alarmística, auditoria, versionamento, etc	2017	2019	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *									
	2017	2018	2019	2020		2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	340	623	585	665	Benefícios económicos e sociais Investimento	1 130	2 980	3 800	3 980
Poupanças Não TIC	540	690	700	520		2 535	1 800	975	600
					Saldo	10 643			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

A cristalização do conhecimento e dos recursos que permitem o seu acesso e utilização provocam a desatualização e inevitavelmente a obsolescência, retirando relevância e pertinência aos serviços que se encontram suportados nestes ativos.

O Plano Justiça Mais Próxima reconhece e procura obviar a esta condição desde logo na forma como se assume dinâmico por natureza, não limitando a sua abrangência e promovendo mecanismos de conceção e atualização que perseguem dotar o universo funcional e tecnológico em que se insere de instrumentos e contextos promotores de inovação.

Entende-se a Inovação não como um fim em si mesmo, mas como um processo indutor da mudança e da aproximação dos agentes da Justiça — e, neste plano, de todos as entidades da AP — aos Cidadãos e Empresas.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC					
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC				
2.8.1.1	Espaço Inovação da Justiça	Espaço de reflexão e criação de espírito inovador relacionadas com o sistema judiciário, onde se realizarão sessões de esclarecimento, workshops, dinamização de ações de team building, entre outras técnicas de desenvolvimento. Servirá igualmente como incubadora de ideias para que magistrados e outros atores do sistema possam apresentar ideias de modernização para a melhoria da eficiência das suas atividades diárias.	2016	2017	Resp. Ministerial

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.8.1.2	Acesso aos processos em tribunal	Disponibilização de funcionalidade que permita, de modo devidamente credenciado, o acesso e acompanhamento do estado dos processos em tribunal, salvaguardando o respetivo segredo de Justiça.	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
2.8.1.3	Prémio Nacional do Inventor do Ano	Promoção da inovação através da atribuição de um Prémio ao Inventor do Ano. A iniciativa reforça a partilha de boas práticas a nível nacional e internacional.	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. INPI
2.8.1.4	Criação de incubadoras de “malware” para fins de análise e investigação	No âmbito da prevenção e combate ao “malware”, pretende-se dotar a Polícia Judiciária de tecnologia especializada para melhoria da investigação, assegurando maior capacidade de cooperação nacional e internacional.	2017	2019	Resp. Ministerial	Resp. PJ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *									
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	300	400	450	350	Investimento	200	350	400	450
Poupanças Não TIC	-	-	-	-	Saldo	400	300	120	-
					2 080				

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

O Ministério da Justiça, à semelhança das restantes áreas de governação, reflexo aliás de condição homóloga estrutural da sociedade em geral, possui bolsas de conhecimento cuja sustentabilidade se encontra ameaçada sobretudo por fatores externos e pela limitação dos vetores de atuação que propiciassem a recuperação das capacidades nesses domínios.

É com um compromisso de máxima colaboração e colocação dos meios e recursos que possui à disposição da execução desta medida que se antecipa elevadas expetativas nos objetivos preconizados.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC					
3.9.2	Instituir centro de competências TIC na AP Central				
3.9.2.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2018	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ
Avaliar os resultados do piloto					
3.9.4	Implementar programa de gestão da mudança como catalisador das reformas e mudanças nas TIC				
3.9.4.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2020	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ
3.9.4.2	Justiça Partilha	Criação de um programa de partilha de boas práticas, promovido pelo Ministério da Justiça, onde serão apresentadas experiências, perspetivas e ideias sobre a Justiça, nas suas diversas vertentes	2016	2017	Resp. Ministerial Resp. SGMJ
3.9.5	Capacitar e Formar RH TIC.				
3.9.5.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2020	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ
3.9.5.2	Academia Recode: Reinserção Social para a Empregabilidade	Criação de programas dirigidos a jovens em centros educativos e reclusos em estabelecimentos prisionais, desenvolvidos em parceria com fabricantes de tecnologia, com componente formativa e prática sobre temáticas de programação e redes	2016	2017	Resp. Ministerial Resp. DGRSP
3.9.6	Definir medidas que promovam a valorização e retenção de RH TIC na AP				
3.9.6.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2020	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	150	100	50	30
Saldo	-330			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

O Ministério da Justiça mantém o elevado interesse e a firme aposta, quer no aprofundamento dos meios próprios, quer na colaboração a nível transversal em iniciativas que procurem otimizar e racionalizar os recursos TIC da AP e dotar o Estado de melhores e mais eficientes capacidades de intervenção na sociedade.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados					
3.10.1	Levantar a capacidade existente				
3.10.1.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2017	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP				
3.10.2.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2018	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ
3.10.2.2	Consolidar centros de dados no MJ	Consolidar os centros de dados existentes no MJ (exceção PJ)	2016	2017	IGFEJ IGFEJ, INMLCF, INPI, DGRSP
Criar nuvem interoperável					
3.10.3	Criar nuvem interoperável da AP				
3.10.3	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2017	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ
3.10.4	Identificar sinergias entre oferta e procura TIC entre AP Local e Central				
3.10.4.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2017	Resp. Ministerial Resp. IGFEJ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente, falta ao MJ consolidar num único centro de dados o INPI, INMLCF e parte dos sistemas da DGRSP.

O serviço de mail é fornecido centralmente, albergando todos os organismos do MJ à exceção da PJ, estando em fase de conclusão as migrações do INMLCF e DGRSP.

A infraestrutura central está assente sobre soluções de virtualização, estando sobre servidores dedicados aplicações que, devido a constrangimentos de licenciamento

ou de suporte pelo hipervisor não podem ser alojadas dessa forma.

Situação futura

O centro de dados do MJ irá alojar todos os sistemas do MJ (exceção da PJ), tendo um centro de dados de recuperação de desastre para os serviços/aplicações críticas.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

O Ministério da Justiça mantém o elevado interesse e a firme aposta, quer no aprofundamento dos meios próprios, quer na colaboração a nível transversal em iniciativas que procurem otimizar e racionalizar os recursos TIC da AP e dotar o Estado de melhores e mais eficientes capacidades de intervenção na sociedade.

A rede de comunicações da Justiça já é uma rede multisserviços que abrange todos os organismos do MJ. A ligação à internet e a outros organismos da AP são centralizadas no CPD do MJ.

Destacam-se medidas de intervenção no contexto dos reclusos em estabelecimentos prisionais no sentido da facilitação da participação em atos processuais no âmbito de diligências judiciais e na promoção da reintegração

social e manutenção dos elos e relações pessoais, por exemplo de natureza familiar.

À exceção da DGRSP, em que falta instalar telefonia IP em algumas instalações, todos os organismos do MJ

utilizam telefonia IP para falar entre si, e com outros organismos/Ministérios, nomeadamente: PGR, AMA I.T. e SGMAI. Aguardamos resposta de outros Ministérios e organismos.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	Interligar a rede VoIP com outros Ministérios	Interligar a rede de comunicações VoIP com 2 Ministérios	2016	2017	IGFEJ	IGFEJ
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
3.11.2.1	Implementar estratégia de comunicações unificadas da AP	Implementar o Ponto de Troca de Tráfego (PTT) redundante da AP a nível intra e interministerial	2017	2017	IGFEJ	IGFEJ
3.11.3	Definir Modelo e Roadmap para o IPv6 na AP					
3.11.3.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	IGFEJ	IGFEJ
3.11.3.2	Implementação de IPv6 na RCJ	Implementação de IPv6 na RCJ	2016	2019	IGFEJ	IGFEJ
3.11.3.3	Implementação de IPv6 nos portais do MJ	Implementação de IPv6 nos portais do MJ	2017	2018	IGFEJ	IGFEJ
Implementar rede comum de comunicações multisserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP					
3.11.4.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
3.11.4.2	Possibilidade dos reclusos prestarem testemunho em julgamento a partir de estabelecimentos prisionais	Permitir a prática de atos processuais com recurso a meios vídeo e áudio, evitando deste modo as deslocações físicas dos reclusos e custos adicionais com o transporte e segurança	2017	2019	Resp. Ministerial	Resp. DGRSP
3.11.4.3	Comunicação entre reclusos e familiares por videoconferência	Alargamento da videoconferência nos estabelecimentos prisionais, de forma a permitir a comunicação remota entre os reclusos e os seus familiares	2017	2019	Resp. Ministerial	Resp. DGRSP
3.11.4.4	Interligação videoconferência e faxIP entre Ministérios	Interligação das redes Ministeriais de videoconferência e faxIP	2016	2017	IGFEJ	IGFEJ, RSPTIC

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O Ministério da Justiça tem toda a infraestrutura de VoIP e dados preparada para interligar com outros Ministérios e/ou Organismos.

A rede de comunicações da Justiça é uma rede multisserviços, totalmente redundante que suporta VoIP, videoconferência, fax, videovigilância e TPA, ou seja, à exceção de linhas para elevadores e alarme de incêndio (devido a questões legais), nenhuma instalação de Organismos do MJ tem mais ligações a nenhum operador de comunicações.

O Ministério da Justiça partilha circuitos de comunicações com outros Ministérios, como é o caso do Ministério da Saúde (Hospitais), Ministério dos Negócios Estrangeiros (Consulados), Presidência do Conselho de Ministros (Lojas de Cidadão) e Ministério da Administração Interna (Postos Fronteiriços).

Situação futura

Temos como objetivo em 2018 ter 30 % da rede de comunicações da Justiça esteja suportada em IPv6.

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Ações e objetivos

O Ministério da Justiça mantém o elevado interesse e a firme aposta, quer no aprofundamento dos meios próprios, quer na colaboração a nível transversal em iniciativas que procurem otimizar e racionalizar os recursos TIC da AP e dotar o Estado de melhores e mais eficientes capacidades de intervenção na sociedade.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
1.1.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de Software do Estado					
1.1.1.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2017	2018	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.1.1.2	Gestão centralizada do licenciamento	Aumentar o número de soluções de software geridas centralmente	2016	2017	IGFEJ	Organismos do MJ
1.1.2	Negociar e acordar melhores condições com principais fornecedores de software à AP					
1.1.2.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.1.2.2	Aumento das aquisições centralizadas	Aumento do número de aquisições de software centralizadas pelo MJ	2016	2017	IGFEJ	Organismos do MJ
Promover e disseminar o software de código aberto (OSS)						
1.1.3	Executar e participar em ações de promoção e divulgação do Software de Código Aberto (OSS)					
1.1.3.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.1.3.2	Aumento do número de soluções baseadas em OSS	Aumento do número de software e aplicações baseadas em soluções OSS	2016	2020	IGFEJ	Organismos do MJ
1.1.4	Criação de centro de conhecimento OSS na AP					
1.1.4.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
Criar e dinamizar o catálogo de software da AP						
1.1.5	Promover a reutilização de aplicações desenvolvidas pela/para AP					
1.1.5.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2020	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ
1.1.5.2	Partilha de aplicações desenvolvidas	Criação de condições para partilha das aplicações desenvolvidas no MJ	2016	2020	IGFEJ	Organismos do MJ
1.1.5	Dinamizar no catálogo de Software da AP, da componente de Código Aberto (OSS)					
1.1.5.1	Implementação ao nível setorial	Acompanhamento e contribuição ao nível transversal e, sobretudo, setorial (MJ)	2016	2017	Resp. Ministerial	Resp. IGFEJ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
<i>Saldo</i>	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente o MJ já centraliza vários contratos de software como é o caso dos contratos Microsoft, Antivírus, suporte do edoc e filenet.

Sempre que existe uma necessidade transversal, a aquisição do suporte ou licenciamento é efetuada de forma centralizada pelo IGFEJ.

Existem várias soluções OSS em funcionamento no MJ, como Nagios, ELSA, IPA, FreeRadius, etc. Existem também várias aplicações desenvolvidas com recurso a software OSS.

Situação futura

Aumentar o número de software com aquisição e gestão centralizada.

Aumentar o número de aplicações disponibilizadas para outros organismos da AP, e utilizar softwares desenvolvidos por outros organismos que permitam colmatar necessidades internas.

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	200	260	350	500	150	1 160
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	50	25	25	50		
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 3	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 4	Poupanças TIC	10	100	250	-	365	- 5
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	155	170	40	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	25	120	150	100	960	3 790
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	570	1 005	1 280	1 500		
	Investimento	160	320	300	180		
Medida 6	Poupanças TIC	10	150	120	100	615	- 235
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	175	290	100	50		
Medida 7	Poupanças TIC	340	623	585	665	5 910	10 643
	Poupanças Não TIC	540	690	700	520		
	Benefícios económicos e sociais	1 130	2 980	3 800	3 980		
	Investimento	2 535	1 800	975	600		
Medida 8	Poupanças TIC	300	400	450	350	820	2 080
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	200	350	400	450		
	Investimento	400	300	120	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	330	- 330
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	150	100	50	30		
Medida 10	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 11	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 12	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

Investimentos, poupanças e benefícios estimados					Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *						
Poupanças TIC	1 802	1 770	2 022	1 832	9 150	17 103
Poupanças Não TIC	541	691	701	521		
Benefícios económicos e sociais	1 942	4 419	5 564	6 014		
Investimento	9 700	2 965	1 595	895		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Podem consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
Hugo Nunes	SEJ	Adjunto
Carlos Costa Brito	IGFEJ	Vogal
Contacto do Representante Ministerial		
Hugo Nunes	SEJ	Adjunto

**Área Governamental das Autarquias locais,
Igualdade e Imigração**

Sumário Executivo

A DGAL — Direção-Geral das Autarquias Locais, através do Diretor de TIC na qualidade de entidade representante ministerial das entidades tuteladas pelo Ex.º Sr. Ministro Adjunto, no Comité Técnico do grupo de projeto «Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública» (CTIC), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016, em conjunto com as entidades: CIG — Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, ACM — Alto Comissariado para as Migrações — ACM, I.P e FAM — Fundo de Apoio Municipal procederam à definição do Plano setorial TIC no âmbito da Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública até 2020 — Estratégia TIC 2020.

As ações e atividades das respetivas medidas que constam neste plano setorial foram identificadas com a colaboração dos organismos tuteladas pelo Ex.º Sr. Ministro Adjunto, tendo sido analisados e consideradas com impacto significativo nível ministerial.

As entidades tuteladas pelo Senhor Ministro Adjunto são as seguintes:

- ACM, I.P — Alto Comissariado para as Migrações,
- CIG — Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género,
- DGAL — Direção Geral das Autarquias Locais,
- FAM — Fundo de Apoio Municipal.

As principais atividades/projetos de grande relevância apresentadas no plano setorial das entidades tuteladas pelo Senhor Ministro Adjunto estão enquadradas nas seguintes medidas:

- Inovação setorial,
- Interoperabilidade,
- Identificação eletrónica e
- Centros de Dados na nuvem.

Em síntese, as poupanças anuais de Investimento propostas através das atividades/projetos previstas apresentam uma redução potencial de custos quer diretamente ao nível dos custos TIC e não TIC, quer globalmente ao nível do Ministério, após implementação global do plano setorial.

Medida 1**Governança das TIC**

Ações e objetivos

Medida que irá permitir implementar Modelo de Governança das TIC ao nível ministerial nas entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto, com proposta e implementação de modelo para a racionalização da função TIC nas entidades, nomeadamente para a prestação da função TIC: organização, competências, catálogo de serviços, monitorização e normas comuns. Disponibilizar ainda Catálogo de serviços pricing e níveis de serviço das áreas governamentais com capacidade de requisição online.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir e implementar um modelo de governação transversal das TIC					
1.1.1	Definição e Implementação de Governação transversal das TIC na AP				
	Implementação da governação das TIC nas entidades Ministro Adjunto, após aprovação de normas que defina a governação das TIC na AP	Atividades a realizar conforme o definido no modelo de governação, nomeadamente para a prestação da função TIC: organização, competências, catálogo de serviços, monitorização e normas comuns para as entidades Ministro Adjunto	2016	2017	AMA I. P. DGAL, CIG, ACM e FAM
1.1.2	Constituir o Grupo de Projeto para as TIC na AP Local e elaborar o Plano Estratégico para as TIC na AP Local				

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Constituição de grupo de projeto para as TIC na AP Local	Verificar disponibilidade de entidades AP Local para constituição do grupo de trabalho	2017	2017	AMA I. P., DGAL e Ministro Adjunto	Selecionar Municípios, CIMs...SEL	
Elaborar o Plano Estratégico para as TIC na AP Local	Elaborar o Plano de Ação para as TIC na AP Local e de Planos Locais para as TIC.	2017	2018	AMA I. P., DGAL e Ministro Adjunto	Selecionar Municípios, CIMs...SEL	
Continuar a implementação do modelo de governação das TIC em cada Área Governamental						
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)					
	Acompanhar e implementar medidas propostas no Modelo TIC para as entidades Ministro Adjunto	Acompanhamento e implementação do modelo de governação das TIC ao nível ministerial com os CIO da AP	2017	2018	AMA I. P. e Ministro Adjunto	DGAL, CIG, ACM e FAM
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central					
1.1.4.1	Identificar e analisar planos para modelo de prestação da Função TIC nas entidades Ministro Adjunto	Avaliação, identificação e elaboração de planos de processo de racionalização da função informática das entidades envolvidas, referente a processos possíveis de migração de sistemas ou de suporte aos serviços existentes para o Service Desk, consolidação de serviços de infraestrutura tecnológica (computação, comunicações e segurança informática), centralização de serviços aplicativos administrativos, processo de centralização de licenciamento de software e de microinformática..	2017	2018	AMA I. P., Ministro Adjunto e DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Aprovação de modelo de prestação da Função TIC para Área Governamental Ministro Adjunto	Aprovação de planos de processo de racionalização da função informática das entidades envolvidas	2017	2018	AMA I. P., Ministro Adjunto e DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Integração em infraestrutura centralizada e migração de ambientes produtivos	Migração de ambientes Produtivos e não produtivos. Centralização de infraestruturas de sistemas e comunicações existentes. Integração dos serviços transversais à AP. Move de aplicações core do organismo para a Cloud AP. Centralização de serviços de infraestrutura tecnológica (computação, comunicações e segurança informática). Implementação de planos de DR — Disaster Recovery e BC — Business Continuity. Centralização de licenciamento de software e de microinformática.	2017	2018	AMA I. P., Ministro Adjunto e DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
1.1.5	Publicar catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço das áreas governamentais					
1.1.5.1	Identificar serviços a propor para publicação ou para consumo em catálogo de serviço da AP	Identificar e analisar junto das entidades envolvidas Ministro Adjunto que serviços poderão ser propostos para publicação ou consumo em catálogo de serviço da AP	2017	2017	Ministro Adjunto e DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Elaboração de estrutura de modelo para apresentação e caracterização das funções de cada serviço a publicar	Disponibilizar os serviços identificados para Catálogo de serviços com estrutura e descrição das principais funções e atributos, indicadores de avaliação	2017	2017	Ministro Adjunto e DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Atualização e revisão de publicação serviços em catálogos	Publicação de serviços a disponibilizar em Catálogo de Serviços da AP	2017	2018	AMA I. P., Ministro Adjunto e DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
		Atualização, revisão semestral com acompanhamento das entidade envolvidas	2017	2018	AMA I. P., Ministro Adjunto e DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto, atualmente carecem das implementações de racionalização da função TIC na sua plenitude.

Situação futura

Adoção de implementação de modelos de governação TIC e também modelos transversais interministeriais a considerar no futuro.

Sugere-se que o Grupo de Projeto para as TIC na AP Local promova medidas que se enquadrem não só nas

medidas Simplex+ 2016 [51], bem como na estratégia que assegure os princípios orientadores para as TIC na AP Local, nomeadamente no que se refere aos conceitos de Integração e Interoperabilidade entre sistemas, Inovação e Competitividade, Partilha de Recursos de Centro de Dados de Processamento e Armazenamento, Divulgação e Utilização de Dados Abertos e nos Serviços Eletrónicos.

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

Esta medida visa propor e publicar os Planos Setoriais para as TIC referentes as entidades do Ministro Adjunto. Elaborar lista de investimentos anuais de projetos TIC com valor superior a 10k das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto. Obrigatoriedade de publicação em site TIC.GOV.PT os planos setoriais anuais de investimento em TIC até um mês após publicação do Orçamento do Estado do respetivo ano.

Numa fase posterior serão incluídos os Planos setoriais das entidades da administração local de acordo as medidas que serão estabelecidas no Plano Estratégico para as TIC na AP Local.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
	Apresentação de planos estratégicos TIC	Elaboração conjunta de planos estratégicos TIC conjuntamente com as entidades Ministro Adjunto alinhados com o negócio e com a estratégia transversal e setorial da AP	2016	2017	DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC						
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central					
	Identificação de projetos TIC	Elaboração de lista de projetos TIC de cada entidade para apresentação à entidade ministerial. A lista de projetos TIC a apresentar à entidade ministerial devem conter entre outros a indicação de custos, prioridades impactos, Investimento por projeto, novas poupanças TICs e não TICs esperadas no ano. Identificar prioridades de projetos que implementem as medidas Simplex. A lista de projetos é elaborada e fornecida anualmente nos períodos anuais entre outubro e dezembro.	2016	2017	DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	4	4	4	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	15	-	-	-
Saldo	-1			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Lista de projetos TICs sem alinhamento com o ministério e sem prioridades definidas.

Na CIG — Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género prevê-se efetuar o seguinte:

- Renovação da plataforma de impressoras da CIG com renegociação de contratos por forma a obter poupanças nos custos de impressão. Prevê-se poupanças no montante de 4.473,87 EUR/ano, com a contratação de novos serviços de impressão para o triénio 2017/2019.

- Renovação da infraestrutura de rede com investimento de 14.760€ nas instalações da CIG. Este inves-

timento pretende gerar maior produtividade no acesso às aplicações/rede interna e internet, promovendo uma poupança de tempo aos respetivos utilizadores. Todavia, esta Comissão não dispõe de informação que lhe permita estimar a poupança que se obterá em ganhos de produtividade.

Situação futura

Obrigatoriedade de disponibilizar lista de projetos TIC a apresentar à entidade ministerial devem conter entre outros a indicação de custos, prioridades impactos, Investimento por projeto, novas poupanças TICs e não TICs esperadas no ano com indicação de prioridades de projetos que implementem as medidas Simplex.

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

Esta medida visa fornecer e consumir serviços eletrónicos via da iAP — Plataforma de Interoperabilidade da AP como foco central nos processos internos de troca de informação na AP, em alinhamento com uma clara definição das fontes fidedignas de dados da AP. Apresentação de lista de serviços das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto a fornecer ou a disponibilizar na plataforma iAP. Adaptação de normas e diretrizes de integração do plano de classificação à MEF para sistemas aplicativos Gestão Documental. Incluir obrigatoriedade de serviços de desenvolvimento de soluções aplicativos ou implementação de projetos, sempre que tenham que consumir ou fornecer recursos da iAP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Disponibilizar o catálogo de serviços eletrónicos					
1.3.1	Reforço da iAP como elemento central para a interoperabilidade na AP				
Adesão das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto à plataforma iAP	Identificar processos que necessitam de recursos disponíveis na iAP. Identificar serviços que possam ser integrados na iAP. Incluir obrigatoriedade de serviços de desenvolvimento de soluções aplicativos ou implementação de projetos tecnológicos, sempre que tenham que consumir ou fornecer recursos da iAP dando prioridade aos projetos que implementem as medidas Simplex +	2016	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
1.3.2	Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos da AP				
Apresentar lista de serviços das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto que possam fornecer ou a disponibilizar serviços eletrónicos na AP	Apresentação de lista de processos que necessitam de recursos disponíveis na iAP com indicação de serviços que possam ser integrados na iAP. Incluir obrigatoriedade de identificação de serviços de desenvolvimento para soluções aplicativos a implementar em projetos, sempre que tenham que consumir ou fornecer recursos da iAP. Inclui ainda apresentação de serviços que possam ser disponibilizados em iAP	2016	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
Integração de serviços eletrónicos a disponibilizar ou a consumir via iAP	Acompanhar projetos de integração de serviços eletrónicos a disponibilizada ou a consumir via iAP	2016	2019	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
Conceber solução de integração de dados das entidades da administração local que possam ser integrados na iAP	Será analisado e concebido serviço e estrutura de integração de dados (via webservices) das entidades da administração local nomeadamente de Recursos Humanos, que serão recolhidos através do no sistema SIAL — Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais a disponibilizar na iAP. Pretende-se ainda conceber e estruturar o processos integração de dados Recursos Humanos, rececionados via SIAL em sistema SIOE — Sistema de Informação da Organização do Estado através de tecnologia Webservices.	2016	2017	AMA I. P.	DGAL
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental					
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP				
Identificar soluções de Gestão documental nas entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto	Identificar, analisar e verificar soluções de Gestão Documental nas entidades envolvidas de modo a garantir interoperabilidade entre elas	2016	2017	DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Adaptação de normas e diretrizes de integração do plano de classificação à MEF para sistemas aplicacionais Gestão Documental	Adaptação de normas e diretrizes de integração do sistema aplicacional Gestão Documental desta entidades Ministro Adjunto com o plano de classificação à MEF	2016	2017	AMA I. P. e DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
Massificar a utilização da Plataforma de Interoperabilidade em iniciativas de simplificação e modernização administrativa					
1.3.4	Massificar a utilização da iAP				
	Implementar módulo aplicacional de referência central para consumo de recursos iAP a utilizar nas aplicações SIIAL — Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais	2017	2017	AMA I. P.	DGAL
	Conceber e implementar solução de integração de dados do SIRJUE — Sistema de Informação Jurídico de Urbanização e Edificação das entidades da administração local que possam ser integrados na iAP.	2017	2019	AMA I. P.	DGAL

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	23	14	5	-
Poupanças Não TIC	28	35	25	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	95	13	3	-
<i>Saldo</i>	19			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Utilização reduzida de recursos que atualmente estão disponíveis na plataforma de interoperabilidade da AP.

Situação futura

Criar obrigatoriedade de utilização da iAP nos sistemas das entidades Ministro Adjunto para troca de informação, nomeadamente nos sistemas aplicacionais e de Gestão Documental com integração inter-organismos. Incluir obrigatoriedade de identificação de serviços de desenvolvimento para soluções aplicacionais a implementar em projetos, sempre que tenham que consumir ou fornecer recursos da iAP.

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

Definir e aplicar a Arquitetura de Referência TIC de referência, suportada num conjunto de normas e diretrizes que deverá servir de guia no investimento, implementação, segurança, desenvolvimento e manutenção de tecnologias em sistemas de informação na AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais					
1.4.1	Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais à AP				
	Identificar e acompanhar referenciais e arquiteturas TIC transversais à AP	2016	2020	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
1.4.2	Criação de manuais e guias de melhores práticas TIC				
	Elaborar e apresentar lista de boas práticas TIC nos vários domínios tecnológicos	2016	2020	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
1.4.3	Otimização de mecanismos de alinhamento de investimentos TIC com políticas, normas e orientações transversais e setoriais TIC				
	Aplicação de normas para otimizar os investimentos de projetos TIC Ministro Adjunto	Acompanhar e aplicar normas para otimizar os investimentos de projetos TIC nas entidades tuteladas Ministro Adjunto de acordo com a estratégia TIC 2020	2016	2020	AMA I. P. DGAL, CIG, ACM e FAM
1.4.4	Rever RNID adequando e alargando à realidade da AP Local				
	Criação de grupo de trabalho para definição de guidelines em referência à nova revisão do RNID na administração Local	Identificar e Selecionar entidades da administração Local para participação na definição e adoção do novo RNID para o setor local	2017	2017	AMA I. P. e Ministro Adjunto DGAL, CIG, ACM e FAM
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC					
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC				
	Alinhar e ajustar projetos das entidades Ministro Adjunto com a estratégia TIC 2020 para AP	Elaborar e apresentar lista de principais projetos nomeadamente os que implementam medidas Simplex Avaliar investimentos nas TIC e acompanhar projetos dando preferência aos que implementam medidas Simplex e medidas de interoperabilidade digital Numa fase posterior serão incluídas lista de principais projetos das entidades da administração local de acordo as medidas que serão estabelecidas no Plano Estratégico para as TIC na AP Local	2016	2017	AMA I. P. e DGAL DGAL, CIG, ACM e FAM. Fase posterior com entidades adm. Local: Municípios, CIMs...SEL
1.4.6	Instituir a avaliação a posteriori de projetos e investimentos TIC				
	Apresentação de resultados de projetos das entidades Ministro Adjunto	Apresentação de resultados de projetos TIC implementados nas entidades Ministro Adjunto incluindo investimentos globais Numa fase posterior serão avaliadas os principais projetos das entidades da administração local de acordo as medidas que serão estabelecidas no Plano Estratégico para as TIC na AP Local	2017	2017	AMA I. P. DGAL DGAL, CIG, ACM e FAM
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação					
1.4.7	Definir e implementar a Estratégia Nacional de Segurança da Informação				
	Adoção de Segurança da Informação da AP	Adoção e acompanhamento de medidas de Segurança informática da Informação da AP, nomeadamente em comunicações, informação e dados de SI e disponibilização de dados entre sistemas de informação	2017	2017	DGAL DGAL, CIG, ACM e FAM
1.4.8	Alargamento da adoção da solução de criptografia nacional				
	Adotar medidas de segurança em sistemas de informação com recurso à criptografia	Adotar e criar obrigatoriedade de medidas da Estratégia TIC 2020 em sistemas de informação com recurso à criptografia nomeadamente em dados e informação estruturada, comunicações de voz e dados e documentos sensíveis	2017	2017	DGAL DGAL, CIG, ACM e FAM
1.4.9	Identificar requisitos mínimos de segurança que todos os organismos da AP devem cumprir				
	Apresentação de lista de requisitos mínimos de segurança informática nas entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto	Elaboração e apresentação de lista de requisitos mínimos de segurança necessários para os sistemas de informação e comunicação das entidades Ministro Adjunto	2017	2017	AMA I. P. e DGAL DGAL, CIG, ACM e FAM)
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos				
	Adotar medidas e requisitos mínimos de segurança obrigatórios	Adotar medidas e requisitos mínimos de segurança informática em conformidade com referenciais TICs, que devem ser sempre consideradas na implementação de projetos TIC, nomeadamente em sistemas de informação, aplicativos e dados transacionados entre sistemas	2017	2019	AMA I. P. e DGAL DGAL, CIG, ACM e FAM

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.4.12	Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais					
	Acompanhar a implementação de políticas e medidas de segurança nos projetos TIC	Acompanhar a implementação de políticas e medidas de segurança nos projetos TIC das entidades Ministro Adjunto	2017	2017	AMA I. P. e DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	4	4	-	-
Poupanças Não TIC	4	4	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	34	3	-	-
Saldo	-22			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Existência de formatos digitais que não estão em conformidade com as normas do atual RNID.

Inexistência medidas de segurança em sistemas de informação com recurso à criptografia.

Falta de adoção e acompanhamento de medidas de Segurança informática nos vários sistemas tecnológicos.

Situação futura

Aplicar normas para otimizar os investimentos de projetos TIC, Ministro Adjunto;

Adotar e implementar formatos digitais em sistemas tecnológicos em conformidade com as normas do futuro RNID;

Aplicação de normas para otimizar os investimentos de projetos TIC Ministro Adjunto;

Adotar medidas de segurança em sistemas de informação com recurso à criptografia;

Adoção e acompanhamento de medidas de Segurança da Informação da AP, nomeadamente em comunicações e disponibilização de dados entre sistemas de informação.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

Esta medida visa a utilização das várias vertentes eletrónicas do Cartão de Cidadão na autenticação única dos cidadãos e assinatura eletrónicas em sítios e sistemas da AP que envolvam portais, plataformas eletrónicas e sistemas aplicativos das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver e disponibilizar o Cartão de Cidadão com novas funcionalidades						
2.5.1	Cartão de Cidadão 2.0					
	Acompanhar os novos desenvolvimentos Cartão de Cidadão 2.0	Acompanhar os desenvolvimentos de novos requisitos, funcionalidades e serviços públicos da nova versão Cartão de Cidadão 2.0	2017	2018	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
	Identificar sistemas de informação e sites online com necessidade de uso de Cartão de Cidadão Móvel	Identificar sistemas de informação ou sites disponíveis ao cidadão que necessitem de autenticação única através do Cartão de Cidadão Móvel e recursos adicionais de utilização Chave Móvel Digital	2017	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Identificar sistemas de informação e portais nas entidades Ministro Adjunto que necessitem de adotar recursos de autenticação.Gov	Elaborar lista de requisitos e recursos necessários juntos dos sistemas de informação e portais nas entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto que necessitem de adotar Single sign-on e utilização de recursos de autenticação.Gov	2017	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para assinatura e autenticação						
2.5.3	Disponibilização Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP)					
	Acompanhar a evolução Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP)	Acompanhar evolução Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) e analisar aplicabilidade nos sistemas internos das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto	2016	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
<i>Saldo</i>	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Alguns dos sistemas informação de portais públicos das entidades Ministro Adjunto não têm ainda implementado a autenticação do tipo Single sign-on.

Situação futura

Identificar sistemas de informação e portais nas entidades Ministro Adjunto que necessitem de Adotar recursos de autenticação.Gov.

Acompanhar e implementar Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) nas entidades Ministro Adjunto.

Medida 6

Transparência e participação

Ações e objetivos

Esta medida visa disponibilizar dados produzidos nos sistemas das entidades Ministro Adjunto de interesse significativo para o Cidadão com integração através de automatismos TIC em site público Dados.gov.pt.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
------------	-----------	--------	-----------	-------------	-----------------

Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal dados.gov.pt

2.6.1	Alargar a divulgação de Dados Abertos e Aplicações no Dados.gov.pt					
	Identificar grupos de dados que devem ser disponibilizados ou consumidos em site dados.gov.pt	Apresentação de grupos de dados que devem ser disponibilizados ou consumidos em site dados.gov.pt e respetivos mecanismos tecnológicos de integração junto das entidades Ministro Adjunto	2017	2020	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Integrar indicadores de dados das entidades da Administração Local recolhidos através dos sistemas aplicativos do SIIAL — Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais em dados.gov.pt	Integrar via webservices de novos indicadores de dados das entidades da Administração Local recolhidos através dos sistemas aplicativos do SIIAL — Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais, nomeadamente setor empresarial local, Qualidade da Gestão Pública e Sustentabilidade Financeira, Receitas/Despesas municipais e Recursos Humanos em dados.gov.pt	2017	2020	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM

Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP

2.6.2	Divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da AP					
	Fornecer dados para indicadores de execução e os benefícios alcançados dos projetos da AP com valor de investimento acima de 100k€ das entidades Ministro Adjunto	Fornecer dados para indicadores de execução e os benefícios alcançados dos projetos da AP com valor de investimento acima de 100k€ das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto	2017	2020	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	5	6	-	-
Poupanças Não TIC	2	2	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	25	2	-	-
<i>Saldo</i>	-13			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Inexistência de lista de dados ou indicadores tratados ou agrupadas que possam ser disponibilizados em site público dados.gov.pt.

Situação futura

Integrar indicadores de dados das entidades da Administração Local recolhidos através dos sistemas aplicativos do SIIAL — Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais em dados.gov.pt.

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

Nesta medida as entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto, serão considerados projetos ou atividades que interferem na adoção generalizada de soluções de gestão de arquivo e elaborar plano de digitalização e preservação digital do arquivo da AP; Efetuar o levantamento de requisitos para disponibilizar ao utilizador Cidadão

acesso central, via portal do Cidadão; Identificar as características de equipamentos Wi-Fi nas entidades que possam ser adaptados e acompanhar a implemen-

tação arquitetura e implementar Roaming Wi-Fi na AP — GOVroam.

No âmbito desta medida, está prevista para a ação

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Consolidar serviços eletrónicos no Portal do Cidadão						
2.7.3	Consolidação serviços eletrónicos no Portal do Cidadão, numa lógica de user-centricity					
	Identificar serviços eletrónicos que possam ser centralizados através do acesso central via Portal do Cidadão nos sistemas das entidades Ministro Adjunto	Identificar serviços eletrónicos nas entidades Ministro Adjunto que possam ser centralizados através do acesso central via Portal do Cidadão, nomeadamente em projetos My CNAI, Immigrant Welcome, Apoio Contra a Violência Doméstica, Portugal Concilia e SIAL	2017	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Efetuar o levantamento de requisitos para disponibilizar ao utilizados Cidadão acesso central a pedidos de licenciamento SIRJUE, via portal do Cidadão e do Empreendedor	Efetuar o levantamento de requisitos para disponibilizar acesso central via Portal do Cidadão e do Empreendedor de pedidos de licenciamento que possam ser redirecionados para a plataforma SIRJUE — Sistema de Informação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação	2017	2017	AMA I. P.	DGAL
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
	Identificar documentos relevantes a disponibilizar ao Cidadão nas entidades Ministro Adjunto	Identificar documentos relevantes a disponibilizar ao Cidadão nas entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto que possam ser integrados na Bolsa de Documentos do Cidadão	2016	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.6	Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente					
	Portugal Concilia	Desenvolver um projeto-piloto, em parceria com algumas autarquias que integram a dimensão da igualdade de género ao nível local. Mapear e disponibilizar online os serviços de apoio à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal junto da população em geral no Portal Mapa do Cidadão	2017	2017	CIG	CIG, MA,
Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam						
2.7.10	Definir Arquitetura e elaborar piloto de Roaming Wi-Fi na AP — GovRoam					
	Identificar características de equipamentos Wi-Fi das entidades Ministro Adjunto	Levantamento de equipamentos de rede e arquiteturas existentes nos organismos tutelados pelo Ministro Adjunto para que possam ser adaptados em projeto Roaming Wi-Fi na AP — GOVroam. Estudo para evolução futura de equipamentos que suportem distribuição de sinal Wi-Fi, para implementação do GovRoam, bem como na Camada Aplicacional que irá gerir a integração do cliente com o sinal Wi-Fi nas organizações para a partilha do sinal	2017	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
Digitalizar o arquivo físico da AP						
2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
	Elaborar plano para a digitalização do arquivo físico nas entidades Ministro Adjunto	Elaborar plano para a digitalização do arquivo de acordo com a relevância da informação (conteúdo e temporal), nomeadamente de documentos depositados em locais externos que envolvam custos de serviços de armazenamento prestados por empresas do mercado	2017	2018	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Analisar e identificar soluções de Gestão Documental nas entidades Ministro Adjunto	Analisar soluções de Gestão Documental instaladas e avaliar possibilidade de integração em serviço do tipo SaaS — Gestão Documental para da AP para as entidades Ministro Adjunto Identificar requisitos específicos de processos e fluxos de informação que possam ser incluídos em serviço central da AP de sistema de Gestão Documental	2017	2020	DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	5	8	10	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	8	5	-	-
Saldo	10			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

Soluções de Gestão documental e arquivo pouco flexíveis.

Plano de digitalização e preservação digital do arquivo incompletos.

Equipamentos Wi-Fi das entidades de diferentes tecnologias.

Situação Futura

Adoção generalizada de soluções de gestão de arquivo e documental.

Elaborar plano de digitalização e preservação digital do arquivo nas entidades; Identificar as características de equipamentos Wi-Fi das entidades que possam ser adaptados e acompanhar a implementação arquitetura e implementar Roaming Wi-Fi na AP — GOVroom.

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

Nesta medida as entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto, serão considerados projetos ou atividades que interferem com o aumento de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e entidades da administração local e central.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
------------	-----------	--------	-----------	-------------	-----------------

Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC

2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC				
MY CNAI — Criar um balcão digital de apoio à pessoa migrante, que consiste na desmaterialização de documentação utilizada nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), possibilitando também a entrega não presencial de documentos pelos utentes.	Os CNAI congregam num mesmo espaço vários serviços (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Autoridade para as Condições de Trabalho, Segurança Social, Conservatória dos Registos Centrais, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, entre outros), aos quais as pessoas migrantes têm de recorrer.	2016	2017	ACM	ACM e MA
IMMIGRANT WELCOME — Implementar aplicação informática para dispositivos móveis de comunicação com um mapeamento de serviços úteis a pessoas imigrantes	Utilizar-se-ão as tecnologias VOIP (Voice Over Internet Protocol), CRM (Customer relationship management) e call center na criação do balcão digital, melhorando também os sistemas de atendimento. Pretende-se facilitar o acesso das pessoas imigrantes e refugiadas à informação vital para uma melhor integração e cidadania. Além de informação cidadão, este serviço permitirá reduzir os custos financeiros e de tempo gastos em deslocações e procura de serviços. Criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação com um mapeamento de serviços úteis a pessoas imigrantes. O leque de serviços a mapear e georreferenciar (através de GPS) inclui desde Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), cursos de língua portuguesa para estrangeiros, associações de imigrantes, Gabinetes de Inserção Profissional, espaços para prática religiosa, serviços e departamentos	2016	2017	ACM	ACM e MA

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
<p>SIIAL — Conceção, desenvolvimento e implementação para reformular os serviços informáticos que suportam o atual SIIAL — Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais</p>	<p>de reconhecimento de qualificações, serviços de saúde, equipamentos de ensino, entre outros.</p> <p>A solução a pretendida para implementar a nova plataforma tecnológica SIIAL, deverá ser capaz de responder aos seguintes requisitos: Fomentar a interoperabilidade entre as entidades nomeadamente Municípios, Freguesias, setor empresarial local, CIMs, que disponibilizam/consomem informação e a DGAL; Reformular/estruturar áreas aplicacionais para o SIIAL; Dotar os serviços de ferramentas analíticas self-service; Aumento da performance — o volume de informação e a quantidade de entidades que interagem com o SIIAL é extremamente elevado; Escalabilidade — a solução a implementar deve-se encontrar preparada para crescer em termos de carga de utilização e aumento da infraestrutura; Inputs genéricos — adequação ao SNC-AP por força de imperativo legal e Recursos Humanos devido à diversidade de informação que é recolhida juntos de várias entidades e tratada pela DGAL; Flexibilidade na parametrização de formulários aplicacionais; Tornar as aplicações modulares; Histórico Informação; Exploração analítica de dados em Data Warehouse; Novos mecanismos de autenticação via iAP; Dispositivos Móveis — a utilização de dispositivos móveis, nomeadamente dispositivos tablet, será exigido como requisito fundamental na solução a implementar para este projeto; Disponibilização de dados via tecnologia web service — De modo a permitir a interação da plataforma SIIAL com sistemas externos com os quais se relaciona, Municípios, Freguesias, setor empresarial local, CIMs; Sincronização de dados SIIAL — Implementação de módulo de software aplicacional com recurso a processos nativos de base de dados para gestão e controlo de grande volume de dados a sincronizar com base de dados de entidades externas; Alinhamento tecnológico — O alinhamento com os novos guide lines da AP tecnológicos devem obedecer às melhores práticas de conceção e criação de sistemas de informação</p>	2016	2017	DGAL	DGAL, entidades da administração central e local
<p>SIRJUE — Conceção, desenvolvimento e implementação do novo SIRJUE — Sistema de Informação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação</p>	<p>A solução pretendida para implementar a nova plataforma tecnológica SIRJUE, deverá ser capaz de responder aos seguintes requisitos: Fomentar a interoperabilidade entre as entidades nomeadamente Municípios, CCDRs e da Administração Central, que disponibilizam/consomem informação do sistemas SIRJUE. Isto é, o sistema informático previsto no novo RJUE interfere nos sistemas municipais que permitam a tramitação do controlo prévio das operações urbanísticas (as empresas locais com competências delegadas na matéria também deverão dispor de sistema informático) e uma por parte da Administração Central, para tramitação dos pedidos de parecer às entidades externas aos municípios. Implementar novos processos de gestão e acompanhamento dos fluxos de informação adaptados à nova legislação, que permita a tramitação desmaterializada das consultas às entidades externas aos municípios, da Administração Central, direta e indireta, nos procedimentos consagrados no regime jurídico da urbanização e edificação. Integração da nova plataforma SIRJUE em</p>	2017	2019	DGAL	DGAL, entidades da administração central e local

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
APoio Contra a Violência Doméstica	balcão único eletrónico dos serviços para o Cidadão e com o Balcão do Empreendedor. Novos mecanismos de autenticação via iAP; Dispositivos Móveis — a utilização de dispositivos móveis, nomeadamente dispositivos tablet, será exigido como requisito fundamental na solução a implementar para este projeto; Alinhamento tecnológico — O alinhamento com os novos guide lines da AP tecnológicos. Implementar App para permitir amplificar a divulgação de informação já existente, mapeada no website da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), tornando-a acessível a toda a população que necessite de apoio direto ou que pretenda efetuar uma denúncia ou procurar ajuda para terceira pessoa. Facilitará e agilizará também o trabalho de profissionais que acompanham e encaminham casos de violência doméstica, concentrando, numa única ferramenta, os contactos das entidades que integram a rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica.	2016	2017	Ministro Adjunto	CIG e Ministro Adjunto
Balcão Cidadão Móvel	Disponibilizar na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela 15 unidades móveis de serviços públicos da Administração Local e Central com as características do Balcão do Cidadão	2016	2017	AMA I. P.	Ministro Adjunto e, ver também com entidades locais
Roteiro de boas práticas autárquicas	Desenvolver um repositório colaborativo e participativo através do qual as autarquias locais divulguem as suas medidas de simplificação administrativa e regulamentar, promovendo sinergias entre as mesmas.	2016	2017	AMA I. P.	Ministro Adjunto e, ver também com entidades locais
Plataforma de monitorização financeira dos programas de ajuste municipal do FAM — Fundo de Apoio Municipal (cf. Previsto no n.º 8 do artigo 29.º da Lei n.º 53/2013, de 25 de agosto)	Desenvolver e implementar plataforma informática para recolha de dados orçamentais dos municípios que adiram ao Fundo de Apoio Municipal a que se destina a monitorizar o cumprimento dos objetivos estabelecidos nos respetivos programas. A plataforma informática possibilita a configuração de processos de validação de dados e fluxos de informação arquitetados de forma a ser integrada em estrutura de base de dados para ser monitorizada. Serão implementados processos de transformação de dados para disponibilizar indicadores de execução dos planos de apoio dos Municípios em processo de execução do FAM. As análises de cenários de informação financeira é Efetuada através de ferramenta BI — Business Intelligence permitindo utilizar várias funcionalidades, dando suporte à interpretação da informação nas mais variadas vertentes.	2016	2017	FAM	FAM, Municípios

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	45	47	49	-
Poupanças Não TIC	417	521	521	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	750	150	150	-
<i>Saldo</i>	549			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

Sistemas com reduzida integração das plataformas tecnológicas de sistemas aplicativos em iAP.

Inexistência de integração de sistemas aplicativos com entrada em ponto único para o cidadão; atuais sistemas aplicativos que requerem maior interoperabilidade com sistemas externos da administração local e central.

Situação Futura

Serviços tecnológicos suportados, através de sistemas de informação integrados; Processos e automatismos, através de aplicações e outros serviços;

Integração de sistemas aplicativos com entrada em ponto único para o cidadão; Interoperabilidade das plataformas tecnológicas na iAP;

Integração dos sistemas com os mecanismos de autenticação da AP;

Dispositivos Móveis — a utilização de dispositivos móveis, nomeadamente dispositivos tablet de sistemas aplicativos.

Os projetos incluídos nesta medida 8 Inovação setorial que têm ou pretendem participação de investimentos através do programa SAMA 2020, são os seguintes: RESPTIC-DGAL — Reforço e Evolução de Serviços Públicos de Tecnologias de Informação e Comunicação da DGAL, Ref.ª projeto n.º 12427 SAMA 2020; projeto MY CNAI e App IMMIGRANT WELCOME da entidade ACM — Alto Comissariado para as Migrações.

A Apoio Contra a Violência Doméstica, permitirá amplificar a divulgação de informação já existente, mapeada no website da CIG, tornando-a acessível a toda a população que necessite de apoio direto ou que pretenda efetuar uma denúncia ou procurar ajuda para terceira

pessoa. Facilitará e agilizará também o trabalho de profissionais que acompanham e encaminham casos de violência doméstica, concentrando, numa única ferramenta, os contactos das entidades que integram a rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica.

O objetivo não é a substituição de algum serviço já existente, mas antes proporcionar aos utilizadores mais uma forma de acesso a esta informação. Pelo que não existem poupanças mensuráveis que possam extrair-se da implementação desta APP.

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

Nesta medida as entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto, serão considerados as atividades de análise e levantamento que interferem com as competências dos recursos existentes e necessários nas áreas de computação, comunicações, softwares de base, softwares aplicativos e recursos humanos TIC existentes.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC						
3.9.2	Instituir centro de competências TIC na AP Central					
	Acompanhar a evolução do modelo de Centro de Competências TIC na AP	Acompanhar a evolução do modelo de implementação de Centro de competências TIC na AP aplicando as medidas de modelo de funcionamento nomeadamente nas políticas de recursos humanos em articulação com a função TIC	2017	2018	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
3.9.3	Publicar catálogos de serviços pricing e níveis de serviço do centro de competências					
	Identificar e analisar serviços em catálogos de serviços AP	Identificar e analisar serviços em catálogos de serviços AP que possam ser utilizados e adaptados nos sistemas tecnológicos das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto	2017	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
Avaliar os resultados do piloto						
3.9.5	Capacitar e Formar RH TIC					
	Identificar necessidades para capacitar RH TIC nas entidades do Ministro Adjunto	Identificar necessidades para capacitar RH TIC nas entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto que possam ser incluídas no programa de capacitação dos recursos TIC nas tecnologias de desenvolvimento AGILE de software aplicativo e administração de sistemas de infraestrutura tecnológica	2017	2020	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Existência de RH com competências técnicas nas áreas de administração de infraestrutura tecnológica e

desenvolvimento de software aplicativo em ambiente Outsystems que podem ser partilhadas.

Situação futura

Partilhar ou recorrer a recursos disponíveis em Centro de competências da AP para acompanhamento ou desenvolvimento de atividades das TIC em projetos/atividades das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto.

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

Nesta medida as entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto, serão consideradas as atividades de análise e levantamento que interferem com a utilização dos recursos tecnológicos de computação existentes de forma a rentabilizar serviços disponíveis nos futuros Data Centres de grande dimensão da AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.1	Levantar a capacidade existente					
	Identificar recursos tecnológicos de computação existentes nas entidades do Ministro Adjunto	Identificar e avaliar a possibilidade de ajustamento ou integração de recursos tecnológicos de computação nos centros de dados existentes nas entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto a serem reutilizados em grandes Data Centres da AP	2017	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
	Identificar necessidades de recursos de computação nas entidades do Ministro Adjunto	Identificar necessidades de recursos de computação nas entidades do Ministro Adjunto que necessitem de serviços disponíveis nos futuros Data Centres de grande dimensão da AP Obrigatoriedade de verificar lista de serviços em catálogo da Rede de Serviços Partilhados TIC da AP (RSP TIC) sempre que seja necessário efetuar investimentos em TIC	2016	2018	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Implementação de solução de Disaster Recovery e Business Continuity dos sistemas críticos da entidades Ministro Adjunto	Implementação de serviço de DR/BC em local remoto nas instalações da EsPap (Alfragide) com bastidor equipado com vários componentes de hardware e software, nomeadamente da DGAL. Serão analisadas soluções alternativas para implementação de Disaster Recovery e Business Continuity para os sistemas críticos das restantes entidades Ministro Adjunto	2016	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Implementação de domínio de mail CIG. GOV.PT na Cloud AP. Criação das caixas de correio	A CIG utiliza atualmente os serviços da PT para o alojamento de caixas de correio. É intenção desta Comissão aderir a serviços de cloud AP para abandonar os serviços atualmente contratualizados	2016	2017	AMA I. P., CIG	CIG
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
	Implementar uma estrutura de ativo directory para a CIG	Pretende-se Implementar domínio local da CIG, criação de utilizadores e pastas partilhadas em serviço Cloud AP	2016	2017	AMA I. P., CIG	CIG
Criar nuvem interoperável						
3.10.4	Identificar sinergias entre oferta e procura TIC entre AP Local e Central					
	Acompanhar a evolução do modelo de colaboração TIC entre AP Local e Central	Acompanhar as ações e evolução do modelo de colaboração de partilha de recursos tecnológicos entre a AP Local e Central	2017	2018	AMA I. P., RSP TIC, MA	DGAL e MA

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	21	22	22	22
Poupanças Não TIC	3	3	3	3
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	15	1	1	1
<i>Saldo</i>	80			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

No ACM — Alto Comissariado para as Migrações — ACM, I. P., no âmbito de desenvolvimento e implementação das TIC no ACM, IP encontra-se nas competências do Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos. No entanto grande parte das infraestruturas de dados, servidores e administração de redes é administrada pela IP.

A CIG utiliza atualmente os serviços da PT para o alojamento de caixas de correio. É intenção desta Comissão aderir a serviços de cloud AP para abandonar os serviços atualmente contratualizados. Estima-se que com a adesão a serviços de cloud AP, seja possível obter poupanças no montante de 1.444,60 EUR/ano, o que equivale ao valor atualmente gasto com este serviço contratado à PT. Estima-se ser desnecessário qualquer investimento relevante neste âmbito.

Pretende-se implementar no serviço cloud AP, o domínio local da CIG e respetiva criação de utilizadores e pastas partilhadas. Esta solução permitirá gerar uma poupança estimada de 5.816,57 EUR/ano.

Situação futura

Centralização das entidades Ministro Adjunto em futuros centros de dados centrais da AP.

Criar obrigatoriamente de verificação de serviços que estejam disponíveis em Centros de dados da AP, sempre que seja planeado implementação de projetos de tecnologias de informação nas entidades Ministro Adjunto.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

Esta medida visa a identificação, contratualização e interligação de circuitos e respetivos serviços de comunicações das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto a rede central aos futuros Pontos de Troca de Tráfego da AP.

Racionalização de circuitos de conectividade de dados e voz;

Levantamento de componentes de infraestrutura tecnológica para IPv6.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
	Identificar e analisar os circuitos de comunicações das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto	Identificar e analisar os circuitos de comunicações, voz, dados e Internet existentes que as entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto têm contratualizado e novas necessidades de serviços de comunicações	2016	2017	DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Contratualizar a prestação de serviços de circuitos de comunicações disponíveis na AP	Contratualizar a prestação de serviços de circuitos de comunicações, voz, dados e Internet através de centralização da contratualização de comunicações ou dos quadros globais da AP para utilização de plataforma comum para todas as entidades	2016	2018	DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Integração de comunicações unificadas com redes externas VOIP para conexão com entidades externas administração central e autárquicas	Integração de comunicações unificadas com redes externas VOIP nomeadamente para conexão com entidades externas administração central e entidades da administração local	2016	2018	DGAL	DGAL, CIG, ACM e FAM
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
	Conectar e integrar circuitos de comunicações das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto	Conectar circuitos de comunicações das entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto aos futuros Pontos de Troca de Tráfego da AP Integração de VoIP nas redes das entidades Ministro Adjunto para utilização de serviços de comunicação voz (fixa e móveis), dados e vídeo com federação em rede comum e única da AP	2016	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
3.11.3	Definir Modelo e Roadmap para o IPv6 na AP					
	Acompanhar a evolução do Modelo e Roadmap para o IPv6 na AP, e Efetuando o levantamento de componentes de infraestrutura tecnológica para IPv6	Acompanhar a evolução do Modelo e Roadmap para o IPv6 na AP Levantamento das características de componentes de infraestrutura tecnológica das entidades tuteladas Ministro Adjunto para adaptação de IPv6 referentes a ativos e passivos, rede de comunicações, servidores, plataformas informáticas e sistemas de informação	2016	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
Implementar rede comum de comunicações multisserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP					
	Apresentar lista de serviços de comunicação necessários para utilização nas entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto	Elaborar lista de serviços de comunicação Internet, segurança, vídeo, telepresença, etc necessários para utilização nas entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto para integração na rede comum de comunicações multisserviços da AP	2017	2018	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020					
Poupanças TIC	7	7	5	5					
Poupanças Não TIC	5	5	0	-					
					Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	3	3	-	-
					Saldo	29			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Contratualização não consolidada em prestação de serviços de circuitos de comunicações disponíveis na AP.

Na CIG — Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género prevê-se efetuar o seguinte:

A CIG tem atualmente em vigor um contrato com a PT para comunicações fixas de voz que termina em setembro de 2017.

Relativamente a comunicações fixas de dados estão contratadas duas VPN's Lisboa Porto com a PT com acesso internet para o Porto e ainda existe um contrato com a NOS de acesso internet e um ip fixo para Lisboa, num total de 420€ mensais. Estes contratos de comunicações fixas de dados não têm prazos de fidelização.

Com a integração na plataforma de comunicações da AP estima-se os gastos mensais atualmente incorridos com as comunicações fixas de dados possam ser integralmente propiciadores de poupanças no futuro.

Situação futura

Racionalizaram as redes de comunicações de dados e voz que consomem serviços de comunicações.

Obrigatoriedade de verificar serviços de comunicações que estejam disponíveis em centro de Comunicações AP.

Obrigatoriedade de todas as entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto estabelecerem conectividade ao Ponto de Troca de Tráfego AP.

Medida 12**Aplicações comuns e em código aberto****Ações e objetivos**

Nesta medida as entidades tuteladas pelo Ministro Adjunto, serão considerados as atividades de análise e diagnóstico que interferem no levantamento e apreciação de todos os processo de licenciamento de software instalados, acompanhar e verificar lista de licenciamentos de software disponíveis na AP e criar obrigatoriedade de aquisição de licenciamento o contratação de continuidade de suporte de software via acordos quadros centrais da AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
1.1.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de software do Estado					
	Levantamento e apreciação de todos os processo de licenciamento de software das entidades Ministro Adjunto	Levantamento e apreciação de todos os processo de licenciamento de software das entidades Ministro Adjunto	2016	2018	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
	Identificação das necessidades atuais e futuras de vários tipos de licenciamento de software em uso nas entidades					
1.1.2	Negociar e acordar melhores condições com principais fornecedores de software à AP					
	Acompanhar e verificar lista de licenciamentos de software disponíveis na AP	Acompanhar e verificar lista de licenciamentos de software disponíveis na AP.	2016	2020	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
		Obrigatoriedade de aquisição de licenciamento o contratação de continuidade de suporte de software via acordos quadros centrais da AP				
Promover e disseminar o software de código aberto (OSS)						
1.1.4	Criação de centro de conhecimento OSS na AP					
	Identificar recursos humanos técnicos de TIC OSS nas entidades do Ministro Adjunto	Identificar recursos humanos técnicos de TIC na entidades do Ministro Adjunto que desenvolveram e implementaram projetos com base em OSS	2016	2017	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
Criar e dinamizar o catálogo de software da AP						
1.1.5	Dinamizar no catálogo de Software da AP, da componente de Código Aberto (OSS)					
	Avaliar software aberto disponível em soluções instaladas e em uso na AP para entidades Ministro Adjunto	Avaliar software aberto disponível em soluções instaladas e em uso na AP	2016	2020	AMA I. P.	DGAL, CIG, ACM e FAM
		Avaliar possibilidade de mudança de software de produtividade de Microsoft Office para OpenOffice				

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Na CIG — Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género prevê-se Efetuar o seguinte: A CIG tem um contrato de licenciamento microsoft OLV para 60 licenças office 2010/2016, 7 licenças windows server e 1 licença

SQL server até 2017-12-31, no valor de anual de 18.653,26 EUR, válido até dezembro de 2017.

Situação futura

Aderir a contrato de licenciamento centralizado na AP.

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 2	Poupanças TIC	4	4	4	-	15	- 1
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	15	-	-	-		
Medida 3	Poupanças TIC	23	14	5	-	110	19
	Poupanças Não TIC	28	35	25	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	95	13	3	-		
Medida 4	Poupanças TIC	4	4	-	-	36	- 22
	Poupanças Não TIC	4	4	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	34	3	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 6	Poupanças TIC	5	6	-	-	27	- 13
	Poupanças Não TIC	2	2	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	25	2	-	-		
Medida 7	Poupanças TIC	-	-	-	-	13	10
	Poupanças Não TIC	5	8	10	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	8	5	-	-		
Medida 8	Poupanças TIC	45	47	49	-	1 050	549
	Poupanças Não TIC	417	521	521	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	750	150	150	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 10	Poupanças TIC	21	22	22	22	18	80
	Poupanças Não TIC	3	3	3	3		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	15	1	1	1		
Medida 11	Poupanças TIC	7	7	5	5	5	29
	Poupanças Não TIC	5	5	0	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	3	3	-	-		

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Medida 12	Poupanças TIC	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-	
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	
	Investimento	-	-	-	-	

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *						
Poupanças TIC	109	103	85	27	1 273	650
Poupanças Não TIC	461	576	558	3		
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Investimento	943	176	154	1		

* Valores arredondados em milhares de euros

ContactosPode consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
Joaquim Muxagata	DGAL	Diretor TIC
Susana Miguel	CIG — Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Responsável TIC
Bruno Ambrosio	ACM	Responsável área Informática
Ana Ribeiro	ACM	Coordenadora de Núcleo (NGARH)
Miguel Almeida	FAM — Fundo de Apoio Municipal	Presidente
Contacto do Representante Ministerial		
Joaquim Muxagata	DGAL	Diretor TIC

Área Governamental da Cultura**Medida 6****Transparência e Participação****Atividades**

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos					
2.6.3	Disponibilizar mecanismos para a transparência e integridade na Administração Pública				
LUSA 1	Ferramenta Business Intelligence	Potencial projeto a lançar no período 2017-2018, no caso de existir capacidade financeira, através de programas tipo PT2020, SAMA. Objetivo é ter ferramenta de análise de informação de gestão, mais agilizada, consolidando as várias plataformas de SI, permitindo uma maior eficiência nos processos internos e externos de fornecimento de informação, bem como melhor e mais rápida tomada de decisões.		LUSA	LUSA/Outros a definir
2.6.4	Orçamento do Estado Participativo				
AMA I. P.	Orçamento Participativo Portugal	Portal e iniciativas Orçamento Participativo Portugal	2016	2017	AMA I. P.

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	50	50	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	50	50	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

2.7.11 — No caso da Lusa conseguir os financiamentos necessários e adequados, implementar projetos de digitalização de documentos e conteúdos produtivos, gestão documental e BI.

Também a este nível, o GEPAC, através de uma candidatura ao Aviso 03/SAMA2020/2016, pretende desenvolver um sistema eletrónico de gestão de arquivo e de processos.

2.7.3 — O GEPAC, no âmbito do desenvolvimento do Portal da Cultura, considerou em articulação com a AMA, I. P., que se constituiria como uma janela de expansão dos conteúdos culturais a integração via iAP, com o Portal do Cidadão, criando mensagens ajustadas na comunicação com o cidadão.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Consolidar serviços eletrónicos no Portal do Cidadão						
2.7.3	Consolidação serviços eletrónicos no Portal do Cidadão, numa lógica de user-centricity					
	Integrar a prestação digital de serviços públicos na Agenda do Cidadão	Desenvolver webservice para integração, via iAP, com o Portal do Cidadão, criando mensagens ajustadas à necessária comunicação com o cidadão (pedido recebido, alteração efetuada, erro, etc)	2016	2017		GEPAC
Digitalizar o arquivo físico da AP						
2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
LUSA 1	Gestão Documental — conteúdos Lusa	Potencial projeto a lançar no período 2017-2018, no caso de existir capacidade financeira, através de programas tipo PT2020, SAMA. Objetivo é digitalizar fotos antigas, preservando o património da agência e histórico do país			LUSA	LUSA/Outros a definir
LUSA 2	Gestão Documental — processos administrativos	Potencial projeto a lançar no período 2017-2018, no caso de existir capacidade financeira, através de programas tipo PT2020, SAMA. Objetivo será digitalizar documentos de arquivo e inbound, e gerir os vários processos administrativos através de um workflow digital			LUSA	LUSA/Outros a definir
	Gestão Documental — Arquivos e e Processos	Implementação de um sistema eletrónico de gestão de arquivo e de processos, com redução no prazo de resposta	2017	2018	GEPAC	GEPAC

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	41	41	41	41
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	73	70	-	-
Saldo	21			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

DRCC

Descrição da ação

Tendo em conta o diagnóstico interno realizado e o histórico da DRCC no domínio da modernização administrativa, a ação concebida pela Direção Regional assenta nos seguintes pilares:

- Pilar 1. Otimização do sistema de gestão, suportada por tecnologias da informação adequadas;
- Pilar 2. Otimização da interface com os cidadãos e outras partes interessadas, igualmente suportada por tecnologias da informação adequadas;

• **Pilar 3. Reforço da capacitação dos recursos humanos, dirigentes e não dirigentes, para dominarem e explorarem, no seu máximo potencial, as soluções tecnológicas e organizacionais a implementar.**

O atual enquadramento da Direção Regional de Cultura do Centro quer no que diz respeito à estrutura governamental, quer no que respeita à sua inserção na Região Centro, e às responsabilidades que aqui tem que assumir, exige seja assegurada uma abordagem integrada da gestão interna dos serviços focalizada na gestão por processos e na excelência, na melhoria da interface dos serviços prestados aos utentes, sejam eles os agentes culturais ou o público em geral e no suporte essencial resultante da capacitação dos trabalhadores da DRCC.

Em qualquer caso é crucial um enfoque significativo nos resultados, com base na diminuição clara dos custos de contexto e na capacitação do acesso à cultura como bem estrutural para o desenvolvimento integrado da Região Centro.

O presente diagnóstico resulta do reconhecimento da necessidade de dispor de um modelo de gestão que vise a excelência, gerido segundo procedimentos internos e externos otimizados e suportados por tecnologias de informação adequadas à natureza das atividades, dimensão e capacidades da DRCC, de forma a valorizar as sinergias com todas as partes interessadas e a maximizar dinâmicas ao nível dos serviços culturais reforçadas pelo envolvimento de colaboradores capacitados para usarem os métodos e os instrumentos tecnológicos mais adequados.

A perceção, obtida através de processos de audição das partes interessadas, e a quantificação, obtida através dos indicadores determinados internamente, permitiu identificar claramente a existência de fragilidades na performance interna dos serviços da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC), incluindo competências internas, e na sua relação com as partes interessadas, nomeadamente no que respeita à capacidade de potenciar o desenvolvimento de novas funcionalidade e produtos culturais, impõe a necessidade de intervir, visando a melhoria, sendo o sistema de apoio à Modernização e Capacitação Administrativa o instrumento prioritário a explorar.

Pilar 1

Otimização do sistema de gestão, suportada por tecnologias da informação adequadas

Enquadramento

O pilar 1 inclui os seguintes projetos que, ou são complementares, ou convergentes no reforço da capacidade organizativa e de suporte à prestação de serviços por parte da Direção Regional:

• Reengenharia de todos os processos (de prestação de serviços, de suporte à atividade, de gestão e de melhoria contínua) de modo a simplificá-los, expurgando-os de todas as atividades inúteis, não geradoras de valor.

Tendo como ponto de partida os procedimentos que atualmente descrevem os processos da DRCC (processos de prestação de serviços, processos de suporte — ex. gestão de recursos humanos, compras, etc. —, processo de gestão e processo de melhoria contínua), bem como as atuais atribuições legalmente atribuídas à DRCC, efetuar-se-á, de acordo com a metodologia BPM (Business Process Management), a reengenharia daqueles processos de modo a identificar, descrever e quantificar a sequência de atividades (tramitação) mais simples, eficaz e eficiente. Serão propostos “níveis de serviço” quer na relação com o

exterior (SLAs), quer na relação entre unidades orgânicas da DRCC (OLAs). Esta atividade será dinamizada por entidade externa com comprovada experiência neste domínio, mas terá que incluir colaboradores da DRCC, com diferentes níveis de responsabilidade e experiência, dado que só assim se assegura a “assimilação” da metodologia aplicada e se criam condições para a manutenção e futura adaptação das soluções que vierem a ser aprovadas.

• Digitalização e Desmaterialização de todos os documentos que passem a dar entrada na DRCC e sua associação aos “processos físicos” a que estiverem associados, seguindo, posteriormente, a sequência de atividades otimizada resultante da atividade de reengenharia acima descrita. Para o efeito recorrer-se-á a equipamento de digitalização, bem como a uma aplicação informática que, configurada de acordo com as soluções resultantes da reengenharia, assegure que os documentos são “associados” aos “processos físicos” a que dizem respeito e seguem a “tramitação” resultante da reengenharia;

• Esta aplicação informática permitirá o registo de todos os dados que possibilitem a obtenção dos indicadores de avaliação e monitorização da qualidade dos serviços, nomeadamente dos indicadores que vierem a ser incorporados nos SLAs e OLAs já referidos. Esta solução assegurará a “gestão documental”, permitindo o acesso, devidamente autorizado, aos documentos recebidos, propostas de decisão, decisões, documentos expedidos, tempos de decisão e volume de trabalho realizado e a realizar, entre outras funcionalidades.

• O equipamento de digitalização, associado a aplicação informática adequada, permitirá a reconversão do Arquivo Informático da DRCC de acordo com as técnicas e nomenclaturas mais adequadas.

• Com esta solução, que leva em consideração o facto de os “processos físicos” terem sido tratados de forma diferente, em momentos diferentes, consoante a legislação em vigor no momento em causa, e portanto passíveis de indexação que permita a rastreabilidade ao momento da tomada de decisão, a DRCC fica detentora de um controlo precioso e rigoroso de todos os “processos” e documentos associados à sua atividade, podendo ser objeto de consulta interna, bem como de consulta externa no contexto dos “Serviços online”.

• A atualização do sistema de controlo da assiduidade permitirá a redução de tempo desperdiçado em verificações e cálculos manuais e, através da ligação à aplicação de gestão de recursos humanos, fiabilidade ao nível das remunerações.

• Através de uma recolha de dados biométricos, assegurada pelos terminais a adquirir no âmbito deste projeto, eliminam-se os erros e as demoras no processamento da informação relativa à assiduidade. Através do software associado aos terminais biométricos e à sua integração no sistema de gestão de recursos humanos no que diz respeito ao processamento de vencimentos e outros abonos, assegura-se uma poupança de tempo quer no processamento direto da informação, quer na correção dos múltiplos erros, omissões, dúvidas e confirmações que hoje ocorrem com elevada frequência.

• Muitas das melhorias resultantes do investimento a realizar no âmbito deste projeto podem ser efémeras se não forem enquadradas por um sistema de gestão que coloque ênfase nos resultados e na eficiência das atividades realizadas, bem como na melhoria contínua da performance da DRCC e do desempenho dos seus colaboradores.

A DRCC decidiu assim adotar para seu sistema de gestão o Modelo de Excelência da EFQM dado que contém orientações aplicáveis aos “Meios” (Liderança, Estratégia, gestão das Pessoas, gestão das Parcerias e Recursos e gestão dos Processos e Serviços), isto é ao que a DRCC “faz”, bem como orientações quanto aos “Resultados” (junto do cidadão/cliente, dos colaboradores da DR, da sociedade com que a DRCC interage e finalmente, resultados financeiros e não financeiros da atividade da DRCC) e ainda uma metodologia de melhoria.

Pilar 2

Otimização da interface com os cidadãos e outras partes interessadas, igualmente suportada por tecnologias da informação adequadas

Enquadramento

O pilar 2 inclui os seguintes projetos que permitirão à DRCC uma interação mais dinâmica, atrativa e eficiente com o cidadão, outras partes interessadas e a sociedade em geral:

O “site” atual da DRCC não possibilita a criação de um conjunto de “funcionalidades” que são hoje essenciais para uma relação e uma interface com o cidadão de elevada qualidade.

Assim prevê-se a criação de um “Portal” que possibilite, para além das funcionalidades já existentes, outras, mais dinâmicas.

Hoje o cidadão tem como interface com a DRCC para o tratamento de processos do seu interesse ou a comunicação via e-mail, ou o contacto presencial. Esta situação não serve nem os interesses dos cidadãos, nem os da DRCC, pelo que serão disponibilizados em resultado deste projeto:

- Serviços online nomeadamente no que diz respeito aos principais processos em que há interação com cidadãos ou outras partes interessadas (ex. associações culturais);
- Autenticação, via cartão do cidadão, para poder aceder a alguns desses serviços e submeter processos;
- Envio de mensagens (SMS), em articulação com a plataforma iAP, sempre que o processo tenha sido objeto de decisão ou seja necessário adicionar informação;
- Pagamento de serviços, em articulação com a plataforma iAP, nos casos em que da prestação de serviços efetuada pela DRCC resulte essa necessidade.

Pilar 3

Reforço da capacitação dos recursos humanos, dirigentes e não dirigentes, para dominarem e explorarem, no seu máximo potencial, as soluções tecnológicas e organizacionais a implementar

Enquadramento

O pilar 3 inclui os seguintes projetos de capacitação que permitam aos colaboradores da DRCC reforçar as suas competências em 2 domínios complementares, a saber:

- Capacitação para poderem dominar tecnicamente e usar de forma plena as novas aplicações e funcionalidades proporcionadas por este projeto e acima descritas.
- Para assegurar este objetivo cada nova aplicação ou funcionalidade a ser instalada integrará ações de capacitação específicas destinadas aos colaboradores da DRCC que de forma direta, ou mesmo indireta, venha a necessitar de fazer uso corrente dessas soluções.
- Capacitação para poderem reforçar o seu enquadramento e a sua atitude comportamental perante uma administração pública moderna, tecnologicamente avançada e focalizada nas necessidades do cidadão e outras partes interessadas.

Neste domínio serão incluídas as seguintes ações:

- Modernização da administração pública;
- Técnicas de análise e resolução de problemas;
- Técnicas de atendimento (presencial, telefónico ou outro);
- Gestão por processos e sua monitorização através de indicadores de desempenho.

LUSA

Projeto “Portuguese News Hub”, a desenvolver com apoio de parceiros tecnológicos, para modernização do portal internet da Lusa e dos seus serviços a clientes. O projeto deverá ter apoio em termos de financiamento por parte do fundo Google DNI.

GEPAC

Projeto a desenvolver com o apoio de financiamento comunitário, que se consubstancia no desenvolvimento de um portal dinâmico que disponibilize conteúdos culturais, pretendendo alcançar a aproximação e criação de uma relação mais dinâmica e interativa entre a produção cultural e os agentes culturais, comunicação social, cidadãos e outros interessados

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC						
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos Setoriais TIC					
DRCC P 1.1	Reengenharia de processos	Reengenharia de todos os processos da DRCC	2017	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 1.2	Digitalização e desmaterialização de todos os processos	Digitalizar e desmaterializar os processos da DRCC	2017	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 1.3	Arquivo digital	Gestão integrada dos vários inventários e fundos documentais	2017	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 1.4	Controlo de Assiduidade	Registo de assiduidade e obtenção de dados de gestão numa ótica de RH	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 1.5	Excelência em Gestão segundo o Modelo EFQM	Promover um sistema de gestão estruturado de acordo com as melhores práticas	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
DRCC P 1.6	Intranet	Operacionalizar a gestão de conteúdos do Portal, gestão de contactos e disponibilização de informações/comunicações internas	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 1.7	Atualização de Hardware de suporte	Aquisição de hardware de suporte ao projeto de modernização administrativa, nomeadamente servidor e armazenamento de dados	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 2.1	Desenvolvimento do Portal da DRCC	Desenvolvimento de um Portal dinâmico e que torne mais dinâmica a relação entre a DRCC, o cidadão e outras partes interessadas	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 2.2	Disponibilização de serviços online na DRCC e de serviços de autenticação, pagamentos e de SMS via iAP	Melhorar o acesso dos cidadãos e outras partes interessadas aos serviços da DRCC, alterando as formas de acesso, atendimento e solicitação dos serviços, bem como à entrega, por parte da DRCC, de informação sobre o estado de conclusão do processo/serviço solicitado	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 2.3	Reforço da comunicação via Facebook e Twitter	Reforçar a qualidade dos conteúdos e a frequência com que a DRCC comunica com todas as partes interessadas	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 3.1	Formação em modernização da administração pública	Email Marketing, desmaterialização de processos e modernização administrativa	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 3.2	Formação em técnicas de análise e resolução de problemas	Técnicas de análise e resolução de problemas	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 3.3	Formação em Técnicas de Atendimento	Técnicas de atendimento	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
DRCC P 3.4	Fornecimento em gestão por processos e sua monitorização através de indicadores de desempenho	Gestão por processos e sua monitorização	2016	2017	DRCC	DRCC e prestador de serviços
LUSA 1	Portuguese News Hub	Potenciar o negócio através do fortalecimento da marca LUSA e da prestação de um serviço com oferta mais abrangente, quer aos clientes atuais quer ao público em geral	2016	2017	LUSA	LUSA/Google/ATC/Outros
	Desenvolvimento do Portal DACULTURA	Desenvolvimento de um Portal dinâmico que disponibilize conteúdos culturais e que torne mais dinâmica a relação entre a produção cultural e os agentes culturais, comunicação social, o cidadão e outros interessados	2016	2017	GEPAC	GEPAC

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais Investimento	63	15	-	-
	-	337	337	337		533	-	-	-
Poupanças TIC	-	-	-	-		Saldo 556			
Poupanças Não TIC	-	-	-	-					

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

Investimentos, poupanças e benefícios estimados					Investimento total	Benefícios totais líquidos
2017	2018	2019	2020			
Eixo II (K€) *						
Medida 6	Poupanças TIC	50	50	-	100	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	50	50	-		

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Medida 7	Poupanças TIC	-	-	-	-	143	21
	Poupanças Não TIC	41	41	41	41		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 8	Investimento	73	70	-	-	533	556
	Poupanças TIC	-	337	337	337		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	63	15	-	-		
	Investimento	533	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
		Totais (K€) *					
	Poupanças TIC	50	387	337	337		
	Poupanças Não TIC	41	41	41	41		
	Benefícios económicos e sociais	63	15	-	-	776	577
	Investimento	656	120	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Pode consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
Teresa Marques	LUSA	CEO
Celeste Amaro	DRCC	Diretora Regional
Nuno Dias	GEPAC	Diretor
Fernanda Heitor	GEPAC	Diretora Geral
Contacto do Representante Ministerial		
Pedro Silva Dias	AMA I. P.	Presidente

Área Governamental da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Sumário Executivo

Atendendo aos prazos extremamente curtos, a elaboração do Plano Setorial representou um desafio acrescido. Com mais tempo teria sido possível detalhar melhor algumas medidas, em especial no que se refere aos ganhos esperados. Entendeu-se que este plano será objeto de revisões anuais onde estas lacunas poderão ser resolvidas.

Foi necessário, numa abordagem inclusiva que consideramos essencial para o sucesso deste Plano, organizar a criação de um grupo de trabalho TIC interno à Área de Governação, incluindo os organismos comuns com a Área de Governação da Educação.

O Plano Setorial Final é o resultado deste trabalho cooperativo e apresenta um elevado grau de ambição. Destacamos em particular as iniciativas da Política “Ciência Aberta, Conhecimento para Todos” e em concreto o Programa “Mais Ciência, Menos Burocracia”.

Nas medidas do ex-GPTIC em que já se tinham desenvolvido atividade importante (Ex: Voip, Eduroam, PTT), procurou-se expandir a cobertura das medidas.

Refere-se por fim, a importância que assume a definição de um bom modelo de Governance para a Área de Governação, a ser integrada em futuras leis orgânicas.

Medida 1

Governança das TIC

Ações e objetivos

Esta medida assume um papel estruturante e central de todo o processo de racionalização das TIC, na Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, num momento em que a atual política elege a promoção do conhecimento para todos, o reforço do investimento em ciência e tecnologia, o estímulo à inovação e a democratização no acesso ao conhecimento.

Na sequência da publicação, a 11 de Abril de 2016, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2016 — Política Nacional de Ciência Aberta, a Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior lançou o programa, designado Mais Ciência Menos Burocracia — que se encontra articulado com o programa Simplex 2016, que é um dos compromissos do XXI Governo para a modernização administrativa do estado — com níveis de atuação intersectorial, interinstitucional e intrainstitucional que contempla medidas, nomeadamente, no sentido da racionalização, desburocratização e modernização administrativa dos sistemas de ciência, tecnologia e ensino superior.

Neste contexto complexo, o grau de mudanças necessárias ao nível da organização das TIC na Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior exige um modelo flexível que permita a adoção de soluções exequíveis e que assegurem a implementação da política supracitada.

Foi constituído pela RCM n.º 33/2016, de 3 de junho, o grupo de projeto denominado «Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública», abreviadamente designado por CTIC. Este grupo sucede ao Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC) cujo funcionamento cessou no dia 31 de dezembro de 2015.

O representante nomeado pela Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior é o Eng. João Nuno Ferreira, Coordenador Geral da unidade FCCN da FCT, que já tinha sido o representante ministerial no anterior GPTIC.

Foi criado o grupo de trabalho CTIC.MCTES, que configura uma estrutura inicial de governação das TIC e de definição e de articulação das ações necessárias ao cumprimento dos principais objetivos da política da Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (com as medidas do programa Mais Ciência Menos Burocracia), e subsequente alinhamento com a estratégia das TIC na Administração Pública.

Destacam-se como objetivos prioritários desta medida:

- A definição de uma governança TIC para a Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a ser implementada em 2017;
- A definição de um modelo de racionalização da função informática;
- Elaboração de um catálogo de serviços.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental						
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)					
1.1.3.1	Nomear representante CTIC	2016	2017	MCTES		
1.1.3.2	Criar Grupo de trabalho interno CTIC.MCTES	- Identificação dos stakeholders de 1.ª linha - Diagrama de Contexto de Governance - Alinhamento com a política transversal da AP - Funcionamento do grupo CTIC.MCTES	2016	2017	MCTES	CTIC.MCTES
1.1.3.3	Definição da Governação das TIC setoriais	Definição do Modelo Governação das TIC na Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2016	2017	MCTES	CTIC.MCTES
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central					
1.1.4.1	Propor um modelo para a prestação da Função TIC	Organização, competências, catálogo de serviços, monitorização e normas da Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2016	2017	RM	CTIC.MCTES
1.1.4.2	Implementar o modelo definido para a prestação da Função TIC	Implementar o modelo definido para a prestação da Função TIC da Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2017	2017	MCTES	CTIC.MCTES
1.1.5	Publicar catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço das áreas governamentais					
1.1.5.1	Disponibilizar Catálogo de serviços com capacidade de requisição online.	Disponibilizar Catálogo de serviços com capacidade de requisição online da Área de Governação da Ciência Tecnologia e Ensino Superior	2017	2017	RM	CTIC.MCTES

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
<i>Saldo</i>	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Em meados de junho de 2016 foi dado o primeiro passo para a Governança da Área de Governação de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a nomeação do Representante Ministerial — RM e a criação do grupo CTIC.MCTES.

A primeira atribuição do grupo foi elaborar o Plano setorial TIC da Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Foi acometido ao grupo a incumbência de elaborar uma proposta dos modelos de Governance e de racionalização

da função informática, para posterior aprovação por parte do Sr. MCTES, que irá refletir a situação futura. O prazo previsto para a entrega das propostas de modelo foi o de 31-12-2016.

Situação futura

A situação futura será fruto dos contributos do CTIC.MCTES e resultará num diagrama de contexto de governança que está previsto para setembro de 2016. Segue-se a elaboração e a entrega da proposta do modelo, que está agendada para o fim do ano de 2016, a que se seguirá a submissão à aprovação do Sr. MCTES.

A implementação do Modelo para a Racionalização da Função TIC e a formalização do modelo de Governance, estão calendarizadas para Junho de 2017.

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

A principal ação desta medida consiste em aprovar e publicar o Plano Setorial TIC da Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, alinhado com as medidas setoriais do programa Mais Ciência Menos Burocracia, Simplex+ e subsequente alinhamento com a estratégia das TIC na AP.

Com o foco no eixo da inovação e competitividade o Plano Setorial TIC da Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior responde à ESTRATÉGIA TIC 2020 — Estratégia para a Transformação Eletrónica na Administração Pública até 2020, identificando uma série de ações que permitem o incremento da eficiência

na prestação de serviços setoriais e aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC.

A par da elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC propõe-se, ainda, que o Plano Setorial TIC da Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior seja revisto anualmente até 2020.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Aprovar e publicar planos setoriais TIC					
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central				
1.2.1.1	Recolher propostas e elaborar proposta de plano estratégico TIC MCTES	2016	2017	RM	CTIC.MCTES
1.2.1.2	Recolher propostas e elaborar 1.ª revisão do plano estratégico TIC MCTES	2017	2017	RM	CTIC.MCTES
1.2.1.3	Recolher propostas e elaborar 2.ª revisão do plano estratégico TIC MCTES	2018	2018	RM	CTIC.MCTES
1.2.1.4	Recolher propostas e elaborar 3.ª revisão do plano estratégico TIC MCTES	2019	2019	RM	CTIC.MCTES
1.2.1.5	Recolher propostas e elaborar 4.ª revisão do plano estratégico TIC MCTES	2020	2020	RM	CTIC.MCTES
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC					
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central				
1.2.2.1	Elaboração do plano de 2017 de projetos e investimentos TIC	2016	2017	RM	CTIC.MCTES
1.2.2.2	Elaboração do plano de 2018 de projetos e investimentos TIC	2017	2017	RM	CTIC.MCTES
1.2.2.3	Elaboração do plano de 2019 de projetos e investimentos TIC	2018	2018	RM	CTIC.MCTES
1.2.2.4	Elaboração do plano de 2020 de projetos e investimentos TIC	2019	2019	RM	CTIC.MCTES

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A alteração de orgânica do ex-Ministério da Educação e Ciência — em duas áreas de governação, designadamente, a de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a de Educação — a publicação, a 11 de Abril de 2016, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2016 — Política Nacional de Ciência Aberta, o lançamento do programa, designado Mais Ciência Menos Burocracia — que se encontra articulado com o programa Simplex 2016, que é um dos compromissos do XXI Governo para a modernização

administrativa do estado — com níveis de atuação intersectorial, interinstitucional e intrainstitucional que contempla medidas, nomeadamente, no sentido da racionalização, desburocratização e modernização administrativa dos sistemas de ciência, tecnologia e ensino superior, foram alguns dos factos que orientaram a elaboração — por parte do grupo, recém criado, CTIC.MCTES — de um novo Plano Setorial TIC para a Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Situação futura

Ter um Plano Setorial TIC cada vez mais transversal, integrado e colaborativo com revisões anuais até 2020.

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

O alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP está previsto com uma candidatura Sama, que prevê arquivo e gestão documental e um projeto de gestão documental e, no âmbito do SIMPLEX+, em duas medidas que apostam na simplificação de processos e na agilização de partilha de informação entre serviços públicos.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental					
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP				

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.3.3.1	Projeto SAMA n.º 012432 — FCT — Gestão Documental	Melhoramento e alargamento do sistema de gestão documental da FCT, alinhando-o com a MEF, com o RNID, desmaterializando processos e adoção da assinatura eletrónica	2016	2018	FCT	FCT
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa						
1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
1.3.4.1	SIMPLEX+: Universidades e Politécnicos em rede com o SEF	Simplificar o processo de validação junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) da situação dos cidadãos estrangeiros, oriundos de países terceiros à União Europeia, que se pretendam vincular a uma instituição de ensino superior ou que se encontrem a estudar na referida instituição		2017	DGES	IES
1.3.4.2	SIMPLEX+: Bolsas de estudo + simples	Agilizar a partilha de informação relevante, entre serviços públicos, para a elegibilidade do requerente, nomeadamente a relativa aos seus rendimentos e do seu agregado familiar. Para tal, será implementado um fluxo de interoperabilidade informática com a Autoridade Tributária e Aduaneira (detentora de grande parte da informação necessária ao processo de decisão) e outras entidades públicas como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.		2017	DGES	AT, SEF

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	35	70	70	70
Benefícios económicos e sociais	2 965	2 965	2 965	2 965
Investimento	95	-	-	-
Saldo	12 010			

* Valores arredondados em milhares de euros euros

Situação atual

O sistema atual não responde às necessidades da instituição, nomeadamente: produção interna de documentos, workflows, circulação documental a vários níveis, upload de documentos, edição de documentos, integração com o outlook, entre outras necessidades. A solução tecnológica adotada baseia-se na plataforma Office Share Point Server 2007, permitindo uma estrutura dinâmica e flexível, adaptável às necessidades específicas de cada unidade orgânica. Atualmente é utilizado essencialmente para a gestão de expediente — entradas e saídas —, na captura de documentos — feita através dos mesmos, em suporte papel, que consiste na digitalização, registo, associação de meta-informação descritiva e encaminhamento para o destinatário. Neste contexto, apontamos como especialmente relevantes as seguintes considerações:

- O papel que a FCT desempenha na prestação de um serviço público, nomeadamente a gestão, promoção e financiamento de ciência;
- A dimensão da FCT — em termos de utilizados — que ultrapassa em larga medida os milhares, distribuídos pelas diversas formas de financiamento;

- A forma híbrida (papel e digital) como é produzida e recebida a informação e as dificuldades de gestão que se colocam nesta realidade;

- A forma híbrida e disseminada de receção da informação, através de diversos canais de comunicação;

- A necessidade de encontrar uma solução baseada no princípio “Digital como Regra”;

- A necessidade de prestação de serviço eficaz e eficiente ao cidadão, e de acesso à informação, de forma democrática e transparente, de acordo com a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA);

- A necessidade de implementação do princípio only once e a necessidade de interoperabilidade entre sistemas de informação, nomeadamente com recurso às ferramentas disponibilizadas pelos serviços centrais do Estado (iAP — Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública);

Situação Futura

As transformações a operar visam, no essencial, a melhoria da gestão dos processos de negócio da FCT, a possibilidade de criação de um arquivo digital, a implementação de ferramentas e instrumentos de gestão documental, o acompanhamento controlado do ciclo de vida dos documentos, desde a sua produção até ao seu destino final. Só assim se poderá garantir uma eficaz recuperação e consulta da informação relativa aos processos de negócio, o seu acesso facilitado e a garantia de preservação da informação que reflete a memória desta instituição e que contribui para a memória coletiva nacional.

A implementação de um Sistema de gestão para documentos de arquivo permitirá uma visão integrada dos processos de negócio e da informação associada, e que estará na base, servindo de alicerce ao desenvolvimento das atividades da FCT, numa realidade algo descentralizada, mesmo fisicamente, tendo em conta a unidade orgânica da Computação Científica Nacional (FCCN),

responsável pela gestão e operação da RCTS — Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade, a funcionar no Campus do LNEC, na Av. do Brasil.

Outro impacto esperado está diretamente relacionado com a desmaterialização e automatização dos processos, que se consubstancia na redução do papel em circulação dentro da instituição e na comunicação que esta estabelece com os seus clientes, fornecedores e parceiros, otimizando, simplificando e melhorando os processos de negócio.

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

Atento aos referenciais TIC, transversais à AP, o Plano Sectorial TIC do MCTES procura afinar os seus referenciais bem como a normalização técnica e semântica

com a comunidade científica europeia, apostando, nesta medida, no alinhamento e acompanhamento dos principais projetos e investimentos TIC. É neste contexto que surge o PTCRIS que é um programa estruturante para a gestão de ciência e tecnologia que visa promover a integração de vários sistemas de informação de suporte à atividade científica utilizados pelos investigadores, pelos gestores de ciência ou pelo público em geral.

O PTCRIS propõe criar um ecossistema aberto, do qual todos os agentes podem facilmente beneficiar e contribuir, com vantagens para todos. Este ecossistema promoverá a excelência da ciência em Portugal, dando-lhe uma maior visibilidade para todos os intervenientes nacionais e internacionais, facilitando os processos de gestão e produção de ciência e inovação, através de acesso facilitado a informação autoritativa, completa e fidedigna.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais						
1.4.1	Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais à AP					
1.4.1.1	Projeto PTCRIS	Normativo e base de dados autoritativa com informação dos processos de Ciência, de acordo com as boas práticas	2016	2020	FCT	IES
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC						
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC					
1.4.5.1	Centralização setorial da submissão de despesa dos organismos do MCTES	Criação dos mecanismos de comunicação de despesa acima de 10.000€	2016	2017	RM	CTIC.MCTES
1.4.5.2	Centralização setorial da submissão de despesa dos organismos do MCTES	Acompanhar execução das despesas TIC	2017	2020	RM	CTIC.MCTES

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	1 162	1 162	1 162	1 162
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	145	250	150	150
Saldo	3 952			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Ausência de um quadro normativo abrangente que torne possível a troca de informação entre os sistemas de suporte à atividade científica desenvolvida em Portugal.

Situação futura

Com a implementação do programa PTCRIS obtém-se um normativo e bases de dados autoritativas com informação dos processos de Ciência:

- Otimiza-se o processo de financiamento para os conselhos de investigação;
- Facilita-se o acesso à informação relevante e à gestão e reporte para os investigadores;

- Facilita-se a medição e análise da atividade de investigação o acesso a informações comparativas e à avaliação por parte dos administradores e gestores de ciência;

- Aumenta-se a facilidade em descobrir tecnologias e ideias inovadoras e a facilidade na identificação da concorrência para as empresas e organizações de transferência de tecnologia;

- E para os média e o público, ocorre um incremento da facilidade no acesso a informação fidedigna, completa e atualizada sobre as instituições onde se pratica investigação C&T, os seus investigadores, respetivos projetos de investigação e os seus resultados.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

Para além das ações e iniciativas descritas no Plano setorial, existem projetos ao nível das entidades de ensino superior, sobretudo através de candidaturas SAMA, submetidas, em 2015 e 2016, onde era proposta a compatibilização com a Chave Móvel Digital de que a AMA I. T., como entidade gestora dos financiamentos das candidaturas SAMA, deverá ter a informação consolidada.

Mas destacamos em particular o Programa Mais Ciência Menos Burocracia, promovido pela Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e que

abrange exatamente as duas áreas que referem no vosso ofício. Este programa advoga a criação de dois novos identificadores, destinados aos investigadores (Ciência ID) e os alunos de ensino superior (Estudante ID). Ambos os identificadores irão permitir o acesso simplificado a serviços eletrónicos, ao mesmo tempo que unificam a identificação destas comunidades. Em ambos os casos, os processos de autenticação pretendem usar a infraestrutura Autenticação.Gov, nomeadamente através dos mecanismos de Chave Móvel Digital. Pretende-se igualmente utilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais para permitir que um investigador, após confirmação da sua afiliação por parte de uma entidade credenciada, possa assinar digitalmente documentos, com base nos atributos fornecidos por essas entidades, sejam de ciência ou afiliação institucional.

Adicionalmente, a FCT através da unidade FCCN, opera uma infraestrutura distribuída de autenticação e autorização, denominada RCTSaai, com uma extensa implementação nas entidades de ensino superior, contando com mais de quarenta fornecedores de identidade (IdP). A RCTSaai está integrada na federação europeia de infraestruturas congêneres, através do serviço EduGAIN, permitindo o acesso, por parte das comunidades académicas nacionais, a milhares de fornecedores de serviço na Europa e América do Norte. Este acesso é feito usando as suas credenciais institucionais locais de cada utilizador.

Neste contexto considerou-se importante compatibilizar as vantagens distintas da RCTSaai e do Autenticação.Gov. Estamos convencidos que a melhor forma de atingir este objetivo é através do desenvolvimento de um plug-in de interface com Autenticação.Gov para o software livre Shibboleth, que é o mais usado pelas entidades de ensino superior para os processos de autenticação na RCTSaai. Deste modo pretende-se que os IdP existentes passem a autenticar e autorizar simultaneamente através de Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, bem como através das credenciais locais atuais. Assim, não será necessário proceder a qualquer alteração nos prestadores de serviços (SP) atuais, para que passem a aceitar autenticações feitas através da infraestrutura Autenticação.Gov.

O desenvolvimento deste plug-in, que se pretende colocar no domínio público, está a ser implementado pela Universidade de Aveiro, através de um financiamento SAMA.

Pensamos que, concretizando-se com sucesso este desenvolvimento, passará a haver uma forma ágil e fácil para massificar a utilização da infraestrutura Autenticação.Gov em todas as entidades que utilizem ou venham a utilizar o Shibboleth nos seus processos de autenticação e autorização. Estes planos foram informalmente comunicados à AMA I.T., tendo já sido estabelecidos os contactos para apoio na fase de testes do referido plug-in.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
2.5.2.1	Programa Mais Ciência Menos Burocracia: Plataforma Ciência ID	Ciência ID é um identificador digital único e permanente para os cidadãos que desenvolvem atividade científica no ecossistema científico e tecnológico nacional. O Ciência ID é a chave de acesso, a forma de autenticação e um facilitador nas plataformas mais comuns, no currículo, no financiamento, entre outras que permitirá reduzir e simplificar a relação dos investigadores com várias entidades, designadamente pela dispensa de entrega recorrente de documentação e informação processual.	2019	2020	SECTES	FCT
2.5.2.2	Programa Mais Ciência Menos Burocracia: Plataforma Estudante ID	Estudante ID é um identificador digital único e intransmissível que acompanha de forma persistente e intemporal o percurso do estudante nas IES, onde são criados os mecanismos que garantem a gestão integrada do percurso do estudante no ecossistema de ensino superior nacional e que assegura a reutilização da informação.	2019	2020	SECTES	DGES, IES

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	445	445
Benefícios económicos e sociais	-	-	14 282	23 522
Investimento	-	-	140	-
Saldo	38 556			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

Na sequência da publicação, a 11 de abril de 2016, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2016 — Política Nacional de Ciência Aberta, a Área de Governança de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior lançou o programa, designado Mais Ciência Menos Burocracia — que se encontra articulado com o programa Simplex 2016, que é um dos compromissos do XXI Governo para a modernização administrativa do estado — com níveis de atuação intersectorial, interinstitucional e intra-institucional que contempla medidas, nomeadamente, no sentido da racionalização, desburocratização e modernização administrativa dos sistemas de ciência, tecnologia e ensino superior.

O programa designado “Mais Ciência, Menos Burocracia”, pretende contribuir para que sejam criadas as condições de simplificação e desburocratização em termos estruturais, organizacionais e de funcionamento das unidades de investigação e de outras estruturas de produção, gestão, preservação, curadoria, partilha e disseminação do conhecimento.

Situação Futura

O programa designado “Mais Ciência, Menos Burocracia” irá implementar 3 plataformas, nomeadamente, Estudante-Id, Ciência-Id e Ciência Vitae.

Estudante ID é um identificador digital único e intransmissível que acompanha de forma persistente e intemporal o percurso do estudante nas Instituições de Ensino Superior. Com o Estudante ID são criados os mecanismos que possibilitam a simplificação e a desburocratização de procedimentos redundantes, garantindo a gestão integrada do percurso do estudante no ecossistema de ensino superior nacional e assegurando o princípio da reutilização da informação. A adoção do ID garantirá, igualmente, dispensa do comprovativo de inscrição/frequência no ensino superior e a ausência de duplicações de identidades e promoverá uma maior eficiência administrativa pela sua ligação aos serviços do Cartão de Cidadão, que lhe confere um estatuto de cidadania académica, o Estudante ID transporta consigo mecanismos robustos de confiança, segurança e autenticidade reconhecidos internacionalmente, fortalecendo deste modo as operações realizadas no âmbito de todo o sistema de ensino superior português.

Ciência ID é um identificador digital único e permanente para os cidadãos que desenvolvem atividade científica no ecossistema científico e tecnológico nacional. O Ciência ID é a chave de acesso, a forma de autenticação e um facilitador nas plataformas mais comuns, no currículo, no financiamento, entre outras que permitirá reduzir a burocracia e simplificar a relação dos investigadores com várias entidades, designadamente pela dispensa de entrega recorrente de documentação e informação processual. Associado aos serviços do Cartão de Cidadão permitirá operações de assinatura eletrónica sobre documentos recorrendo ao seu atributo de ciência ou de afiliação institucional.

O Ciência Vitae que é o sistema nacional de gestão curricular de ciência cumprirá ainda a função de agregador de outros atributos e identificadores, nacionais e internacionais e a que alojará num único sítio a informação atualmente dispersa em múltiplas plataformas. (Esta medida encontra-se inscrita, mais à frente na medida 2.7.7 — Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP.)

Medida 6

Transparência e participação

Ações e objetivos

Apesar de não estar prevista, nesta medida, a participação direta nos Planos Setoriais, registamos a proposta, por parte do Centro Ciência Viva, para uma expansão da descrição da ação 2.6.3, de forma incluir mecanismos de participação colaborativa dos cidadãos no aperfeiçoamento da AP.

Esta proposta pretende completar dimensões importantes, cuja relevância já foi identificada pelo tic.gov.pt., como a avaliação dos serviços ou a participação pública na

discussão de projetos nas suas fases iniciais de conceção. Trata-se de introduzir mecanismos e serviços públicos eletrónicos que promovam a colaboração dos cidadãos, a co-criação e a mobilização de saberes — de certificação informal e distribuída — para uma produção social de informação e conhecimento.

O desafio é o de ir para além da transparência como um fim em si mesmo, transformando-a numa base para uma colaboração sólida e contínua entre os cidadãos e a AP para o aperfeiçoamento dos serviços públicos.

O conceito que se pretende introduzir com esta recomendação está em sintonia com iniciativas atuais em curso em sociedades tecnologicamente avançadas, como os EUA. Autores como Beth Noveck (Smart Citizens, Smarter State, 2015), entre outros, discutem aplicações potenciais de saberes e competências dos cidadãos em projetos e serviços da administração pública. A sociedade portuguesa é, no seu conjunto, um repositório dinâmico e disperso de conhecimentos especializados (quer de natureza universal e científica, quer popular e empírica) que podem ser colocados ao serviço da governação e da ação pública, desde que encontrem disponíveis plataformas e dispositivos digitais de comunicação e trabalho colaborativo).

Tal como em projetos de ciência cidadã ou de ciência aberta, o público pode ser particularmente eficaz na recolha de dados e na avaliação de informação, mas também na tomada de decisão.

Caso esta medida seja aceite pelos organismos responsáveis, seria integrada com ações concretas em revisões posteriores do Plano Setorial TIC.

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

A Área de Governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior entende proceder à adoção generalizada de uma solução de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP envolvendo várias entidades do setor.

A área de governação de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior fica disponível para cooperar nas seguintes medidas:

- 2.7.9 Pilotar a adoção na AP de trabalho em movimento e a partir de casa;
- 2.7.10 Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOV-roam.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
	Desmaterialização de documentos produzidos pelas Instituições de Ensino Superior Público	Desmaterialização de documentos produzidos pelas Instituições de Ensino Superior para Estudantes (nomeadamente comprovativos, frequência, diplomas, entre outros) recorrendo à plataforma transversal da Bolsa de Documentos	2017	2018	Dges	IES Públicas; FCT
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
2.7.7.1	Programa Mais Ciência Menos Burocracia: Plataforma Ciência Vitae	O Ciência Vitae é o sistema nacional de gestão curricular de ciência que cumprirá a função de agregador de outros atributos e identificadores, nacionais e internacionais e a que alojará num único sítio a informação atualmente dispersa em múltiplas plataformas	2019	2020	SECTES	FCT
2.7.7.2	Programa de Responsabilidade Cultural e Patrimonial: Diretório de Repositórios Digitais	Diretório de Repositórios Digitais e portal com identificação de Património Científico e Tecnológicas nas instituições tuteladas pelo MCTES	2016	2017	SECTES	GT-DRD
2.7.7.3	SIMPLEX+:Ensino Superior 360º	Centralizar toda a informação respeitante a inscrições e frequências no ensino superior, podendo esta informação ser disponibilizada ao estudante ou a entidades públicas que dela necessitem, a requerimento daquele.		2017	DGES	IES
2.7.7.4	SIMPLEX+:Registo único de graus académicos estrangeiros	Facilitar o reconhecimento e ou a equivalência a graus estrangeiros por parte do ensino superior português, através do desenvolvimento de uma plataforma eletrónica de gestão centralizada, que permitirá a atribuição de um número único a cada grau/reconhecimento efetuado		2017	DGES	
2.7.7.5	SIMPLEX+:Informação uma só vez no Ensino Superior	Criar as condições tecnológicas que permitam agregar, numa única plataforma, as informações necessárias aos inquéritos referentes a pessoal docente e não docente de todas as Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, para efeitos de recursos humanos		2016	DGES	IES
2.7.7.6	SIMGES	Planeamento e desenvolvimento de um Sistema Integrado e Modular de Gestão para o Ensino Superior que integre as áreas de negócio da DGES e potencie interoperabilidade com organismos do Estado, com as Instituições de Ensino Superior e com os Estudantes, uma vertente web e mobile adequada ao estado atual da tecnologia e utilização alargada e facilitada dos serviços por parte dos parceiros da DGES	2017	2020	DGES	IES
Digitalizar o arquivo físico da AP						
2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
2.7.11.1	Programa de Responsabilidade Cultural e Patrimonial: Projeto Arquivo Histórico da Ciência	Digitalização e catalogação da Sec-Geral	2017	2020	Sec-Geral	FCT, DGES

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.7.11.2	Programa de Responsabilidade Cultural e Patrimonial: Disponibilização de coleções digitais do CCCM	2017	2019	CCCM	FCT	
2.7.12.1	Projeto de gestão documental da AP direta setorial	Candidatura SAMA	2017	2018	Secretaria-Geral	CCCM, CCV, ACL

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	111	129	129	129
Investimento	2 129	7 068	14 394	14 427
Saldo	36 555			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

Existem várias entidades da Área de Governação de Ciência e Tecnologia que pretendem evoluir para um sistema de gestão documental transversal que se pretende articular com um novo sistema de gestão documental que a Área

de Governação da Educação que se pretende implementar e que aloja, igualmente, várias entidades do setor.

Situação Futura

Ter um único sistema de gestão documental para a administração direta da Área de Governação da Ciência — neste momento a exceção é a FCT — que dispense a implementação de mecanismos complexos de interoperabilidade na sua articulação, eletiva, com a Área de Governação da Educação.

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

Propõe-se a criação de um sistema centralizado — com informação do ensino superior recolhida a partir de soluções de interoperabilidade com os sistemas locais das instituições de ensino superior — com o objetivo de consolidar informação para cálculo de indicadores no âmbito do Portugal2020

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC						
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC					
2.8.1.1	SIIGES — Sistema Integrado de Informação para Gestão do ensino superior	Criação de um sistema centralizado com informação do ensino superior recolhida a partir de soluções de interoperabilidade com os sistemas locais das instituições de ensino superior com o objetivo de consolidar informação para cálculo de indicadores no âmbito do Portugal2020	2017	2017	DGEEC, DGES	FCT, DGES, IES

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	264	528	1 056	1 056
Investimento	145	250	150	150
Saldo	2 209			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

A Agência de Ciência Viva, na qualidade de gestora de uma rede de dezenas de centros de ciência distribuída

pele território nacional, manifestou a sua disponibilidade para — no âmbito da medida 3.9.5 Capacitar e Formar RH TIC — estudar a possibilidade de se associar a uma rede descentralizada de Centros de Competências de grande proximidade com as populações e com as escolas e assente num modelo misto de formação à distância e presencial. A formação à distância, vocacionada sobretudo para os recursos humanos da AP, deve assentar em dispositivos massive online courses, que se revelam particularmente adaptados para formandos com motivações bem identificadas — neste caso profissionais, de desempenho e de progressão de carreira.

A FCT encontra-se interessada em analisar as eventuais sinergias com a medida do projeto Nau — Plataforma On-Line da Administração Pública para Ensino e Formação a Distância de Grandes Audiências inscrito em 2.8.1 — Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos Setoriais TIC.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Avaliar os resultados do piloto						
3.9.5	Capacitar e Formar RH TIC					
3.9.5.1	Projeto NAU	Plataforma Online da Administração Pública para Ensino e Formação a Distância de Grandes Audiências	2017	2020	FCT	Entidades AP

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	70	70	70	70
Poupanças Não TIC	2 855	2 855	2 855	2 855
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	600	300	-	-
Saldo	10 800			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Na situação atual verifica-se uma ausência generalizada de quadros TIC qualificados na AP. Pretende-se combater

esta situação com recurso a soluções formativas inovadoras (mooc's).

Situação futura

Pretende-se que passe a ser generalizado, abrangendo milhares de colaboradores, a requalificação e reciclagem de recursos Humanos da AP, TIC's e de outras áreas.

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

Rentabilizar, junto dos stakeholders, a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP e aproveitar os financiamentos existentes para Ciência, nomeadamente no P2020, para maximizar as sinergias entre todos os interessados.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
3.10.2.1	Levantar a capacidade existente	Inquérito às IES sobre capacidade livre existente e projetos em curso	2016	2017	RM	RSPTIC, AMA I.T., CTIC.MCTES
3.10.2.2	Rede de Datacenters de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Articular com as entidades do MCTES, com o Min-Edu e outros ministérios, a criação de uma rede de Centros de Processamento de Dados partilhados que, aproveitando os financiamentos existentes para Ciência, nomeadamente no P2020, maximize as sinergias entre todos os interessados, incluindo AP Local	2016	2018	RM	RSPTIC, AMA I.T., CTIC.MCTES

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	250	200	-	-
Poupanças Não TIC	50	80	100	150
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	500	400	-	-
Saldo	-70			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Já existe hoje na área de governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, um grau elevado de concentração de equipamentos, nomeadamente dos equipamentos que se destinam à prestação de serviços às comunidades externas, ou público em geral. Esta concentração foi feita essencialmente através do datacenter da unidade FCCN. A articulação com a Área de Governação da Educação, delineada na anterior legislatura, deverá ser mantida.

Por outro lado, a existência de fundos estruturais específicos para a Ciência, prevendo apenas investimentos e organizados de uma forma essencialmente regional, recomendam que se procurem articular oportunidades de investimento da forma mais alargada possível. Os desafios da Ciência Aberta, assumidos tanto a nível Internacional, Europeu e global, bem como a nível nacional, colocam grandes desafios em termos das infraestruturas digitais de suporte. É importante assegurar que os cientistas nacionais e as instituições de ensino superior, dispõe de meios de rede, armazenamento e computação, para as suas atividades. Uma rede de centros de dados articulada, é essencial para o sucesso deste desafio.

Situação futura

Pretende-se que no futuro a consolidação dos equipamentos da área de governação esteja concluída e que exista uma rede nacional de datacenters de Ciência e Ensino Superior, articulados e integrados entre si a nível nacional e integrados na rede europeia. Esta rede deverá articular-se e realizar sinergias com as funções da restante Administração Pública, central e local, partilhando sempre que possível os mesmos espaços físicos.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

Com todas as entidades a consumir atualmente, exclusivamente, serviços de conectividade e de Internet fornecidos transversalmente pela Área de Governação de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as preocupações de racionalização de comunicações estão focadas, nomeadamente, no refresh de equipamento e na função de certificação de equipamento, de acordo com requisitos VoIP, e, ainda, no apoio eletivo à Área de Governação da

Educação em matérias que abarcam desde a elaboração de contratos de serviços Voip ao alargamento no VoIP às escolas.

Para a definição e implementação da estratégia de comunicações unificadas da Área de Governação de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior é valorizada a implementação da ligação redundante ao PTT, a manutenção da conectividade e a partilha de recursos entre as áreas de governação da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação e a migração das respetivas ligações diretas remanescentes para a RCTS+PTT.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	Serviço RCTS VoIP	Definir requisitos dos equipamento de suporte ao serviço VoIP, assegurar função de aquisição e de certificação de equipamento VoIP e realização de novo contrato de serviços VoIP para o MCTES e Min-Edu	2016	2020	FCT	CTIC.MCTES, IES
3.11.1.2	Projeto VoIP nas escolas	Apoio ao Min-Edu para alargamento no VoIP às escolas	2017	2020	RM	FCT, Min-Edu
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
3.11.2.1	Ligação redundante ao PTT	Ligação da RCTS aos locais definidos como sendo Pontos de Troca de Tráfego	2016	2017	FCT	CTIC.MCTES, Min-Edu
3.11.2.2	Migração das ligações diretas remanescentes	Migração das ligações diretas remanescentes do MCTES e do Min-Edu para passarem a ser via RCTS+PTT	2016	2017	FCT	CTIC.MCTES, Min-Edu
3.11.2.3	Conectividade RCTS — Educação	Assegurar a manutenção da conectividade e a partilha de recursos entre o MCTES e o Min-Edu, nomeadamente nos serviços diferenciados que possam beneficiar os dois ministérios (Ex: GEANT), adaptando-os às necessidades periodicamente	2016	2020	FCT	Min-Edu
3.11.2.4	Eduroam na Área de Governação da Educação	Apoiar a interligação entre os organismos da educação e a rede edurom do MCTES	2017	2018	DGEEC	FCT, Escolas
3.11.3	Definir Modelo e Roadmap para o IPV6 na AP					
3.11.3.1	Modelo e Roadmap para o IPV6 na AP	Apoiar na definição de Modelo e Roadmap para o IPV6 na AP.	2016	2017	RM	FCT, RSPTIC
3.11.3.2	Implementação do Roadmap para o IPV6 na AP no Min-Edu e MCTES	Implementação do Roadmap para o IPV6 na AP no Min-Edu e MCTES	2016	2018	RM	FCT, RSPTIC
Implementar rede comum de comunicações multisserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP					
3.11.4.1	Rede comum de comunicações multisserviços da AP.	Acompanhar e implementar os serviços disponibilizados através do PTT, quando aplicáveis, no Min-Edu e no MCTES	2016	2020	RM	FCT, RSPTIC

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	2 200	2 200	2 200	2 200
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	8 800			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Nesta medida a Área Governamental dispõe de uma solução que cumpre hoje no essencial os objetivos da AP. Pretende-se alargar esta abordagem às escolas, cobrindo assim o último setor da educação que falta. Ao nível da interligação das redes ministeriais, pretende-se avançar com essas ligações logo que seja possível. Na vertente do IPv6, o trabalho a fazer deverá orientar-se no sentido de facilitar a adoção de soluções para toda a AP.

Situação futura

Entende-se que a criação de Pontos de Troca de Tráfego redundantes é um passo fundamental para a melhoria da

conectividade da AP. Através destes pontos, será possível também, agregar a oferta de serviços e melhorar a segurança. A adoção generalizada do IPv6, ou pelo menos, a existência de regras simples para a sua utilização pela AP, permitirá modernizar os serviços do estado para os desafios do futuro.

Por fim, o alargamento das chamadas VoIP a mais áreas governamentais, permitirá uma redução nos custos das chamadas entre organismos do estado.

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Ações e objetivos

Pretende-se adotar um conjunto de tecnologias e práticas de desenvolvimento ágil e rápido de sistemas de informação de apoio à gestão de ciência.

O objetivo desta plataforma é melhorar a capacidade de desenvolvimento e a flexibilidade na acomodação de alterações de requisitos para os sistemas de gestão de ciência, melhorar a capacidade de geração de aplicações multiplataforma (desktops, smartphones e tablets), e incorporar as melhores práticas de usabilidade em sistemas de informação. Esta plataforma permitirá realizar a automação das fases de desenvolvimento, staging e testes, permitindo em cada uma destas fases por um regime de desenvolvimento interno, subcontratado ou outsourced.

Pretende-se, finalmente, ter a flexibilidade de escolher entre alojar os sistemas desenvolvidos na cloud ou em sistemas locais.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)					
3.12.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de Software do Estado				
3.12.1.1	Plataforma AGILE	Migração dos processos de gestão de concursos FCT para plataforma AGILE	2019	2020	FCT
Promover e disseminar o software de código aberto (OSS)					
3.12.4	Criação de centro de conhecimento OSS na AP				
3.12.4.1	Assegurar a contribuição do MCTES para o centro de conhecimento OSS na AP.	Identificar as entidades e recursos humanos TIC do MCTES que implementaram com sucesso projetos com base em OSS	2017	2017	RM CTIC.MCTES

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	17	10
Poupanças Não TIC	-	-	327	480

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	150	150
Saldo	544			

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 2	Investimento	-	-	-	-	-	-
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
Medida 3	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	95	12 010
	Investimento	35	70	70	70		
	Poupanças Não TIC	2 965	2 965	2 965	2 965		
Medida 4	Investimento	95	-	-	-	695	3 952
	Poupanças TIC	1 162	1 162	1 162	1 162		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
		145	250	150	150		

* Valores arredondados em milhares de euros

Competitividade

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	140	38 556
	Poupanças Não TIC	-	-	445	445		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	14 282	23 522		
Medida 6	Investimento	-	-	140	-	-	-
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
Medida 7	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	1 961	36 555
	Investimento	-	-	-	-		
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
Medida 8	Poupanças Não TIC	111	129	129	129	695	2 209
	Benefícios económicos e sociais	2 129	7 068	14 394	14 426		
	Investimento	806	678	455	434		
	Poupanças TIC	-	-	-	-	150	150
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	264	528	1 056	1 056		
	Investimento	145	250	150	150		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	70	70	70	70	900	10 800
	Poupanças Não TIC	2 855	2 855	2 855	2 855		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 10	Investimento	600	300	-	-	900	-70
	Poupanças TIC	250	200	-	-		
	Poupanças Não TIC	50	80	100	150		
Medida 11	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	-	8 800
	Investimento	500	400	-	-		
	Poupanças TIC	2 200	2 200	2 200	2 200		
Medida 12	Poupanças Não TIC	-	-	-	-	300	544
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	17	20		
	Poupanças TIC	-	-	327	480		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	150	150		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *							
	Poupanças TIC	2 520	2 470	2 287	2 290	5 686	113 356
	Poupanças Não TIC	4 213	4 296	5 088	5 292		
	Benefícios económicos e sociais	5 358	10 561	32 967	41 970		
	Investimento	1 528	2 006	1 268	884		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Pode consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
João Nuno Ferreira	FCT	Representante CTIC
José Franco	Sec-Geral	Adjunto do Representante CTIC.MCTES
Contacto do Representante Ministerial		
João Nuno Ferreira	FCT	Representante CTIC

Área Governativa da Educação

Sumário Executivo

O Plano Setorial TIC da área da educação está orientado ao cumprimento de objetivos de racionalização do investimento e despesa TIC, de modernização das infraestruturas e de digitalização e simplificação de processos internos à educação, entendidos enquanto processos que envolvem a administração central e as escolas.

Pretende-se melhorar os serviços prestados, tornar o sistema mais transparente e desenvolver ferramentas que permitam um maior envolvimento das comunidades educativas, incluindo alunos e encarregados de educação. O Plano esboça também a preocupação de implementar uma estratégia de governação das

TIC na área da educação que crie condições de eficiência, eficácia e qualidade na gestão dos ativos, na implementação dos projetos a desenvolver e rentabilize as capacidades internas.

A ambição plasmada no Plano não ignora a necessidade de inovação que se exprime quer em projetos de virtualização e utilização de tecnologia cloud quer em projetos de modernização de sistemas de informação e de atendimento dos públicos-alvo.

Medida 1

Governança das TIC

Ações e objetivos

A implementação desta medida assume um papel estruturante e central de todo o processo de governação e racionalização das TIC na educação.

A área de governação da educação, apesar da dimensão organizacional que assume, não dispõe de uma entidade

cujas missões especializadas seja a governação centralizada das TIC. Porém, a dimensão que este tipo de serviços assume, considerando quer o universo de escolas, 811 unidades orgânicas distribuídas por cerca de 5000 locais, quer o universo dos serviços de administração direta, exige uma abordagem integrada ao investimento em TIC. A agregação de funções TIC que se encontram hoje dispersas é, pois, uma exigência no quadro deste Plano Estratégico, procurando garantir sinergias, ganhos de eficiência, sem colocar em causa a experiência acumulada, preservando e rentabilizando as soluções que provaram a sua eficácia.

No passado recente e, no âmbito da experiência anterior do GPTIC, a educação formou um grupo interno que replicava o modelo interministerial, procurar-se-á dinamizar esse grupo e num eventual processo de revisão de orgânicas da educação, eliminar competências redundantes e concentrar funções TIC.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Continuar a implementação do modelo de governação das TIC em cada área governativa						
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)					
1.1.3.1	Nomeação do Representante Ministerial da Educação	Despacho de Nomeação	2016	2017	Ministro	
1.1.3.2	Criação do Grupo de Trabalho para as TIC na Educação	Despacho de criação do grupo de trabalho TIC da educação	2017	2017	Ministro	Representante Ministerial e Organismos da educação
1.1.3.3	Levantamento das competências e recursos TIC dos diversos Organismos	Elaboração de novas orgânicas dos organismos de administração direta com objetivo de concentrar e racionalizar a função TIC na educação	2017	2017	Ministro	Representante Ministerial e Organismos da educação
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central					
1.1.4.1	Definição de áreas TIC de serviços partilhados e identificação das entidades responsáveis pelos diferentes serviços	Reuniões do Grupo de Trabalho TIC educação que antecedem a proposta de modelo de governação	2016	2017	Representante Ministerial	Organismos da educação
1.1.5	Publicar catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço das áreas governativas					
1.1.5.1	Catálogo de Serviços Educação	Preparar um catálogo de serviços comum e transversal nas componentes IaaS, DaaS, SaaS e PaaS na educação, comunicações de dados e voz	2017	2017	DGEEC	Organismos da educação

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Na educação coexistem, atualmente, diversas realidades e graus de maturidade no que respeita à governação e utilização das TIC, que resultam do percurso histórico das diversas entidades da administração educativa. Assim, podem ser sucintamente identificadas as seguintes

realidades, que constituem o ponto de partida para as evoluções futuras:

- Ao nível dos organismos centrais da educação as funções TIC encontram-se atualmente dispersas pelos diversos organismos autónomos replicando, cada um, com diferentes graus de sobreposição, funções TIC comuns (e-mail, web-hosting, storage, backups, rede de postos locais, etc., embora a DGEEC tenha neste último ano trabalhado para a consolidação e uniformização de serviços TIC transversais para os vários organismos.

- Um conjunto de organismos utiliza as TIC como suporte central a diversos processos operacionais da sua missão. Estes processos são essencialmente dirigidos a comunidades alargadas de professores, alunos, escolas, etc. As abordagens tecnológicas seguidas em cada caso são diferentes, requerendo um trabalho mais aprofundado de levantamento para se poderem avaliar devidamente essas diferenças.

Neste contexto complexo o grau de mudanças necessárias ao nível da organização das TIC na educação exige um modelo flexível que permita a adoção de soluções exequíveis e que garantam a continuidade dos processos. O passo mais significativo de articulação interna foi dado na sequência da criação do grupo interno GPTIC durante o período de 2012-2014. Contudo, com a separação orgânica entre educação e ciência e ensino superior essa dinâmica perdeu-se.

Situação futura

Assim, numa primeira fase propõe-se a criação de um grupo interno à educação para a coordenação da estratégia TIC que replique o modelo do CTIC e numa segunda fase o levantamento de competências e recursos TIC dos

organismos da educação de forma a propor um modelo de governação que permita eliminar sobreposições e esboçar um modelo de prestação de serviços internos partilhados.

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

Elaborar o plano de ação setorial para a educação, definir orientações para tornar visível a despesa TIC em sede de propostas de orçamento anuais dos diferentes organismos e consolidação de um plano de investimento TIC anual para a área da educação.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
1.2.1.1	Elaborar o Plano Setorial TIC da educação	Definição de um plano de ação setorial TIC da educação, alinhado com a estratégia transversal das TIC para a Administração Pública Central	2016	2017	Representante Ministerial	Organismos da educação
1.2.1.2	Revisão anual do Plano Setorial TIC	Revisões anuais do PS TIC da educação para o período de 2017-2020	2017	2020	Representante Ministerial	Organismos da educação
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC						
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central					
1.2.2.1	Identificação da despesa TIC a partir das propostas de orçamento	Definição de regras e orientações para a identificação da despesa TIC em sede de propostas de orçamento anuais dos diferentes organismos	2016	2020	Representante Ministerial e Igefe	Organismos da educação
1.2.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC na educação	Elaboração de planos anuais ao longo do período de 2017-2020, tendo por base as medidas definidas no Plano Setorial TIC da educação e as suas revisões anuais	2017	2019	Representante Ministerial e Igefe	Organismos da educação

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
<i>Saldo</i>	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Neste momento a área da educação dispõe de um plano setorial para a racionalização das TIC elaborado no âmbito do GPTIC e com vigência até 2016. Este plano integra quer a área da educação quer da ciência e ensino superior que na orgânica anterior estavam integradas. A generalidade das medidas que cabiam à área da educação foi realizada ou está em implementação. Contudo, do ponto de vista orçamental nunca foi realizado um exercício que permitisse tornar inteiramente visível a despesa TIC da educação e, em virtude, de não existir um modelo de governação que confira alguma centralização na execução das funções TIC, o alcance do PGTIC revelou-se mais limitado do que seria expectável. Ainda que com alguns avanços a indefinição entretanto gerada pela alteração da orgânica do governo implicou a perda dos mecanismos de

governação que existiam e que apesar de limitados permitam iniciar um caminho de cooperação e coordenação.

Situação futura

Pretende-se estabilizar um plano setorial para as TIC até 2020 com revisões anuais devidamente acompanhado de um plano anual de investimento TIC na área setorial da educação. Estes resultados implicam claramente uma articulação com os resultados da Medida 1 associados ao estabelecimento de um modelo para a governação das TIC na área setorial da educação.

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

Pretende-se utilizar a Plataforma de Interoperabilidade da administração pública — iAP, tendo em vista a partilha de informação e a interligação de sistemas e aplicações das entidades da educação e da restante AP, contribuindo para o incremento da eficiência e da qualidade no cumprimento das respetivas missões e dos serviços prestados ao cidadão. É também objetivo retomar o trabalho iniciado no grupo de projeto only once e identificar todas as possibilidades de adoção do princípio na área da educação.

Pretende-se disponibilizar de novos serviços e incrementar a sua utilização por parte de outras entidades na plataforma de interoperabilidade da Administração Pública — iAP, gerida pela AMA I. P., permitindo deste modo a partilha de informação com outras entidades da AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa						
1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
1.3.4.1	Utilizar a plataforma iAP para os projetos only once que envolvam a área da educação	Identificar na área da educação as possibilidades de utilização do princípio only once na disponibilização de documentos e implementação das soluções	2017	2017	Responsável Ministerial	Organismos da Educação
1.3.4.2	Implementação do modelo de interoperabilidade com a DGO.	Implementação de uma solução de troca de dados entre a DGO e o IGEFE relativa à execução orçamental das escolas através da Iap.	2017	2017	IGEFE	DGO
1.3.4.3	Implementação do modelo de interoperabilidade para disponibilização da rede escolar para AP.	Identificação de potenciais utilizadores e utilização da IAP para disponibilização de informação relativa à rede escolar.	2017	2017	IGEFE	AMA I. P.
1.3.4.4	Implementação do modelo de interoperabilidade para troca de informação com a segurança social e a saúde	Utilização da Iap para troca de informação relativa ao escalão de abono de família e prova de matrícula e às vacinas para efeitos de matrícula. Interligação entre o Escola 360º e a informação da saúde e segurança social via Iap	2016	2017	DGEEC	SPMS/Instituto de Informática

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	1 194	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	7 810	-	-	-
Investimento	75	-	-	-
Saldo	8 929			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O princípio only once não se encontra instituído no setor da educação em toda a sua amplitude, não estão identificadas sistematicamente todas as possibilidades de extensão da sua utilização. A utilização da IAP é ainda bastante residual entre os organismos da educação e restantes organismos da administração pública.

Situação futura

Pretende-se ter uma solução integrada de gestão documental para os organismos da educação e as escolas, explorar as possibilidades de utilização do princípio only once na sua plenitude e alargar as soluções de interoperabilidade com outros organismos da AP através da Iap,

evitando pedidos de informação quer às escolas quer aos encarregados de educação para gestão dos processos de matrícula e de atribuição de ação social escolar. Por outro lado, as soluções a implementar com a DGO permitirão mecanismos de acompanhamento orçamental do orçamento das escolas em tempo real.

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

Considera-se que esta medida tem um alcance importante na uniformização de processos informáticos, pois contribui para um alinhamento dos formatos dos dados e das arquiteturas aplicacionais.

Apesar de, à data de elaboração deste plano, não estarem ainda inteiramente definidos os modelos de referência base desta medida, considera-se importante proceder à adesão aos mesmos, à medida que forem sendo disponibilizados. Este processo de adesão terá, naturalmente, que ser calendarizado com os ciclos internos da educação.

Pretende-se definir e operacionalizar um plano de segurança para as redes e sistemas de informação da educação. Este plano incidirá principalmente nas componentes processual e humana com visita à melhoria da eficácia preventiva e reativa face às principais ameaças.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC						
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC					
1.4.5.1.	Emissão de parecer ministerial medida M6	Continuidade de emissão de parecer ministerial para todas as aquisições TIC na educação, através da medida M6, para alinhamento estratégico e investimentos TIC na educação	2016	2020	Representante Ministerial	
1.4.5.2	Execução de despesas TIC na educação	Acompanhar execução das despesas TIC na educação	2017	2020	Representante Ministerial	IGEFE
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação						
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos					

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.4.11.1	Implementar um modelo de requisitos mínimos de segurança de informação na educação	Definição de um modelo transversal para educação e aplicável a todos os organismos da educação de requisitos mínimos de segurança de informação	2018	2018	DGEEC	Organismos da educação
1.4.12	Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais					
1.4.12.1.	Plano de Segurança da Informação na educação	Implementação de um plano de Segurança da Informação na educação, contendo políticas e alinhado com a estratégia nacional de Segurança da Informação da AP	2018	2018	DGEEC	Organismos da educação
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos					
1.4.13.1.	Definição de um modelo de articulação	Implementação de um modelo de articulação com o serviço RCTSCERT na identificação de ameaças e ataques informáticos	2017	2017	DGEEC/FCT	Organismos da educação

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	128	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	150	-	-
<i>Saldo</i>	- 22			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente a ausência de modelos de referência de arquitetura tem contribuído para a proliferação de sistemas desalinhados que ou não interoperam ou implicam um maior consumo de recursos aplicativos para poderem interoperar.

Também não existe na educação definição de requisitos e procedimentos relativos à segurança da informação numa área onde proliferam dados pessoais de mais de 2 milhões de cidadãos. Por outro lado, apesar de estarem instituídos os mecanismos relativos ao controlo da despesa por

via da participação da educação na avaliação da despesa ao abrigo da M6 (PGETIC) não foi instituído qualquer mecanismo interno de acompanhamento dessa despesa.

Situação futura

Pretende-se implementar um mecanismo interno de acompanhamento da despesa TIC, estabilizar uma metodologia de articulação com o RCTSCERT, implementar um plano de segurança da informação e preparar o setor da educação para o cumprimento dos normativos comunitários em matéria de proteção de dados pessoais.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

Pretende-se implementar um sistema de autenticação único para os utilizadores dos diferentes sistemas e aplicações da educação, introduzindo igualmente a possibilidade de autenticação com cartão do cidadão e chave móvel digital. Este sistema abrangerá colaboradores da educação, dirigentes escolares, docentes, pessoal não docente, encarregados de educação e alunos quando maiores de idade. Pretende-se ainda expandir a utilização do cartão do cidadão e da chave móvel digital como forma de autenticação nos sistemas e aplicações da educação.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
2.5.2.1.	EDU_Autenticação Única — MEDIDA SIMPLEX+	Sistema de autenticação única em todos os sistemas e aplicações da Educação. A medida é direcionada para todos os utilizadores que interagem com os sistemas da educação, tais como: alunos, encarregados de educação, pessoal docente, pessoal não docente, colaboradores dos organismos da educação, dirigentes escolares, entre outros	2016	2017	DGEEC	Organismos da Educação
2.5.2.2.	Cartão do Cidadão e Chave Móvel Digital no SIGeFE	Implementação da utilização do cartão de cidadão e chave móvel digital na autenticação única já existente na plataforma SIGeFE	2017	2017	IGEFE	
2.5.2.3.	Chave Móvel Digital no SIGO	Implementação da Utilização da Chave Móvel Digital como forma de autenticação no SIGO — Sistema de Informação de Gestão da Oferta	2016	2017	DGEEC	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.8.1.9	Ative Directory na educação	Agregar numa única árvore e domínio (min-educ.pt) todos os organismos da educação	2016	2017	DGEEC	Organismos da Educação

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	495	9 900	9 900	9 900
Investimento	150	-	-	-
Saldo	30 045			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente a educação disponibiliza um conjunto alargado de sistemas e aplicações para utilização interna dos colaboradores do Ministério e das escolas e para utilização externa, nomeadamente dos encarregados de educação, candidatos à profissão docente, entre outros.

Não dispõe, contudo, de uma gestão de identidades única, pelo que proliferam sistemas de autenticação próprios a maioria dos quais não utilizam os instrumentos cartão do cidadão e chave móvel digital. Apenas no caso da matrícula eletrónica é utilizado o cartão do cidadão como forma de autenticação.

Situação futura

Disponibilizar um sistema de gestão de identidades centralizado comum a todos os sistemas e aplicações da educação que inclua todos os utilizadores de entre colaboradores dos

organismos centrais, pessoal das escolas, encarregados de educação, alunos maiores.

Pretende-se expandir a utilização do cartão do cidadão e da chave móvel digital como mecanismo de autenticação, nomeadamente nos sistemas Escola 360 e no SIGO que serão as principais plataformas da educação com contacto com o cidadão. Por fim, pretende-se racionalizar a gestão dos emails institucionais ao promover uma ative directory única e a gestão centralizada dos servidores de correio eletrónico.

Medida 6

Transparência e participação

Ações e objetivos

Pretende-se potenciar a disponibilização de informação da educação no Dados.gov.pt, melhorar a performance da plataforma de business intelligence da educação e criar uma área dedicada às autarquias e ao público em geral, tendo em vista aumentar a transparência do sistema e facilitar o trabalho das autarquias na gestão municipal da educação. Esta última dimensão potencia igualmente a libertação de recursos humanos da administração central do tratamento de pedidos de dados, nomeadamente os solicitados pelas autarquias para efeitos de elaboração dos instrumentos de planeamento municipal de educação.

Por fim, a medida agrega ainda um conjunto de projetos promotores da eficiência, nomeadamente no âmbito do combate à fraude e da disponibilização da plataforma de serviços para a gestão das transferências financeiras para as autarquias e para as IPSS.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal dados.gov.pt						
2.6.1	Alargar a divulgação de Dados Abertos e Aplicações no Dados.gov.pt					
2.6.1.1.	Rede Escolar no Dados.gov.pt	Disponibilização de informação georreferenciada da rede escolar com caracterização dos estabelecimentos de ensino	2018	2018	IGEFE	AMA I. P.
2.6.1.2.	Dados do sistema educativo no Dados.gov.pt	Disponibilizar informação administrativa e estatística referente ao sistema educativo	2018	2018	DGEEC	AMA I. P.
Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP						
2.6.2	Divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da AP					
2.6.2.1.	BIME — Plataforma de Informação EDU — Medida Simplex +	Melhorar o desempenho da BIME — plataforma agregadora da informação residente nos sistemas de informação do Ministério da Educação, relativa a escolas, alunos, turmas, pessoal docente, pessoal não docente e informação financeira, que pretende dotar, em tempo real, os diferentes organismos da educação e as autarquias da informação necessária à tomada de decisão. Disponibilização de uma funcionalidade para o público em geral.	2018	2018	DGEEC	

Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.6.3	Disponibilizar mecanismos para a transparência e integridade na Administração Pública					
2.6.3.1.	Sistema de deteção de Fraude de baixas médicas	Implementar um sistema de informação e de análise de informação que automatize a deteção de fraude em baixas médicas na área da educação	2016	2017	IGEFE	
2.6.3.2.	Plataforma de serviços para as autarquias	Implementar uma plataforma que facilite a relação com as autarquias na gestão dos programas de descentralização existentes, tendo em vista o aumento da transparência destes processos, assim como a sua eficiência e eficácia através da disponibilização de um catálogo de serviços no âmbito da plataforma SIGeFE.	2017	2018	IGEFE	
2.6.3.3.	Plataforma de Serviços para as IPSS	Implementação de uma plataforma que facilite a relação com as IPSS, que permita a participação destas entidades nos programas de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar e na atribuição de verbas à componente educativa, aumentando a transparência destes processos, assim como a sua eficiência e eficácia através da disponibilização de um catálogo de serviços no âmbito da plataforma SIGeFE.	2017	2017	IGEFE	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	7 227	5 249	2	2
Benefícios económicos e sociais	245	1 465	-	-
Investimento	645	300	75	75
Saldo	13 096			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A área da educação dispendo de um manancial de informação muito significativo disponibiliza pouco dados abertos, nomeadamente através do portal Dados.gov.pt, existe alguma informação estatística disponibilizada, mas que, sem mecanismos automáticos de atualização, rapidamente se desatualiza sem que estejam instituídas regras e procedimentos de atualização da informação.

Por outro lado, a educação dispõe de um sistema de business intelligence que agrega informação proveniente de diversas fontes de dados administrativos internos e fornece indicadores aos decisores da educação. Porém, a versão de software utilizada exige uma atualização que permita proceder à construção de indicadores mais complexos e realizar análises preditivas.

A plataforma de BI atualmente é igualmente disponibilizada às autarquias com contratos de descentralização, mas trata-se de uma solução de recurso não otimizada para o efeito.

Por fim, não existe qualquer área pública para disponibilização de informação à população em geral. Quanto à gestão da relação financeira entre o ministério e as IPSS e autarquias não está disponível uma plataforma integrada que permita a monitorização e gestão de processos, mas antes um conjunto de aplicações parcelares que não comunicam entre si e não permitem uma visão integrada dos processos.

Situação futura

Pretende-se incrementar a disponibilização de dados da rede escolar e sobre as escolas e sistema educativo no Dados.gov.pt, melhorar as ferramentas de analytics da educação expandido a possibilidade de proceder a análises preditivas que melhorem a capacidade de planeamento e de gestão, fornecer serviços e informação às autarquias de forma a melhorar a sua capacidade de intervenção no domínio da educação e, ainda, instituir mecanismos de controlo de fraude que promovam maior eficiência.

A educação disporá assim:

- *i)* de uma ferramenta de BI para as autarquias;
- *ii)* uma área de BI pública;
- *iii)* uma plataforma de serviços para as autarquias;
- *iv)* uma plataforma de serviços para as IPSS;
- *v)* uma ferramenta de deteção de fraude na área dos recursos humanos;
- *vi)* automatismos de comunicação de informação à plataforma dados.gov.pt.

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

A educação através de candidaturas ao SAMA2020, pretende com uma ferramenta de gestão documental uniforme e transversal desmaterializar totalmente e eliminar o uso de papel dos seus processos funcionais e administrativos nos organismos da educação e nas escolas públicas, garantindo o acesso rápido aos processos e a libertação de espaços físicos de arquivo. Por outro lado, propõe-se adotar uma solução já testada de postos de trabalho virtualizados, fornecidos como serviço (Desktop as a Service), a funcionar numa cloud privada e abrangendo um conjunto de escolas que não dispõem de equipamentos terminais, com o objetivo de testar uma solução que poderá posteriormente ser escalada quer ao universo de escolas quer aos organismos da educação.

Esta solução permite modernizar postos de trabalho obsoletos, fornecer software de modo centralizado, cen-

tralizar a função de apoio aos utilizadores na medida em que as intervenções nos postos de trabalho são efetuadas remotamente, garantir flexibilidade na criação de postos de trabalho adaptados a cada função em termos de capacidade de processamento e viabilizar a mobilidade.

Pretende-se ainda alargar a utilização da Eduroam aos organismos da educação e proceder a um levantamento exaustivo dos documentos da educação que podem constar na bolsa do cidadão garantindo a implementação da solução técnica. Pretende-se desmaterializar um conjunto de processos no domínio do desporto através da imple-

mentação de soluções eletrónicas, tais como formulários, quiosque digital e pagamentos online. Inclui-se ainda nesta medida a disponibilização do Passaporte Qualifica e do Portal Qualifica, dando cumprimento a uma das medidas do Governo no domínio da educação e formação de adultos.

Por fim, estão incluídos dois projetos de extensão do Escola 360 (Medida Simplex+) para abranger módulos relativos à gestão dos processos de desporto escolar nas escolas, à gestão dos pedidos de equivalências de habilitações obtidas no estrangeiro e à gestão e organização dos processos relativos às provas de aferição.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
2.7.5.1	Documentos da educação na Bolsa de Documentos	Identificar os documentos do cidadão que podem constar na Bolsa de Documentos e implementar a solução	2018	2018	Responsável Ministerial	Organismos da Educação
2.7.5.2	Ficha Médica-Desportiva Online — MEDIDA SIMPLEX+	Permitir a utilização de modelo de formulário eletrónico relativo à ficha médica, acessível no portal do desporto	2016	2017	IDPJ	Saúde
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
2.7.1.1	Escola 360° — MEDIDA SIMPLEX+	Consolidar os processos de gestão escolar no ensino pré-escolar, básico e secundário numa aplicação centralizada, fiável, segura e menos onerosa. Desenvolvimento da plataforma, experiência-piloto em 15 agrupamentos de escola, formação de utilizadores e generalização ao universo	2016	2018	DGEEC	Escolas, DGE, ANQEP, DGESTE
2.7.1.2	Quiosque Digital — MEDIDA SIMPLEX+	Disponibilizar Quiosques digitais para marcação e pagamento de instalações no Centro Desportivo Nacional do Jamor, como alternativa ao atendimento presencial em secretaria	2016	2017	IDPJ	
2.7.1.3	Agendamento IPDJ Online — MEDIDA SIMPLEX+	Permitir a marcação e o pagamento online dos equipamentos (nomeadamente de salas e auditórios) do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ)	2016	2017	IDPJ	
2.7.1.4	Formulário único de candidatura na Juventude — MEDIDA SIMPLEX+	Implementar um modelo de formulário único para candidaturas a diversos programas na área da Juventude	2016	2017	IDPJ	
2.7.1.6	Portal Qualifica	Portal da divulgação da oferta educativa e informativa nacional	2016	2017	DGEEC	ANQEP, DGES, DGE
2.7.1.7	Passaporte Qualifica	Ferramenta eletrónica para orientação dos adultos nos processos de educação e formação ao longo da vida. O passaporte identifica os percursos relevantes em função das qualificações e competências já adquiridas.	2016	2017	DGEEC	ANQEP
2.7.1.8	Desporto Escolar no Escola 360	Desenvolvimento de um módulo específico para gestão do Desporto Escolar no Escola 360 com 3 grandes componentes: registo de alunos, gestão de competições, gestão de equipamentos.	2017	2018	DGE	DGEEC
2.7.1.9	Provas de aferição no Escola 360	Desenvolvimento de um módulo no Escola 360 para gestão dos processos relativos a provas de aferição com funcionalidades para a criação da prova, registo de alunos, prova eletrónica, avaliação e publicação de relatórios dos resultados.	2017	2018	IAVE	DGEEC

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)						
2.7.8	Disponibilizar infraestrutura a nível transversal e sectorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)					
2.7.8.1	Cloud Escolar	Implementação da Cloud Escolar e da Solução Desktop as a Service (DaaS) nas escolas. Projeto-piloto de DaaS em 68 escolas e fornecimento de servidores virtuais para o universo das escolas	2016	2018	DGEEC	Escolas/ DGESTE
Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam						
2.7.10	Definir Arquitetura e elaborar piloto de roaming Wi-Fi na AP — GovRoam					
2.7.10.1.	Eduroam na educação	Interligar os organismos da educação com a rede eduroam do MCTES	2017	2017	DGEEC/FCT	Organismos da Educação
Digitalizar o arquivo físico da AP						
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
2.7.12.1	SmartEDU na educação — MEDIDA SIMPLEX +	Adoção de uma plataforma (smartdocs) unificada e transversal para todos os organismos da educação	2016	2017	IGEFE	Organismos da educação

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	11 588	15 588	15 588	15 588
Poupanças Não TIC	4 163	5 469	5 469	5 469
Benefícios económicos e sociais	3 625	7 034	6 723	6 723
Investimento	8 263	6 482	5 914	2 214
Saldo	80 153			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

A educação não dispõe de um sistema único de gestão documental nem para os serviços centrais nem para as escolas. Este aspeto resulta em perdas de eficiência e num custo anual substancial quer em espaço de arquivo ocupado quer em papel e impressão.

Neste momento está em implementação uma candidatura SAMA que visa implementar uma solução única na quase totalidade dos organismos e envolvendo igualmente as escolas. Em termos de soluções Wifi não foi ainda implementada a solução Eduroam na generalidade dos organismos, estando apenas presente na Secretaria-Geral. Cada organismo dispõe de uma solução WIFI com sistema de autenticação próprio dificultando a mobilidade. Não estão implementados de momento quaisquer mecanismos de disponibilização de documentos na Bolsa de Documentos.

Por outro lado, o levantamento que foi efetuado sobre a possibilidade de utilização da Bolsa de Documentos pela educação foi ainda muito preliminar, não estando exploradas todas as possibilidades.

Por fim, está implementada uma solução de mobilidade com desktop as a service na DGEEC e parcialmente em alguns postos de trabalho do IGEFE e da DGESTE, não estando testada qualquer solução para as escolas.

O Ministério da Educação dispõe ainda de um portal agregador de informação sobre qualificações e de uma

ferramenta para os adultos em formação designada por caderneta de competências. Neste momento, está em desenvolvimento a Plataforma Escola 360 para gestão do ciclo de vida do aluno que entrará em piloto durante o atual ano letivo.

Situação Futura

Solução única de gestão documental para organismos da educação e com interface para comunicação com as escolas.

Generalização do acesso wifi via Eduroam nos organismos da educação. Levantamento de documentos com possibilidade de disponibilização na Bolsa de Documentos do cidadão e implementação da solução.

Alteração das funcionalidades do Portal das Qualificações e da Caderneta Individual de Competências para as novas funcionalidades definidas pelo Governo para o Portal Qualifica e o Passaporte Qualifica.

Generalização nas escolas de uma solução única de sistema de gestão de alunos centralizada no ano letivo 2017/2018 e upgrade da solução com módulos que visam a desmaterialização dos processos de atribuição de equivalências a habilitações obtidas no estrangeiro, a gestão centralizada numa plataforma única dos processos associados ao desporto escolar e dos processos de gestão e realização das provas de aferição do ensino básico.

Disponibilização de um quiosque digital e de serviços eletrónicos para utilizadores dos serviços do IPDJ.

Medida 9

Centro de Competências TIC

Ações e objetivos

Pretende-se proceder a um levantamento das competências TIC existentes nos organismos da área da educação, das funções que esses recursos humanos desempenham e taxa de afetação a tarefas TIC especializadas. O objetivo é promover algum nível de centralização de recursos humanos TIC, procurando criar sinergias e escala que permitam ganhar eficácia e qualidade na execução das tarefas TIC.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC						
3.9.2	Instituir centro de competências TIC na AP Central					
3.9.2.1	Levantamento dos recursos e funções TIC na educação	Levantamento das competências TIC existentes na educação, das funções realizadas e grau de afetação dos recursos a funções TIC especializadas	2017	2017	DGEEC	Organismos da educação
3.9.2.2	Criação de um centro de competências TIC na educação	Constituição de um centro de competências TIC na educação, adotando um modelo transversal de competências TIC na AP	2017	2018	DGEEC	Organismos da Educação

Dados Económicos

Medida 10

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	51	51	51
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	41	41	41
Saldo	32			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Não existe um levantamento das funções e das competências TIC na educação, os recursos humanos estão descentralizados pelos vários organismos o que não permite escala nem criação de sinergias, exigindo eventualmente maiores níveis de contratação externa de serviços do que aqueles que resultariam de uma agregação de funções num centro de competências TIC da educação.

Situação futura

Levantamento de competências e funções TIC, com identificação de necessidades de recursos humanos e necessidades de formação. Agregação num centro de competências dos recursos TIC mais especializados que possa servir de forma centralizada a área setorial da educação.

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

A DGEEC apresentou uma candidatura SAMA em 2015, para implementar o Centro de Processamento de Dados da educação. Pretende-se com esta medida reduzir o número de datacenters utilizados na educação. Por norma, cada organismo possui pelo menos um datacenter e gere de forma autónoma todos os serviços e contratos necessários ao seu funcionamento (energia, climatização, deteção e extinção de incêndios, etc.).

Propõe-se a consolidação num menor número de localizações. Para se atingir este propósito considerou-se essencial uma análise cuidada dos vários cenários possíveis, de modo a ser possível definir uma política coerente para as necessidades da educação. Com a criação do CPD Edu serão acomodadas as necessidades das várias unidades orgânicas da educação, maximizando as sinergias existentes, assegurando um serviço de qualidade e com sustentabilidade e reduzindo recursos alocados a esta atividade nos vários Organismos. Tratava-se de um projeto já previsto no PGTIC do anterior MEC.

Considera-se que este processo de migração física de equipamentos deverá incorporar as novas realidades de disponibilização de serviços de DataCenter e de Cloud. Paralelamente, está em implementação uma plataforma única de serviços para os sistemas críticos da educação com uma infraestrutura única que deverá incorporar soluções de disaster recovery.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
3.10.2.1	CPD Edu	Consolidação recursos e infraestruturas de armazenamento e processamento do MEdu em Datacenters existentes, rentabilizando infraestruturas e investimentos	2016	2017	DGEEC/ Parque Escolar EPE	Organismos da Educação
2.8.1.11	Plataforma Digital da Educação (PDE)	Implementação de uma arquitetura física e lógica eficaz e eficiente, que engloba várias áreas fundamentais para a gestão e para o negócio da educação. Esta arquitetura terá um impacto fundamental e de acrescento de valor a nível tecnológico, que permitirá evoluir para uma metodologia de agregação e de consolidação dos sistemas críticos e essenciais para o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação na educação	2016	2017	DGEEC	Organismos da educação

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	650	650	650	650
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	5 521	1 100	1 050	1 050
Saldo	-6 121			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente a educação dispõe de um pequeno datacenter que agrega equipamentos que servem a DGEEC, o IGEFE, o Plano Nacional de Leitura, a Rede de Bibliotecas Escolares. Paralelamente, a DGEEC, a Parque Escolar e a DGAE dispõem de equipamentos alojados na FCCN/FCT. Por outro lado, todos os restantes organismos da educação dispõem de pequenos datacenters. Esta proliferação de datacenters não permite eficiências geradas pelo efeito de escala.

Não existe também uma infraestrutura única para desenvolvimento e produção dos sistemas de informação e aplicações da educação, proliferando diferentes soluções tecnológicas, diferentes arquiteturas e modelos de segurança da informação.

Situação futura

Agregação de todos os equipamentos num datacenter único situado na 24 de julho, num espaço da Parque Escolar EPE, a ser reabilitado. Este datacenter oferecerá

redundância à FCCN/FCT. Disponibilização de uma infraestrutura única para serviços aplicativos da educação.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

Integrar a rede de dados das escolas, organismos da educação e RCTS, com vista ao estabelecimento de uma plataforma de comunicações de dados comum através do alargamento da RCTS aos organismos da educação ainda não ligados, beneficiando das ligações de elevado débito da RCTS, tanto para os operadores nacionais, como para a Europa e o resto do mundo, através de rede europeia GÉANT.

Pretende-se reduzir substancialmente a despesa que a educação suporta atualmente com as comunicações de voz dos seus organismos. Para esse efeito, pretende-se, por um lado, agregar a contratação de serviços de voz e, por outro, utilizar tecnologias de voz sobre IP dentro de uma rede privativa de voz da educação.

Os serviços de voz desta medida estariam suportados na rede de dados da educação e do MCTES. Ao nível da interligação com a restante administração pública, a educação e o MCTES já utiliza há vários anos, nas entidades ligadas ao ensino superior e à ciência, soluções de comunicações unificadas abertas e integradas à escala mundial, baseadas em tecnologia ENUM.

A solução para integração na rede privativa de voz nos organismos da educação passa pela adaptação e centralização no sistema unificado de voz em uso atualmente por a maior parte dos organismos, interligado com o SIP TRUNK RCTS do MCTES.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	Solução VoIP da educação	Interligação com os restantes organismos ainda não integrados na solução unificada de VoIP da educação	2016	2017	DGEEC	Organismos da educação
3.11.1.2	Renovação dos contratos de serviços de voz	Realização de novo contrato de serviços VoIP para a educação e ciência tecnologia e ensino superior	2018	2020	FCT	Organismos da Educação
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
3.11.2.1	Ligação redundante ao PTT	Ligação da RCTS aos locais definidos como sendo Pontos de Troca de Tráfego	2016	2017	FCT	DGEEC, Organismos da Educação e Escolas
3.11.2.2	Migração das ligações diretas remanescentes	Migração das ligações diretas remanescentes da educação para a RCTS+PTT	2016	2017	DGEEC/FCT	Organismos da Educação
3.11.2.3	Conectividade Min-Edu — MCTES	Assegurar a manutenção da conectividade e a partilha de recursos entre a educação e o MCTES, nomeadamente nos serviços diferenciados que possam beneficiar os dois ministérios (Ex: GÉANT), adaptando-os às necessidades periodicamente.	2016	2020	DGEEC/FCT	Organismos da Educação e Escolas
3.11.3	Definir Modelo e Roadmap para o IPv6 na AP					
3.11.3.1	Implementação do Roadmap para o IPv6 na AP na educação e MCTES	Implementação do Roadmap para o IPv6 na AP na educação e no MCTES	2016	2018	Representante Ministerial	FCT, DGEEC, Organismos da educação

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Implementar rede comum de comunicações multisserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP					
3.11.4.1	Rede comum de comunicações multisserviços da AP	Acompanhar e implementar os serviços disponibilizados através do PTT, quando aplicáveis, na educação	2016	2020	Representante Ministerial	FCT, DGEEC

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	5 374	4 862	5 745	4 392
Saldo	-20 373			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente todos os organismos da educação e escolar estão ligados numa rede unificada de dados que se liga à RCTS.

No que concerne a comunicações de voz apenas cerca de metade dos organismos está ligado através de VOIP.

A educação está ligada já ao PTT através da RCTS e uma boa parte das escolas já se encontra em IPV6. A educação encontra-se ligada a apenas um dos PTT.

Situação futura

Estender o atual sistema de voz sobre IP ao universo dos organismos da educação.

Alargar o IPV6 aos organismos e à totalidade das escolas.

Proceder à ligação ao 2.º PTT redundante.

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Ações e objetivos

Pretende-se garantir a criação de condições para a adoção progressiva e sustentada de software aberto nas escolas e organismos da educação. Neste processo deverão ser englobados os sistemas operativos e as aplicações, quer ao nível dos computadores pessoais, quer dos servidores.

A generalização da utilização de produtos de software aberto ao nível do posto de trabalho e dos servidores poderá constituir uma importante fonte de redução de despesa, nomeadamente as relacionadas com a melhoria dos mecanismos de governação e a disponibilização da Cloud das Escolas.

Como resultado deste plano será produzido um conjunto de recomendações e normas para as escolas e organismos da educação que definirão as regras para a utilização de software aberto.

Pretende-se implementar um sistema de combate à fraude a partir de uma solução de BIG Data na área financeira, mas que pode ser reutilizada para outros processos da educação, bem como um sistema de modelação financeira.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
1.1.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de Software do Estado					
1.1.1.1.	Projeto de Digital Workplace na educação	Implementar solução de Digital Workplace para todos os colaboradores da educação, melhorando a componente de colaboração e utilizando os vários serviços na nuvem que o produto oferece	2018	2020	DGEEC	Organismos da educação
Promover e disseminar o software de código aberto (OSS)						
1.1.4	Criação de centro de conhecimento OSS na AP					
1.1.4.1.	Assegurar a contribuição da educação para o centro de conhecimento OSS na AP.	Identificar os organismos da educação que implementaram com sucesso projetos com base em OSS.	2017	2017	Representante Ministerial	Organismos da Educação
Criar e dinamizar catálogo de Software da AP						
1.1.5	Promover a reutilização de aplicações desenvolvidas pela/para AP					
1.1.5.1.	Registo de Clubes e Federações Desportivas + simples — MEDIDA SIMPLEX+	Modernizar o sistema do Registo Nacional de Clubes e Federações Desportivas para que o processo de inscrição e atualização de informação seja realizado online e a informação fique disponível de imediato no Portal do Instituto Português do Desporto e Juventude.	2017	2017	IPDJ	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.1.5.2.	Estatuto de Dirigente Associativo Jovem na Hora — MEDIDA SIMPLEX+	Tornar possível a emissão do estatuto de dirigente associativo jovem no momento do seu pedido, criando as condições adequadas para a verificação da conformidade legal do pedido nos balcões de atendimento do Instituto Português do Desporto e Juventude.	2016	2017	IPDJ	
1.1.5.3.	BIG DATA para gestão financeira	Implementação de uma plataforma de big data para tratamento de informação financeira e de recursos humanos da educação	2017	2017	IGEFE	
1.1.5.4.	Sistema de Modelação e Previsão Orçamental	Implementação de sistema de modelação e previsão orçamental para a educação, englobando todas as unidades orgânicas e serviços centrais.	2017	2017	IGEFE	
1.1.5.5.	Sistema Integrado de Recrutamento da carreira docente e não docente	Desenvolvimento de uma plataforma integrada para gestão das diferentes componentes de negócio do recrutamento e gestão de carreiras na área da educação para pessoal docente e não docente, integrando as componentes de procedimentos concursais e mobilidade. Integração deste sistema na plataforma digital da educação.	2017	2018	DGAE	DGEEC

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	3 418	4 482	3 723	3 723
Poupanças Não TIC	2 064	2 002	2 002	2 002
Benefícios económicos e sociais	424	1 172	1 172	1 172
Investimento	1 319	1 207	176	176
Saldo	24 476			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Não existe conhecimento interno na educação relativamente a projetos implementados com base em OSS.

Não existe centralização de aquisição de software para postos de trabalho nem para desenvolvimento aplicacional nem partilha de recursos nesta área.

Situação futura

Identificar casos e contribuir para a sua divulgação e para a consolidação de conhecimento na AP neste domínio.

Implementar soluções centralizadas de aquisição de software e de partilha de soluções aplicacionais reutilizadas para outros fins.

Resumo Económico

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *						
Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-	
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-	
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	-
	Investimento	-	-	-	-	-
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-	
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	-
	Investimento	-	-	-	-	-
Medida 3	Poupanças TIC	-	-	-	-	
	Poupanças Não TIC	1 194	-	-	-	
	Benefícios económicos e sociais	7 810	-	-	-	75
	Investimento	75	-	-	-	
Medida 4	Poupanças TIC	-	128	-	-	
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-	
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	150
	Investimento	-	150	-	-	

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	150	30 045
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	495	9 900	9 900	9 900		
Medida 6	Investimento	150	-	-	-	1 095	13 096
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	7 227	5 249	2	2		
Medida 7	Benefícios económicos e sociais	245	1 465	-	-	22 874	80 153
	Investimento	645	300	75	75		
	Poupanças TIC	11 588	15 588	15 588	15 588		
	Poupanças Não TIC	4 163	5 469	5 469	5 469		
	Benefícios económicos e sociais	3 625	7 034	6 723	6 723		
	Investimento	8 263	6 482	5 914	2 214		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	51	51	51	122	32
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	41	41	41		
Medida 10	Investimento	650	650	650	650	8 721	-6 121
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
Medida 11	Benefícios económicos e sociais	5 521	1 100	1 050	1 050	20 373	-20 373
	Investimento	-	-	-	-		
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
Medida 12	Poupanças Não TIC	-	-	-	-	2 878	24 476
	Benefícios económicos e sociais	5 374	4 862	5 745	4 392		
	Investimento	3 418	4 482	3 723	3 723		
	Poupanças TIC	2 064	2 002	2 002	2 002		
	Poupanças Não TIC	424	1 172	1 172	1 172		
	Benefícios económicos e sociais	1 319	1 207	176	176		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *							
	Poupanças TIC	15 655	20 899	20 012	20 012	56 438	130 214
	Poupanças Não TIC	14 648	12 720	7 473	7 473		
	Benefícios económicos e sociais	12 599	19 571	17 795	17 795		
	Investimento	21 346	14 141	13 002	7 948		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Pode consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contacto do Representante Ministerial		
Teresa Evaristo	DGEEC	Subdiretora-Geral

Área Governamental do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**Sumário Executivo**

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no perímetro de influência do Mi-

nistério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), tem assumido um papel decisivo nas grandes alterações verificadas no que toca ao relacionamento entre os organismos do MTSSS, entre os vários organismos da administração pública, e entre os organismos da administração pública, os cidadãos e os agentes económicos.

O Instituto de Informática, I. P., na qualidade de responsável pela gestão das TIC no MTSSS, tem tido nessa evolução um papel central.

Esse legado, cada vez mais desafiante, impulsiona o Instituto de Informática, I. P. a encetar um caminho de inovação no desenvolvimento e implementação de novas soluções, que simplifiquem a vida dos cidadãos e agentes económicos e favoreçam a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, sejam eles humanos, financeiros ou logísticos.

O nosso plano pretende dar alguns passos que consideramos serem estratégicos na prossecução da estratégia definida pelo CTIC. A recente vaga de avanços tecnológicos combina-se de forma integrada criando a oportunidade para a adoção de modelos inovadores com valor acrescentado para o cidadão. Assim, a implementação de soluções inovadoras, como sejam, soluções de Big Data, Proteção de Dados e a aposta nas tecnologias móveis aliadas a uma estreita colaboração entre as áreas de tecnologias de informação e comunicação, de operação e de inovação, serão alguns dos motores de modernização e inovação na melhoria da qualidade dos serviços prestados e na comunicação com os cidadãos e os agentes económicos.

Medida 1

Governança das TIC

Ações e objetivos

Existindo no MTSSS uma definição clara sobre a entidade que tem a responsabilidade das TIC, essa

função é exercida de uma forma centralizada para todo o perímetro da Área Governamental. Neste medida pretende-se essencialmente promover a divulgação do catalogo de serviços e produtos que o Instituto de Informática I. P., tem disponíveis, tanto para os organismos do MTSSS, como para a restante Administração Pública como ainda para os Agentes Económicos e Cidadãos.

As iniciativas associadas a esta medida visam ainda obter uma maior centralização das infraestruturas, para que um maior controlo permita uma melhor gestão dos recursos disponíveis. Os benefícios qualitativos de maior relevância estão associados à centralização de todos os equipamentos informáticos do MTSSS e possibilidade de implementação de Planos de Continuidade de Negócio para os vários organismos referidos (alargando o âmbito do Plano de Continuidade de Negócio já implementado para a Segurança Social).

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental						
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)					
1.1.3.1	Centralização dos centros de dados	Centralizar infraestrutura do MTSSS nos CPDs do Instituto de Informática	2016	2018	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
1.1.5	Publicar catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço das áreas governamentais					
1.1.5.1	Publicar o catálogo de serviços TIC do MTSSS	Disponibilizar a informação relativa ao conjunto de serviços TIC prestado pelo Instituto de Informática, I. P. para o MTSSS e outros organismos da Administração Pública.	2016	2017	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	200	450	450	450
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	80	100	-	-
<i>Saldo</i>	1370			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

De acordo com o Decreto-Lei n.º 167-C/ 2013, de 31 de dezembro o Instituto de Informática, I. P. tem como missão “Definir e propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação, garantindo o planeamento, conceção, execução e avaliação das iniciativas de informatização e atualização tecnológica do MTSSS”.

Tendo em conta que ao longo dos últimos 10 anos, os cerca de 22 Centros de Dados existentes ao nível dos Centros Distritais da Segurança Social foram sendo progressivamente substituídos na sua função de “centro

de dados tradicional” e passaram a suportar a infraestrutura distribuída do MTSSS, considera-se que no Ministério já existe uma centralização dos centros de dados efetiva.

Situação futura

O Instituto de Informática, I. P. continuará a trabalhar no sentido de continuar a criar valor para o MTSSS através de uma boa gestão das TIC, garantindo níveis exigentes de eficiência, eficácia e qualidade.

Pretende-se dar continuidade e finalizar esse processo de centralização no Centro de Dados do II, IP acrescentando os equipamentos que ainda estão fisicamente localizados em alguns edifícios na região de Lisboa, nomeadamente os existentes na Casa Pia, IG, ACT, DGERT, INR, IGF, DG, SG (inclui equipamentos do GEP) e IEFEP.

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

Com esta medida o MTSSS através do Instituto de Informática, I. P., dará continuidade a uma preocupação já existente e um trabalho que é levado a cabo com a regularidade prevista, que consiste na elaboração do Plano Estratégico de Sistemas de Informação.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
1.2.1.1	Elaborar, aprovar e manter o plano setorial TIC	Decorrente dos objetivos definidos para o CTIC elaborar aprovar e manter o plano setorial para as TIC	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
1.2.1.2	Elaborar o PESI do MTSSS (2017-2020)	Uma das atribuições do Instituto de Informática, I. P. é elaborar o Plano Estratégico de Sistemas de Informação do MTSSS para cada triénio	2016	2017	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	50	-	-	74
Saldo	-124			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

É atribuição do Instituto de Informática, I. P., elaborar o plano estratégico de sistemas de informação do MTSSS, para períodos de 3 anos. O que atualmente se encontra em vigor tem o seu horizonte definido até ao final de 2016.

Situação futura

O Plano Estratégico para os Sistemas de Informação do MTSSS, atualmente em vigor tem o seu horizonte definido até ao final de 2016. Vai iniciar-se durante o 4.º Trimestre a elaboração do PESI (2017-2019) do MTSSS, que já terá em consideração os objetivos e orientações definidas no âmbito do CTIC.

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

Através desta medida o Instituto de Informática, I. P. sistematiza as iniciativas que tem programadas no âmbito da Interoperabilidade. A interoperabilidade é já uma realidade no âmbito do Sistema de Informação da Segurança Social, desde a sua criação. Os processos de interoperabilidade implementados e em produção têm finalidades diversas, sendo que no essencial, o objetivo é reduzir a intervenção manual nos processos interoperados, potenciando a utilização de mecanismos automatizados para a obtenção, validação e cruzamento de dados.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos						
1.3.1	Reforço da iAP como elemento central para a interoperabilidade na AP					
1.3.1.1	Interoperabilidade com AP	Implementação de novos processos de interoperabilidade recorrendo à iAP no seio da Administração Pública em geral, com especial destaque para o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Ministério da Justiça, entre outros	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	AP
1.3.1.2	Interoperabilidade PTSS	Processos de Interoperabilidade decorrentes do alargamento da PTSS a todos os processos de negócio	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS AP
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental						
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP					
1.3.3.1	Plataforma de Gestão Documental	Evolução/Reformulação da atual Plataforma de Gestão Documental do MTSSS, incluindo Software e Infraestrutura. Generalização e extensão da utilização a todos os organismos do MTSSS	2016	2019	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa						
1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
1.3.4.1	Tarifa Social	Implementação do serviço para verificação das condições de elegibilidade na Segurança Social	2016	2017	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
1.3.5	Implementar Interoperabilidade entre a AP e os Agentes Económicos					

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.3.5.1	Plataforma de Serviços Base	Implementação de novos processos de interoperabilidade entre o MTSSS e os agentes económicos do sector privado	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS AP Agentes Económicos

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	754	1 682	2 747	2 747
Benefícios económicos e sociais	6 414	12 829	21 382	21 382
Investimento	3 370	2 553	2 298	2 036
Saldo	59 679			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente o SISS tem já em plena utilização a Plataforma Base, que disponibiliza já hoje, uma série de processos de interoperabilidade implementados para suportar trocas de informação com outros sistemas. Estão também implementados uma série de processos de interoperabilidade para disponibilizar a consulta a informação via iAP por parte de outros organismos da AP ou entidades externas devidamente autorizadas. No âmbito dos FCT foi também implementada uma plataforma para suportar a interoperabilidade entre o sistema de informação de Suporte e os sistemas de informação dos Agentes Económicos.

Situação futura

No futuro, continuará o MTSS através do Instituto de Informática, I. P. a apostar em processos de interoperabilidade, quer na sequência dos trabalhos de reengenharia que alguns dos módulos funcionais do SISS vão ser alvo, quer em novos que estão já identificados. Será ainda levado a cabo um esforço de alargamento da Utilização da Plataforma Base às necessidades de interoperabilidade entre o SISS e os Agentes Económicos. Pensamos ser portanto uma boa aposta estratégica que esta plataforma seja utilizada para suportar todas as necessidades de interoperabilidade entre a AP e os Agentes económicos e/ou Cidadãos.

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

Nesta medida estão identificadas as iniciativas que materializam a preocupação que o Instituto de Informática, I. P. e o MTSSS têm com a segurança dos seus sistemas de informação, no que toca à proteção de dados, garantia de integridade e inviolabilidade dos sistemas, assegurando a sua continuidade e disponibilidade. As iniciativas não são apenas internas ao MTSSS, sendo também de origem externa, resultado das parcerias que o II mantém com as autoridades nacionais responsáveis por esta matéria.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação						
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos					
1.4.11.1	Reforço da segurança da rede, infraestrutura e aplicacional no MTSSS	Aquisição de plataformas/soluções de SIEM, controlo de acesso à rede, BYOD, clean pipes, sandboxing (email e malware)	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
1.4.11.2	Projeto de Implementação Políticas Segurança do IEFP	Definir de um conjunto de políticas de segurança que minimize os riscos de ameaças e falhas de segurança nos SI do Ministério	2016	2017	IEFP	Instituto de Informática, I. P.
1.4.11.3	SGSI-ACT	Operação SAMA SGSI-ACT — Sistema de Gestão de Segurança da Informação na Autoridade para as Condições do Trabalho	2016	2017	ACT	Instituto de Informática, I. P.
1.4.12	Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais					
1.4.12.1	Consolidação da plataforma de gestão identidades	Consolidação da plataforma (gestão de identidades e acessos) com integração de novas soluções aplicacionais, novos organismos e gestão de acessos privilegiados	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
1.4.12.2	Alargamento PCN	Alargamento do Plano de Continuidade de Negócio aos restantes organismos do MTSSS com análise BIA e infraestrutura de suporte	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
1.4.12.3	Plano de Continuidade de Negócio IEFP	Garantir a continuidade de serviço prestado ao cidadão em caso de desastre	2017	2018	IEFP	Instituto de Informática, I. P.
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos					
1.4.13.1	Implementar o Security Operation Center (SOC) do MTSSS	Aquisição serviços e ferramentas dedicadas à monitorização, análise forense e deteção de vulnerabilidades	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	384	384	384	384
Benefícios económicos e sociais	3 221	3 221	3 221	3 221
Investimento	747	941	1 090	1 040
Saldo	10 602			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O Instituto de Informática enquanto entidade sectorial de TIC para o MTSSS e principal responsável pela disponibilização de soluções TIC para o mesmo, atualmente garante já um conjunto de medidas que permitem proteger os dados à sua guarda, garantindo a integridade,

continuidade e disponibilidade dos mesmos. Muitas destas medidas têm atualmente um âmbito restrito ao Instituto de Informática e em algumas situações aos principais organismos do MTSSS.

Situação futura

No futuro pretende-se um alargamento da cobertura organizacional e perimétrica, com reforço de controlos robustos e fiáveis, alinhados com a Estratégia Nacional de Segurança da Informação.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

Esta Medida sistematiza as iniciativas que o Instituto de Informática, I. P. levará a cabo para acompanhar as iniciativas desencadeadas em termos centrais pela AMA I. P., executando o conjunto de atividades que garantam que o SISS bem como os seus módulos, estejam permanentemente alinhados com as diretrizes definidas para os sistemas de informação da AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver e disponibilizar o Cartão de Cidadão com novas funcionalidades						
2.5.1	Cartão de Cidadão 2.0					
2.5.1.1	Ciclo de Vida do Cartão do Cidadão	Rever e adaptar o que vier a ser necessário para implementar as alterações legislativas que venham a ser publicadas.	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	AMA I. P.
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
2.5.2.1	Chave Móvel Digital	Manutenção e acompanhamento da solução já implementada na Segurança Social Direta e Fundos de Compensação.	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	AMA I. P.
2.5.2.2	Autenticação Cartão Cidadão	Manutenção e acompanhamento da solução já implementada na Segurança Social Direta e Fundos de Compensação.	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	AMA I. P.

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	100	-	-
Saldo	-100			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente o Instituto de Informática, I. P. já implementa os mecanismos de autenticação definidos como comuns nos seus Portais.

Situação futura

No futuro manterá esta estratégia de se manter permanentemente alinhado com as normas definidas para a AP.

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

Nesta medida estão concentradas as iniciativas mais significativas, tanto em termos estratégicos como financeiros. Estas iniciativas corporizam a necessidade vital de manter os sistemas de informação atualizados.

A atualização de um sistema de informação em sentido lato inclui a implementação de novas soluções identificadas como necessárias, a reformulação de módulos existentes quer pela necessidade de adaptação a nova legislação ou novos requisitos tecnológicos. Inclui ainda a renovação da infraestrutura que lhe dá suporte do ponto de vista central e do ponto de vista do posto de trabalho individual. Interessa dar relevo a duas iniciativas estruturantes para o Sistema de Segurança Social:

- A solução de Relacionamento que tem por objetivo reformular toda a lógica de relacionamento atualmente existente entre a SS e o Cidadão;
- Projetos de Desmaterialização de Processos na PTSS, que tem como finalidade dar continuidade à estratégia de desmaterialização de todos os processos da SS potenciando a interatividade com o cidadão e os Agentes Económicos.

No âmbito desta medida, está prevista para a ação

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento						
2.7.1	Integrar a Gestão da Experiência do Cidadão nos processos de atendimento					
2.7.1.1	Soluções de relacionamento	Implementação de solução de suporte ao Relacionamento com Visão 360º do Cidadão. Integração de todos os canais de comunicação com o Cidadão, numa única plataforma.	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.7.1.2	SIGA — Sistema de Informação para a Gestão de Atendimento	Consolidação da solução sigaApp e sua integração na App Mapa do Cidadão. Evolução da solução siga base. Integração da VMP no SigaApp. Criação de um módulo de Data Analytics.	2016	2019	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.7.1.3	Contact Center SS	Implementar Contact Center para reforçar a capacidade de atendimento do ISS	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.7.1.4	Novo Portal da Segurança Social	Implementação de Novo Portal da Segurança Social	2019	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
2.7.5.1	Implementação da Bolsa de Documentos	Adoção da “Bolsa de Documentos” que permite ao Cidadão e Agente Económico a disponibilização dos documentos exigidos pelos processos da SS.	2017	2018	Instituto de Informática, I. P.	AMA I. P.
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.6	Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente.					
2.7.6.1	Consulta de Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho	Desenvolvimento de uma ferramenta que permita ao público em geral uma consulta rápida e simples aos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) publicados, de acordo com parâmetros pré-definidos.	2016	2017	DGERT	Instituto de Informática, I. P.
2.7.6.2	Base de Dados única das Relações de Trabalho	Pretende-se a consolidação dos dados relativos à Regulamentação Coletiva e Organizações do Trabalho e a integração dos dados relativos às Condições de Trabalho, Relações Profissionais (Lisboa e Porto), Assuntos da OIT e Estudos de Rendimentos do Trabalho, alinhando as aplicações de suporte existentes com as atuais necessidades. Estudos relativos à Contratação Coletiva. Relatórios de gestão e apoio à decisão.	2017	2019	DGERT	Instituto de Informática, I. P.
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
2.7.7.1	Plataforma de Desenvolvimento para Dispositivos Móveis	Conceber uma plataforma que agilize e normalize o desenvolvimento seguro e robusto de aplicações para dispositivos móveis, no contexto do Ministério	2017	2019	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)						
2.7.8	Disponibilizar infraestrutura a nível transversal e sectorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)					
2.7.8.1	Estação Padrão	Melhoria contínua da solução de desktop Corporativo — Estação Padrão — e das ferramentas a ela associadas. Avaliação de Cenários de utilização da virtualização de desktops e implementação de solução	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.7.8.2	Renovação do parque de equipamentos	Renovação do parque de equipamentos TI do MTSSS, otimizando a utilização dos equipamentos — numa razão de 20 % ao ano	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Pilotar a adoção na AP de trabalho em movimento e a partir de casa						
2.7.9	Estudar o potencial de redução de custos e pilotar a adoção na AP do trabalho em movimento e em casa					
2.7.9.1	Soluções de mobilidade	Implementação de Soluções de mobilidade (DA, MDM, BYOD, IOT ...)	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
Digitalizar o arquivo físico da AP						
2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
2.7.11.1	Arquivo Digital MTSSS (Infraestrutura, Software e Processos)	Conceção do Arquivo Digital — em conformidade com orientações e normas elaboradas pela DGLAB, incluído software processo e Infraestrutura Construção do Arquivo Digital — visando a gestão integrada com o arquivo físico;	2018	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.7.11.2	PCIRP — Alargamento a nível nacional	Alargar o PCIRP a nível nacional, implementado no Centro Distrital do Porto, — Digitalização de Bobines de Arquivo, e armazenamento no Arquivo Digital, permitindo: 1) acesso remoto à informação; 2) salvaguarda e preservação desta informação;	2017	2018	ISS	Instituto de Informática, I. P.
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
2.7.12.1	ECM — Enterprise Content Management do MTSSS	Estabelecer a Arquitetura de referência ECM para MTSSS e generalização	2017	2018	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.7.13	Desenvolver sistemas inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
2.7.13.2	Projetos de Desmaterialização de Processos atuais, PTSS	Implementação de projetos de Reengenharia e desmaterialização, com vista ao aumento da eficiência interna e melhoria da qualidade de serviço ao Cidadão, suportados na nova Plataforma de Serviços da Segurança Social	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.7.13.3	Projetos de adequação dos sistemas atuais a novas realidades tecnológicas e legais na PTSS	Modernização de serviços já implementados, que necessitam de adequação tecnológica ou adaptação a novos quadros legais, suportados na nova Plataforma de Serviços da Segurança Social	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.7.13.4	Projeto e-ACT	Operação SAMA e-ACT — Projeto de Modernização e Desmaterialização da Autoridade para as Condições do Trabalho	2016	2018	ACT	Instituto de Informática, I. P.
2.7.13.5	Sistema de Informação de Assessoria Técnica aos Tribunais	Análise e avaliação de pedidos no contexto de processos dos Tribunais Tutelar Cível e Proteção de Crianças e Jovens	2016	2017	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.7.13.8	Sistema Único Emprego e Formação	Desenvolver novo SI que permita maior agilidade na implementação das medidas de emprego e formação bem como melhorar serviços ao cidadão	2017	2018	IEFP	Instituto de Informática, I. P.
2.7.13.9	Monitorização de Iniciativas na PTSS	Implementação de Plataforma de acompanhamento e monitorização das iniciativas de suporte aos processos de desmaterialização da PTSS	2018	2020	Instituto de Informática, I. P.	Instituto de Informática, I. P.

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	1 183	1 806	1 806	1 806
Poupanças Não TIC	1 759	38 639	64 446	64 770
Benefícios económicos e sociais	18 823	35 018	56 069	56 106
Investimento	12 811	12 317	12 039	11 257
Saldo	293 806			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

O sistema de informação da SS, é um sistema central completamente gerido e mantido pelo Instituto de Informática, I. P. Sendo um sistema que tem cerca de 10 anos de vida, tem necessidades de reformulação, tanto resultado da evolução tecnológica como forçado pela necessidade de se implementarem processos mais desmaterializados, mais leves e mais intuitivos para o utilizador e para o cidadão. Pela dimensão do MTSSS e pela quantidade de processos de negócio, na sua maioria suportados em métodos declarativos com papel como suporte, a criação de um arquivo digital que conserve toda a informação existente é vital, sendo também por isso um projeto muito importante e estratégico.

Situação Futura

Nos próximos anos o MTSSS através do Instituto de Informática, I. P. irá desenvolver uma estratégia de atualização do seu sistema tanto em termos funcionais como tecnológicos.

Relativamente à Bolsa de Documentos, importa dizer que, ao invés de preconizar apenas a partilha de documentos no seio da Administração Pública, esta deveria também contemplar e até dar prioridade à guarda de todo e qualquer documento que, tanto cidadãos como empresas, necessitam de recorrente e repetidamente entregar nos diferentes e até por vezes nos mesmos serviços dos

vários organismos públicos, no cumprimento dos seus deveres ou na defesa dos seus direitos, como forma de operacionalizar verdadeiramente o conceito *only once*, com todos os ganhos que lhes estão inerentes.

Medida 8**Inovação setorial****Ações e objetivos**

Nesta medida está identificada a iniciativa que irá ser promovida pelo Instituto de Informática, I. P. no MTSSS, com vista à promoção de ideias inovadoras com vista à modernização e simplificação.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC					
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC				
2.8.1.14	Programa I.Inovação	Programa de Inovação para promover a melhoria contínua e a Inovação	2016	2020	Instituto de Informática, I. P. MTSSS

Dados Económicos**Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	50	75	200	300
<i>Saldo</i>	- 625			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

Atualmente os sistemas de informação da Segurança Social nas suas diversas componentes, implementam processo inovadores, tanto do ponto de vista processual como tecnológico.

Situação Futura

No futuro o Instituto de Informática, I. P. continuará com esta estratégia, tendo intenção de reforçar o em-

penho institucional na inovação, criando um programa específico, inicialmente dirigido apenas a colaboradores internos, motivando o contributo de todos para apresentação de propostas de solução e melhoria dos sistemas e processos de trabalho.

Medida 9**Centro de competências TIC****Ações e objetivos**

As pessoas são o recurso mais importante das organizações, constituem o fator diferenciador, a premissa que influencia o sucesso, a cultura e a identidade das organizações.

Para o MTSSS as pessoas são o ativo mais relevante da organização, o seu elemento crítico de sucesso, pelo que recai sobre elas a atenção da estratégia de gestão de pessoas, que aposta sobretudo no desenvolvimento e consolidação das competências técnicas e comportamentais, procurando o equilíbrio contínuo entre as necessidades da organização e os interesses pessoais, familiares e profissionais das pessoas.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Avaliar os resultados do piloto					
3.9.5	Capacitar e Formar RH TIC				
3.9.5.1	Plano de Formação Anual — TIC	Consolidação do plano de formação anual — TIC			
3.9.6	Definir medidas que promovam a valorização e retenção de RH TIC na AP				
3.9.6.1	Programa de Gestão por Competências	Implementação e aplicação de um modelo de gestão por competências, formando, avaliando e gerindo RH em função das competências adquiridas	2016	2020	Instituto de Informática, I. P. MTSSS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	200	250	325	375
Saldo	-1 150			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Sendo o capital humano um dos principais ativos do Instituto de Informática, I. P., temos vindo a apostar na formação destes quadros, sendo certo que temos ainda um caminho a percorrer e margem para crescimento.

Situação futura

No futuro está prevista a aprovação do Plano de Formação e do respetivo Regulamento de Formação — que integrarão abordagens inovadoras ao nível do desenvol-

vimento de competências — bem como a implementação do projeto de definição de um Modelo Perfis Competências que trarão melhorias significativas na capacidade de identificar e fazer evoluir as competências chave para a organização, estando na base para a definição de perfis e para a evolução das carreiras profissionais dos colaboradores.

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

As iniciativas associadas a esta medida visam obter uma maior otimização dos recursos existentes, para que cada vez um maior controlo permita uma melhor gestão dos recursos disponíveis, centralizados e capazes de ser afetos à finalidade que melhor se aplicar. Os benefícios qualitativos de maior relevância estão associados à centralização de todos os equipamentos informáticos do MTSSS e possibilidade de implementação de Planos de Continuidade de Negócio para os vários organismos referidos (alargando o âmbito do Plano de Continuidade de Negócio já implementado para a Segurança Social).

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
3.10.2.1	Reforço da capacidade de processamento e armazenamento de dados	Centralização e consolidação de toda a capacidade de processamento e armazenamento de dado e informação em dois centros de dados: principal e alternativo	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
3.10.2.2	Melhoria da eficiência energética nos CPDs	Implementar processo de monitorização do consumo energético e definir ações que contribuam para a melhoria da eficiência energética nos CPDs do Instituto de Informática	2016	2017	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
3.10.2.3	Consolidação da infraestrutura suporte a bases de dados e middleware	Consolidar BDs e Middleware rentabilizando licenciamento e capacidade de processamento	2016	2017	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
3.10.2.4	Atualização da solução de correio eletrónico	Nova solução de correio eletrónico para o MTSSS	2015	2017	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
3.10.2.5	Centro de Controlo de Operações	Criação de um Centro de Controlo de Operações para o MTSSS	2015	2017	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
3.10.2.6	Automação de processos batch e cadeias de processamento	Automação de processos batch e cadeias de processamento	2016	2018	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
3.10.2.7	Centralização de Impressões Massivas de Outputs	Adoção integral desta solução para todas as necessidades de printing e finishing no contexto das aplicações de negócio de todo o Ministério	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
Criar nuvem interoperável da AP						
3.10.3	Criar nuvem interoperável da AP					
3.10.3.1	Implementação da cloud privada do MTSSS	Implementar uma Cloud Privada do MTSSS. Adoção progressiva do modelo de private Cloud para o armazenamento, partilha e edição colaborativa de documentos e ficheiros substituindo as soluções tradicionais de filesharing	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	180	180	180	180
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	1 939	1 284	1 029	1 525
Saldo	-5 057			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Até aos dias de hoje o esforço do Instituto de Informática, I. P. esteve direcionado para a concentração de todos os recursos de infraestrutura, por forma a ter o total controlo sobre os meios disponíveis, só assim consegui ter capacidade de garantir a unicidade do sistema de informação da segurança social e da infraestrutura que lhe dá suporte.

Situação futura

No futuro o Instituto de Informática, I. P., deverá dar continuidade à estratégia seguida até hoje, tendo no entanto agora uma capacidade de gestão de todo o sistema que lhe permitirá gerir os recursos de uma forma mais eficiente.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

A racionalização de comunicações de voz e dados é já uma realidade no MTSSS. O MTSSS dispõe de uma rede de dados que integra todos os organismos do Ministério e esta rede garante também a interligação com praticamente todas as entidades da Administração Pública Portuguesa, Entidades bancárias e União Europeia. Tirando partido da existência de uma só rede de dados e comunicações no MTSSS é possível integrar nesta rede os diferentes métodos de comunicações unificadas (VoIP — Voz sobre IP, Informação de Presença, Instant Messaging e Videoconferência).

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	Integração de Redes	Integração de redes de voz/dados na rede MTSSS (Projeto VOIP com o MTSSS/II)	2015	2017	IEFP	Instituto de Informática, I. P.
3.11.1.2	Criar Ligações VoIP Interministeriais	Interligar o MTSSS aos restantes Ministérios	2016	2018	Instituto de Informática, I. P.	AP
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
3.11.2.1	Comunicações Unificadas	Comunicações unificadas, consolidação do existente e implementação de novas funcionalidades de forma a garantir: VoIP, Videoconferência, Voz e vídeo, Content sharing, Gravação, Conference streaming, Instant Messaging, informação de presença, mobilidade, FoIP — Fax over IP	2016	2019	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
3.11.3	Definir Modelo e Roadmap para o IPV6 na AP					
3.11.3.1	Implementar IPv6 nos sites públicos do MTSSS	Avaliação e implementação de IPv6 nos sites públicos dos organismos do MTSSS	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	ESPAP
Implementar rede comum de comunicações multisserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP					
3.11.4.1	Ligação ao PTT	Manter a Interligação do MTSSS ao PTT	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	100	100	100	100
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	674	691	120	120
Saldo	-1 204			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O Instituto de Informática concluiu em 2015 a 1.ª Fase da implementação do Projeto com a Implementação de VoIP no Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social à escala Nacional. Como resultado desta implementação foram desativadas as soluções tradicionais de PABX existentes e os respetivos telefones, tendo sido instalados mais de 10.500 telefones IP e cerca de 500 adaptadores ATA para suporte a dispositivos de Fax e outros equipamentos.

Destacam-se os seguintes resultados da 1.ª fase do Projeto:

- Eliminação dos custos das chamadas entre as cerca de 600 localizações dos diferentes organismos do Ministério;
- Eliminação dos custos de manutenção e aquisição de centrais telefónicas tirando partido de uma solução moderna e suportada em ambiente virtualizado que permite atingir uma elevada escalabilidade;
- Eliminação dos custos com números especiais dos contact centers através da sua migração para numeração nómada;
- Forte redução dos custos de chamada de voz fixa e móvel para rede pública potenciado pela renegociação simultânea de tarifários e interligação a múltiplos operadores públicos;

- Disponibilização aos utilizadores de telefones modernos e com mais funcionalidades.

Além da melhoria de produtividade para os utilizadores da implementação da 1.ª fase do projeto resulta uma redução de custos anual superior a 3,6 Milhões de Euros.

Situação futura

No curto prazo, será realizada a consolidação do VOIP no IEFP. Num futuro de médio prazo será feita uma nova racionalização da utilização das comunicações através de um projeto que irá integrar as funcionalidades de Comunicações Unificadas nomeadamente:

- Informação de Presença;
- Videoconferência;
- Mobilidade de Telefone e Vídeo nos postos de trabalho e dispositivos móveis;
- Fax over IP.

Medida 12**Aplicações comuns e em código aberto****Ações e objetivos**

Nesta medida estão identificadas as iniciativas que sustentam a necessidade de manter atualizadas as ferramentas de produtividade. As atividades previstas visam dotar o MTSSS das ferramentas e soluções de completa acessibilidade e com recursos a todas as ajudas técnicas.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
12.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de software do Estado					
12.1.1	Ajudas técnicas e soluções acessibilidade	Aquisição de Ajudas Técnicas e Software de Acessibilidade para utilizadores com necessidades especiais para atualização das soluções já obsoletas e fazer face a novas necessidades	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
12.1.2	Software para Desmaterialização processos	Implementação de Soluções de Produtividade que promovam a progressiva desmaterialização dos processos e a circulação de documentos em formato digital	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
12.2	Negociar e acordar melhores condições com principais fornecedores de software à AP					
12.2.1	Email e ferramentas de produtividade como um Serviço	Implementação de Office e Mail na Cloud	2016	2017	IEFP	Instituto de Informática, I. P.
Criar e dinamizar catálogo de software da AP						
12.5	Promover a reutilização de aplicações desenvolvidas pela/para AP					
12.5.1	Soluções de Portais e Intranet	Alinhamento com o definido em termos de soluções de portais e intranet para o contexto do Ministério; centralização no Instituto de Informática do processo de desenvolvimento, infraestrutura, operação e monitorização dos Portais e Intranets do Ministério	2017	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.8.1.5	Consolidação do projeto MOL como plataforma de IT Operations Analytics	Implementar uma solução de IT Operations Analytics para os sistemas do MTSSS	2016	2017	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS
2.8.1.13	pai na Administração Pública — Programa de Acolhimento e Integração	Solução de formação e-learning para facilitar a integração de novos colaboradores em organismos da Administração Pública	2016	2017	Instituto de Informática, I. P.	AP
2.8.1.1	Big Data e Combate à Fraude	Implementação de processos Big Data na identificação e quantificação de comportamentos indiciadores de fraude, em complementaridade de integração com a plataforma PT COFRE, já existente	2016	2020	Instituto de Informática, I. P.	MTSSS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	1 114	1 334	1 204	321
<i>Saldo</i>	-3 972			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente os valores de licenciamento praticados com o Instituto de Informática, I. P. estão já bastante otimizados. No que toca à acessibilidade o grau de cobertura ainda é reduzido.

Situação futura

No futuro o Instituto de Informática, I. P. autonomamente ou em conjunto com a AP estará disponível para junto dos fornecedores de licenças negociar a obtenção de valores mais favoráveis. Fará o Instituto de Informática, I. P. um esforço nos próximos anos no sentido de cobrir a totalidade das suas soluções com a facilidade de acessibilidade exigidas com recurso a todas as ajudas técnicas disponíveis.

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	200	450	450	450	180	1 370
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	80	100	-	-		
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	124	-124
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	50	-	-	74		
Medida 3	Poupanças TIC	-	-	-	-	10 256	59 679
	Poupanças Não TIC	754	1 682	2 747	2 747		
	Benefícios económicos e sociais	6 414	12 829	21 382	21 382		
	Investimento	3 370	2 553	2 298	2 036		
Medida 4	Poupanças TIC	-	-	-	-	3 817	10 602
	Poupanças Não TIC	384	384	384	384		
	Benefícios económicos e sociais	3 221	3 221	3 221	3 221		
	Investimento	747	941	1 090	1 040		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	100	-100
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	100	-	-		
Medida 7	Poupanças TIC	1 183	1 806	1 806	1 806	48 425	293 806
	Poupanças Não TIC	1 759	38 639	64 446	64 770		
	Benefícios económicos e sociais	18 823	35 018	56 069	56 106		
	Investimento	12 811	12 317	12 039	11 257		
Medida 8	Poupanças TIC	-	-	-	-	625	-625
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	50	75	200	300		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	1 150	-1 150
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	200	250	325	375		

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Medida 10	Poupanças TIC	180	180	180	180	5 777	-5 057
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 11	Investimento	1 939	1 284	1 029	1 525	1 604	-1 204
	Poupanças TIC	100	100	100	100		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
Medida 12	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	3 972	-3 972
	Investimento	674	691	120	120		
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	1 114	1 334	1 204	321		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
		Totais (K€) *					
	Poupanças TIC	1 663	2 536	2 536	2 536	76 031	353 226
	Poupanças Não TIC	2 897	40 705	67 576	67 901		
	Benefícios económicos e sociais	28 459	51 068	80 672	80 708		
	Investimento	21 034	19 644	18 305	17 048		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Podem consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
Carla Costa	I.I., I. P.	Vogal CD
Paulo Castro	I.I., I. P.	Assessor de CD
Contacto do Representante Ministerial		
Carla Costa	I.I., I. P.	Vogal de CD

Área Governamental da Saúde

Sumário Executivo

O Plano Sectorial TIC do Ministério da Saúde (MS) é parte integrante da “Estratégia TIC 2020: Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública até 2020” e, por outro lado, da “ENESIS 2020-Estratégia Nacional para o Ecosistema de Informação da Saúde 2020”.

Foi elaborado pela SPMS, que assume a coordenação das TIC no MS, e teve por base: estratégias anteriores e sua execução, estratégias em curso no MS, resultados de reuniões de trabalho e think tanks e outras referências; O draft do Plano TIC 2020 MS foi submetido a consulta a todas as organizações do MS no mês de julho, tendo sido obtido feedback de 27 instituições, que mostraram globalmente elevada concordância com as Medidas propostas.

O Plano elenca um conjunto de iniciativas TIC que visam contribuir para a Transformação Digital do Sistema de Saúde, nomeadamente para o sucesso das Medidas SIMPLEX, das medidas da Agenda Portugal Digital e outras prioridades no âmbito da Saúde.

Congrega a ação de todas as entidades do MS e convoca a articulação com todas as partes interessadas, incluindo prestadores de cuidados de saúde do setor privado e social, indústria farmacêutica e das tecnologias de saúde, Academia, entre outros.

Esta é uma versão inicial do plano, estando prevista a sua atualização para enriquecimento de detalhe das iniciativas e orçamento consolidado de todas as Organizações do MS.

Medida 1

Governança das TIC

Ações e objetivos

A Governança das TIC no MS é coordenada pela SPMS que, desde 2011, assume as competências de desenvolvimento, manutenção e operação dos vários sistemas integrados de informação na área do sector da saúde assim como a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde, entre si e com os sistemas de informação transversais à Administração Pública.

A SPMS desempenha o papel de “Chief Information Officer” (CIO) do Ministério da Saúde (MS) assegurando a compatibilização, integração e consolidação dos requisitos do Sistema de Informação da Saúde (SIS), entendido como o conjunto dos subsistemas de informação centrais, locais nas entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e integrações com terceiros, com vista a disponibilizar aos diversos utilizadores toda a informação útil à literacia e autogestão da saúde (cidadão), prestação de cuidados (profissionais de saúde), gestão do sistema (gestores locais e centrais), investigação em saúde e necessidades transversais à Administração Pública. Desde 2015 que está em marcha um programa que visa a melhoria das práticas de governance e gestão das TIC, programa esse que se pretende continuar através de diversas iniciativas,

nomeadamente a constituição de estruturas orgânicas de acompanhamento da estratégia TIC do MS.

Em relação ao modelo de racionalização das TIC do MS, no anterior triénio foi centralizado na SPMS as funções de:

- Estratégia e planeamento do SIS, Arquitetura de referência — definição de requisitos técnicos e de interoperabilidade dos sistemas,
- Gestão centralizada de fornecedores e aquisição de bens e serviços TIC, incluindo gestão de licenciamento de SW, Desenvolvimento de software transversal ao SNS, Gestão de infraestruturas centrais e da rede de dados da saúde (RIS).

Nesta fase pretende-se rever e desenvolver o modelo com especial enfoque nos seguintes aspetos:

- Serviço TI;
- Infraestruturas TIC;

- Gestão de Portefólio;
- Desenvolvimento SW;
- Perfis e Competências dos RH TIC;
- Orçamento TIC.

No âmbito desta medida pretende-se desenvolver as seguintes ações:

- *i*) criar e dinamizar um conjunto de estruturas organizacionais com vista garantir a participação efetiva de cada instituição do MS na concretização da estratégia;
- *ii*) promover a melhoria contínua das práticas de governance e gestão de TIC no MS;
- *iii*) rever o modelo de racionalização da função informática do MS, formalizando funções e serviços oferecidos por cada instituição do MS, em alinhamento com boas práticas ITIL.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir e implementar um modelo de governação transversal das TIC						
1.1.1	Definição e Implementação de Governação transversal das TIC na AP					
1.1.1.1	Governação transversal das TIC na AP	Participar ativamente nos grupos e iniciativas de governação transversal das TIC na AP, nomeadamente no CTIC, APD	2016	2020	SPMS	
1.1.1.2	Governação transversal das TIC na Comunidade Europeia	Participar ativamente nos grupos e iniciativas de governação transversal das TIC na CE, nomeadamente na eHN — eHealth Network e outros grupos de trabalho	2016	2020	SPMS	
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental						
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)					
1.1.3.1	Implementar o modelo de Governação das TIC no MS	Formalizar e aprovar o modelo de governação das TIC do Ministério da Saúde, em articulação com o modelo de governação das TIC da AP, que contribua para a sustentabilidade e alinhamento estratégico dentro das TIC e com as áreas de negócio Criar e participar nas estruturas orgânicas CAeSIS e CATIC Dinamizar e prover o suporte logístico às estruturas orgânicas de suporte ao modelo de governação (CAeSIS, CATIC, CAIC e grupos de trabalho) Criar plataforma colaborativa de apoio às estruturas organizativas e gestão do conhecimento	2016	2017	MS	Todas organizações do MS
			2016	2017	SPMS	
			2016	2020	SPMS	
			2016	2017	SPMS	
1.1.3.2	Promover a adoção de boas práticas de gestão das TIC e a colaboração e partilha de conhecimento e experiências, apoiando as estruturas de governação e gestão das TIC das várias organizações do MS	Programa de melhoria de governance e gestão do SIS — ativação de boas práticas e acompanhamento do nível de capacidade em dashboards.	2016	2020	SPMS	Todos
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central					
1.1.4.1	Rever o Modelo de Racionalização da Função TIC no MS	Rever o modelo de Racionalização de Funções TIC do MS Definição e implementação do Modelo de Gestão Operacional das IE e Aplicações do MS Criação de modelo e aplicação de Gestão Partilhada de Recursos TIC MS	2016	2017	SPMS	Todos
			2017	2017	SPMS	Todos
			2017	2017	SPMS	Todos
1.1.5	Publicar catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço das áreas governamentais.					

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.1.5.1	Definição e divulgação do Catálogos de serviço TIC	Programa de melhoria da Gestão do Serviço e Suporte, em alinhamento com boas práticas alinhadas ao ITIL	2016	2020	SPMS	Todos
		Formalizar Catálogo de Serviços TI da SPMS e outras organizações do MS, incluindo SLA e preços	2017	2017	SPMS	Todos
		Publicação de Catálogo de Serviços para AP/RSP/TIC	2017	2017	SPMS	Todos

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	203	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	500	-	-	-
Saldo	- 298			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O modelo organizativo das TIC do Ministério da Saúde foi alterado em 2011, tendo sido atribuídas à SPMS as competências de desenvolvimento, manutenção e operação dos vários sistemas integrados de informação na área do sector da saúde assim como a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde, entre si e com os sistemas de informação transversais à Administração Pública.

A SPMS desempenha o papel de “Chief Information Officer” (CIO) do Ministério da Saúde (MS) assegurando a compatibilização, integração e consolidação dos requisitos do Sistema de Informação da Saúde (SIS), entendido como o conjunto dos subsistemas de informação centrais, locais nas entidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e integrações com terceiros, com vista a disponibilizar aos diversos utilizadores toda a informação útil à literacia e autogestão da saúde (cidadão), prestação de cuidados (profissionais de saúde), gestão do sistema (gestores locais e centrais), investigação em saúde e necessidades transversais à Administração Pública. A SPMS é a entidade coordenadora das TIC no Ministério da Saúde e o seu Presidente do Conselho de Administração assume o papel de Representante Ministerial de Execução do Ministério da Saúde.

No âmbito do planeamento do SIS, a SPMS garante o alinhamento das iniciativas TIC com as estratégias de saúde formuladas aos níveis internacional, nacional e local. No que concerne às estratégias para as TIC, a SPMS garante o alinhamento com a estratégia europeia, interministerial, das instituições do SNS e dos demais intervenientes.

No âmbito da definição de estratégias de informatização clínica no SNS, a SPMS apoia-se na Comissão de Acompanhamento da Informatização Clínica (CAIC) e respetivos grupos técnicos de trabalho. Esta Comissão desempenha o papel de “Chief Clinical Information Officer” (CCIO) do Ministério da Saúde, garantindo aprovação da especificação dos requisitos clínicos do SIS e a coordenação da normalização semântica e de conceitos

da componente clínica do SIS, como é o caso das normas de orientação clínica (NOC) de apoio aos profissionais de saúde da responsabilidade da DGS.

Situação Futura

Está em desenvolvimento um Programa de Melhoria da Governança e Gestão do SIS tendo em vista a definição de estruturas organizacionais que enquadrem formalmente a participação dos diversos stakeholders do SIS, em alinhamento com as boas práticas internacionais, nomeadamente com o referencial de boas práticas COBIT 5. Pretende-se promover o envolvimento e articulação das entidades do SNS ao nível estratégico (CA) e tático (Direções TI).

Assim, pretende-se que seja criado o nível estratégico a Comissão de Acompanhamento do Sistema de Informação da Saúde (CAeSIS), onde deve integrar os órgãos decisores das instituições do MS e ao nível tático a Comissão de Acompanhamento TIC (CATIC), na qual devem integrar os Diretores TIC das instituições do MS.

A Governança das TIC no MS continuará a ser coordenada pela SPMS que se apoia numa estrutura organizacional CAeSIS para obter input estratégico das instituições do MS e o compromisso firme de envolvimento das instituições nas ações em curso. Por outro lado, a SPMS assume a representação do MS no CTIC. Esta coordenação centralizada permite uma visão estratégica comum para todo o MS e alinhada com a visão transversal à AP que se materializa ao nível Ministerial na Estratégia eHealth 2020 complementada pelos Planos TIC das diferentes organizações do MS adequados à sua realidade concreta. A CAeSIS deve reunir semestralmente e pronunciar-se em relação à estratégia TIC do MS, prioridades e acompanhamento de alto nível da execução do plano.

Ao nível tático a CATIC e a CAIC discutem o desenvolvimento de programas e projetos numa perspetiva tecnológica (CATIC) e clínica (CAIC).

A estrutura de governação central pode propor a constituição de grupos de trabalho específicos de temas a desenvolver, solicitando contributos de diferentes perfis de profissionais.

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

Esta medida pretende definir e formalizar a Estratégia TIC do Ministério da Saúde até 2020 com vista a:

- *i*) promover o alinhamento das iniciativas TIC com as estratégias da Saúde aos níveis europeu, nacional, regional e local;
- *ii*) promover o alinhamento das iniciativas TIC com a estratégia TIC transversal à Administração Pública;
- *iii*) gerir o portefólio de iniciativas TIC ao longo do seu ciclo de vida, incluindo a definição de prioridade de programas e projetos, a gestão de investimento, a gestão do risco associado às iniciativas, o acompanhamento da

execução (incluindo a fase de adoção e gestão da mudança), a avaliação custo-benefício e a comunicação de lessons learned.

Para tal serão desenvolvidas as seguintes atividades:

• *a)* elaboração do Plano Setorial TIC 2020 do Ministério da Saúde, seguindo o referencial “Estratégia TIC 2020 para a Administração Pública”, com vista à promoção do alinhamento com a estratégia TIC transversal à Administração Pública (vem substituir o Plano de Ação Sectorial da Saúde 2012-2016 no âmbito do PGE TIC)

• *b)* elaboração da Visão eHealth 2020, seguindo o referencial de boas práticas “National eHealth Strategy Toolkit” da Organização Mundial de Saúde, com vista à promoção do alinhamento com as necessidades dos stakeholders da Saúde (não existia no triénio passado)

• *c)* preparação do modelo de gestão centralizada de portefólio e orçamento TIC, tomando como referências os frameworks de boas práticas COBIT 5 da ISACA e PfMP do PMI.

• *d)* gestão centralizada do portefólio e orçamento de iniciativas TIC de todas as organizações do Ministério da Saúde.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
1.2.1.1	Plano Setorial MS TIC 2020	Elaborar, aprovar e publicar o Plano Setorial MS TIC 2020 alinhado com a Estratégia TIC AP 2020	2016	2017	SPMS	Todas as entidades do MS, AMA I. P.
1.2.1.2	Visão eHealth 2020 e Plano Setorial MS TIC 2020	Elaborar, aprovar e publicar a Visão eHealth 2020 alinhada com as necessidades dos stakeholders da Saúde	2015	2017	SPMS	Todos os stakeholders do sector da Saúde
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC						
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central					
1.2.2.1	Preparar o modelo de Gestão Centralizada de Portefólio e Investimento TIC do MS	Preparar processos e ferramentas de gestão centralizada de portefólio e orçamento TIC do MS	2016	2017	SPMS	Taskforce de revisão do Modelo de Racionalização das TIC no MS
1.2.2.2	Gestão centralizada de portefólio e orçamento TIC	Execução dos procedimentos de gestão do ciclo de vida dos programas e projetos TIC, pelas entidades e estruturas de governança, fazendo uso das ferramentas de apoio a este fim	2016	2020	SPMS, Organizações do MS, CAeSIS e CATIC	Todas as entidades do MS
1.2.2.3	Elaborar o Plano anual TIC	Elaboração dos Planos anuais TIC, aprovação e comunicação Elaboração de Relatórios de Atividade	2017 2017	2020 2020	SPMS e Organizações do MS CAeSIS e SPMS	Todos Todos

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	125	-	-	-
Saldo	- 125			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Desde 2012, a SPMS é a entidade que tem a seu cargo o planeamento estratégico do Sistema de Informação da Saúde, tendo vindo a promover o alinhamento das iniciativas TIC com as estratégias de saúde e reformas em marcha no MS. No que concerne às estratégias focadas na área TIC, a SPMS garante o alinhamento com as estratégias europeias (eHealth Action Plan e eHealth Network), interministerial (GPTIC e Agenda Portugal Digital). A

SPMS representa o MS nos diversos grupos de estratégia TIC interministerial e internacional.

Desde 2014 promove o alinhamento das iniciativas TIC das diversas entidades do SNS com objetivos centrais através do acompanhamento da “Estratégia TIC 2014-1016”.

Situação futura

Pretende-se reforçar a atividade de articulação das estratégias TIC nacional e das organizações através da formalização do modelo de Gestão Centralizada de Portefólio e Investimento TIC e através do alargamento a todas as Instituições do MS (no triénio 2014-2016 a iniciativa apenas envolvia a SPMS e as entidades do SNS). Pretende-se que a execução da estratégia seja acompanhada ao nível tático pelas Comissões de Acompanhamento CATIC e CAIC e ao nível estratégico pela CAeSIS, recorrendo ao Dashboard de Acompanhamento da Estratégia TIC.

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

Esta medida visa promover a interoperabilidade entre sistemas do MS aos níveis local, nacional, interministerial e internacional.

Para tal planeiam-se desenvolver as seguintes atividades:

- *i*) Interoperabilidade Técnica Local (ao nível da cada organização do MS) — promoção do uso de normas técnicas e plataformas de interoperabilidade, nomeadamente a LIGHT;
- *ii*) Interoperabilidade Técnica Nacional — promoção do uso de normas técnicas e da plataforma PNB — Portuguese National Broker;
- *iii*) Interoperabilidade Técnica Internacional — promoção do uso de normas técnicas e plataformas de in-

teroperabilidade, nomeadamente a NCP, com especial relevância para a disponibilização dos serviços PS e EP/eD no espaço europeu em alinhamento com a Diretiva de Cuidados Transfronteiriços;

- *iv*) Interoperabilidade Semântica — promoção do uso de vocabulários e terminologias comuns, nomeadamente através da atividade do CTC.PT;
- *v*) Interoperabilidade interministerial — promoção do uso de normas técnicas e plataformas de interoperabilidade, nomeadamente a iAP, com especial relevância para as medidas SIMPLEX+.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos						
1.3.2	Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos da AP					
1.3.2.1	Disponibilizar o catálogo de serviços eletrónicos do MS	Levantar e manter atualizado o catálogo de serviços eletrónicos do MS	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental						
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP					
1.3.3.1	Interoperabilidade entre sistemas de gestão documental	Promover a interoperabilidade entre sistemas de gestão documental intra e interministerial	2016	2020	SPMS e SGMS	Organizações do MS
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa						
1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
1.3.4.1	Interoperabilidade do MS com AP e iAP	Promover a utilização da iAP nos serviços de integração interministerial, especialmente no contexto da desmaterialização de processos e simplificação administrativa	2016	2020	SPMS	outros Ministérios
1.3.5	Promover a interoperabilidade na Saúde aos níveis local, nacional e internacional					
1.3.5.1	Interoperabilidade Técnica na Saúde	Promover a utilização de normas de interoperabilidade técnica específicas (HL7, DICOM, por exemplo), em alinhamento com a arquitetura de referência da saúde.	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
1.3.5.2	Interoperabilidade Semântica na Saúde	Promover a adoção de terminologias e códigos comuns (por exemplo SNOMED, ICD-10 e catálogos nacionais) através de iniciativas do Centro de Terminologias Clínicas (CTC.PT)	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
1.3.5.3	Interoperabilidade Local	Promover o desenvolvimento de serviços de IOP que permitam a interoperabilidade entre as diversas aplicações dos sistemas locais.	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
1.3.5.4	Interoperabilidade Nacional	Promover a interoperabilidade entre sistemas locais e nacionais, em alinhamento com a arquitetura de referência da saúde, nomeadamente através do Portuguese National Broker (PNB) e com os sistemas centrais Registo Nacional de Utentes (RNU), Registo Nacional de Profissionais (RNP), Plataforma de Dados da Saúde (PDS), Registo Clínico do Utente (RCU2), entre outros registos nacionais	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
1.4.5.5	Interoperabilidade Internacional	Participação em projetos, pilotos e grupos de trabalho. Desenvolvimento, disponibilização e divulgação de serviços de Interoperabilidade transfronteiriços (Sumário Clínico Eletrónico, eP/eD) de acordo com o cronograma já definido	2016	2020	SPMS	Parceiros Europeus

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	240	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	1 850	-	-	-
Saldo	-1 610			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A interoperabilidade pode ser entendida como a capacidade física de sistemas computacionais compartilharem informação, aqui estamos a falar na sua vertente técnica, mas também deve ser entendida como capacidade da informação que é compartilhada entre os sistemas ser entendida ao nível da definição formal dos conceitos, e aqui falamos da sua vertente semântica, sendo necessária a adoção de uma linguagem comum entre esses sistemas.

A adoção de normas de interoperabilidade no setor da saúde tem-se tornado cada vez mais indispensável devido à existência de uma grande diversidade conceptual, plataformas de hardware e software distintas, necessidade e urgência de procura e comunicação de informações clínicas e administrativas em tempo real.

A Interoperabilidade contribui para diminuir a ocorrência de erros por deficiente interpretação ou omissão de informação clínica partilhada, contribuindo, assim, para a melhoria dos cuidados de saúde prestados aos utentes.

Em 2015 foi criada a estrutura funcional CTC.pt com o objetivo de promover e gerir as atividades necessárias (e.g. promoção, formação, certificação e apoio à implementação) dos standards reconhecidos mundialmente ao nível da interoperabilidade em sistemas de informação para a saúde (e.g. HL7, IHE, DICOM, LOINC, etc.).

A SPMS é desde 1 de janeiro de 2014, quem representa Portugal na IHTSDO (International Health Terminology Standards Development Organisation), organização responsável pela uniformização e uso de terminologia clínica em SNOMED-CT. Portugal junta-se assim um grupo de 27 países que utilizam o SNOMED CT como terminologia clínica de referência.

Situação Futura

No que concerne a interoperabilidade técnica ao nível local, pretende-se evoluir da atual situação (muitas integrações através de DBLinks) para a utilização de web services e de plataformas de integração. A este respeito, a SPMS pretende massificar a utilização da LIGHT (Local Interoperability Gateway) à medida que promove a atualização tecnológica do sistema SONHO.

Aos níveis nacional e internacional pretende-se continuar o desenvolvimento e disponibilização de serviços do PNB-Portuguese National Broker e do NCP-National

Contact Point. A entrada plena em operação de serviços de interoperabilidade no espaço europeu (dando resposta à Diretiva do Cuidados Transfronteiriços) está prevista ocorrer faseadamente nos anos 2018-2020 e Portugal pretende continuar a ser um dos países pioneiros neste domínio.

Por outro lado, em linha com as iniciativas SIMPLEX+ e resultados da RIMA, pretende-se promover a interoperabilidade com outros Ministérios, por forma a garantir melhores e mais simples processos para Cidadão e Empresas. Neste domínio pretende-se rever o mapa das necessidades de interoperabilidade e desenvolver os respetivos serviços.

No que se refere à área de Interoperabilidade Semântica, pretende-se contribuir para a adoção de Standards Clínicos, ou seja, uma linguagem comum e universal, que permita a recolha, análise e partilha eficaz de dados, inclusive além-fronteiras. Para tal a SPMS pretende continuar a desenvolver o CTC.PT, constituído por equipas multidisciplinares, envolvendo diferentes profissionais de saúde, especialistas em tecnologias de informação, entre outros. Os desafios que se colocam são enormes e diversos, sendo os principais a normalização e harmonização de vocabulários clínicos no Serviço Nacional de Saúde (SNS). Pretende-se dar seguimento ao trabalho iniciado, no que se refere à definição de catálogos clínicos, nomeadamente:

- CPNM — Catálogo Português de Neoplasias Malignas;
- CPV — Catálogo Português de Vacinas;
- CPN — Catálogo Português de Nutrição;
- CPAL — Catálogo Português de Análises de Laboratório;
- CPARA — Catálogo Português de Alergias e Outras Reações Adversas.

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

Esta medida visa definir e adotar referenciais TIC comuns no MS em alinhamento com a AP, quer seja pela normalização técnica e semântica, quer seja pela implementação de melhores práticas com o objetivo de promover uma visão holística e agregadora dos artefactos TIC do MS. Para tal irão ser desenvolvidas as seguintes ações:

- *i)* Definição da arquitetura de referência do sistema de informação da saúde, contemplando, entre outros, requisitos de usabilidade, segurança, interoperabilidade e conformidade legal e garantindo a federação à arquitetura de referência da AP;
- *ii)* Desenvolver e comunicar guidelines de boas práticas para a implementação de soluções no âmbito do sistema de informação da saúde;
- *iii)* Desenvolver o Programa de Gestão do Risco e Segurança da Informação;
- *iv)* Desenvolver serviços de Auditoria à Arquitetura e Segurança.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais					
1.4.1	Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais à AP				

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.4.1.1	Arquitetura de referência do sistema de informação da saúde	Definir a arquitetura de referência do sistema de informação da saúde, contemplando requisitos de usabilidade, segurança e interoperabilidade, federada à arquitetura de referência da AP e referenciando a regulamentação aplicável	2016	2020	SPMS	Todos
1.4.2	Criação de manuais e guias de melhores práticas TIC					
1.4.2.1	Guielines de boas práticas de SI para a Saúde	Definir guidelines de boas práticas para a implementação de soluções no âmbito do sistema de informação da saúde	2016	2020	SPMS	Todos
1.4.3	Otimização de mecanismos de alinhamento de investimentos TIC com políticas, normas e orientações transversais e sectoriais TIC					
1.4.3.1	Auditoria Arquitetural	Implementar mecanismos que monitorizem e auditem as soluções implementadas com base nas boas práticas propostas	2016	2020	SPMS	MS
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC						
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC					
1.4.5.1	Avaliação de Pré-Projetos	Pré-avaliar propostas de aquisição e candidaturas a financiamentos de acordo com as regras arquiteturais definidas.	2016	2020	SPMS	MS
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação						
1.4.7	Definir e implementar a Estratégia Nacional de Segurança da Informação					
1.4.7.1	Segurança da Informação no MS	Desenvolver o programa de melhoria da gestão do risco e segurança da informação	2016	2020	SPMS	MS
1.4.9	Identificar requisitos mínimos de segurança que todos os organismos da AP devem cumprir					
1.4.9.1	Requisitos mínimos	Estabelecer, comunicar e auditar requisitos mínimos de segurança para as organizações do MS	2016	2020	SPMS	MS
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos					
1.4.13.1	Gestão de incidentes de segurança	Implementar processo de registo e resposta a incidentes de segurança, em alinhamento com a estratégia nacional de segurança da informação	2016	2020	SPMS	Todos

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	2 400	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	1 300	-	-	-
Saldo	1 100			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

O sector da Saúde possui características específicas que determinam a necessidade urgente de evolução do modelo informacional e do sistema de informação que o suporta. Foi iniciada na SPMS no último trimestre de 2015 o programa para a definição de Arquitetura de Referência do eSIS com o objetivo de orientar, gerir e coordenar o desenvolvimento das TIC na Saúde de forma estruturada para dar resposta aos requisitos informacionais decorrentes das constantes evoluções, bem como garantir a visão agregadora sobre aspetos como a segurança, interoperabilidade, partilha de dados, usabilidade, entre outras.

Este programa tem como missão disponibilizar a plataforma adotada pela AP carregada com os artefactos arquiteturais das instituições do SNS através de um modelo federativo, em que a SPMS assume o papel de instituição coordenadora que garanta a visão holística e partilhe com as restantes instituições os modelos de referência arquiteturais, bem como os guidelines das boas práticas a adotar em cada um dos domínios específicos, quer seja, da segurança, usabilidade, ou outro de interesse.

No que se refere à Segurança, iniciou-se no último trimestre de 2015 o Programa de Gestão do Risco e da Segurança da Informação, que visa promover as melhores práticas nestes domínios. Pretende-se continuar e alargar o desenvolvimento deste programa.

Situação futura

Na visão da SPMS para a implementação da arquitetura de referência, passa por garantir a execução do ciclo da melhoria contínua da arquitetura de referência proposta de forma a concretizar que a médio e longo prazo, os programas associados à arquitetura do eSIS atenderão as necessidades de negócio dos stakeholders. A equipa de arquitetura, juntamente com os responsáveis pela execução dos programas de normalização, interoperabilidade e auditoria deve:

- Identificar oportunidades e definir prioridades dos segmentos da organização para melhorar o desempe-

nho no cumprimento da missão associado às metas e objetivos;

- Definir um plano de ações que vise o incremento de desempenho, utilizando ativos de informação e de tecnologias de informação comuns ou partilhados;
- Alocar recursos que garantam a gestão do programa bem como a execução de projetos;
- Medir e avaliar o desempenho para verificar e comunicar os resultados;

- Avaliar o feedback sobre o desempenho do programa para melhorar a arquitetura, o investimento e a implementação de futuras decisões.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

Esta medida visa implementar a assinatura eletrónica do cidadão e dos profissionais do MS.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
2.5.2.1	Autenticação única	Potenciar a autenticação única do cidadão e dos profissionais nas soluções presentes no sistema de informação da saúde.	2016	2020	SPMS	Todos
2.5.2.2	Cartão do cidadão e chave móvel digital	Promover a utilização do cartão do cidadão e da chave móvel digital, nomeadamente prescrição eletrónica com base na Chave Móvel Digital	2016	2020	SPMS	Todos
Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para assinatura e autenticação						
2.5.3	Disponibilização Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP)					
	Atributos Profissionais do SNS	Disponibilização de Fornecedor de Atributos de Profissionais do SNS para assinatura e autenticação na qualidade profissional	2017	2018	SPMS	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	200	-	-	-
Saldo	- 200			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Atualmente já é possível fazer a identificação eletrónica através do Cartão do Cidadão no Portal da Saúde — área do Cidadão. Por outro lado, os profissionais de saúde tam-

bém se identificam eletronicamente perante os serviços de Prescrição através do Cartão do Cidadão ou outros cartões profissionais.

Situação futura

Pretende-se alargar o uso dos serviços de identificação eletrónica a outros componentes do Sistema de Informação da Saúde e promover a autenticação única.

Medida 6

Transparência e participação

Ações e objetivos

Esta medida visa promover a disponibilização de informação do MS com vista a estimular a investigação, inovação e participação da sociedade civil/agentes interessados.

Pretende-se ir gradualmente alargando a informação disponibilizada no Portal da Transparência do SNS e no dados.gov.pt.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal dados.gov.pt						
2.6.1	Alargar a divulgação de Dados Abertos e Aplicações no Dados.gov.pt					
2.6.1.1	Dados abertos da saúde	Alargar a divulgação de dados abertos no portal da transparência do SNS e no dados.gov.pt.	2016	2020	SPMS	Todos
Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP						
2.6.2	Divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da AP					

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.6.2.1	Dashboards	Promover a disponibilização de relatórios e dashboards de acompanhamento dos principais indicadores de saúde e de desempenho do SNS, nomeadamente no portal do SNS.	2016	2020	SPMS	Todos
Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos						
2.6.3	Disponibilizar mecanismos para a transparência e integridade na Administração Pública					
2.6.3.1	Validação dos serviços de TI	Promover mecanismos de avaliação dos serviços de TI pelos utilizadores.	2016	2020	SPMS	Todos
2.6.3.2	Informação sobre os programas TIC	Disponibilizar informação sobre os programas TIC, investimento e benefícios no tic.gov.pt.	2016	2020	SPMS	Todos

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	750	-	-	-
Saldo	- 750			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

Esta medida visa disponibilizar serviços eletrónicos mais acessíveis e mais adequados às necessidades dos cidadãos e dos colaboradores do MS.

Em alinhamento com a “Visão eHealth 2020” pretende-se desenvolver:

- *i*) serviços para promoção da literacia e autogestão da saúde, consolidados no Portal Utente | Área do Cidadão do Portal do SNS, nomeadamente: acesso e registo de informação clínica numa lógica de eventos de vida, autotestes testes, alertas, entre outros
- *ii*) serviços para promoção do acesso aos cuidados de saúde, consolidados na PDS — Portal Utente | Área do Cidadão do Portal do SNS e acessíveis também através do Centro de Contacto, nomeadamente: agendamento eletrónico, pedido de certificados, entre outros;
- *iii*) serviços para os profissionais de saúde, consolidados na PDS — Portal do Profissional e Portal Administrativo, nomeadamente acesso a serviços e informação clínica ou administrativa e geração de alertas.

Por outro lado pretende-se desenvolver um conjunto de serviços para plataformas móveis, nomeadamente a Carteira Eletrónica de Saúde.

No âmbito desta medida, está prevista para a ação

Atividades

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento						
2.7.1	Integrar a Gestão da Experiência do Cidadão nos processos de atendimento					
2.7.1.1	Centro de Contacto do SNS	Desenvolver o Centro de Contacto do SNS, portal SNS e balcões únicos afiliados por forma a facilitar ao acesso a informação e serviços do MS	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
Definir normas e modelos comuns para uniformização do aspeto gráfico e usabilidade dos serviços eletrónicos						
2.7.2	Definir normas comuns com vista à uniformização do aspeto gráfico e da usabilidade dos serviços públicos eletrónicos					
2.7.2.1	Usabilidade	Promover a adoção das regras arquiteturais de usabilidade	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
2.7.2.2	Sites do MS	Promover a uniformização dos sites das organizações do MS	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
Consolidar serviços eletrónicos no Portal do Cidadão						
2.7.3	Consolidação serviços eletrónicos no Portal do Cidadão, numa lógica de user-centricity					
2.7.3.1	Portal do SNS	Consolidar serviços eletrónicos no portal do SNS e suas diversas áreas	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
2.7.3.2	Percursos do Utente	Promover o desenho de serviços de acordo com eventos de vida e percurso do utente, contemplando alertas.	2016	2020	SPMS	Organizações do MS

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.7.3.3	Serviços de e-health para autogestão de saúde	Desenvolver serviços eletrónicos de acesso e registo de informação clínica, alertas e programas de gestão de doença crónica e gestão da saúde	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
2.7.3.4	Serviços administrativos eletrónicos	Desenvolver serviços eletrónicos administrativos, nomeadamente agendamento e convocatória automática e gestão de certificados	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
2.7.3.5	Promover a utilização dos serviços eletrónicos	Promover a usabilidade em alinhamento com a Arquitetura do SIS; Promover campanhas de divulgação	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
Disponibilizar informação no Portal do Cidadão em função da localização do cidadão						
2.7.4	Portal do Cidadão adequado às necessidades locais					
2.7.4.1	Disponibilizar Apps e serviços com recurso a geolocalização	Disponibilizar aplicações adaptadas para dispositivos móveis, nomeadamente APP mySNS e disponibilizar informação em função da localização.	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
2.7.5.1	Carteira Eletrónica de Saúde (CES) a	Disponibilizar a carteira eletrónica de saúde, catalisadora de participação do cidadão na gestão da saúde e doença, com disponibilização na Bolsa de Documentos, acessível no Portal do Cidadão	2016	2020	SPMS	MS
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
2.7.7.1	Simplificação e desmaterialização de processos	Promover a adoção de gestão documental e desmaterialização de processos no MS	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)						
2.7.8	Disponibilizar infraestrutura a nível transversal e sectorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)					
2.7.8.1	BYOD	Promover a atualização tecnológica dos postos de trabalho do MS e pilotar BYOD	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
Pilotar a adoção na AP de trabalho em movimento e trabalho a partir de casa						
2.7.9	Estudar o potencial de redução de custos e pilotar a adoção na AP do trabalho em movimento e em casa					
2.7.9.1	Posto móvel	Promover a atualização tecnológica dos postos de trabalho do MS e pilotar posto de trabalho móvel.	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam						
2.7.10	Definir Arquitetura e elaborar piloto de Roaming Wi-Fi na AP — GovRoam					
2.7.10.1	Roaming Wi-Fi na Saúde	Definir arquitetura e pilotar o conceito sobre a RIS 2020	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
Digitalizar o arquivo físico da AP						
2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
2.7.11.1.	Definir referencial interoperável para a digitalização do arquivo do MS		2017	2020	SGMS e SPMS	Organizações do MS
2.7.11.1.	Promover a digitalização do arquivo do MS		2017	2020	SGMS e SPMS	Organizações do MS
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
2.7.12.1	Desmaterialização de processos interministeriais	Promover a articulação e cooperação interministerial Levantar as necessidades de interoperabilidade interministerial Promover a adoção de desmaterialização de processos interministeriais	2017	2020	SPMS	CA SIMPLEX Saúde e Organizações do MS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	2 400	-	-	-
Saldo	-2 400			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

No início de 2016 foi lançado o Portal do SNS, consolidando informação e serviços dispersos em anteriores sites de várias organizações do SNS. Quanto a serviços eletrónicos para o cidadão estão atualmente disponíveis através do Portal do Utente os seguintes:

- Marcação Online de Consultas para médico de família;
- Requisição de inserção de taxa moderadora;
- Renovação de medicação Crónica;
- Calculadora de risco dos diabetes;
- Acesso ao testeamento Vital;
- Visualização da receita sem Papel;
- Registo de doenças;
- Registo de parâmetros vitais;
- Registo de Alergias;
- Registo de Medicação;
- Adição de documentos;
- Consulta os dados inscritos no RNU;
- Consulta de posição na lista de espera para cirurgia;
- Ativação do Cartão de doença Rara;
- Visualização do cartão de doença Rara;
- Acesso ao cronograma com os episódios clínicos;

- Acesso à medicação Prescrita;
- Associar agregado Familiar;
- Gestão de acessos;
- Visualizar quem acedeu a informação clínica;
- Registo de Hábitos.

Situação Futura

Pretende-se continuar a desenvolver serviços eletrónicos para pacientes e profissionais, consolidando-os no Portal do SNS nas respetivas áreas e desenvolvendo o Centro de Contacto do SNS.

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

Esta medida visa contextualizar iniciativas de promoção da eficiência interna e melhoria da qualidade do serviço prestado pelo MS.

De acordo com a Medida 2, pretende-se desenvolver uma iniciativa de gestão centralizada de portefólio de programas e projetos contrais, transversais ou institucionais, estando previsto o levantamento inicial destes programas e projetos no último trimestre de 2016.

Exemplo de iniciativas em desenvolvimento que serão continuadas no próximo triénio são:

- Receita Sem Papel;
- MCDT Sem Papel;
- Referenciação Eletrónica;
- Gestão do Acesso a Cuidados de Saúde (SIGA);
- Gestão Partilhada de Recursos de Saúde (GPRS);
- Registo de Saúde Eletrónico;
- Benefícios de SNS;
- Voucher de Transporte de Doentes Não-Urgentes;
- WebRHV e BIRH;
- Atualização tecnológica e funcional dos Sistemas Core (SINUS, SOBHO e SClínico).

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC						
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC					
2.8.1.1	Gestão portefólio TIC da saúde	Promover o alinhamento do portefólio de iniciativas TIC com a visão e-Health 2020 e os seus agrupadores principais — Acesso, Qualidade, Eficiência e Inovação	2016	2020	SPMS	MS
2.8.1.2	Acompanhamento	Acompanhar ao nível estratégico as iniciativas TIC core, nomeadamente: Registo de Saúde Eletrónico (PDS), desmaterialização de receitas e MCDT e gestão do acesso a cuidados e partilha de recursos; atualização tecnológica dos sistemas de informação core da saúde, entre outros	2016	2020	SPMS	CAeSIS
2.8.1.3	Centro de Inovação e Informação de Saúde (CIIS)	Criar e dinamizar o Centro de Inovação e Informação em Saúde (CIIS)	2017	2020	SPMS	MS
2.8.1.4	Centro Nacional de Telesaúde (CNTS)	Criar e dinamizar o Centro Nacional de Telesaúde (CNTS)	2017	2020	SPMS	MS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	675	-	-	-
Poupanças Não TIC	61004	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	5 000	-	-	-
Saldo	56679			

* Valores arredondados em milhares de euros

Área Governamental da Saúde

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

Os recursos humanos são um fator determinante na implementação da Transformação Digital do sector da Saúde.

Estudos e workshops anteriores revelaram que este aspeto é uma das principais preocupações neste momento na AP em Portugal. No caso particular do MS, levantamento anterior permitiu verificar a existência de gaps de competência relevantes pelo que se torna crítica uma ação tendente à sua colmatação, através de contratação, formação e partilha de competências. Esta medida visa promover a capacidade do MS no que respeita aos seus RH, através das seguintes medidas:

- *i)* Definição de um modelo de gestão de perfis e competências TIC no MS, em alinhamento com frameworks internacionais e com o modelo de racionalização das TIC no MS;
- *ii)* Levantamento e manutenção de catálogo de competências TIC do MS;
- *iii)* Partilha de competências TIC no MS e AP;
- *iv)* Promover ações de formação tendo em vista colmatar gaps de competências;
- *v)* Promover a articulação com o meio académico para capturar novos profissionais;
- *vi)* Promover iniciativas de motivação dos profissionais TIC do MS;
- *vii)* Promover a agilidade na contratação de RH TIC do MS.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC						
1.9.1	Definir o Modelo de funcionamento e identificar Centro de competências TIC na AP					
1.9.1.1	Modelo Competência TIC Saúde	Consolidar o modelo de Competências TIC Saúde e promover intercomparação com outros países	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
1.9.1.2	Partilha de Competências TIC Saúde	Promover a partilha de competências TIC entre diversas organizações do MS e entre outras áreas da AP	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
1.9.2	Instituir centro de competências TIC na AP Central					
1.9.2.1	Colaborar com o centro de competências TIC na AP Central	Colaborar de acordo com o que vier a ser definido	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
1.9.3	Publicar catálogos de serviços pricing e níveis de serviço do centro de competências					
1.9.3.1	Publicar catálogos de competências TIC do MS	Levantar e manter atualizado o catálogo de competências TIC do MS	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
Avaliar os resultados do piloto						
3.9.4	Implementar programa de gestão da mudança como catalisador das reformas e mudanças nas TIC					
3.9.4.1	Gestão da mudança no MS	Implementar gestão da mudança no ciclo de vida dos programas e projetos TIC	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
3.9.5	Capacitar e Formar RH TIC					
3.9.5.1	Formação dos recursos humanos TIC	Promover a formação dos recursos humanos TIC, de acordo com o GAP de competências e o modelo de racionalização da função do MS	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
3.9.5.2	Formação dos recursos humanos não-TIC	Promover a formação dos recursos humanos não-TIC, no âmbito da transformação digital	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
3.9.5.3	Formação TIC	Promover o desenvolvimento de cursos de formação de RH TIC em articulação com outros ministérios sobre temas transversais — segurança, arquitetura, privacidade como forma de melhorar articulação das competências e das pessoas	2017	2020	SPMS	Outros Ministérios

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
3.9.6	Definir medidas que promovam a valorização e retenção de RH TIC na AP					
3.9.6.1	Capturar novos RH para a área TIC Saúde	Criar mecanismos de atratividade para a carreira informática na saúde, por exemplo através de: <i>i)</i> bolsa de estagiários informáticos para a saúde; <i>ii)</i> articulação com universidades e politécnicos para estágios no MS ou na SPMS; <i>iii)</i> concurso de ideias e desenvolvimento	2017	2020	SPMS	“Organizações do MS Universidades e Politécnicos”
3.9.6.2	Summer boot camp informática na saúde	Promover um espaço privilegiado de desenvolvimento da área da informática na saúde e aproximação dos profissionais	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
3.9.6.3	Medidas de agilização da Contratação de RH TIC	Modelo Compensador — propor e aprovar em lei “modelo de contratação compensador das TIC” que permita substituir um funcionário desta área sem necessidade de autorização prévia pelo MF desde que seja pelo mesmo vencimento ou inferior, e no prazo de 60 dias. Criação de uma bolsa ativa de potenciais trabalhadores TIC do MS, para poderem ser chamados a concurso de vagas a qualquer momento.	2017	2020	SPMS	Ministério das Finanças

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	600	-	-	-
Saldo	- 600			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Em 2014 promoveu-se um levantamento de perfis e competências TIC no MS, tendo sido recolhida informação de 42 entidades e analisados aproximadamente 488 colaboradores. Verificou-se a existência de gaps de competência (por exemplo nas áreas de arquitetura, segurança e canais) assim como necessidade de introduzir mecanismos de promoção de boas práticas de gestão dos RH e formação.

Iniciou-se um programa de Gestão das Competências TIC, em alinhamento com boas práticas e referenciais nomeadamente o eCFv3.

Situação futura

Pretende-se continuar o programa de Gestão de Competências TIC através da catalogação de perfis e competências TIC quer dos profissionais TIC quer dos outros e do desenvolvimento de plataforma eletrónica capaz de manter o catálogo permanentemente atualizado.

Na sequência, pretende-se desenvolver gap analysis e promover ações de formação | contratação das competências em falta.

Por outro lado, pretende-se promover a profissão de “Informática na Saúde”, através de iniciativas de articulação com o meio Académico e de motivação dos RH atuais.

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

Esta medida visa aproveitar a capacidade instalada no MS e na AP para disponibilizar uma oferta robusta de serviços TIC e permitirá reduzir a despesa em novas infraestruturas, plataformas e sistemas.

Pretende-se criar uma taskforce que estude e proponha a Revisão do Modelo de Racionalização das TIC no MS endereçando, entre outros, a questão dos Centros de Dados do MS.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.1	Levantar a capacidade existente					
3.10.1.1	Levantar a capacidade existente no MS	2016	2017	SPMS	Organizações do MS	
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
3.10.2.1	Racionalização de centros de dados	Promover a rentabilização e concentração da capacidade de computação nos grandes centros de processamento de dados do MS e AP, ajustado ao modelo de racionalização da função TIC do MS e dando prioridade à migração das salas técnicas das unidades prestadoras de cuidados de saúde primários.	2017	2020	SPMS	Organizações do MS

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
3.10.2.2	Plataformas centrais	Disponibilizar centralmente serviços, nomeadamente o serviço de e-mail e de fileshare.	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
3.10.2.3	RSPTIC	Dinamizar e articular com a RSPTIC para promover a rentabilização da capacidade existente.	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
3.10.2.4	Backups	Centralização de backups do sistema administrativo e financeiro dos cuidados de saúde primários	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
Criar nuvem interoperável						
3.10.3	Criar nuvem interoperável da AP					
3.10.3.1	Nuvem Privada do MS	Criação de uma Nuvem Privada para disponibilização de serviços de processamento e armazenamento	2017	2020	SPMS	Todos
3.10.3.2	Catálogo de Serviços do MS	Criação de um Catálogo de Serviços para self provisioning	2017	2020	SPMS	Todos

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	2 200	-	-	-
Saldo	-2 200			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Nos últimos anos tem vindo a ser possível reduzir a infraestrutura de suporte ao processamento de dados por vários tipos de iniciativas:

- Centralização das infraestruturas de suporte aos cuidados de saúde primários ao nível regional;
- Consolidação dos centros de dados dos centros hospitalares;

- Iniciativas de virtualização;
- Centralização de aplicações, por exemplo de suporte à gestão de recursos humanos (RHV) e contabilidade (SICC).

Situação futura

Pretende-se melhorar a capacidade de processamento, armazenamento, redundância e gestão dos Centros de Dados do MS, continuando a estratégia de centralização nos maiores centros de dados do MS e AP. Para tal será criada uma Taskforce que reveja o atual modelo de Centralização da Função Informática do MS.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

Esta medida visa disponibilizar às organizações do MS uma rede segura e redundante, capaz de conectar todas as organizações do MS de forma mais racional e suportar múltiplos serviços e alargar o acesso a esta rede às entidades parceiras.

Atividades

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	PTT AP	Implementar ligação RIS ao PTT — Ponto de Troca de Tráfego da AP	2016	2017	SPMS	ESPAP, AMA I.P.
3.11.1.2	RIS 2020	RIS2020 — Adequar continuamente a RIS ao requisitos de negócio, incluindo capacidade, mobilidade, disponibilidade, segurança e multisserviço	2016	2020	SPMS	Organizações do MS
3.11.1.3	VoIP	Evoluir tecnologicamente o sistema telefónico das entidades do MS, para sistemas digitais permitindo a adoção de VoIP	2017	2020	SPMS	Organizações do MS
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
3.11.2.1	Comunicações Unificadas	Desenvolver diálogo concorrencial para unificação das comunicações fixas, móveis e dados bem como evolução tecnológica do sistema telefónico para sistemas digitais	2017	2020	SPMS	Organizações do MS

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
3.11.2.2	Instant Messaging	Federação das entidades permitindo a utilização de sistemas comuns de comunicação de voz e vídeo.	2016	2017	SPMS	Organizações do MS
3.11.3	Definir Modelo e Roadmap para o IPv6 na AP					
3.11.3.1	IPv6 no MS	No âmbito do Diálogo Concorrencial da RIS2020, promover a adoção do IPv6 com início na rede externa e posteriormente interna	2017	2020	SPMS	MS
Implementar rede comum de comunicações multisserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP					
3.11.4.1	PTT AP	Implementar ligação RIS ao PTT — Ponto de Troca de Tráfego da AP	2016	2017	SPMS	ESPAP, AMA I.P.

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	1 000	-	-	-
Saldo	-1 000			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A RIS é uma rede multimédia e multisserviço que interliga a quase totalidade das entidades do MS desde 1995. É uma rede segura de alto débito assente na infraestrutura disponibilizada por um operador de comunicações. Conta atualmente com mais de 2.000 pontos de acesso cobrindo a totalidade do território Nacional Continental. O seu crescimento tem sido contínuo com a agregação de novas entidades da AP bem como entidades privadas (Misericórdias, Farmácias, etc.), permitindo assim partilhar sinergias e acrescentar valor ao serviço que é prestado. Apesar do seu crescimento, a RIS é uma rede pouco porosa e de fraca elasticidade para fazer face as exigências atuais. A RIS atual, é uma rede de dados, onde não existe convergência de comunicações.

Situação futura

Pretende-se evoluir a RIS por forma a responder adequadamente a requisitos de negócio atuais e futuros.

Desde logo, será levado a cabo uma evolução tecnológica com o objetivo de aumentar o número de pontos

de acesso e a largura de banda disponível. Pretende-se garantir dentro da RIS a conectividade entre os vários edifícios de cada instituição e incluir na RIS as entidades centrais do MS que ainda não aderiram à rede. Serão utilizadas novas tecnologias como por exemplo o 5G permitindo assim que locais remotos possam usufruir de conectividade de qualidade superior.

Será promovido o acesso a dispositivos móveis (portáteis e dispositivos médicos) por forma a pilotar na saúde os conceitos IoT e mHealth.

Serão promovidas adaptações tecnológicas para permitir que as comunicações no MS possam ser unificadas, implementando VoIP.

Será ainda parte integrante da RIS2020 o alargamento do projeto WIFI@Utente que teve o seu início em 2015 e o desenvolvimento de novos serviços, por exemplo de TVi.

Por fim serão reforçados os mecanismos de segurança da rede.

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Ações e objetivos

Esta medida destina-se a:

- *i)* melhorar a aquisição de licenciamento SW em articulação com a AMA I.P. e ESPAP;
- *ii)* melhorar a gestão de fornecedores e contratos do MS no âmbito das TIC;
- *iii)* aumentar a partilha de código entre as organizações do MS e da AP, em alinhamento com a Arquitetura de Referência do SIS;
- *iv)* dinamizar Comunidades Open Source.

Atividades

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
3.12.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de software do Estado					
3.12.1.1	Gestão do Licenciamento no MS	Promover a gestão e aquisição centralizadas de licenciamento SW	2016	2020	SPMS	Todas organizações MS
3.12.2	Negociar e acordar melhores condições com principais fornecedores de software à AP					
3.12.2.1	Gestão de fornecedores	Promover a gestão centralizada de fornecedores TIC e avaliação de soluções e auditoria de conformidade com a arquitetura de referência	2016	2020	SPMS	Todas organizações MS

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Promover e disseminar o software de código aberto (OSS)						
3.12.3	Executar e participar em ações de promoção e divulgação do software de Código Aberto (OSS)					
3.12.3.1	Soluções Código Aberto	Promover a formação e partilha de conhecimento em plataformas OSS	2016	2020	SPMS e AMA I.P.	aberta
3.12.4	Criação de centro de conhecimento OSS na AP					
3.12.4.1	Comunidades de código aberto no âmbito da Saúde	Criar bolsa de competências críticas para manutenção e sustentabilidade de soluções código aberto. Dinamizar comunidades de código aberto, nomeadamente no âmbito das iniciativas europeias (NCP) e de mobilidade (CES).	2016	2020	SPMS	
Criar e dinamizar o catálogo de software da AP						
3.12.5	Promover a reutilização de aplicações desenvolvidas pela/para AP					
3.12.5.1	Soluções e código aberto do MS	Criação e manutenção de catálogo de soluções componentes código aberto e promoção da partilha e reutilização de código, em alinhamento com a Arquitetura de Referência das TIC da Saúde	2016	2020	SPMS	Instituições do MS

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	300	-	-	-
Saldo	- 300			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A SPMS é a Unidade Ministerial de Compras (UMS) do Ministério da Saúde para a área TIC. Nesse contexto desenvolve procedimentos de aquisição centralizada recorrendo sempre que possível aos AQ ESPAP e AQ SPMS.

Boa parte das soluções específicas da saúde (por exemplo LIS, RIS, PACS) são soluções proprietárias com necessidade de atualização permanente. Pare estes sistemas a SPMS promove a aquisição centralizada dos serviços de manutenção com vista a garantir:

- Incorporação de requisitos de alinhamento com normas de interoperabilidade técnica e semântica (em alinhamento com as Medidas 3 e 4);

- Adaptações decorrentes de alterações legais e regulamentares;
- Economias de escala;
- Normalização de SLA (em alinhamento com a Medida 1);
- Agilidade processual;
- Otimização da relação com os fornecedores.

Situação futura

Pretende-se continuar a desenvolver procedimentos de Aquisição Centralizada para as organizações do MS reforçando as componentes de acompanhamento e avaliação da execução dos contratos. Por outro lado, pretende-se melhorar os processos de comunicação com fornecedores de aplicações específicas da saúde por forma a dar conhecimento da Arquitetura de Referência e agilizar processos de atualização semântica, funcional e tecnológica.

Em relação a partilha e reutilização de código, pretende-se promover o levantamento do catálogo de soluções de código aberto e incentivar a partilha do mesmo.

Por último, pretende-se incentivar o estabelecimento de Comunidades Open Source que possam partilhar o desenvolvimento colaborativo de soluções no âmbito da Saúde, nomeadamente nas áreas de mHealth.

Resumo Económico

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos	
	2017	2018	2019	2020			
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	203	-	-	-	500	- 298
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	500	-	-	-		
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	125	- 125
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	125	-	-	-		

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Medida 3	Poupanças TIC	-	-	-	1 850	-1 610
	Poupanças Não TIC	240	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	1 850	-	-		
Medida 4	Poupanças TIC	2 400	-	-	1 300	1 100
	Poupanças Não TIC	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	1 300	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *						
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	200	- 200
	Poupanças Não TIC	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	200	-	-		
Medida 6	Poupanças TIC	-	-	-	750	- 750
	Poupanças Não TIC	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	750	-	-		
Medida 7	Poupanças TIC	-	-	-	2 400	-2 400
	Poupanças Não TIC	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	2 400	-	-		
Medida 8	Poupanças TIC	675	-	-	5 000	56 679
	Poupanças Não TIC	61 004	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	5 000	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *						
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	600	- 600
	Poupanças Não TIC	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	600	-	-		
Medida 10	Poupanças TIC	-	-	-	2 200	-2 200
	Poupanças Não TIC	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	2 200	-	-		
Medida 11	Poupanças TIC	-	-	-	1 000	-1 000
	Poupanças Não TIC	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	1 000	-	-		
Medida 12	Poupanças TIC	-	-	-	300	- 300
	Poupanças Não TIC	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-		
	Investimento	300	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *						
Poupanças TIC	3 278	-	-	-	16 225	48 297
Poupanças Não TIC	61 244	-	-	-		
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Investimento	16 225	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Podem consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
Sara Carrasqueiro	SPMS, EPE	Diretora Sistemas de Informação
Contacto do Representante Ministerial		
Henrique Manuel Gil Martins	SPMS, EPE	Presidente do Conselho de Administração

Área Governamental do Planeamento e Infraestruturas**Medida 1****Governança das TIC**

Ações e objetivos

Criação de um fórum dos organismos do MPI (elementos a definir), com reunião anual, com vista à preparação do plano setorial, alinhamento de estratégia TIC e discussão de temas comuns.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental					
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)				
Criação de grupo de trabalho do MPI	Criar um fórum dos organismos do MPI (elementos a definir), com reunião regular, com vista à preparação do plano setorial, alinhamento de estratégia TIC e discussão de temas comuns	2017		IP	MPI

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	-	-	-	-
					Saldo	-			
Poupanças TIC	-	-	-	-					
Poupanças Não TIC	-	-	-	-					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 3**Interoperabilidade****Atividades**

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos					
1.3.1	Reforço da iAP como elemento central para a interoperabilidade na AP				
Utilização da iAP no SIGCTV-Sistema integrado de gestão de condutores, veículos e transportes	A implementação do SIGCVT-Sistema integrado de gestão de condutores, veículos e transportes irá usufruir dos serviços da iAP (integrações entre sistemas, sms)	2017	2017	IMT	IMT
Utilização da iAP no IMTPuC2: Serviços online do IMT nos portais e balcões únicos	A troca de dados entre organismos da AP será via iAP	2016	2017	IMT	IMT
Utilização da iAP na POD — Plataforma de Operação Digital	A implementação da POD — Plataforma de Operação Digital irá usufruir dos serviços da iAP (integrações entre sistemas, sms)	2017	2017	IMT	IMT
1.3.2	Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos da AP				

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definição do catálogo de serviços do SIGCTV e contribuição para o catálogo de serviços da AP	Disponibilização, atualização e integração de serviços destinados aos destinatários dos serviços do IMT	2017	2017	IMT	IMT
Criação do RnFE — Registo Nacional dos Fornecedores do Estado	Base de dados contendo o registo de todos os fornecedores do Estado	2016	2017	IMPIC/Ministro	AT/ISS/IIIES(IRN/DGPJ)/eSPap

Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental

1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP					
	Implementação de um sistema de gestão documental — SGD para o IMT	Desenvolver e implementar um sistema de gestão documental — SGD com o cumprimento dos requisitos para interligação com outras soluções documentais da AP	2017	2017	IMT	IMT

Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa

1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
	Serviços online do IMT no atendimento online e mediado	Usufruir da troca de dados entre organismos para uma utilização eficiente dos serviços quer sejam via online quer sejam via presencial	2017	2017	IMT	IMT

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	1 059	-	-	-
Saldo	-1 059			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais					
1.4.1	Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais à AP				
	Implementação de uma arquitetura de prestação de serviços no IMT	Alinhada com as arquiteturas TIC transversais à AP que forem definidas	2017	2017	IMT
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC					
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC				
	Internacionalização de projetos e investimentos TIC	Cooperar e interligar com plataformas e projetos Europeus	2017	2017	IMT
1.4.6	Instituir a avaliação à posteriori de projetos e investimentos TIC				
	Realização de business case no Sistema Integrado de Gestão para condutores, veículos e transportes (SIGCVT) e na Plataforma de Operação digital (POD)	Existência de serviços TIC de suporte à inovação e que se traduzem em acréscimos de investimento	2017	2017	IMT
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos				
	Inventariação de dados e tratamento de dados dos sistemas	Fazer cumprir os procedimentos do quadro jurídico relativo à proteção de dados	2017	2017	IMT

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Implementação de um sistema de segurança de dados	Dinamizar e facilitar a troca de dados com recurso à implementação de mecanismos de segurança	2017	2017	IMT	IMT
Implementação de um sistema de notificação de incidentes de violação de dados	Avaliar os impactos e a transferência e exploração de informação	2017	2017	IMT	IMT
Implementação de Sistema de Controlo de acesso a informação	Sistema de RMS para encriptação e controlo de acesso a informação	2017	2017	IP	IP
Implementação de sistema de Identity Management		2016	2017	IP	IP
1.4.12	Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais				
	Ações para resposta ao regulamento europeu 679/2016	2016	2018	IP	IP
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos				
	Definição de medidas transversais para a gestão de risco	2017	2017	IMT	IMT

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	738	-	-	-
					Saldo	-49			
Poupanças TIC	-	-	-	-					
Poupanças Não TIC	98	197	197	197					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 5

Identificação eletrónica

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver e disponibilizar o Cartão de Cidadão com novas funcionalidades						
2.5.1	Cartão de Cidadão 2.0					
	Avaliação de atributos a disponibilizar no cartão de Cidadão	Possibilidade de disponibilizar atributos do negócio com a utilização do novo cartão de cidadão	2018	2018	IMT	IMT
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
	Adesão ao Autenticacao.gov.pt com recurso à Chave Móvel Digital	No portal do IMT e outros serviços online implementar o Autenticacao.gov.pt com CC e CMD	2016	2017	IMT	IMT
	Implementação do SSO	Implementar o mecanismo de single-sign on nos serviços online	2016	2017	IMT	IMT
Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para assinatura e autenticação						
2.5.3	Disponibilização Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP)					
	Avaliação de adesão ao sistema de atributos profissionais (SCAP)	Definição dos atributos profissionais no organismo e implementação de webservice para utilização dos serviços do SCAP	2017	2018	IMT	IMT

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	246	123	-	-
Saldo	- 369			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 6

Transparência e participação

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos					
2.6.3	Disponibilizar mecanismos para a transparência e integridade na Administração Pública				
	Portal Base	Manutenção evolutiva do Portal	2012	2020	IMPIC
					IMPIC

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *				
	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 7

Serviços eletrónicos

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento					
2.7.1	Integrar a Gestão da Experiência do Cidadão nos processos de atendimento				
	Implementação do sistema de gestão de filas de espera (SIGA)	Avançar com as necessidades para as devidas adaptações e equipamentos afetos ao sistema aplicacional de gestão de fila de espera SIGA que serão instalados nos locais de atendimento do IMT, sede, direções regionais e direções distritais.	2016	2017	IMT
	Implementação do balcão-quiosques	Otimizar processos e a agilização dos tempos de espera nos postos de atendimento para cobrir os serviços e melhorar o atendimento aos cidadãos e empresas que, com este, se relacionam, através do autosserviço	2016	2017	IMT
	Projeto TIC: IMTEdC1 — Serviços online do IMT no atendimento mediado dos espaços do cidadão	Desenvolvimento de projeto de inovação no organismo — Disponibilização de serviços na plataforma SOIS de acesso mediado	2016	2017	IMT
	Novo sistema de Call Center	Aquisição e implementação de plataforma de Call Center consolidada para o Grupo IP	2017	2017	IP

Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida

2.7.6	Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente				
	Identificação dos sistemas da AP com ações preventivas (sistema de alarmística)	Contribuir para a rede de informação de forma a despoletar ações e alarmes	2016	2020	IMT
					IMT

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
	Criar um “piloto simplificador” das obrigações e deveres dos cidadãos	Disponibilizar informação por via eletrónica ao cidadão	2017	2020	IMT	IMT
	Balcão Portugal 2020	O Balcão 2020 constitui o ponto de acesso aos Programas Operacionais financiados pelos FEEL (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) para todas as entidades que pretendam candidatar a financiamento os seus projetos. É aqui que se encontra informação sobre os financiamentos disponíveis no período 2014-2020 e é este o local para apresentação de candidaturas e acompanhamento de projetos nas suas diversas fases.	2014	2020	AD&C	AD&C
Pilotar a adoção na AP de trabalho em movimento e a partir de casa						
2.7.9	Estudar o potencial de redução de custos e pilotar a adoção na AP do trabalho em movimento e em casa					
	Alargar a cobertura wi-fi a todos os edifícios do Campus do LNEC	Investimento em equipamentos a nível nacional, e consolidação das redes wi-fi da IP Melhoria da plataforma de Service Desk de forma a permitir acesso mobile	2017	2017	LNEC	LNEC
	Alargamento e consolidação da rede wi-fi		2016	2017	IP	IP
	Implementação de sistema mobile de Service Desk		2017	2017	IP	IP
Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam						
2.7.10	Definir Arquitetura e elaborar piloto de Roaming Wi-Fi na AP — GovRoam					
	GovRoam em organismos MPI	implementação GovRoam em edifícios de maior tráfego/utilização	2017	2020	IP	Todos
Digitalizar o arquivo físico da AP						
2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
	Implementação de um arquivo eletrónico no IMT	Digitalização e arquivo de documentos físicos do IMT	2017	2020	IMT	IMT
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
	Consolidação da gestão documental da IP		2017	2017	IP	IP
	Implementação de sistema de gestão de bibliotecas		2017	2017	IP	IP

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	1 494	984	246	246
					Saldo	7 791			
Poupanças TIC	6	6	6	6					
Poupanças Não TIC	2 476	2 753	2 753	2 753					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 8

Inovação setorial

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC					
	Reestruturação do sítio público da ANAC	Transformação tecnológica e funcional do sítio público da ANAC na Internet, introduzindo pela primeira vez a possibilidade	2016	2017	ANAC	ANAC

Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	<p>dos cidadãos e empresas poderem formalizar eletronicamente os pedidos de certificação e de licenciamento online, com a integração e o encadeamento automático destes pedidos nos respetivos sistemas internos.</p> <p>Este investimento na modernização administrativa e na melhoria dos serviços prestados ao cidadão e às empresas deverá traduzir-se uma melhoria muito significativa na qualidade e na celeridade do tratamento dos processos, além de outros benefícios imediatos, desde logo na redução significativa da necessidade de papel impresso e na necessidade de deslocações presenciais à ANAC</p>				
Modernização e melhoria do modelo de relacionamento com o cidadão e com as empresas	Dar continuidade, através do lançamento de um concurso público, que visará o processo de modernização e de melhoria do modelo de relacionamento com os cidadãos e empresas, e que terá como pilar fundamental a melhoria da interoperabilidade ao nível interno dos seus sistemas de informação e a agilização na comunicação com os cidadãos e empresas, permitindo que entidades que interagem com a ANAC, públicas ou privadas, possam submeter e visualizar a informação dos seus processos, acompanhando-os em tempo real e de forma uniformizada	2017	2017	ANAC	ANAC
Aquisição de ferramenta de Gestão Documental	Aquisição da ferramenta e correspondente customização de acordo com as necessidades da organização	2016	2017	NAV/DEP	NAV/DEP
Formação de Recursos Humanos	Formação dos utilizadores da ferramenta de forma a alcançarem os referidos ganhos de eficiência	2016	2017	NAV/DEP	NAV/DEP
Digitalização da documentação em papel	Passagem da documentação atualmente em papel para formato digital de forma a melhorar a sua gestão e organização, ajudando a alcançar os referidos ganhos de eficiência	2016	2017	NAV/DEP	NAV/DEP
Projeto TIC: SIGCTV-Sistema integrado de gestão de condutores, veículos e transportes	Desenvolvimento de projeto de inovação no organismo	2016	2017	IMT	IMT
Projeto TIC: POD — Plataforma de Operação Digital	Implementação de projeto de inovação no organismo	2016	2017	IMT	IMT
SI Portugal 2020	Desenvolvimento, implementação e manutenção do SI Portugal 2020	2014	2020	AD&C	AD&C
Nova plataforma de contratação	Implementação da plataforma de contratação, que suportará todo o processo desde a fundamentação da iniciativa até à assinatura do contrato	2017	2017	IP	IP
Nova plataforma de Gestão de Licenciamentos	Nova implementação da aplicação de gestão de licenciamentos, suportando esta área de negócio com interação com o cliente via portal	2017	2017	IP	IP
Desenvolvimento de plataforma de BPMN, GRC, EA e Auditoria	Implementação de plataforma de desenho de processos, risco e compliance, enterprise architecture e auditoria	2016	2017	IP	IP
Evolução da plataforma PGI	Evolução da plataforma de Planeamento Global Integrado, que suporta o planeamento e controlo de execução de todas as atividades da IP, com ligação à plataforma de contratação e ao ERP financeiro	2017	2017	IP	IP
APPS — Aplicações de venda para equipamentos móveis	Desenvolver e implementar as APPS para venda nos sistemas operativos alvo: Android, iOS.	2016		CP	CP
Evolução do GESLIC	Garantir a interoperabilidade entre aplicações, melhorando os tempos de resposta	2016	2017	IMPIC	IMPIC
Cartão CP	Implementação de novas regras das concessões CP.	2016	2017	CP	CP

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Informação ao público	Integração do monomodal do Porto Reconhecimento pelas gates da V2 do modelo de dados da OTLIS (impacto no contrato da siemens de manutenção das gates)				
Plataforma CRM/Programa de fidelização/Sugestões & Reclamações	Portal de informação online para clientes e trabalhadores CP com cartão Cartão desmaterializado. Definição de arquitetura, requisitos para utilização do Cartão de Cidadão como meio de controlo de acessos	2017	2017	CP	CP IP
Extensão Data Warehouse — Indicadores RH	Informação em tempo real para clientes	2016	2018	CP	CP
	Construção de uma plataforma de CRM e serviços de implementação. Levantamento de requisitos.				
TAP-TSI	Indicadores RH: produção de informação de suporte à gestão de RH (informação necessária para controlo de atividade). Relançar, o projeto de Informação de Gestão dos RH que deverá refazer-se com o levantamento de fontes, de requisitos e elaborar especificação. A sua exequibilidade depende de reforço da arquitetura do DW.	2017	2017	CP	CP
Sistema de Programação e Gestão do Material Motor	TAP-TSI (ETI — Especificação Técnica de Interoperabilidade) (2016 — Pedido de Horário (assente no sistema de estudos de horário ?)	2018		CP	CP IP
Sistemas a implementar decorrentes do Road Map dos sistemas de Produção de Transporte	Projeto Mobilidade	2016		CP	CP
Mobilidade — Equipamentos, Portais e aplicações móveis	Avaliação da uma plataforma de substituição do sistema ROMA, isolado ou integrado (preferível integrado segundo a DGP, mas que na conjuntura atual relativamente à concertação social, a prioridade deve um sistema de Programação e Gestão do Material Motor)	2017		CP	CP
Plataforma ECM	Sistemas a implementar decorrentes do Road Map dos sistemas de Produção de Transporte	2016		CP	CP
Segurança informática	Projeto Mobilidade Equipamentos para suporte do Projeto de mobilidade, Portais e aplicações móveis (BCF (Novo Train Office), Reg Técnica, Livro Horário, Tabelas de velocidades, SGPC-OL, ...)	2016	2018	CP	CP
Desenvolvimento do PRONIC	Plataforma para Gestão de Conteúdos Empresariais.	2016	2018	CP	CP
Evolução do GESLIC	Integração dos sistemas de GD: regulamentação técnica; Qualidade ambiente segurança e saúde ocupacional; ioDocFlow; icDocFlow; SAP DMS; Documentum (arquivo SAP) e ArqGest (gestão arquivo histórico)	2016		CP	CP
	Incremento de novas funcionalidades à plataforma de gestão de pedidos de suporte e gestão de ativos.				
	Avaliação de migração para plataforma SaaS.				
	Protocolo para a Normalização da Informação Técnica na Construção, está orientado para o Sector da Construção	2016	2018	IMPIC	IST/LNEC/INESC Porto/FEUP/PTPC
	Garantir a interoperabilidade entre aplicações, melhorando os tempos de resposta	2016	2017	IMPIC	IMPIC

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	163	326	326	326
Poupanças Não TIC	9 207	10 141	10 141	10 141

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	6 848	2 794	935	812
Saldo	29 383			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 9**Centro de competências TIC****Atividades**

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC						
3.9.2	Instituir centro de competências TIC na AP Central					
	Contributos para o centro de competências TIC	Criar um piloto de integração com o centro de competências TIC	2017	2018	IMT	IMT

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	62	123	-	-
					Saldo	- 185			
Poupanças TIC	-	-	-	-					
Poupanças Não TIC	-	-	-	-					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 10**Centros de dados na nuvem****Atividades**

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
	Renovação de Storage baseado em All-Flash Arrays	Responder às necessidades de performance de i/O dos novos ambientes digitais através da adoção de tecnologias inovadoras e amigas do ambiente	2017	2018	IPT	Grupo IP, IMT, etc
	Soluções de Datacenter para a AP, tendo por base a eficiência energética e serviços baseados num Ecossistema que responda aos desafios da segurança e privacidade dos dados.	Eficiência energética nos Datacenters com o objetivo da redução dos custos energéticos e consequentemente de Cooling, garantindo a segurança e a privacidade dos dados.			IPT	Toda a AP em especial quem é utilizador de serviços da IPT

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	369	246	-	-
					Saldo	192			
Poupanças TIC	202	202	202	202					
Poupanças Não TIC	-	-	-	-					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 11**Comunicações na AP****Atividades**

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
	Adoção de tecnologia ENUM e VoIP	Implementação de uma infraestrutura de redes para suporte de VOIP	2016	2017	IMT	IMT

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Renovação da Rede Core de transporte	Renovação dos equipamentos da rede de Transporte (DWDM e Ethernet) permitindo maior eficiência e aumento de capacidade			IPT	Grupo IP, MPI, MD, ME, MAI, etc	
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
	Adesão ao ponto de troca de tráfego (PTT) da AP	Avaliação/implementação de infraestrutura para a troca de dados	2017	2018	IMT	IMT
3.11.3	Definir Modelo e Roadmap para o IPV6 na AP					
	Definição do IPV6	Contribuir para o modelo e roadmap para o IPV6	2017	2018	IMT	IMT
Implementar rede comum de comunicações multisserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multisserviços da AP					
	Desenvolver uma rede comum de comunicações multisserviços no organismo	Implementar uma rede comum e transversal no IMT	2017	2018	IMT	IMT

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	2 204	1 624	763	-
					Saldo	-1 549			
Poupanças TIC	173	681	826	1 362					
Poupanças Não TIC	-	-	-	-					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
3.12.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de Software do Estado					
	Gestão do licenciamento e manutenção de software	Permitir uma melhor gestão da utilização do licenciamento	2016	2017	IMT	IMT
Promover e disseminar o software de código aberto (OSS)						
3.12.3	Executar e participar em ações de promoção e divulgação do Software de Código Aberto (OSS)					
	Participação em eventos de informação sobre OSS	Presença e troca de informação	2017	2020	IMT	IMT
3.12.4	Criação de centro de conhecimento OSS na AP					
	Divulgar projetos com recurso em OSS	Promover ações de divulgação da utilização de OSS	2017	2018	IMT	IMT

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	98	98	74	74
					Saldo	- 344			
Poupanças TIC	-	-	-	-					
Poupanças Não TIC	-	-	-	-					

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 3	Investimento	-	-	-	-	1 059	-1 059
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
Medida 4	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	738	- 49
	Investimento	1 059	-	-	-		
	Poupanças TIC	98	197	197	197		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	738	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	369	- 369
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 6	Investimento	246	123	-	-	-	-
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
Medida 7	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	2 970	7 791
	Investimento	6	6	6	6		
	Poupanças TIC	2 476	2 753	2 753	2 753		
Medida 8	Poupanças Não TIC	-	-	-	-	11 389	29 383
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	1 494	984	246	246		
	Poupanças TIC	163	326	326	326		
	Poupanças Não TIC	9 207	10 141	10 141	10 141		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	6 848	2 794	935	812		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	185	- 185
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 10	Investimento	62	123	-	-	615	192
	Poupanças TIC	202	202	202	202		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
Medida 11	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	4 590	-1 549
	Investimento	369	246	-	-		
	Poupanças TIC	173	681	826	1 362		
Medida 12	Poupanças Não TIC	-	-	-	-	344	- 344
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	2 204	1 624	763	-		
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	98	98	74	74		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *							
	Poupanças TIC	544	1 215	1 360	1 896	22 260	33 810
	Poupanças Não TIC	11 782	13 091	13 091	13 091		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	13 119	5 992	2 017	1 132		

Contactos

Podem consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
Mário Nogueira	Infraestruturas de Portugal, S. A.	Diretor de SI
Joaquim Neto	LNEC	Chefe de Divisão
Paulo Jerónimo	ANAC	Administrador de Sistemas
Mário Leal	ANAC	Técnico Superior
João Morgado	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.	Diretora da Unidade de Sistemas de Informação
Gonçalo Vieira	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.	Coordenador do Núcleo de Gestão dos Recursos Tecnológicos
Adelaide Costa	IMT	Diretora de Serviços e Sistemas de Informação
Ana Pipa	IMT	Especialista de Informática
Contacto do Representante Ministerial		
Mário Nogueira	Infraestruturas de Portugal, S. A.	Diretor de SI

Área Governamental da Economia**Sumário Executivo**

A Estratégia TIC 2020 vem introduzir um novo impulso para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) sendo importante realçar a abordagem global definida para o próximo quadriénio, salientando a relevância dos três eixos identificados para a política de gestão de modernização da administração pública.

Assim, são de evidenciar algumas medidas preconizadas:

- Reforço da disponibilização e partilha de informação aos cidadãos;
- Disseminação da utilização de informação de gestão pública, como meio de apresentação e divulgação dos indicadores de execução da atividade resultante da implementação das políticas públicas;
- Prossecução da melhoria dos serviços prestados com recurso às TIC;
- Promoção de soluções de racionalização e reorganização dos modelos de gestão das tecnologias de informação.

De resto, a Economia, consciente da importância das TIC na melhoria dos serviços públicos continua empenhada na prossecução das estratégias de modernização da Administração Pública, nomeadamente na otimização e racionalização dos sistemas de informação nos diversos organismos, em alinhamento com a Estratégia TIC 2020.

A operacionalização desta Estratégia assenta na identificação e implementação de um conjunto de iniciativas e projetos que contribuirão para a concretização dos objetivos definidos que, pelo seu fator de agregação, reorganização e otimização, podem trazer benefícios efetivos

de modernização nas TIC, bem como potenciar ganhos de eficácia e eficiência de serviços prestados.

O Plano Setorial que agora se apresenta, foi elaborado com a colaboração e participação dos organismos da Economia e identifica medidas de carácter transversal e iniciativas de índole setorial, procurando conciliar as diretrizes emanadas da Estratégia TIC 2020 com a visão específica da área da Economia, nomeadamente no que se refere à conceção, execução e avaliação das políticas de desenvolvimento dirigidas ao crescimento da economia, da competitividade, de inovação, de internacionalização das empresas e de promoção do comércio interno e externo, de promoção e atração de investimento nacional e estrangeiro, bem como as políticas de turismo e de defesa dos consumidores.

Medida 1**Governança das TIC****Ações e objetivos**

Esta medida visa dar continuidade ao modelo de Governança das TIC já iniciado na área da Economia em 2014, resultante do Despacho n.º 12332/2014, de 7 de outubro, onde estão identificadas um conjunto soluções organizativas comuns, que asseguram o alinhamento estratégico de todos os organismos da área da Economia.

Neste âmbito, pretende-se, para o próximo quadriénio, dinamizar e alargar a implementação deste modelo a outras atividades que ainda não estão centralizadas.

De igual modo, planeia-se prosseguir as orientações quanto à otimização e racionalização da função informática, garantindo a partilha dos recursos existentes e consequente adoção de catálogo de serviços, custo e níveis de serviço TIC.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental					
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)				
1.1.3.1	Identificar Representante Ministerial	Definição de representante ministerial para a Economia	2016	2017	ME ME
1.1.3.2	Criar Fórum TIC na Economia	Fórum de discussão e partilha de conhecimento para as TIC na Economia	2017	2017	SGE Econ
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central				

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
1.1.4.1	Definição de modelo de Orçamento único para as TIC no contexto da Adm. Direta e indireta para a Economia	Análise, definição e aplicação de modelo integrado de orçamento único para as TIC na Economia, nomeadamente para os organismos da administração direta e indireta	2016	2017	SGE	Econ
1.1.4.2	Implementação de modelo de Orçamento único para as TIC no contexto do Orçamento de Estado	Implementação de modelo de orçamento único para as tecnologias de informação na área de governação da Economia	2017	2017	SGE	Econ
1.1.4.3	Implementar modelo para racionalização da Função TIC da Economia na Adm. Indireta	Transformar e racionalizar as atividades da função informática nos organismos da adm. Indireta		2017	SGE	IAPMEI; ITP; LNEG
1.1.4.4	Desenhar modelo para racionalização da Função TIC para outras entidades públicas reclassificadas e outras entidades independentes	Analisar Modelo de futuro de racionalização TIC nos outros organismos da Economia	2018	2018	SGE	EPR e outras entidades
1.1.4.5	Implementar modelo da Função TIC da Economia para outras entidades públicas reclassificadas e outras entidades independentes	Transformar e racionalizar as atividades da função informática para outras entidades públicas reclassificadas e outras entidades independentes	2019	2020	SGE	EPR e outras entidades
1.1.5	Publicar catálogos de serviços, pricing e níveis de serviço das áreas governamentais					
1.1.5.1	Publicação de catálogo de serviços para as áreas transversais na Economia	Definição de serviços e publicação dos mesmos para suporte transversal à área da Economia	2016	2017	SGE	Econ
1.1.5.2	Definição de SLA's para serviços	Definição de níveis de serviço estrutural para cada atividade na Economia	2016	2017	SGE	Econ
1.1.5.3	Definição de modelo de pricing para os organismos da Economia	Definição de modelo de pricing para a Economia, com base na definição do modelo de orçamentação para as TIC da área governamental	2016	2017	SGE	Econ
1.1.5.4	Definição de modelo de pricing para os organismos da AP (externos à Economia)	Definição de custos a imputar aos organismos que consumam serviços da área de governação da Economia	2016	2017	SGE	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A Economia dispõe de um modelo de governação para as TIC, definido e implementado em 2014, assegurando o alinhamento estratégico de todos os organismos.

Existem estruturas de decisão definidas, com a existência de comités estratégicos e operacionais, para acompanhamento dos processos TIC.

Existem também níveis de serviço (SLA's) definidos por alguns serviços, garantindo a qualidade dos serviços prestados.

Situação futura

É objetivo da área de governação alargar o modelo de governação às restantes entidades da Economia, nomeadamente através da definição de um catálogo de serviços com SLA's e custos totalmente identificados, bem como promover a disseminação e partilha de informação entre todos os serviços desta área de governação.

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

O Plano setorial da Economia pretende implementar um calendário de atividades, subatividades e ações que

identificam e priorizam as iniciativas e projetos de índole setorial, com o objetivo de modernizar a Administração Pública (AP) no global e os setores que integram a Economia.

Pretende-se, ainda, potenciar as áreas de atividade da Economia, nomeadamente na sua relação com os cidadãos

e com as empresas bem como outros parceiros do sistema, numa perspetiva transversal da AP.

Planeia-se, também, reforçar os processos de monitorização, acompanhamento e avaliação dos projetos de carácter setorial.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
1.2.1.1	Definição, Aprovação e Publicação do plano estratégico das TIC para a Economia	Desenho e definição do plano estratégico para os sistemas de informação para a área de governação	2017	2017	ME/PCM	
1.2.1.2	Monitorização do plano estratégico TIC, anualmente	Monitorização e revisão do plano estratégico, garantindo as atividades identificadas e os objetivos definidos	2017	2020	ME/CESI	Econ
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC						
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central					
1.2.2.1	Criação de plano anual de projetos TIC para a Economia	Criação de estrutura de gestão de projetos TIC na Economia, para futura monitorização e avaliação	2017	2018	SGE	Econ
1.2.2.2	Definir e Implementar PMO	Criar um Project Manager Officer ao nível da Economia para definir metodologias e melhores práticas na gestão de projetos na AP	2017	2017	SGE	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	100	100	100	100
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	50	50	50	50
Saldo	200			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Desde 2012, tem vindo a ser implementado o plano setorial definido anteriormente, tendo sido dado cumprimento das medidas delineadas no âmbito do PGETIC.

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

As plataformas de Interoperabilidade potenciam a estrutura de modernização da Administração Pública. A sua implementação permite facilitar e simplificar a relação do Estado com os cidadãos e as empresas, na medida em que se promove o alinhamento dos sistemas de informação e, conseqüentemente, a articulação dos processos internos da AP.

Esta medida visa garantir a existência de um único canal de topo, interoperável a todos os organismos da Economia com a plataforma iAP de modo a responder às necessidades de otimização e racionalização de recursos, de simplificação de procedimentos e de acesso pelos cidadãos e empresas a estes serviços.

Pretende-se, ainda, a adoção de plataformas transversais ao nível da gestão de serviços internos.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar catálogo de serviços eletrónicos						
1.3.1	Reforço da iAP como elemento central para a interoperabilidade na AP					
1.3.1.1	Disponibilizar serviços da Economia na iAP	Levantamento e implementação de ações que levem à disponibilização de serviços através da plataforma de iAP	2017	2019	SGE	
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental						
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP					
1.3.3.1	Implementação de plataforma de gestão documental a toda a administração direta da Economia	Desenho e implementação de solução de gestão documental comum transversal à administração direta da Economia e com ligações aos gabinetes governamentais	2016	2017	SGE	DGEG, ASAE, DGC, GEE, DGAE

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
1.3.3.2	Levantamento e avaliação de solução transversal para a administração indireta da Economia	Avaliação de solução comum à administração indireta, de acordo com as necessidades setoriais da área de governação da economia	2018	2018	SGE	adm. Indireta
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa						
1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
1.3.4.1	Definição e disponibilização de serviços da Economia na iAP	Levantamento e implementação de ações que levem à disponibilização de serviços através da plataforma de iAP	2017	2019	SGE	Economia
1.3.4.2	Desenvolvimento da plataforma de gestão de conhecimento TravelBI	Implementação no sentido da integração de repositório de dados relevantes para agentes do setor através de API	2017	2018	TP	
1.3.5	Alargamento de interoperabilidade entre soluções transversais					
1.3.5.1	Integração de uma plataforma única comum de dados para a gestão das diversas entidades regionais, que permita a partilha e otimização da informação.	Definição e implementação de uma plataforma única comum de dados para a gestão das diversas entidades regionais, que permita efetuar o controlo orçamental, contabilidade de gestão, contratação pública, consulta de despachos, legislação aplicável, etc.;	2017	2018	ERT	ERT
1.3.5.3	Desenvolver mecanismos com vista à utilização de serviços de interoperabilidade disponíveis na (iAP), nomeadamente serviços de pagamento eletrónico de faturas;	Desenvolvimento de estruturas que permitam a racionalização de procedimentos	2017	2018	DGEG	
3.3.5.4	Divulgação e Participação no “Balcão do Investidor”	Divulgação e participação na disponibilização de conteúdos na rede nacional de apoio ao investidor “Balcão do Investidor” (medida Simplex+)	2017	2020	GEE	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	2 000	1 000	-	-
Poupanças Não TIC	700	700	700	200
Benefícios económicos e sociais	5	5	5	5
Investimento	1 050	350	350	200
Saldo	3 368			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A Economia disponibiliza serviços que permitem uma conexão e articulação interministerial, numa ótica de interoperabilidade. Estes serviços permitem promover o desenvolvimento de atividades pelas diversas entidades, de forma a fomentar a partilha e a difusão de informação aos diferentes atores da A.P.

Atualmente, é assegurada a existência de ferramentas transversais aos diferentes organismos da Economia (ex.: Gestão Documental).

Situação futura

Pretende-se, futuramente, efetuar o levantamento e disponibilização de serviços à iAP, de toda a área de governação da Economia

Adicionalmente, a Economia pretende trabalhar num ambiente comum, a nível documental, com solução tecnológica para toda a administração direta da Economia, com ligação à rede governamental (CEGER), bem como a adoção de plataformas setoriais transversais que permitam a agilização de recursos entre entidades.

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

Com esta medida pretende-se definir os referenciais TIC que visem a normalização técnica, semântica e organizacional, garantindo a promoção e disponibilização de melhores práticas de interoperabilidade que garanta a modernização administrativa dos processos e serviços públicos.

Projeta-se, ainda, orientar a utilização de ferramentas TIC transversais e de arquiteturas informacionais e aplicacionais, ajustadas ao universo da Economia, com vista a potenciar a acessibilidade e usabilidade, a identificação eletrónica, o teletrabalho e virtualização dos postos de trabalho.

Realça-se, também, como prioritário a definição de uma estratégia comum de análise de projetos TIC transversal a todo o universo da Economia, que garanta o financiamento das iniciativas que demonstrem reais garantias de retorno nas várias dimensões em análise, de acordo com as orientações estratégicas estabelecidas para a AP e para a Economia.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais						
1.4.1	Definir, implementar e acompanhar arquiteturas TIC transversais à AP					
1.4.1.1	Implementar modelo base de arquitetura de SI/TI para a área de governação	Levantamento e definição de modelos de arquitetura transversais	2017	2018	SGE	Econ
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC						
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC					
1.4.5.1	Definição de modelo de avaliação de projetos para a área TIC	Aplicação de modelo de avaliação de projetos transversais para a Economia, com base nas orientações propostas pela AMA I.P. e pelos diferentes Stakeholders	2017	2017	SGE	Econ
1.4.6	Instituir a avaliação a posteriori de projetos e investimentos TIC					
1.4.6.1	Definir métricas de avaliação	Definir KPIs, construção de dashboards e reporting.	2017	2017	CESI	Econ
1.4.6.2	Criação de mecanismo de avaliação de projetos	Gestão de pipeline de projetos, desde a sua conceitualização e execução. Adoção de metodologia de avaliação.	2017	2017	CESI/SGE	Econ
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação						
1.4.12	Definição e implementação de requisitos de segurança setoriais					
1.4.12.1	Definição e Implementação de processos de gestão de segurança e risco transversais à Economia	Adoção de práticas de segurança e risco, de acordo com as boas práticas	2017	2017	SGE	Econ
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos					
1.4.13.1	Definição de ações comuns de partilha de informação e boas práticas sobre resposta a ataques informáticos	Partilha de experiências e boas práticas na área da Economia sobre identificação e resposta a ataques	2017	2018	SGE	Econ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	250	250	250	250
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	1 000			

* Valores arredondados em milhares de euros

Área Governamental da Economia

Em termos globais, a Economia tem uma arquitetura TIC macro definida e implementada para área de governação. É assegurado também um modelo de avaliação de projetos, definido e implementado desde 2013, com alinhamento de todos os organismos.

Tem sido objeto de desenvolvimento os processos de gestão de risco e segurança em alguns organismos, de acordo com as boas práticas existentes.

Situação futura

A SGE prevê assegurar a definição e implementação de processos de segurança e risco transversais à Economia,

de acordo com a Estratégia Nacional de Segurança de Informação. É seu objetivo, também, proceder à otimização do alinhamento de investimentos TIC.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

A adoção da identificação eletrónica em toda a AP tem como principal objetivo a implementação de um processo transversal de gestão de identidades, gerível, mensurável e controlado, que potencie organizações mais ágeis e um relacionamento mais rápido e eficaz dos cidadãos com o Estado.

Dotar o cartão do cidadão de novos mecanismos de autenticação, associados à utilização de dispositivos de comunicações móveis como ferramenta válida para autenticar e assinar eletronicamente, permitirão aumentar os níveis de disponibilização e de acessibilidade de serviços públicos online.

Neste âmbito, planeia-se efetuar a análise e o desenvolvimento de aplicações para autenticação pelo CC, sempre que possível, enquanto meio para simplificar e aumentar a disponibilidade dos serviços eletrónicos prestados pelos organismos da área da Economia.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP					
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel				
2.5.2.1	Análise e desenvolvimento das aplicações para autenticação pelo CC, sempre que possível	Levantamento de soluções passíveis de autenticação por CC	2017	2018	Econ
2.5.2.2	Disponibilização de serviços de single sign-on para a Economia, com base no cartão de cidadão 2.0	Disponibilização de solução comum à área de governação da Economia, com autenticação única com base no CC 2.0	2017	2018	Econ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	80	220	280	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	130	170	150	110
<i>Saldo</i>	20			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A maioria dos organismos da Economia tem vindo a adaptar as suas infraestruturas para a certificação por cartão de cidadão. Tem também sido promovida a utilização da autenticação.gov. nesta área de governação.

Situação futura

Pretende-se alargar e disseminar a utilização da autenticação.gov pela maioria das estruturas da Economia. Projeta-se, também, promover o single sign-on authentication, através do cartão de cidadão 2.0, permitindo a uniformização das estruturas e simplificação administrativa associada.

Medida 6

Transparência e participação

Ações e objetivos

Uma administração transparente permite e garante a participação do cidadão na gestão e no controlo do desempenho do Estado.

As entidades públicas têm, pois, o dever de promover a transparência da sua administração e o cidadão tem o direito ao acesso e ao acompanhamento da administração pública, como forma de consolidação da cidadania.

A transparência estimula a cidadania e participação social, e como tal, a informação divulgada aproxima e envolve a sociedade nos processos de decisão públicos, através da avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados pela AP.

A utilização das TIC permite disponibilizar novos canais institucionais de interação, nomeadamente através de dashboards públicos, possibilitando à sociedade acompanhar os indicadores-chave de execução e de benefícios das políticas e projetos nacionais.

Neste contexto, a Economia pretende divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da AP. Esta iniciativa pressupõe a realização prévia de um levantamento de informações passíveis de exposição pública, ao nível dos organismos desta área governamental.

Planeia-se, também, desenvolver uma plataforma de publicação de iniciativas da Economia, onde sejam divulgadas as medidas, os projetos e o seu estado, bem como os benefícios esperados e atingidos.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal dados.gov.pt					
2.6.1	Alargar a divulgação de Dados Abertos e Aplicações no Dados.gov.pt				
2.6.1.1	Levantamento de informações passíveis de exposição pública	Análise da informação passível de partilha por parte dos organismos da Economia	2019	2020	SGE
2.6.1.2	Divulgação da informação sobre atividades dos organismos, nomeadamente qualidade de serviços prestados e site	Desenvolvimento de mecanismos de divulgação de informação por parte dos organismos, para disponibilizar no Dados.gov.pt	2017	2017	Economia
2.6.1.3	Publicação de informação produzida pelo GEE em parceria com a Universidade do Minho, para apoio à exportação das empresas portuguesas	Publicação de informação por parte do GEE de informação relevante para as atividades de exportação das empresas	2017	2017	GEE

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.6.1.4	Partilha dos dados residentes no sistema de georreferenciação	Proceder à partilha dos dados recolhidos pelo Turismo de Portugal no âmbito das suas atividades	2017	2017	TP	ERT
Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP						
2.6.2	Divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da AP					
2.6.2.1	Desenvolvimento de plataforma de publicação de iniciativas da Economia	Publicação de iniciativas, seu estado, benefícios esperados e benefícios atingidos	2018	2020	CESI	Econ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	70	130	75	60
Poupanças Não TIC	30	55	35	20
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	175	80	-	-
<i>Saldo</i>	220			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A SGE promove a transparência ao nível de projetos na Economia, disponibilizando o acesso à informação sobre o estado dos projetos e os procedimentos associados, de igual modo se potencia a cultura de dados abertos.

Situação futura

A Economia pretende alargar a utilização e disponibilização de dados abertos e divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da AP permitindo um acompanhamento pelos diferentes stakeholders.

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

Com esta medida, pretende-se disponibilizar serviços mais inteligíveis e adequados às expectativas e necessidades dos cidadãos, antecipando-as quando possível, acces-

síveis em qualquer lugar e com linguagem e usabilidade mais próximas.

A integração de novas funcionalidades de consulta e registo de informação ao nível de canais alternativos no âmbito das TIC, permite melhorar o acesso à informação em tempo útil e de forma contínua por parte do cidadão.

A Uniformização de procedimentos comuns e a consolidação de Portais únicos que agreguem os serviços públicos eletrónicos da AP, promove o aumento do grau de utilização dos meios eletrónicos na comunicação com o cidadão, empresas ou outras entidades, através da disponibilização de serviços transversais focados nas suas necessidades. Neste âmbito, a Economia propõe incorporar processos de gestão da experiência do Cidadão nos serviços de atendimento, através da recolha e análise da satisfação dos seus utentes se da implementação de ferramenta para report desse nível de satisfação. De realçar, também, o propósito em melhorar a usabilidade e assegurar o correto funcionamento nos browsers mais usados.

Relativamente à promoção do posto de trabalho totalmente digital, a partir de estações de trabalho virtuais, integrando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD,) propõe-se implementar infraestruturas virtuais ao ambiente alargado da Economia, através da disseminação da Virtualização de Desktops, que permita incorporar o trabalho remoto.

Com vista a pilotar a adoção do trabalho em movimento e em casa pelos colaboradores dos organismos da Economia, planeia-se realizar levantamento e análise da reengenharia de processos associada às mudanças para trabalho fora do posto local, nomeadamente quanto a uma potencial redução de custos.

Atividades

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento						
2.7.1	Integrar a Gestão da Experiência do Cidadão nos processos de atendimento					
2.7.1.1	Recolha da satisfação dos utentes	Melhorar a usabilidade e assegurar o correto funcionamento nos browsers mais usados.	2018	2020	Organismos	Economia
2.7.1.2	Melhorar os mecanismos de UX (User Experience) no universo da Economia	Implementação de ferramenta para report de nível de satisfação	2018	2020	Organismos	Economia
Consolidar serviços eletrónicos no Portal do Cidadão						
2.7.3	Consolidação serviços eletrónicos no Portal do Cidadão, numa lógica de user-centricity					

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.7.3.1	Disponibilizar acervo histórico da economia no Portal do Cidadão	Criação de estrutura que permita a disponibilização do acervo da Economia para todos os cidadãos, potenciando o acesso aos mesmos	2017	2019	SGE	Econ
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
2.7.5.1	Levantamento dos documentos do cidadão a disponibilizar pela Economia	Levantamento e análise dos documentos a disponibilizar através da Bolsa de Documentos pela área da Economia, promovendo a interação entre os organismos e o cidadão	2017	2018	SGE/CESI	Economia
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.6	Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente					
7.7.6.1	Criação de Balcão Único Eletrónico dos Combustíveis	Criação de um portal eletrónico que fosse um interface de que permitisse ligar todos os operadores do Sistema Petrolífero Nacional (SPN) ao supervisor	2016		ENMC	
7.7.6.2	Criação de site/plataforma que permita alargar a tipologia e o número de utilizadores e aumentar a produtividade interna ao automatizar vários processos.	Implementação/Dinamização de site/plataforma que permita alargar a tipologia e o número de utilizadores e aumentar a produtividade interna ao automatizar vários processos.	2017	2017	GEE	
7.7.6.3	Desenvolvimento de estrutura para gerir o licenciamento de Equipamentos sob Pressão e Cisternas	Desenvolvimento de aplicação que permita otimizar os processos internos de licenciamento associados ao equipamento	2017	2017	IPQ	
7.7.6.4	Criação de Loja Eletrónica para comercialização de Normas portuguesas e europeias	Desenvolvimento de uma solução que permita otimizar a comercialização de documentação normativa nacional e europeia	2017	2017	IPQ	
7.7.6.5	Criação da plataforma de acesso desmaterializado ao pedido (e gestão do processo) de utilidade turística	Otimização da processo existente de pedido de utilidade turística, potenciando o desenvolvimento do mesmo	2017	2018	TP	
7.7.6.6	Desenvolvimento de Consola de clientes	Criação de mecanismos que melhorem a eficiência e a qualidade do serviço prestado	2017	2018	IAPMEI	
7.7.6.7	Desmaterialização do processo de PME Excelência	Desmaterializar o processo de atribuição do estatuto de PME Excelência, que surge no seguimento da atribuição do estatuto de PME Líder	2017	2018	IAPMEI	
7.7.6.8	Plataforma de gestão integrada de relacionamento com clientes	Desenvolver sistema de suporte à gestão de clientes e interações	2017	2018	IAPMEI	
7.7.6.9	Consola de Entidades Externas	Desmaterialização de processos que constituam um ganho no acesso à informação pelas entidades parceiras e respetiva eficiência na resposta	2017	2018	IAPMEI	
7.7.6.10	Disponibilização de plataformas multiserviço	Disponibilização de plataformas multiserviço (balcão de atendimento, serviços Web e serviços mobile/APP,) com vista a melhorar a interação com o Cidadão e Empresas	2017	2018	LNEG	
7.7.6.11	Desenvolvimento de um Balcão Único	Desenvolvimento de um Balcão Único da DGEG, com autenticação integrada, para acesso aos cidadãos que interagem com a DGEG no âmbito dos vários serviços	2017	2018	DGEG	
7.7.6.12	Projetos de Investimento do Turismo de Portugal	Otimizar o Sistema de Gestão de Projetos de Investimento do Turismo de Portugal	2016	2017	TP	

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
7.7.6.13	Desenvolvimento de plataforma integrada para gestão financeira e operacional	Potenciar a integração e atualização/desenvolvimento para o novo código contabilístico da plataforma, integrando os organismos da Adm. Indireta da Economia	2016	2017	Adm. Indireta/SGE	Adm. Indireta
7.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
7.7.7.1	Património Cultural do Estado para eventos	Criar uma plataforma digital de informação e gestão de espaços do património cultural do Estado que possam ser utilizados para a realização de eventos	2017	2017	TP	Ministério da Cultura
7.7.7.2	SIGAEconomia	Implementar um interface eletrónico para a gestão dos processos de acreditação	2016	2017	IPAC	
7.7.7.3	Agenda Digital Empresário Turístico	Disponibilizar online o calendário das obrigações do empresário turístico	2016	2017	TP	
7.7.7.4	Criação de site para apoio à exportação das empresas portuguesas	Implementação e dinamização do site para apoiar a exportação das empresas portuguesas	2017	2017	GEE	
Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)						
2.7.8	Disponibilizar infraestrutura a nível transversal e setorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)					
2.7.8.1	Implementação de infraestruturas virtuais ao ambiente alargado da Economia	Disseminação da Virtualização de Desktops, que permita incorporar trabalho remoto	2016	2018	SGE	Econ
Pilotar a adoção na AP de trabalho em movimento e a partir de casa						
2.7.9	Estudar o potencial de redução de custos e pilotar a adoção na AP do trabalho em movimento e em casa					
2.7.9.1	Levantamento e análise da reengenharia de processos associada às mudanças para trabalho fora do posto local	Análise dos processos associados à mudança do posto de trabalho, e consequente alteração em função das especificidades consideradas	2018	2019	Econ	Econ
Implementar roaming Wi-Fi na AP — GOVroam						
2.7.10	Definir Arquitetura e elaborar piloto de Roaming Wi-Fi na AP — GovRoam					
2.7.10.1	Implementar piloto de roaming wi-fi para a área da Economia	Elaborar estrutura piloto para a área da Economia, a nível de roaming wi-fi na Economia	2017	2018	SGE	Econ
Digitalizar o arquivo físico da AP						
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
2.7.12.1	Desmaterialização de processos através da utilização de workflows e do sistema de gestão documental;	Otimização dos processos de gestão documental que permitam facilitar a organização interna e a partilha/interoperabilidade entre os mesmos	2017	2017	ERT	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	310	480	460	700
Poupanças Não TIC	315	440	565	640
Benefícios económicos e sociais	279	135	97	97
Investimento	1 230	1 080	745	560
Saldo	903			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

A Economia procura, continuamente, a transformação dos processos internos das entidades, utilizando as TIC

como suporte à atividade diária, persistindo na reengenharia de processos e procedimentos com vista à sua simplificação e desmaterialização.

Promove o desenvolvimento de estruturas que permitam o trabalho remoto e facilitem a movimentação das competências internas.

Tem, ainda, prosseguido o esforço de garantir o arquivo do Estado, procedendo a práticas evolutivas de gestão documental nos diferentes organismos.

Situação Futura

É objetivo da Economia a modificação do paradigma de comunicação do atendimento público, alterando as estruturas físicas existentes para estruturas virtuais, com criação de balcões e lojas virtuais.

Pretende-se reforçar a adequação das estruturas existentes de acordo com a experiência do utilizador, adequando as mesmas às necessidades individuais.

Planeia-se alterar os processos internos, que integrem o conceito de “Bring you own device”, assim como proceder ao alinhamento das estruturas de gestão documental, garantido a comunicação e a interação entre as demais.

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

A constante evolução das tecnologias de informação tem permitido alterações no paradigma dos serviços pres-

tados pela AP. Sendo a Economia um ponto fulcral na interação entre os cidadãos e entre estes e a AP, é de realçar o conjunto de atividades que permitem um incremento da melhoria dos serviços prestados.

A disponibilização de melhores experiências de atendimento ou a simplificação de procedimentos legais/administrativos, permitirá a diminuição do esforço associado à obtenção dos instrumentos necessários. A reengenharia dos processos associados aos diferentes setores permitirão redução temporal e incremento da qualidade nos serviços prestados ao cidadão.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC						
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC					
2.8.1.1	Livro de reclamações online	Criar um ponto único de entrada online dos pedidos de informação e das reclamações de consumidores	2016	2018	DGC	INCM/ANACOM/ERSE/ERSAR/outros organismos
2.8.1.2	Portal do Turismo +	Desenvolver um novo portal institucional do Turismo de Portugal, com informação ajustada às necessidades dos operadores turísticos. Desenvolver o Portal Visit Portugal, que permitirá, nomeadamente, a disponibilização de informação sobre eventos a realizar em Portugal	2016	2017	TP	
2.8.1.3	Gestão dos sistemas de incentivos (integra a medida Simplex Gestão dos Sistemas de Incentivos+)	Adequar o portefólio de sistemas relacionados com a gestão de incentivos às exigências do PT 2020 e às linhas orientadoras definidas, mormente ao nível da simplificação e desmaterialização dos processos	2016	2018	IAPMEI	
2.8.1.4	Balcão do Empreendedor+ (componente MECON-licenciamento industrial)	Desenvolvimento de solução de back office de suporte ao Sistema da Indústria Responsável (SIR)/ Disponibilização dos serviços eletrónicos em falta relativamente às atividades de comércio e serviços	2016	2018	IAPMEI	
2.8.1.5	Geoportal 2020	Criação de um portal, com vista a disponibilizar dados, informação georreferenciada e indicadores relevantes no setor da economia	2017	2018	LNEG	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	220	290	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	685	785
Investimento	400	350	400	350
<i>Saldo</i>	480			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

A Economia tem vindo a desenvolver plataformas de acordo com as necessidades de otimização por parte dos organismos, e acompanhado a evolução digital dos últimos anos.

De igual modo foram construídas estruturas de resposta às necessidades, como plataformas de comunicação, co-

mercialização, disponibilização de serviços adequados às necessidades da Sociedade.

Situação Futura

A Economia irá manter a sua promoção de modernização administrativa e simplificação dos procedimentos e processos, dando continuidade à transformação digital nos diferentes organismos por forma a agilizar a interação com os cidadãos.

A concretização do processo de transformação digital irá permitir eliminar redundância em atividades e tarefas entre estruturas e atividades comuns de vários organismos.

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

Prevê-se o alinhamento dos Recursos Humanos TIC com a definição do modelo de funcionamento e pilotagem do Centro de competências TIC para a Administração Pública, cuja finalidade é capacitar, formar e reter os RH nas áreas TIC.

A área da Economia pretende ser uma alavanca na transformação digital da AP. Desta forma, tenciona avaliar as competências internas dos seus recursos humanos, desenvolvendo os mecanismos de crescimento profissional nas áreas TIC.

Em termos concreto, encontra-se em fase de implementação uma academia de formação TIC, como resposta às necessidades diagnosticadas, através do reforço das qualificações e aquisição de novas competências, aumentando a produtividade e reduzindo a literacia digital.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Avaliar os resultados do piloto						
3.9.5	Capacitar e Formar RH TIC					
	Análise de competências dos RH TIC da Economia	Levantamento das competências dos recursos humanos TIC na área de governação, que permita uma definição das necessidades de capacitação adequada	2016	2017	SGE	Adm. Direta + + Adm. Indireta
	Desenvolvimento de academia de formação TIC na Economia	Potenciar e capacitar os recursos humanos na área TIC, na Economia	2016	2017	SGE	Econ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	80	120	120	12
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	70	40	40	40
Saldo	142			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A Economia tem vindo a assegurar o desenvolvimento de atividades e projetos que permitam mitigar a carência e/ou ausência de competências nas áreas TIC, procurando, assim, colmatar o desalinhamento verificado entre os recursos existentes e as necessidades atuais das TIC, nos organismos da área de governação.

Situação futura

É objetivo da Economia procurar garantir o alinhamento das competências TIC existentes com as necessidades da área de governação, através do desenvolvimento de aptidões e capacidades, por forma a ultrapassar as lacunas verificadas.

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

Pretende-se dar continuidade à integração e normalização de sistemas e aplicações, a partir de plataformas de serviços partilhados para os organismos da Economia, rentabilizando e racionalizando os diversos centros de processamento de dados existentes.

Paralelamente, planeia-se promover serviços de cloud computing, integrados com a Cloud Governmental, assegurando soluções de TIC mais ágeis e transparentes, com níveis de segurança mais elevados, a menores custos e com utilização mais eficiente dos recursos.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.1	Levantar a capacidade existente					
3.10.1.1	Análise da capacidade existente nos Organismos com centros de dados autónomos	Levantamento da capacidade instalada nos restantes organismos da Economia, não integrados até ao momento	2016	2017	SGE	IAPMEI, ITP, LNEG
3.10.1.2	Análise da capacidade existente nos Organismos com centros de dados autónomos na esfera das EPR's	Levantamento da capacidade existente nos outros organismos da Economia, com estruturas autónomas	2017	2018	SGE	EPR's
3.10.2	Rentabilizar a capacidade existente nos Centros de Processamento de Dados da AP					
3.10.2.1	Centralizar os centros de dados autónomos para o centro de dados da Economia	Centralizar as estruturas existentes nos restantes organismos da administração indireta da Economia, continuando o trabalho iniciado em 2014	2016	2017	SGE	IAPMEI, ITP, LNEG, ANI

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
3.10.2.2	Disponibilização de serviços comuns de e-mail e partilha de ficheiros	Alargar o espectro de disponibilização de serviços centrais aos organismos da Economia	2016	2017	SGE	adm direta e indireta
3.10.2.3	Consolidação de sistemas únicos das diferentes ERT, nomeadamente de email/ gestão documental/bases de dados	Implementação de solução de comum para as diferentes ERT de de sistemas únicos das diferentes ERT, nomeadamente de email/ gestão documental/bases de dados	2017	2018	ERT	ERT
Criar nuvem interoperável						
3.10.3	Criar nuvem interoperável da AP					
3.10.3.1	Disponibilização de serviços na nuvem privada da Economia	Agilização dos serviços a disponibilizar pela Economia na nuvem privada da Economia e AP	2016	2017	SGE	adm direta e indireta

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	720	820	820	820
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	70	40	40	40
Saldo	2 990			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A Economia dispõe de um conjunto de serviços disponibilizados centralmente para a administração direta e indireta. Atualmente, estão já centralizadas alguns centros de dados de diferentes organismos no centro de dados da Economia.

Nesta sequência, são já disponibilizados, centralmente, recursos com vista à prestação de serviços trans-

versais (e-mail, fileshare, internet, VOIP, segurança, entre outros)

Situação futura

A SGE irá prosseguir com a integração de estruturas redundantes na estrutura centralizada e disseminar a utilização de serviços transversais à maioria dos organismos.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

Com esta medida visa-se consolidar uma estratégia unificada de comunicações de voz e dados que sirvam a generalidade dos organismos da Economia, com gestão centralizada, global e transversal.

Assim, pretende-se contribuir para a criação de uma rede comum de comunicações multisserviços na AP mais racional, através da ligação ao PTT (Ponto de Troca de Tráfego), mais segura e com vantagens económicas, eliminando várias redundâncias e rentabilizando as condições de contratação.

Prevê-se, também, a expansão da rede única de comunicações da área da Economia, assegurando uma maior abrangência dos serviços prestados.

Atividades

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	Implementação de soluções VoIP em todos os organismos da admin. indireta da Economia	Alargamento da utilização de soluções VoIP para todos os organismos da administração indireta que ainda não possuem as mesmas	2016	2017	SGE	IPQ, IPAC
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
3.11.2.1	Convergência das redes de comunicações da área da Economia	Integração das redes de comunicações da Economia em rede única, sempre que possível	2016	2017	SGE	Econ
3.11.2.2	Implementação de uma solução de videoconferência	Implementação de uma solução de videoconferência consentânea com as necessidades específicas resultantes da dispersão física dos diferentes organismos	2017	2018	SGE	Econ

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Implementar rede comum de comunicações multiserviços						
3.11.4	Implementar rede comum de comunicações multiserviços da AP					
3.11.4.1	Integração da rede de comunicações da Economia com o ponto de troca de tráfego	Implementação da ligação ao PTT por parte da Economia, permitindo a integração a rede de comunicações multiserviços	2016	2017	SGE	

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	570	640	640	640
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	330	330	330	330
<i>Saldo</i>	1 170			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A Economia desenvolveu uma rede comum e unificada, com ligações entre os diversos organismos e gerida centralmente, com eliminação de redundâncias.

A tecnologia VoIP encontra-se instalada na maioria dos organismos da Economia e encontra-se em fase de implementação nas entidades em falta.

Situação futura

A Economia pretende prosseguir a estratégia de expansão da rede a todos organismos, bem como integrar esta

rede com a estrutura interministerial, através de ligação ao ponto de troca de tráfego.

Procura-se, de igual modo, alargar a cobertura da utilização de VoIP às restantes entidades e promover a utilização comum de redes wireless na área de governação.

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Ações e objetivos

Planeia-se potenciar a adoção progressiva e sustentada de aplicações comuns e em código aberto (opensource) na Economia, com vista à redução dos custos dos contratos de licenciamento e de suporte, prosseguindo as iniciativas definidas no Plano setorial anterior.

Para tal, torna-se necessário avaliar a exequibilidade da substituição de software proprietário por software aberto em todo universo da Economia, através da elaboração de estudos técnico-financeiros que fundamentem a viabilidade da eventual substituição, de acordo com as necessidades específicas de cada organismo e respetivos fatores de criticidade.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
1.1.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de software do Estado					
1.1.1.1	Alargamento do âmbito de atuação da Unidade Ministerial de Compras para as áreas TIC	Potenciação do Despacho de centralização de contratação TIC na Unidade Ministerial de Compras, de 2015	2016	2018	SGE	Econ
1.1.2	Negociar e acordar melhores condições com principais fornecedores de software à AP					
1.1.2.1	Alargamento da negociação centralizada de contratos a outros fornecedores relevantes da Economia	Análise de contratos/fornecedores passíveis de negociação centralizada, continuando os trabalhos iniciados em 2014	2016	2018	SGE	Econ

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	220	280	160	120
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
<i>Saldo</i>	780			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

A Economia tem vindo a promover a negociação centralizada de contratos, dando cumprimento ao despacho de centralização das compras TIC na unidade ministerial de compras, desde 2015.

Situação futura

A Economia prevê alargar a negociação centralizada de contratações de modo a potenciar ganhos de eficiência e reduzir custos associados.

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	200	200
	Poupanças Não TIC	100	100	100	100		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	50	50	50	50		
Medida 3	Poupanças TIC	2 000	1 000	-	-	1 950	3 368
	Poupanças Não TIC	700	700	700	200		
	Benefícios económicos e sociais	5	5	5	5		
	Investimento	1 050	350	350	200		
Medida 4	Poupanças TIC	250	250	250	250	-	1 000
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	80	220	280	-	560	20
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	130	170	150	110		
Medida 6	Poupanças TIC	70	130	75	60	255	220
	Poupanças Não TIC	30	55	35	20		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	175	80	-	-		
Medida 7	Poupanças TIC	310	480	460	700	3 615	903
	Poupanças Não TIC	315	440	565	640		
	Benefícios económicos e sociais	279	135	97	97		
	Investimento	1 230	1 080	745	560		
Medida 8	Poupanças TIC	-	-	-	-	1 500	480
	Poupanças Não TIC	-	220	290	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	685	785		
	Investimento	400	350	400	350		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	80	120	120	12	190	142
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	70	40	40	40		
Medida 10	Poupanças TIC	720	820	820	820	190	2 990
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	70	40	40	40		
Medida 11	Poupanças TIC	570	640	640	640	1 320	1 170
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	330	330	330	330		

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Medida 12	Poupanças TIC	220	280	160	120	780
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-	
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-	
	Investimento	-	-	-	-	

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

	Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *						
Poupanças TIC	4 300	3 940	2 805	2 602	9 780	11 273
Poupanças Não TIC	1 145	1 515	1 690	960		
Benefícios económicos e sociais	284	140	786	886		
Investimento	3 505	2 490	2 105	1 680		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Pode consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
M.ª Ermelinda Carrachás	SGE	Secretária-Geral
João Simão	SGE	Diretor de Serviços
Contacto do Representante Ministerial		
M.ª Ermelinda Carrachás	SGE	Secretária-Geral

Área Governamental do Ambiente

Sumário Executivo

A RCM n.º 33/2016, de 3 de junho define o modelo de governação para as TIC na Administração Pública (AP), aberto à sociedade e ajustado aos objetivos do Governo, permitindo desse modo o desenvolvimento efetivo de uma estratégia global das TIC.

Nesse sentido, o presente documento materializa o Plano setorial do Ministério do Ambiente (MAMB), alinhado com as estratégias delineadas para o respetivo setor, e outras orientações e iniciativas, como as medidas SIMPLEX + e a ESTRATÉGIA TIC 2020: Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública até 2020 e CTIC.

O Plano Setorial tem em linha de conta o universo de organismos do Ministério do Ambiente, cuja abrangência é muito significativa, abarcando setores distintos, como se pode verificar pela missão atribuída ao Ministério do Ambiente a qual consiste em "...formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de ambiente, ordenamento do território, cidades, habitação, transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros, clima, conservação da natureza, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial."

A elaboração do Plano setorial seguiu uma abordagem que procurou o envolvimento dos organismos do MAMB, através de reuniões técnicas realizadas junto das diversas entidades, e respetivos interlocutores designados pela tutela, as quais tiveram início no dia 24 de junho, e que

foram suportadas em documentação já produzida pelas mesmas no âmbito do GPTIC, mas que para efeitos da elaboração do plano foi atualizada e complementada com informação adicional de acordo com as necessidades, especificidades e estratégias do próprio MAMB.

Existiu um grande foco em caracterizar de forma consistente e fidedigna o estado atual das TIC no Ministério, bem como em acautelar as necessidades e os compromissos assumidos a nível comunitário e internacional, com vista a assegurar que os mesmos sejam plenamente cumpridos.

Tratando-se do Plano do Ministério do Ambiente, além das medidas de racionalização de custos e de eficiência alinhadas com a estratégia da AP para 2020, foram tidas em conta medidas e ações, assentes no princípio dos 3R: reduzir, reutilizar e reciclar.

Nota: Tendo em atenção os valores apresentados nos documentos do Plano Setorial, esta folha apresenta a valorização das iniciativas/Medidas, sem o valor de IVA incluído.

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

O Ministério do Ambiente tem como objetivo garantir que a operacionalização do seu plano TIC, vem responder às medidas definidas para os próximos anos, enunciadas ao nível do plano global vertido no documento base Plano Setorial TIC do Ministério do Ambiente. Este plano, segue as mesmas linhas transversais orientadoras dos planos setoriais TIC, conforme orientação do CTIC/AMA I. P., estimulando a consolidação orçamental do Estado, contribuindo para que esta área tenha um dimensionamento adequado às capacidades financeiras do país, para a área do Ambiente.

Em simultâneo, potenciando uma redução de despesa pública, permitindo controlar mais eficazmente os processos de mobilização, integração, interoperabilidade, garantindo assim a simplificação dos mecanismos na Administração Pública Central.

Os principais objetivos desta medida, têm como sequência ações que se traduzem em iniciativas/projetos/subjetos que não se encontrando inscritos diretamente

nas medidas e projetos principais, servem para apoiar as entidades do Ministério do Ambiente na execução dos

seus projetos TIC. Esta medida é transversal a todo o Ministério do Ambiente.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Aprovar e publicar planos setoriais TIC					
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central				
	Plano Setorial M Amb	Execução Plano Setorial M Amb	2016	2020	SGMAmb
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC					
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central				
	Plano Investimento TIC	Execução Plano anual de Investimento TIC Mamb	2017	2020	SGMAmb

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

A visão do plano setorial TIC permitirá utilizar de forma otimizada os recursos existentes, através de uma gestão alinhada dos interesses e estratégias TIC com a estrutura de autoridade da Administração Pública. As racionalizações e simplificações obtidas na execução do plano

setorial TIC do Ministério do Ambiente, garantem aos vários organismos uma forma eficaz de controlar melhor o tráfego de informação, consolidando os serviços core de TI, garantindo.

Esta medida, tal como a anterior, terá como principal objetivo ser um instrumento base para a utilização de uma plataforma agregadora de gestão e encaminhamento de informação entre entidades que integrará as outras plataformas de serviços similares dos vários organismos do Ministério.

Assim, constituem aspetos chave desta medida, garantir a capacidade de interoperar soluções e aplicações para garantir a gestão da informação e a integração global.

Os principais objetivos desta medida, têm como sequência ações que se traduzem em iniciativas/projetos/subprojetos que não se encontrando inscritos diretamente nas medidas e projetos principais, servem para apoiar as entidades do Ministério do Ambiente na execução dos seus projetos TIC. Esta medida é transversal a todo o Ministério do Ambiente.

(A estender a todos os projetos e candidaturas apresentadas)

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Disponibilizar o catálogo de serviços eletrónicos					
1.3.1	Reforço da iAP como elemento central para a interoperabilidade na AP				
	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (APA)	Implementação de interoperabilidade em Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (APA) usando a iAP	2017	2018	APA

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

Neste contexto, torna-se relevante falar que as iniciativas relativas a Portais, Segurança, assim como Aplicações que necessitam de Autenticação e Encriptação de informação (Ex: Gestão documental e processos). Encontram-se incluídas noutras medidas mas terão certamente reflexo nesta medida.

Esta medida está relacionada com as atividades das medidas 8, relativas à implementação de soluções de Identificação Eletrónica para as soluções identificadas na medida 8.

Os principais objetivos desta medida, têm como sequência ações que se traduzem em iniciativas/projetos/subprojetos que não se encontrando inscritos diretamente nas medidas e projetos principais, servem para apoiar as

entidades do Ministério do Ambiente na execução dos seus projetos TIC. Esta medida é transversal a todo o Ministério do Ambiente. (A estender a todos os projetos e candidaturas apresentadas)

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP					
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel				
2.5.2.1	Desenvolver projeto para suportar Portais e Aplicações	Esta atividade tem como objetivo suportar os Portais e soluções de Gestão documental.	2017	2017	SGMAMB SGMAMB + Entidades

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
<i>Saldo</i>	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

É nesta medida 8 — Inovação setorial, onde se identificam os desafios específicos de iniciativas/projetos TIC para os respetivos setores do MAMB, que contribuam de forma indiscutível para o aumento da eficiência interna e para a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Seguimos esta abordagem pois consideramos que será importante, ter uma visão global das iniciativas/projetos relevantes do MAMB a serem implementadas pelas várias entidades, as quais estão alinhadas com a estratégia 2020 (e desta forma algumas são já referidas e identificadas noutras medidas), com as medidas Simplex+ com candidaturas já aprovadas Horizonte 2020 e que serão submetidas de forma a ser possível financiamento para a sua execução.

A SGMAMB, deverá ter um papel integrador e orientador, em virtude de existirem projetos transversais a várias entidades que podem evoluir para soluções comuns e desta forma reduzir custos TIC, tal como é o caso das Comunicações; Printing; Gestão Documental; Digitalização Documental (Biblioteca Digital); Gestão de Processos; Soluções de atendimento centralizado e disponibilização de informação centralizada ao público através do Portal.

Devemos ressaltar que o investimento identificado abaixo está distribuído nas outras medidas e que concorrem para o Resumo inicial.

(6 projetos referência)

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC					
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC				
2.8.1.1	Sistema Integrado de Partilha da SGMAMB Ambiente +	Atividades de conceção, Implementação e manutenção de um Sistema de Gestão Documental de Apoio à atividade da SG MAMB	2017	2018	SGMAMB SGMAMB outras entidades
2.8.1.1	TUA — Título Único Ambiental	Criar o Título Único Ambiental (TUA) que integra 11 regimes jurídicos e respetivos procedimentos. Trata-se de um processo, um título, uma taxa, que permite aos requerentes entregar todos os elementos instrutórios numa única vez através da internet, integrando todos os procedimentos necessários subsequentes e georreferenciando as atividades económicas numa única base de dados, compatível com a informação cartográfica oficial. Em complemento, a presente medida possibilitará a articulação entre todas as entidades intervenientes, o Balcão do Empreendedor e o sistema da indústria responsável, garantido um processo transparente para os cidadãos, com controlo e harmonização de prazos.	2016	2017	APA (Min Ambiente) APA

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.8.1.2	<p>Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente</p> <p>Desenvolver uma plataforma de suporte à atividade inspetiva — portal internet/intranet, sistema de gestão interna e sistema de informação geográfica.</p> <p>Esta plataforma integra um balcão único de submissão de denúncias, registo de acidentes/incidentes, pedidos de informação/esclarecimento, pedidos de acesso a documentos e comentários/sugestões em matérias ambientais, e plataformas colaborativas de troca de documentação entre organismos oficiais, nomeadamente ao nível do Cadastro Nacional das Contraordenações Ambientais (CADAMB), com entidades inspecionadas e com organismos internacionais (rede IMPEL).</p> <p>Destaca-se ainda a georreferenciação de ações de controlo, de auditoria, de inspeção, de contraordenações e de atividades económicas abrangidas pelos regimes jurídicos ambientais e a promoção da interoperabilidade com outros sistemas da Administração Pública, garantido a partilha de informação técnica e a atuação integrada.</p>	2017	2017	iGAMAOT (Min Ambiente)	Ministério do Ambiente, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural Ministério do Mar
2.8.1.3	<p>Planeamento Territorial Online</p> <p>Desenvolver uma plataforma colaborativa de gestão territorial, destinada a servir de apoio ao acompanhamento dos programas e dos planos territoriais (como, por exemplo, os Planos Diretores Municipais e os Planos de Pormenor), no âmbito do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).</p> <p>Esta plataforma vai permitir a gestão do processo internamente em cada entidade (como, por exemplo, nos Municípios e respetivas comissões de acompanhamento à elaboração), promovendo a consulta pública dos cidadãos e das empresas.</p>	2016	2017	DGT (Min Ambiente)	DGT
2.8.1.4	<p>REN Digital</p> <p>Submeter automaticamente as cartas da Reserva Ecológica Nacional (REN) para publicação no Diário da República e depósito na Direção-Geral do Território, mediante a utilização da plataforma Sistema de Submissão Automática para Publicação e Depósito de Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT), assegurando a visualização destas no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).</p>	2017	2018	DGT (Min Ambiente)	DGT
2.8.1.5	<p>Plataforma de Renda Apoiada</p> <p>Criar uma plataforma eletrónica destinada a organizar e manter atualizada a informação sobre as habitações arrendadas no regime de arrendamento apoiado e respetivos arrendatários. Esta plataforma permitirá aceder a informação disponível junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e do Instituto dos Registos e Notariado (IRN) sobre a composição e rendimentos do agregado familiar, bem como da titularidade de bens móveis ou imóveis. O acesso será feito a partir do Portal da Habitação.</p> <p>Destaca-se, ainda, o facto de esta plataforma permitir a validação automática das condições de acesso à habitação social, incrementando o rigor das informações prestadas e contribuindo para combater as situações de fraude, defendendo assim o interesse público e a melhoria da aplicação da lei.</p>	2017	2018	IHRU (Min Ambiente)	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/Ministério das Finanças
2.8.1.6	<p>SGD da ERSAR</p> <p>Atividades de conceção, Implementação e manutenção de um Sistema de Gestão Documental de Apoio à ERSAR</p>	2017	2020	ERSAR	ERSAR

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	963	963	483	483
Benefícios económicos e sociais	34	34	17	17
Investimento	1 148	1 148	574	574
Saldo	-450			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

Tal como outras medidas anteriormente identificadas, esta com a sua implementação, enquadrará a Rede de comunicações do Ministério do Ambiente com as Redes de Nova Geração, através da iteração e integração de uma rede de telecomunicações de âmbito nacional, com o Ponto de Troca de Tráfego (PTT), com elevadas capacidades de transmissão e de largura de banda disponível para o utilizador, colaborando com outros serviços, como a Rede dos Serviços Partilhados da ESPAP. Exemplo de integração com o Ponto Troca Tráfego.

- Criação de uma Rede de nova geração com largura de banda escalável e capaz de suportar multisserviços, Voz, vídeo, aplicações, em tempo real e com qualidade necessária;
- Comutação mais rápida nos nós de rede;

• Redução de custos, garantindo a evolução para IP, com integração global de serviços;

• Facilidade de remodelação ou introdução de um novo site na VPN IP, ou de novos serviços com custos controlados;

• Aumento da fiabilidade das comunicações dentro da VPN do Cliente, ao garantir a conectividade entre os vários locais mesmo no caso de falha do ponto central;

• Implementação de serviço de backup em caso de quebra de comunicações, garantindo a conectividade de todos os sites de uma mesma VPN, colaborando e integrando com outros “providers” da AP;

• Facilidade de implementação de soluções de Disaster Recovery e de integração de novas aplicações e serviços na Rede, colaborando com outros “providers” da AP;

• Manutenção dos sistemas e soluções das arquiteturas implementadas.

Objetivos principais: Criação de Rede do Ministério que integre as redes de todos os organismos, e/ou que dê suporte aos que não disponham de nenhuma. De salientar que sem uma rede de comunicações estruturada e resiliente, a troca de informação entre organismos do Ministério do Ambiente, e destes com outras entidades da AP, manter-se-á limitada e ineficiente.

Os principais objetivos desta medida, têm como sequência ações que se traduzem em iniciativas/projetos/subprojetos que não se encontram inscritos diretamente nas medidas e projetos principais, servem para apoiar as entidades do Ministério do Ambiente na execução dos seus projetos TIC. Esta medida é transversal a todo o Ministério do Ambiente.

(Projeto de suporte às atividades TIC da SGMAMB e do MAMB em geral)

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	Reduzir as mensalidades em PR, Abs PRIs	Atividade do projeto que possibilita o Levantamento do detalhe das comunicações das entidades	2017	2018	SGMAMB	Elementos do Fórum Observatório a designar pela SG MAMB
3.11.1.2	Retirar faxes analógicos	Atividade do projeto que possibilita o Levantamento dos serviços em contexto comuns (Ex: Faxes — introduzir fax IP)	2017	2018	SGMAMB	Elementos do Fórum Observatório a designar pela SG MAMB
3.11.1.3	Largura de banda dedicada ativo-ativo	Atividade do projeto que possibilita a Centralização da largura de banda com garantia de serviços e cumprimentos dos níveis de serviços	2017	2018	SGMAMB	Elementos do Fórum Observatório a designar pela SG MAMB
3.11.1.4	Interligação à Nuvem da AP.	Atividade do projeto que possibilita a Interligação Serviços Telco-AP's	2017	2018	SGMAMB	Elementos do Fórum Observatório a designar pela SG MAMB

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 3	Investimento	-	-	-	-	-	-
	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
Medida 8	Investimento	-	-	-	-	3 443	-450
	Poupanças TIC	963	963	483	483		
	Poupanças Não TIC	34	34	17	17		
	Benefícios económicos e sociais	1 148	1 148	574	574		
	Investimento						

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 11	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

		Investimentos e poupanças anuais não líquidas de investimento					Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2016	2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *								
Poupanças TIC		-	-	-	-	-		
Poupanças Não TIC		963	963	963	483	483		
Benefícios económicos e sociais		34	34	34	17	17		
Investimento		1 148	1 148	1 148	574	574		
						3 443	-450	

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Pode consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
João Paulo Camões	SGMAMB	Chefe Divisão Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente
António Manuel	DGT	Especialista de Informática
António Moreira	IHRU	Coordenador do Gabinete de Sistemas de Informação

Nome	Organismo	Cargo
Joaquim Pinto da Costa	APA	Diretor de Serviços Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação
Laudelino Ribeiro	IGAMAOT	Inspetor
Luis Engrossa	ERSAR	Diretor do Departamento de Tecnologias de Informação
Isabel Apolinário	POSEUR	Especialista de Informática
Contacto do Representante Ministerial		
Alexandra Carvalho	SGMAMB	Secretária-Geral

Área Governamental da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Sumário Executivo

Em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016 de 3 de junho, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR) elaborou este Plano Setorial TIC, com o objetivo de potenciar as TIC como agente de eficiência e eficácia da Administração Pública e de aproximar os cidadãos através de serviços eletrónicos mais disponíveis e adequados, como definido na Estratégia para a Transformação Eletrónica na AP até 2020 — Estratégia TIC 2020. Para este Plano Setorial do MAFDR foram obtidos os contributos dos organismos, no âmbito das 12 medidas a enquadrar na estratégia governamental para as TIC 2020, de modo a plasmar de forma efetiva e consistente os objetivos a alcançar ao nível das TIC no Ministério.

O papel e a importância que as TIC têm em muitos dos organismos e entidades do MAFDR para que os compromissos assumidos a nível comunitário e internacional sejam plenamente cumpridos têm de ser reconhecidos e considerados em qualquer Plano Sectorial TIC que se produza.

É com a visão de se conseguir ganhos de eficiência, sem se perder um serviço público de qualidade e sem obstar à execução de planos de investimento em soluções tecnológicas de relevância nacional, que se construiu este Plano.

Medida 1

Governança das TIC

Ações e objetivos

Definição da estrutura de governança das TIC no MAFDR de acordo com o modelo a ser definido para a Administração Pública. Criação de grupo informal TIC no MAFDR, a ser objeto de portaria.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Continuar a implementação do modelo de governança das TIC em cada Área Governamental						
1.1.3	Governança das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)					
1.1.3.1	Representante Ministerial	Nomeação do representante do MAFDR	2016	2016	Tutela	Tutela
1.1.3.2	Grupo informal TIC	Criação grupo informal TIC do MAFDR	2016	2017	GPP/IFAP	Serviços MAFDR
1.1.3.3	Reuniões de trabalho	Reuniões de alinhamento	Dinâmico	Dinâmico	IFAP/GPP	Serviços MAFDR
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central					
1.1.4.1	Modelo racionalização função TIC	Definição de modelo para a racionalização da função TIC no MAFDR	2017	2017	GPP/IFAP	Serviços MAFDR

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

A utilização das TIC tem permitido agilizar processos e procedimentos dos serviços do MAFDR, mas exigindo maior qualidade dos serviços prestados pelos vários organismos. Torna-se assim necessário priorizar os projetos e investimentos TIC centrados na qualidade, na racionalização e na eficiência de forma a otimizar os recursos financeiros, materiais, humanos, tecnológicos e informacionais ao dispor e é nestes objetivos que o Plano Setorial TIC do MAFDR se contextualiza. Este Plano Setorial representa um trabalho em curso, devendo ser considerado evolutivo e acompanhar e contribuir para a consolidação da estruturação do MAFDR.

É com a visão de se conseguir ganhos de eficiência, sem se perder um serviço público de qualidade e sem obstar à execução de planos de investimento em soluções tecnológicas de relevância nacional, que o MAFDR se propõe prosseguir o processo agora aberto com este plano.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
1.2.1.1	Plano Estratégico TIC	Propor e publicar os Planos Sectoriais para as TIC, alinhados com a Estratégia TIC Global	2016	2017	GPP/IAFP	IFAP, GPP, AMA I. P. e restantes serviços MAFDR

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC						
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central					
1.2.2.1	Plano Setorial TIC	Elaboração de planos sectoriais anuais de investimento em TIC para todos os investimentos acima dos 10.000 €.	2017	2017	IFAP	IFAP, GPP, AMA I. P. e restantes serviços MAFDR
1.2.2.2	Publicação Anual do PSTIC	Publicar no TIC.GOV.PT os planos sectoriais anuais de investimento em TIC	A definir	A definir	IFAP	IFAP, GPP, AMA I. P.

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	-	-	-	-
					Saldo	-			
Poupanças TIC	-	-	-	-					
Poupanças Não TIC	-	-	-	-					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

No âmbito desta medida irá ser dinamizada a ação de incrementar a adesão à plataforma de interoperabilidade da AP, junto dos Organismos do MAFDR, das funcionalidades e das potencialidades nos processos de troca interna de informação na AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental						
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP					
1.3.3.1	Interoperabilidade entre Soluções de Gestão Documental	Dinamizar o alargamento da interoperabilidade entre soluções de Gestão Documental, no MAFDR e demais entidades da AP	2016	2017	IFAP	IFAP, GPP, AMA I. P. e restantes serviços MAFDR
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa						
1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
1.3.4.1	Impulsionar a utilização da iAP	Inventariação dos SI que já utilizam a iAP e desencadear ações para a massificação	2017	2018	IFAP	Entidades do MAFDR
1.3.4.2	Interoperabilidade com o sistema da Segurança Social	Estabelecimento de um modelo de interoperabilidade com a Segurança Social, tendo em vista a validação do pedido de isenção do pagamento do agricultor		2017	IFAP	IFAP, AMA e SS
1.3.4.3	Interoperabilidade com o sistema da Autoridade Tributária	Estabelecimento de um modelo de interoperabilidade com a Autoridade Tributária, tendo em vista o envio dos dados de pagamentos de subsídios para a AT e a validação da informação do beneficiário, nomeadamente: - No caso das pessoas singulares: * Início da atividade, classificação económica da sua atividade; - No caso das Heranças: * NIF do Autor da Herança * Data de Óbito do Autor da Herança * Repartição de Finanças * NIF do Cabeça de Casal * NIF dos Herdeiros - No caso dos Fundos * NIF * Natureza jurídica * Data de Início de Atividade	2017	2017	IFAP	IFAP, AMA e AT

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	* Morada fiscal * CAE (principal e secundários) * Data de Início de Atividade de cada CAE * Cessação de atividade * Código IES do ano mais recente * NIF dos Representantes/Sócios * Nome dos Representantes/Sócios				
1.3.4.4	Interoperabilidade e validação de informação com o IRN	2017	2017	IFAP	IFAP, AMA e IRN
1.3.4.5	Parcelário — Interoperabilidade com o ICNF	2017	2017	IFAP	IFAP, AMA e ICNF

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	59	59	59	59
Poupanças Não TIC	68	68	68	68
Benefícios económicos e sociais	196	196	196	196
Investimento	-	-	-	-
Saldo	1 290			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

No âmbito desta medida o MAFDR irá adotar os referenciais TIC transversais à AP que vierem a ser definidos, assegurando o alinhamento dos investimentos TIC com os objetivos a alcançar na M4-Arquitetura de referência TIC. O trabalho do MAFDR será orientado no sentido de criar uma estrutura de referência compatível com a definida para a AP. Pretende-se ainda reforçar a simplificação e a desmaterialização administrativas e de processos, bem como, melhorar a aludida comunicação dentro e para fora da AP, com impacto esperado na normalização ao nível semântico, tecnológico e funcional e na melhor gestão e redução de custos.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC					
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC				
1.4.5.1	Avaliação de despesas TIC	Avaliação do alinhamento da despesa face à estratégia TIC na AP e setorialmente	Em produção	Em produção	AMA I. P./GPP
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação					
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos				
1.4.11.1	Normas de Segurança	Implementação da norma ISO 27001 a nível transversal	2017	2018	IFAP
1.4.13	Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos				
1.4.13.1	Segurança Informática	Definição de um projeto de segurança com realização de testes de intrusão	2017	2017	IFAP

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	24	-	-	-
Poupanças Não TIC	2	2	2	2
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	104	-	-	-
Saldo	- 70			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação futura

Alinhamento das TIC no MAFDR e segurança da informação.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

A nível setorial, pretende-se dinamizar/generalizar a utilização da identificação eletrónica por via do cartão do cidadão nos vários sistemas de informação disponíveis para o cidadão e demais clientes.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
2.5.2.1	Impulsionar a autenticação única dos cidadãos	Inventariação dos SI que já utilizam a funcionalidade e desencadear ações para a massificação	2017	2018	IFAP	Entidades do MAFDR

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					2017	2018	2019	2020	
	2017	2018	2019	2020	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
					Investimento	-	-	-	-
					Saldo	-			
Poupanças TIC	-	-	-	-					
Poupanças Não TIC	-	-	-	-					

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 6

Transparência e participação

Ações e objetivos

No âmbito da presente medida identificam-se em 2.6.5 — Disponibilização de informação e resultados das iniciativas/projetos inovadores das atividades desenvolvidas pelo MAFDR, contribuindo desta forma para dar a conhecer informação da execução de políticas públicas e de projetos nacionais.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos						
2.6.5	Disponibilização de informação e resultados das iniciativas/projetos inovadores das atividades desenvolvidas					
2.6.5.1	Plataforma do conhecimento digital interativa	Criação de um repositório de informação de âmbito internacional a disponibilizar ao setor vitivinícola	A definir	A definir	IVDP	IVDP
2.6.5.2	Site da Rede Rural Nacional	Constitui uma plataforma para divulgação dos resultados das iniciativas/projetos inovadores dos grupos operacionais e transferência de conhecimento	2016	2017	DGADR	DGADR
2.6.5.3	Portal das Ideias	Conceção e operacionalização de um portal agregador de ideias e reportório de casos de sucessos com um fórum associado, que promova a disseminação, discussão e partilha de soluções e abordagens temáticas inovadoras no sector agroalimentar	2017	2018	INIAV	INIAV
2.6.5.4	Portal do conhecimento — Projetos de Investigação Agroalimentar e Veterinária — Sistema Integrado de Bibliotecas open source (KOHA)	Plataforma de registo e intercâmbio de informação assente em repositório de conhecimento em ambiente Web sobre as atividades de I+D desenvolvidas pelo INIAV e/ou entre o INIAV, IP e organismos/entidades parceiras de investigação nacionais e estrangeiras	2017	2018	INIAV	INIAV
2.6.5.5	Informação online sobre os Recursos Genéticos: Bancos de Germoplasma animal e vegetal	Disponibilização da informação na Internet dos Recursos Genéticos Vegetais representativos dos mais importantes recursos agrícolas de Portugal Continental e Ilhas (Banco Português de Germoplasma Vegetal) e também a disponibilização de informação online dos Recursos Genéticos Animais nomeadamente, do sémen, embriões, células somáticas e DNA de todas as raças nacionais de animais domésticos (Banco Português de Germoplasma Animal)	2018	2018	INIAV	INIAV

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

Disponíveis os recursos (infraestrutura) necessários para desmaterializar os processos e demais procedimentos administrativos, torna-se necessário identificar e operacionalizar novas funcionalidades para o cidadão. Nesta medida serão selecionados os vários SI a implementar pelos diversos serviços do MAFDR.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
2.7.5.1	Documentos do Cidadão MAFDR	Inventariar casos com mais-valia para o cidadão (licenças a emitir, certidões, entre outros) e impulsionar respetiva implementação	2017	2018	IFAP	Entidades do MAFDR
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.6	Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente					
2.7.6.1	Desmaterialização de processos da área de negócios do INIAV e LNR's (Serviços de recolha e análises laboratoriais — Portal dos Serviços INIAV)	Disponibilização de formulários normalizados editáveis de requisição de Análises online (registo/identificação da necessidade/requisição do Serviço em processo único online)	2017	2017	INIAV	Unidades Estratégicas de Investigação e Serviços, DLSI, GIC, GCI
2.7.6.2	Integração LIMS/ERP INIAV e plataforma PISANET DGAV	Interoperabilidade das plataformas dedicadas PISANET e LIMS+ERP/ERM INIAV no que respeita à recolha e tratamento de pedidos de amostra, assente em integração de webservices. Poupança de tempo e recursos alocados à inserção de dados	2017	2017	INIAV	INIAV e DGAV
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
2.7.7.1	Portal do Setor Vitivinícola da Região Demarcada do Douro	Possibilitar através de uma plataforma, a proximidade do vitivinicultor junto da administração pública, nomeadamente do IVDP IP, para assim poder resolver as diferentes questões relacionadas com a sua atividade na área do Vinho e da Vinha da Região Demarcada do Douro (RDD).	A definir	2018	IVDP	MAFDR, MA, MF, MJ, ME e MCES
2.7.7.2	Processo interativo de Registo e Certificação de Vinhos. Sistema integrado na relação IVDP/Agente Económico (AE) e AE/IVDP	Os vinhos do Porto e do Douro assumem um importante papel nas exportações Portuguesas, em especial na fileira do Vinho representando cerca de 70 % do valor das exportações de vinho com Denominação de Origem. O tempo de resposta por parte dos agentes económicos para colocação de vinho em qualquer mercado Internacional é cada vez mais curto. É evidente a necessidade de criar mecanismos apoiados nas ferramentas informáticas que permitam o registo e certificação de vinhos de modo a dar resposta à procura dos vinhos do Porto e do Douro, evitando estrangulamentos nas exportações. Desta forma as aplicações a desenvolver terão como principais pressupostos: <ul style="list-style-type: none"> Melhorar e facilitar o processo de certificação de vinhos, criando um modo interativo de aprovação de maquetes de rótulos. 	A definir	2017	IVDP	Produtores e Agentes Económicos.

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar ao produtor de informação útil sobre vinificação, controlo de uvas próprias e adquiridas, necessária à elaboração de vinhos de maior qualidade e cumprindo requisitos normativos dispersos • Melhorar o acesso via web à requisição de vinhos. • Simplificar o processo de inscrição nessa área • Extensão do acesso a outros clientes do IVDP • Dar mais informação ao Agente Económico sobre a requisição que está a efetuar • Implementação de novas funcionalidades na área reservada do site do IVDP. • Permitir o acesso dessa área a outros stakeholders do IVDP • Disponibilizar informação sobre tempo médio de resposta para o produto em concreto e preço em função das análises solicitadas • Agregar e clarificar aplicação da legislação específica do setor vitícola da RDD. • Assegurar um conhecimento fácil e simples da legislação aplicável. • Melhorar a gestão dos selos nomeadamente nos vinhos do Douro e IG • Reduzir o número de referência de selos utilizados • Unificar num único regulamento e simplificar os regulamentos aplicáveis aos vinhos e produtos vitivinícolas da RDD. • Melhorar a resposta na aprovação de rótulos • Simplificação da Gestão de Selos 				
2.7.7.3	<p>Trânsito eletrónico de vinhos do Douro e Porto — Expedir e Exportar</p> <p>Após a certificação dos vinhos permitirá esta ação reunir, simplificar e disponibilizar os requisitos necessários à expedição /exportação de produtos para cada mercado.</p> <p>Trata-se da simplificação e da validação da expedição e exportação efetuada pelos armazenistas de produto acabado.</p>	A definir	2018	IVDP	Agentes económicos da RDD
2.7.7.4	<p>Cálculo online da pegada de carbono à distância de um clique</p> <p>No Alto Douro Vinhateiro, classificado pela Unesco, a vinha e o vinho, assumem um papel matricial no desenvolvimento da economia da Região do Douro. Neste sentido seria da maior importância criar uma plataforma de modo a sensibilizar os diferentes atores da Região Demarcada do Douro, tendo presentes os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o meio ambiente e diminuir a pegada de carbono; • Prever da influência do setor vitivinícola na diminuição da pegada de carbono; • Disponibilizar a informação sobre boas práticas de sustentabilidade e indicadores; • Identificar e parametrizar fatores para cálculo da pegada de carbono nos vinhos da RDD; • Monitorizar um repositório de informação e de indicadores; • Criar a funcionalidade para cálculo da pegada de carbono “online”. 	A definir	A definir	IVDP	Colaboração com instituições da RDD que tenham a mesma preocupação, desde logo a CCDR-N, APA, Municípios, Universidades e associações profissionais do setor vitivinícola.
2.7.7.5	<p>PDR2020 — Interfaces Móveis</p> <p>Desenvolvimento de uma interface com o ePDR2020, sistema de informação do PDR2020, utilizando dispositivos móveis como tablets e smartphones, disponível nas plataformas Android e IOS.</p> <p>A APP do PDR2020 dirige-se de modo diferenciado ao público em geral, aos beneficiários do PDR2020, consultores e funcionários da Administração Pública.</p>	A definir	2017	AG-PDR2020	AG-PDR2021

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	<p>Serão de utilização pública funcionalidades como Apoios PDR2020 (informação sobre as áreas, medidas e ações do PDR2020), Avisos (avisos de apresentação de candidaturas), Centro de Informação (informações e notícias), Qual é o meu GAL? (determinação do GAL, a partir da georreferenciação do dispositivo), Contactos (contactos dos organismos relacionados com o PDR2020, com a opção de ligação direta para o contact centre do PDR2020), Contacte-me (pedido do interessado para ser contactado pelos serviços do PDR2020).</p> <p>Através da APP do PDR2020, os beneficiários poderão utilizar funcionalidades como Configuração (os beneficiários poderão configurar alertas e notificações que desejam receber), A minha conta (consulta da informação associada ao beneficiário), Os meus projetos (consulta da lista de projetos, respetivo detalhe, alertas e ficheiros pdf associados aos projetos), O que aguarda a minha intervenção (ações a efetuar sobre os projetos, dependentes dos beneficiário — ex.: Tenho que responder a um pedido de esclarecimento, até «DATA»), O meus consultores (lista de consultores associados ao beneficiário e respetivo detalhe).</p> <p>Do mesmo modo, os consultores terão disponíveis funcionalidades equivalentes aos beneficiários, com as devidas adaptações, como Carteira de beneficiários (lista de beneficiários associados ao consultor e respetivo detalhe) ou Carteira de projetos (lista de projetos elaborados pelo consultor, respetivo detalhe, alertas e ficheiros pdf associados aos projetos).</p>				
2.7.7.6	<p>BackOffice para a Autoridade Tributária (AT) no âmbito do Benefício Fiscal ao Gasóleo</p>	2016	2017	DGADR	DGADR
2.7.7.7	<p>Bolsa Nacional de Terras</p> <p>Atualmente existe um sistema de informação no âmbito da Bolsa Nacional de Terras desenvolvido pela DGADR (SiBT). O SiBT existente carece de evolução enquadrando-se nas seguintes linhas gerais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de um novo layout da Homepage da Bolsa Nacional de terras assegurando a reorganização da informação e conteúdos (português e inglês), a existência de funcionalidades que permitam maior interatividade entre a informação residente e dinâmica da página e a integração com aplicações externas como o Facebook, o Twitter; 2. Disponibilização de uma área de Back Office do SiBT que permita a gestão autónoma de conteúdos e dos contactos dos utilizadores registados, visando assegurar a publicação de informação e atualização de conteúdos bem como a geração e envio de Newsletter da Bolsa de terras, utilizando para o efeito a gestão de conteúdos do SiBT; 3. Implementação de um módulo que inclua uma aplicação Web com componentes SIG; 	2016	2018	DGADR	DGADR, empresa externa

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	<p>4. Melhoria e adaptação (reengenharia de processos) das funcionalidades associadas ao processo de negócio “Concurso das terras do Estado”, tendo em consideração a criação do Banco de terras e do Fundo de Mobilização de terras, tal como consta do XXI Programa de Governo, o qual passará a integrar o património de terras público, visando responder aos futuros critérios de atribuição de terras públicas e reduzir ao máximo os procedimentos em suporte papel passando os mesmos a ser suportados pelo SiBT através da respetiva desmaterialização;</p> <p>5. Disponibilização do módulo de “Pesquisa de terras” que assegure o registo de intenções de acesso à terra e que inclua funcionalidades que permitam a facilitação do encontro entre a oferta e a procura de terras, mantendo o SiBT um registo das comunicações efetuadas, apenas para efeitos de tratamento estatístico;</p> <p>6. Desenvolvimento do módulo de “Terras sem dono conhecido” para operacionalizar o seu arrendamento/venda através de processo completamente desmaterializado;</p> <p>7. Desenvolvimento de Webservices que facilitem a integração de dados a partir de outras plataformas, nomeadamente de Bolsas de terras municipais, das entidades bancárias ou repositórios de informação de terras detidos por outras entidades públicas ou privadas referidas no ponto 3., relativas aos portais contendo informação georreferenciada.</p> <p>Este desenvolvimento faz parte de uma candidatura SAMA apresentada em setembro de 2015 — Operação n.º 12640. O prazo final de execução da candidatura é março de 2018.</p>	2016	2018	DGADR	DGADR, empresa externa	
2.7.7.8	Balcão Único	Balcão Único — Concentração dos serviços prestados ao cidadão num só ponto no site da DGADR. A implementação do Balcão Único decorreu duma candidatura submetida no âmbito do aviso n.º 01/SAMA2012 — Operação n.º 37442. Atualmente os serviços prestados ao cidadão pela DGADR estão disponibilizados num só ponto do site da DGADR. Pretende-se adaptação para autenticação com cartão de cidadão.	2016	2017	DGADR	DGADR
2.7.7.9	Sistema de Gestão Documental e de Processos	Implementação de um sistema de gestão documental associada à componente de Business Process Management (BPM). Decorreu duma candidatura submetida no âmbito do aviso n.º 01/SAMA2012 — Operação n.º 37442. Atualmente estamos na fase de formação implementação da solução em ambiente de produção. Foi apresentada candidatura ao SAMA no âmbito do aviso n.º 01/SAMA2020/2015 — Operação n.º 12640 em que está contemplada a continuidade de desmaterialização de processos e aumento dos serviços online. O prazo final de execução da candidatura é março de 2018.	2015	2018	DGADR	DGADR, empresa externa
2.7.7.10	Pagamentos online	Atualmente os meios de pagamento são a transferência bancária, cheque ou numerário, após a emissão da fatura pela DGADR para diversos serviços.	2017	2018	DGADR	DGADR, empresa externa

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	<p>Pretende-se implementar a possibilidade de uma modalidade adicional de pagamentos, via pagamentos online, através de Multi-banco.</p> <p>Esta implementação faz parte de uma candidatura SAMA apresentada em setembro de 2015 — Operação n.º 12640. O prazo final de execução da candidatura é março de 2018.</p>				
2.7.7.11	Portal para emissão de certificados da raiva online com autenticação reforçada	2017	2017	INIAV	INIAV
2.7.7.12	Portal SIG (Sistemas de Informação Geográfica) de âmbito ministerial e/ou interministerial	2016	2017	INIAV	MAFDR e outras entidades.
2.7.7.13	Participação no projeto iFAMA — Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente (simplex.gov.pt)		2017	MA	MA/MAFDR/MM
2.7.7.14	Parcelário acessível a todos (simplex.gov.pt)	2016	2017	IFAP	MAFDR

Atividades		Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.7.7.15	Registo de animais de uma só vez (simplex.gov.pt)	Integrar e interligar bases de dados de identificação e registo de animais, eliminando duplicações de registos, reduzindo erros na identificação e movimentação animal, melhorando as operações de controlo sanitário, de rastreabilidade e de controlo da origem, e reduzindo custos no sector pecuário.	2016	2018	IFAP	MAFDR
2.7.7.16	Porta Única do ICNF (simplex.gov.pt)	Criar um portal único informativo para a realização de serviços públicos relativos ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), nomeadamente nas áreas da caça, pesca, património natural, Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES — Convenção de Washington), áreas protegidas, e outros. Visa alargar-se o atendimento ao cidadão e empresas online e em pontos de atendimento descentralizados, garantindo a interoperabilidade com o Balcão do Empreendedor e o Portal de Cidadão.		2017	ICNF	
2.7.7.17	Participação APP FIRERISK (simplex.gov.pt)	A App FIRERISK reúne dados abertos de diferentes autoridades públicas, numa única plataforma, sobre incêndios florestais. A sua proposta de valor está ligada à área do risco, ambiente, sustentabilidade e participação do cidadão. Trata-se de uma aplicação inovadora e exclusiva em Portugal, que tem como objetivo contribuir para a mudança de paradigma da participação do cidadão na mitigação dos incêndios florestais.		2017	MAI	MAI/MAFDR
2.7.7.18	Desenvolvimento do Novo Portal do IFAP (Operação n.º 021948, aprovada pela AMA/Compete).	Conceção de um novo Portal, que possibilitará ao IFAP a adoção de novas tecnologias e a disponibilização ao público, e aos beneficiários em particular, de novos conteúdos e ligações mais acessíveis e amigáveis.	2016	2017	IFAP	MAFDR
2.7.7.19	Auxílio de minimis — Base de registo central de auxílio de minimis	O projeto tem como objetivo o registo e cálculo do auxílio de minimis a conceder em cada triénio para as empresas autónomas e únicas, bem como a determinação do plafond de auxílio de minimis disponível em cada momento	2017	2017	IFAP	MAFDR
2.7.7.20	Auxílio de minimis — Registo empresa única e empresa associada	O projeto tem como objetivo recolher informação dos NIF, CAE, Data início e fim de constituição das empresas únicas e associadas	2017	2018	IFAP	MAFDR
2.7.7.21	Linhas de crédito de curto, médio e longo prazo — Contratos	O projeto tem como objetivo a recolha da informação necessária ao registo de contratos efetuados com os bancos, para cálculo das bonificações de juros e respetivo pagamento	2017	2018	IFAP	MAFDR
2.7.7.22	Plataforma de gestão do pagamento de Indemnizações por danos causados pelo lobo ibérico	O projeto tem como objetivo a criação de uma plataforma para registo de pedido de indemnizações, módulo de análise e apuramento de ajuda	2017	2017	IFAP	IFAP e ICNF
2.7.7.23	Plataforma de gestão ao pagamento de apoios aos regimes escolares	O projeto tem como objetivo a criação de uma plataforma para registo de requerentes, pedido de pagamento e módulo de análise e apuramento de ajuda — ajuda da União à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino	2017	2017	IFAP	IFAP, DGEsTE e GPP
2.7.7.24	Recolha dos pedidos e apuramentos da ajuda à destilação de subprodutos de origem Vinica	Desenvolvimento aplicacional de um módulo de gestão da ajuda à destilação de subprodutos de origem Vinica. O módulo de gestão incluirá o seguinte: Webservice IVV;	2017	2018	IFAP	IFAP e IVV

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	<p>Recolha dos certificados de receção de produtos na destilaria, associados aos pedidos de ajuda;</p> <p>Recolha do mapa resumo dos produtos na destilaria</p> <p>Acesso aos documentos de acompanhamento via Webservice;</p> <p>Pedido de ajuda;</p> <p>Controlo administrativo;</p> <p>Controlo no local</p> <p>Apuramento</p> <p>Consultas e relatórios estatísticos (emissão de mapas e ficheiros);</p>					
2.7.7.25	<p>Recolha de candidaturas e respetiva aprovação pelas EA e apuramento da ajuda</p>	<p>Desenvolvimento aplicacional de um módulo de gestão dos apoios no âmbito do Programa Apícola Nacional.</p> <p>O módulo de gestão incluirá o seguinte:</p> <p>Registo e alterações a candidaturas/projetos</p> <p>Decisão da EA</p> <p>Decisão do IFAP</p> <p>Despesa/Execução</p> <p>Comunicações de execução à BD</p> <p>Módulo de alterações (após início de execução)</p> <p>Pedidos de Ajuda</p> <p>Controlo administrativo</p> <p>Controlo local (DCO)</p> <p>Apuramentos</p> <p>Controlo a posteriori</p> <p>Relatórios/Estatísticas/comunicações à Comissão</p>	2017	2018	IFAP	IFAP, DRAP, DGAV, GPP e INIAV
2.7.7.26	<p>Recolha de programas operacionais e alterações a programas operacionais a decorrer, bem como da respetiva aprovação pelas DRAP e decisão financeira</p>	<p>Desenvolvimento aplicacional de um módulo de gestão da Ajuda aos Fundos operacionais das OP de frutas e hortícolas.</p> <p>O módulo de gestão incluirá o seguinte:</p> <p>Recolha de Programas Operacionais (PO)</p> <p>Recolha de PO a decorrer</p> <p>Recolha e alterações aos PO</p> <p>Decisão dos PO pelas DRAP</p> <p>Módulo de Medidas de prevenção e gestão de crises</p> <p>Módulo de alterações (após início de execução)</p> <p>Pedidos de Ajuda</p> <p>Controlo administrativo</p> <p>Controlo local</p> <p>Apuramento da Ajuda</p> <p>Controlo a posteriori</p> <p>Relatórios/Estatísticas/comunicações à Comissão</p>	2017	2018	IFAP	IFAP e DRAP
2.7.7.27	<p>Recolha de contrato e apuramento da ajuda</p>	<p>Desenvolvimento aplicacional de um módulo de gestão do apoio à Promoção de produtos agrícolas. O módulo de gestão incluirá o seguinte:</p> <p>Emissão de contrato</p> <p>Despesa/execução</p> <p>Pedidos de Ajuda</p> <p>Controlo administrativo</p> <p>Controlo local</p> <p>Apuramento</p> <p>Controlo a posteriori</p> <p>Relatórios/Estatísticas/comunicações à Comissão</p>	2017	2018	IFAP	IFAP
2.7.7.28	<p>Reengenharia do módulo aplicacional dos pedidos de pagamento dos programas FEEI</p>	<p>Reengenharia do módulo aplicacional dos pedidos de pagamento, assente em 3 vetores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização ao beneficiário de uma ficha de demonstração de resultados de cada pedido de pagamento, que inclui o valor elegível resultante dos controlos efetuados e o valor da despesa pública por aplicação das regras de cálculo e eventuais sanções; - Procedimento automático de envio de notificações para alertar para a data limite de apresentação dos pedidos de pagamento; 	2017	2018	IFAP	MAFDR

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
	- Implementação de processo de distribuição de tarefas com criação de uma lista de tarefas para os utilizadores que realizam controlos administrativos aos pedidos de pagamento — vertente investimento.					
2.7.7.29	Candidaturas e modelo de análise online para o PRODERAM2020	Aplicação online para a submissão de candidaturas e modelo de análise para o PRODERAM2020), assente em 3 vertentes: (i) Pré-preenchimento do formulário de candidatura com informação residente nas bases de dados do IFAP; (ii) Validações prévias à submissão da candidatura, não deixando submeter candidaturas com erros; (iii) Desenvolvimento de um formulário de análise de forma a responder a todas as especificidades das medidas do PRODERAM 2020, e que procede a validações de coerência de dados e de informação residente nas bases de dados do IFAP	2017	2017	IFAP	MAFDR
2.7.7.30	Módulo de registo e controlo da validade de certidões.	Módulo de registo e controlo da validade das certidões da Segurança Social e Autoridade Tributária para utilização/validação nos pedidos de pagamento nas diversas aplicações informáticas relacionadas com pagamento dos apoios.	2017	2017	IFAP	MAFDR
2.7.7.31	Sistema de alerta de alterações às parcelas dos projetos investimento	Sistema de alerta de alterações às parcelas dos projetos investimento, com vista a manter a coerência dos objetivos previstos na aprovação e a elegibilidade nos pagamentos das candidaturas.	2017	2017	IFAP	MAFDR
2.7.7.32	Criação de uma “ficha de responsabilidades do beneficiário”	Controlo das obrigações contratuais do beneficiário com o IFAP, de forma a manter os objetivos e as condições aprovadas. Exemplo: manutenção da titularidade da parcela durante cinco anos.	2017	2017	IFAP	MAFDR
2.7.7.33	Sistema de informação para os modos de produção e práticas agrícolas sujeitas a regimes de certificação	O projeto tem como objetivo estabelecer um Sistema de Informação para os modos de produção e práticas agrícolas sujeitas a regimes de certificação, incluindo Modos de Produção Biológico e Produção Integrada, Uso Eficiente da Água e Greening (prática equivalente)	2017	2017	IFAP	IFAP e DGADR
2.7.7.34	Movimentação de suínos	Desenvolvimento aplicacional para controlo e monitorização da movimentação dos suínos entre explorações, assente nos seguintes pilares: - Registo imediato via web; - Possibilidade de emissão, controlo e monitorização de guias de movimentação; - Conhecimento em qualquer momento o universo real suínos existente em Portugal; - Monitorizar o universo de animais objeto de transferência entre explorações (permitindo assim controlar algumas doenças); - Integração da BD SIRO no SNIRA, e consequentemente, a criação de uma única BD	2017	2018	IFAP	MAFDR
2.7.7.35	Novo Sistema de Gestão do Contact Center do IFAP	Desenvolvimento de um novo sistema de gestão para o Contact Center para melhoria da capacidade de resposta e de presença do serviço de atendimento junto dos beneficiários	2017	2018	IFAP	IFAP e DRAPN
2.7.7.36	Registo online de procurações	O projeto tem como objetivo o desenvolvimento aplicacional de um módulo horizontal para registo online de procurações, com ligação ao processo horizontal de submissão	2017	2018	IFAP	MAFDR

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.7.7.37	Base de dados de certificação eletrónica	Desenvolver um sistema informático que permita a submissão do pedido de certificação para Exportação bem como a emissão dos certificados sanitários aumentando a rapidez e eficácia do processo de Certificação para Exportação. Este sistema visa entre outros: <ul style="list-style-type: none"> - Gerir os recursos humanos de forma mais eficiente; - Responsabilizar os operadores pelos dados que fornecem; - Diminuir os custos e o tempo associado ao processo; - Diminuir o erro humano através do preenchimento direto de determinada informação com base nos dados que constam noutras BD como por exemplo o SIPACE ou o SNIRA; - Permitir atualizar o SNIRA de forma automática no que respeita aos animais exportados; - Diminuir o erro humano na utilização de modelos de certificados não aplicáveis; - Permitir a extração de informação com a finalidade de realizar estudos estatísticos; - Criar uma base de dados de exportadores; - Possibilitar um elevado nível de transparência no processo; - Dar resposta às exigências de determinados países terceiros; - Combate à fraude. 	2017		DGAV	DGAV e IFAP

Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)

2.7.8	Disponibilizar infraestrutura a nível transversal e sectorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)					
2.7.8.1	Desktop as a Service-DaaS (piloto)	Disponibilização de 100 estações de trabalho virtuais, no âmbito da implementação do projeto “Private Cloud” do MAFDR	2017	2018	IFAP	Serviços aderentes à Private Cloud do MAFDR
2.7.8.2	Desktop as a Service-DaaS (implementação)	Implementar 2.ª fase do projeto e validação dos aderentes	2018	2020	IFAP	Serviços aderentes à Private Cloud do MAFDR

Digitalizar o arquivo físico da AP

2.7.11	Proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da AP					
2.7.11.1	Disponibilização do arquivo da Reforma Agrária	Processo de digitalização, indexação e disponibilização do arquivo da Reforma Agrária para o cidadão e demais operadores, via web.	2017	2017	GPP	GPP e Serviços MAFDR
2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
2.7.12.1	Gestão documental e Processual Centralizado — 1.ª fase (aderentes)	Implementar solução de gestão documental e processual para organismos dos dois ministérios, integrando a MEF e a interoperabilidade semântica definida para a AP — serviços já identificados para aderir	2017	2017	IFAP	Serviços MAFDR
2.7.12.2	Gestão documental e Processual Centralizado — 2.ª fase (aderentes)	Implementar solução de gestão documental e processual para organismos dos dois ministérios — serviços que já manifestaram interesse para a 2.ª fase)	2017	2018	IFAP	Serviços MAFDR
2.7.12.3	Portal único DRAP (Projeto SAMA)	Criar portal de serviços comum às 5 DRAPs; agregando e desmaterializando diversos processos com impacto nos beneficiários — Candidatura SAMA aprovada	2016	2017	5 DRAPS	5 DRAPS
2.7.12.4	Participação no projeto Balcão Empreendedor + (simplex.gov.pt)	Disponibilizar progressivamente processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no Balcão do Empreendedor, garantindo a utilização de webservice para integração dos processos nas aplicações das entidades que os tramitam, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> - Atividades de prestamistas, leiloeiras e outros previstos no regime jurídico das atividades de comércio e serviços e restauração (RJACSR); 		2018	MPMA	ME; MAFDR; MA; MF; MM

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades relativas ao Mar; - Atividades relativas à pecuária; - Licenciamento industrial (SIR); - Licenciamento industrial (LUA); - Controlo prévio urbanístico (SIRJUE). <p>Prevê-se que até maio de 2017 estejam integrados 40 % dos processos.</p>				

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	267	242	242	242
Poupanças Não TIC	362	430	430	430
Benefícios económicos e sociais	496	626	626	626
Investimento	3 268	907	496	450
<i>Saldo</i>	-100			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

Os serviços eletrónicos disponibilizados carecem de uma resposta suficientemente eficaz e diversificada às crescentes necessidades e exigências do cidadão/que privilegia cada vez mais a transação online célere e eficaz.

Situação Futura

Com a implementação das ações propostas estimam-se diversos benefícios que impactam na otimização, celeridade e melhoria da qualidade dos serviços prestados no âmbito das áreas de atuação do MAFDR com poupanças de longo prazo na otimização e eficiência dos processos e libertação de recursos físicos e humanos. Por outro lado, destacam-se os benefícios intangíveis proporcionados pelo alargamento da oferta de serviços por via eletrónica privilegiando-se os portais ou balcões únicos como ponto de acesso e a prestação do serviço.

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

Nesta medida, no sentido de proporcionar recursos para os vários serviços do MAFDR, tendo como objetivo a libertação/racionalização e foco dos serviços para o negócio, com resultados orientados para o cidadão e potenciar a economia nacional, foram identificados os projetos com impacto na presente medida.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC						
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC					
2.8.1.1	SiNREAP — Sistema Informação do Novo Regime de Exercício da Ativ. Pecuária (Operação n.º 012570, aprovada pela AMA/Compete).	Desenvolvimento de um novo sistema de informação, tendo em vista o Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária que vai procurar atender: <ul style="list-style-type: none"> - Adaptação das atividades pecuárias às normas de sanidade e bem-estar animal e às normas ambientais; - Promover a regularização e a adaptação das edificações das explorações pecuárias às normas de ordenamento do território e urbanístico em vigor; - Simplificação dos procedimentos e do sistema de informação existente 	2014	2017	IFAP	MAFDR
2.8.1.2	SIRCA — Sistema de Recolha de Animais Mortos na Exploração (Operação n.º 012564, aprovada pela AMA/Compete).	Implementação de um novo canal para comunicação online da morte de um animal pelo próprio detentor, possibilitando adicionalmente a extração de informação de apoio à gestão em tempo real, que permita realizar a correta monitorização do sistema, e caso necessário, tomar decisões rápidas relativamente a questões de doenças de animais, com impacto na saúde pública.	2017	2018	IFAP	IFAP e DGAV
2.8.1.3	Seguros — Compensação de Sinistralidade	O módulo horizontal tem como objetivo o apuramento da Compensação de Sinistralidade, integrando os diversos seguros	2017	2017	IFAP	MAFDR
2.8.1.4	Gestão do Reconhecimento de OP/AP	O projeto tem como objetivo a criação de um módulo de listagens de gestão de OP/AP	2017	2017	IFAP	MAFDR

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	325	155	8	-
Saldo	- 488			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

Embora o representante ministerial esteja identificado em segunda linha para a implementação desta medida, foram identificados alguns projetos que, face às necessidades verificadas no terreno, poderão constituir uma mais-valia importante para o MAFDR.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC						
3.9.2	Instituir centro de competências TIC na AP Central					
3.9.2.1	Centros de Recursos TIC para o MAFDR	Constituir projeto-piloto de recursos especializados TIC no MAFDR e MM: DBA, Redes e Administração de Sistemas	A definir	A definir	IFAP	MAFDR

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

De acordo com a a descrição da medida, o principal objetivo será a interoperabilidade entre as várias Clouds da AP. Neste sentido, o representante ministerial, no alinhamento com a candidatura SAMA já efetuada, inscreveu o projeto “Private Cloud” — inclui uma solução de computação em nuvem, que incorpora o Infrastruturas as a Service (IaaS) e o Catalogue Manager, para os organismos do MAFDR, assegurando os requisitos da RSPTIC, com o respetivo planeamento — infraestrutura essencial para a melhoria da eficiência e eficácia dos serviços, com os respetivos ganhos para o cidadão.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados						
3.10.1	Levantar a capacidade existente					
3.10.1.1	Renovar o levantamento de 2016 (Private Cloud)	Com a contratualização de serviços IT e disponibilização da infraestrutura na Cloud, consolidar a virtualização e migração de mais servidores	2018	2019	IFAP	MAFDR, ESPAP, AMA I. P.
Criar nuvem interoperável						
3.10.5	Implementar Private Cloud setorial					
3.10.5.1	Implementar Private Cloud setorial (Candidatura SAMA Aprovada)	1.ª fase da Private Cloud, abrangendo os serviços de IaaS, SaaS e Catálogo de serviços	2016	2017	IFAP	Entidades aderentes

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	107	322	322	322
Poupanças Não TIC	28	85	85	85

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	26	79	79	79
Investimento	163	461	415	415
Saldo	165			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Ao nível da infraestrutura e capacidade computacional, existe parque obsoleto — valores significativos com contratos de manutenção e diversos custos de operação (pelos vários serviços), e capacidade de resposta para as várias necessidades, limitada.

Situação futura

Disponibilização de infraestrutura como um serviço, centralizada, com os benefícios ao nível da redução de

custos de operação e rápida disponibilização para produção.

Medida 11**Comunicações na AP****Ações e objetivos**

No âmbito desta medida, e decorrente de concurso público conduzido pelo IFAP, encontram-se atualmente, em fase de implementação o projeto de comunicações unificadas (Rede Única).

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	Comunicações móveis	Procedimento centralizado de comunicações móveis	2017	2018	GPP	Serviços do MAFDR
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
3.11.2.1	Rede única de comunicações fixas	Implementação de rede única com ligação ao ponto de troca de tráfego da AP	2013	2017	IFAP	Serviços do MAFDR

Dados Económicos**Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Está em curso a implementação da rede de comunicações fixas do ministério, e a aquisição de comunicações móveis está centralizada no GPP.

Situação futura

Potenciar a centralização dos procedimentos aquisitivos relacionados com comunicações, tendo em conta os benefícios relacionados com o fator escala.

Medida 12**Aplicações comuns e em código aberto****Ações e objetivos**

No âmbito desta medida, pretende-se alcançar ganhos recorrendo a negociações tendo em conta o fator escala e das soluções transversais existentes e a implementar.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de Software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
3.12.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de Software do Estado					
3.12.1.1	Gestão e negociação de licenciamento de software informático	Gestão e negociação de licenciamento de software de antivírus, ferramentas de produtividade e de base de dados, utilizado nos organismos do MAFDR	2017	2020	IFAP	Serviços do MAFDR

Dados Económicos**Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) ***

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 3	Poupanças TIC	59	59	59	59	0	1 290
	Poupanças Não TIC	68	68	68	68		
	Benefícios económicos e sociais	196	196	196	196		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 4	Poupanças TIC	24	-	-	-	104	-70
	Poupanças Não TIC	2	2	2	2		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	104	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 6	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 7	Poupanças TIC	267	242	242	242	5 120	-99
	Poupanças Não TIC	361	430	430	430		
	Benefícios económicos e sociais	496	626	626	626		
	Investimento	2550	750	450	450		

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 10	Poupanças TIC	107	322	322	322	1 454	166
	Poupanças Não TIC	28	85	85	85		
	Benefícios económicos e sociais	26	79	79	79		
	Investimento	163	461	415	415		
Medida 11	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 12	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

Investimentos, poupanças e benefícios estimados	Totais				Investimento total	Benefícios totais líquidos
	2017	2018	2019	2020		
	Totais (K€) *					
Poupanças TIC	458	624	624	624		
Poupanças Não TIC	460	585	585	585		
Benefícios económicos e sociais	718	901	901	901	7 166	799
Investimento	3859	1522	919	865		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Podem consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério		
Bruno Dimas; Tiago Pessoa	GPP, IFAP	Subdiretor-Geral; Vice-Presidente
José Carlos Fernandes; Fernanda Almeida	GPP; IFAP	Diretor Serviços
Fausto Portugal	IFAP	Diretor Departamento
Miguel Simão	GPP	Chefe Divisão
Paula Vieira	GPP	Espec. Informática
Jorge Cavaco	IFAP	Chefe Unidade
Contacto do Representante Ministerial		
Eduardo Diniz	GPP	Diretor-Geral

Área Governamental do Mar**Sumário Executivo**

Em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016 de 3 de junho, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministério do Mar (MAFDR e MM) elaborou este Plano Setorial TIC, com o objetivo de potenciar as TIC como agente de eficiência e eficácia da Administração Pública e de aproximar os cidadãos através de serviços eletrónicos mais disponíveis e adequados, como definido na Estratégia para a Transformação Eletrónica na AP até 2020 — Estratégia TIC 2020. Para este Plano Setorial, foram obtidos os contributos dos organismos, no âmbito das 12 medidas a enquadrar na estratégia governamental para as TIC 2020, de modo a plasmar de forma efetiva e consistente os objetivos a alcançar ao nível das TIC.

O papel e a importância que as TIC têm em muitos dos organismos e entidades do MM, para que os compromissos assumidos a nível comunitário e internacional sejam plenamente cumpridos, têm de ser reconhecidos e considerados em qualquer Plano Sectorial TIC que se produza.

É com a visão de se conseguir ganhos de eficiência, sem se perder um serviço público de qualidade e sem obstar à execução de planos de investimento em soluções tecnológicas de relevância nacional, que se construiu este Plano.

No MM a aposta em soluções modernas e digitais é considerado um estratégico na transformação dos seus serviços. Esta aposta é particularmente importante na emissão de títulos, de licenças, de certificados ou de autorizações resultantes em receita para o Estado, e que possam ser faturados automaticamente e de forma desmaterializada. Entre outros, os serviços a disponibilizar

no frontend para o cidadão e empresas enquadram-se em:

- Despacho de meios de transporte e mercadorias nos portos;
- Emissão de títulos (neste âmbito pretende-se apenas a integração com o backoffice);
- Licenciamento de Pesca Lúdica;
- Licenciamento de Embarcações/Apeados;
- Licenciamento Aquicultura/Salicultura;
- Requerimentos relativos a embarcações;
- Requerimentos relativos a OP's;
- Certificação de marítimos/ navegadores.

A informação inerente a estes serviços deverá estar georreferenciada sempre que faça sentido e seja tecnicamente possível, com recurso a ferramentas já existentes enquadradas em candidaturas anteriores.

Esta aposta na modernização assenta nos seguintes princípios:

- Princípio do utilizador de serviços e bens públicos — as operações devem ter em conta as necessidades efetivas de um universo alargado de pessoas e empresas;
- Princípio da concentração num ponto único de contacto — utilizar o balcão único para centralização de interações com os serviços públicos, aproveitando-se para se proceder à integração de regimes e procedimentos que lhe sejam conexos;
- Princípio da colaboração entre os diferentes ministérios e com os diferentes níveis da administração e partilha de informação entre entidades públicas — incluir operações de natureza transversal, fomentando a colaboração entre os serviços/organismos dos diversos Ministérios, e entre os diferentes níveis de administração, bem como a partilha de informação em detrimento de pedir ao cidadão ou à empresa a mesma informação mais que uma vez;
- Princípio da Administração Aberta — reutilizar informação ou dados de natureza pública, sem prejuízo da proteção dos dados pessoais ou protegidos os direitos de autor;
- Princípio da interoperabilidade e aproveitamento de sistemas de informação existentes.

Medida 1**Governança das TIC****Ações e objetivos**

Definição da estrutura de governança das TIC no MM de acordo com o modelo a ser definido para a Administração Pública. Criação de grupo informal TIC no MM, a ser objeto de portaria.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental						
1.1.3	Governação das TIC ao nível ministerial e intraministerial (identificação dos CIO da AP)					
1.1.3.1	Representante Ministerial	Nomeação do representante do MM	2016	2016	Tutela	Tutela
1.1.3.2	Grupo informal TIC	Criação grupo informal TIC	2016	2017	GPP/IFAP	Serviços MM
1.1.3.3	Reuniões de trabalho	Reuniões de alinhamento	Dinâmico	Dinâmico	IFAP/GPP	Serviços MM
1.1.4	Propor e implementar Modelo para a Racionalização da Função TIC na AP Central					
1.1.4.1	Modelo racionalização função TIC	Definição de modelo para a racionalização da função TIC	2017	2017	GPP/IFAP	Serviços MM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 2

Planos setoriais TIC

Ações e objetivos

A utilização das TIC tem permitido agilizar processos e procedimentos dos serviços do MM, mas exigindo maior

qualidade dos serviços prestados pelos vários organismos. Torna-se assim necessário priorizar os projetos e investimentos TIC centrados na qualidade, na racionalização e na eficiência de forma a otimizar os recursos financeiros, materiais, humanos, tecnológicos e informacionais ao dispor e é nestes objetivos que o Plano Setorial TIC do MM se contextualiza. Este Plano Setorial representa um trabalho em curso, devendo ser considerado evolutivo e acompanhar e contribuir para a consolidação da estruturação do MM.

A ausência de benefícios estimados irá certamente ser colmatada no decurso dos trabalhos e com a concretização das ações previstas no Plano Global.

É com a visão de se conseguir ganhos de eficiência, sem se perder um serviço público de qualidade e sem obstar à execução de planos de investimento em soluções tecnológicas de relevância nacional, que o MM se propõe prosseguir o processo agora aberto com este plano.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Aprovar e publicar planos setoriais TIC						
1.2.1	Aprovar e publicar planos estratégicos TIC alinhados com o negócio e com a estratégia transversal para as TIC na AP Central					
1.2.1.1	Plano Estratégico TIC	Propor e publicar os Planos Sectoriais para as TIC, alinhados com a Estratégia TIC Global.	2016	2017	GPP/IFAP	IFAP, GPP, AMA I. P. e restantes serviços MM
Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC						
1.2.2	Elaboração de planos anuais de projetos e investimentos TIC da AP Central					
1.2.2.1	Plano Setorial TIC	Elaboração de planos sectoriais anuais de investimento em TIC para todos os investimentos acima dos 10.000.	2017	2017	IFAP	IFAP, GPP, AMA I. P. e restantes serviços MM
1.2.2.2	Publicação Anual do PSTIC	Publicar no TIC.GOV.PT os planos sectoriais anuais de investimento em TIC	A definir	A definir	IFAP	IFAP, GPP, AMA I. P.

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 3

Interoperabilidade

Ações e objetivos

No âmbito desta medida irá ser dinamizada a ação de incrementar a adesão à plataforma de interoperabilidade da AP, junto dos Organismos do MM, das funcionalidades e das potencialidades nos processos de troca interna de informação na AP.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental						
1.3.3	Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da AP					
1.3.3.1	Interoperabilidade entre Soluções de Gestão Documental	Dinamizar o alargamento da interoperabilidade entre soluções de Gestão Documental	2016	2017	IFAP	IFAP, GPP, AMA I. P. e restantes serviços MM
Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) em iniciativas de simplificação e modernização administrativa						
1.3.4	Massificar a utilização da iAP					
1.3.4.1	Impulsionar a utilização da iAP	Inventariação dos SI que já utilizam a iAP e desencadear ações para a massificação	2017	2018	IFAP	Entidades do MM
1.3.4.2	Implementação do BUE da DGRM com integração de Geoport	Levantamento de processos e análise funcional; Desenvolver Balcão Único Eletrónico, inicialmente para emissão de títulos de utilização marítima, suportado em tecnologia livre de licenciamento (sistemas operativos e frontends), com integração no Balcão do Empreendedor e com GeoPortal da DGRM, e com interoperabilidade com a iAP para consumo/ disponibilização de webservices com sistemas de outras entidades e autenticação com cartão do cidadão.	2017	2018	DGRM	“DGRM; Colaboração da AMA, IP e de outros organismos intervenientes.”

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	18	18	18	18
Poupanças Não TIC	21	21	21	21
Benefícios económicos e sociais	65	65	65	65
Investimento	75	50	-	-
<i>Saldo</i>	292			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Ações e objetivos

No âmbito desta medida o MM irá adotar os referenciais TIC transversais à AP que vierem a ser definidos, assegurando o alinhamento dos investimentos TIC com os objetivos a alcançar na M4-Arquitetura de referência TIC. O trabalho do MM será orientado no sentido de criar uma estrutura de referência compatível com a definida para a AP. Pretende-se ainda reforçar a simplificação e a desmaterialização administrativas e de processos, bem como, melhorar a aludida comunicação dentro e para fora da AP, com impacto esperado na normalização ao nível semântico, tecnológico e funcional e na melhor gestão e redução de custos.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Otimizar mecanismos de alinhamento de investimentos TIC						
1.4.5	Alinhar e acompanhar os principais projetos e investimentos TIC					
1.4.5.1	Avaliação de despesas TIC	Avaliação do alinhamento da despesa face à estratégia TIC na AP e setorialmente	Em produção	Em produção	AMA I. P./GPP	AMA I. P./GPP
Definir e implementar a estratégia nacional de segurança da informação						
1.4.11	Implementação dos requisitos mínimos de segurança nos organismos					
1.4.11.1	Normas de Segurança	Implementação da norma ISO 27001 a nível transversal	2017	2018	IFAP	Entidades do MM
Consolidar a articulação na identificação e resposta a ameaças e ataques informáticos						
1.4.13.1	Segurança Informática	Definição de um projeto de segurança com realização de testes de intrusão	2017	2017	IFAP	Entidades do MM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	8	-	-	-
Poupanças Não TIC	1	1	1	1
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	32	-	-	-
Saldo	- 22			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 4

Arquitetura de referência TIC

Alinhamento das TIC no MM e segurança da informação.

Medida 5

Identificação eletrónica

Ações e objetivos

A nível setorial, pretende-se dinamizar/generalizar a utilização da identificação eletrónica por via do cartão do cidadão nos vários sistemas de informação disponíveis para o cidadão e demais clientes.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP						
2.5.2	Cartão de Cidadão Móvel: Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel					
2.5.2.1	Impulsionar a autenticação única dos cidadãos	Inventariação dos SI que já utilizam a funcionalidade e desencadear ações para a massificação	2017	2018	IFAP	Entidades do MM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 7

Serviços eletrónicos

Ações e objetivos

Disponíveis os recursos (infraestrutura) necessários para desmaterializar os processos e demais procedimentos administrativos, torna-se necessário identificar e operacionalizar novas funcionalidades para o cidadão. Nesta medida serão selecionados os vários SI a implementar pelos diversos serviços.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão						
2.7.5	Disponibilizar Bolsa de “Documentos do Cidadão”, catalisadora da interação entre AP e cidadão					
2.7.5.1	Documentos do Cidadão MM	Inventariar casos com mais-valia para o cidadão (licenças a emitir, certidões, entre outros) e impulsionar respetiva implementação	2017	2018	IFAP	Entidades do MM
Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida						
2.7.6	Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos, com uma vertente centrada nos living services, onde objetos, a sociedade civil e a AP possam estar conectados continuamente					
2.7.6.1	Vigilância e monitorização Integradas — NIPIM@R	Melhorar a interoperabilidade e a partilha de informação entre as autoridades de vigilância marítima através da integração no Nó Nacional de Partilha de Informação sobre o Mar (NIPIM@R), nomeadamente através da integração de dados de vigilância marítima/atividades humanas no mar, dados de monitorização do meio marinho, e interfaces com os serviços de observação da Terra e de Informação Geográfica.	2013	2020	DGPM	Autoridades de vigilância marítima, nomeadamente: Marinha Portuguesa, Direção-Geral de Autoridade Marítima, Polícia Marítima, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Direção-Geral dos Recursos

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
					Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Autoridade Tributária e Aduaneira, Serviço de Informações de Segurança, Força Aérea Portuguesa, Instituto Português do Mar e da Atmosfera.	
2.7.7	Desenvolver pilotos inovadores que simplifiquem as obrigações dos cidadãos e aumentem a eficiência da AP					
2.7.7.1	Balcão Único da Administração Marítima, Pescas e Ordenamento	Pretende-se implementar uma solução integrada de suporte ao negócio da DGRM, que vise essencialmente a disponibilização de serviços num frontend único para o cidadão e empresas, residente no Balcão do Empreendedor/Portal do Cidadão, e cujo seu backoffice seja capaz de dar a devida resposta desmaterializada à análise e gestão dos seus processos, bem como interoperar com outras entidades intervenientes, nos mesmos, através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), permitindo suportar os serviços ao cidadão, empresas e organizações.	2017	2018	DGRM	DGRM
2.7.7.2	Racionalização dos sistemas de suporte ao negócio da DGRM e da sua gestão	Levantamento e reengenharia de processos, e definição de estratégia de governança das TIC da DGRM, visando a racionalização desta função e dos Datacenter's existentes; Desenvolver novo sistema que suporte todas as áreas de negócio da DGRM, suportado em tecnologia livre de licenciamento (sistemas operativos e frontends), com integração no Balcão do Empreendedor e com interoperabilidade com a iAP para consumo/ disponibilização de webservices com sistemas de outras entidades, gateway de SMS's e autenticação com cartão do cidadão; Adquirir plataforma transversal certificada para gestão da receita da DGRM com integração no novo sistema de suporte ao negócio da DGRM, visando também a disponibilização da possibilidade de pagamentos online via entidade/referência (eventualmente com integração da plataforma de pagamentos da iAP).	2017	2018	DGRM	DGRM; Colaboração da AMA I. P. e de outros organismos intervenientes.
2.7.7.3	Registo patrimonial de embarcações (simplex.gov.pt)	Agilizar os procedimentos em matéria de registos, tornando a resposta da Administração Pública mais célere, eficaz e eficiente. As propostas de alterações legislativas, regulamentares, contratuais e tecnológicas de simplificação administrativa serão introduzidas numa lógica de aumento da competitividade deste mercado.		2017	DGRM	DGRM
2.7.7.4	Plataforma da aquicultura (simplex.gov.pt)	Disponibilizar aos particulares, de uma forma desmaterializada, elementos sobre todos os estabelecimentos aquícolas em território nacional. Poder-se-á pesquisar a localização de cada um deles, quer em águas salgadas quer em águas salobras, listando-se também os estabelecimentos aquícolas inativos que podem ser ocupados. A informação sobre quais as zonas mais propícias ao desenvolvimento da atividade aquícola será igualmente disponibilizada		2017	DGRM	DGRM
2.7.7.5	Participação no projeto iFAMA — Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente (simplex.gov.pt)	Desenvolver uma plataforma de suporte à atividade inspetiva — portal internet/intranet, sistema de gestão interna e sistema de informação geográfica. Esta plataforma integra um balcão único de submissão de denúncias, registo de acidentes/incidentes, pedidos de informação/escla-		2017	MA	MA/MAFDR/MM

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	recimento, pedidos de acesso a documentos e comentários/sugestões em matérias ambientais, e plataformas colaborativas de troca de documentação entre organismos oficiais, nomeadamente ao nível do Cadastro Nacional das Contraordenações Ambientais (CADAMB), com entidades inspeccionadas e com organismos internacionais (rede IMPEL). Destaca-se ainda a georreferenciação de ações de controlo, de auditoria, de inspeção, de contraordenações e de atividades económicas abrangidas pelos regimes jurídicos ambientais e a promoção da interoperabilidade com outros sistemas da Administração Pública, garantido a partilha de informação técnica e a atuação integrada				
2.7.7.6	Plataforma do Mar (simplex.gov.pt)		2017	DGRM	DGRM
2.7.7.7	Aquicultura + Simples (simplex.gov.pt)	Racionalizar e agilizar os procedimentos administrativos, designadamente na redução do prazo legal do licenciamento dos estabelecimentos de aquicultura, e reduzir o número de licenças, utilizando os documentos que titulam a ocupação de espaço público e recursos aquáticos, como o título de início de atividade.	2017	DGRM	DGRM
2.7.7.8	Náutica de Recreio (simplex.gov.pt)	Dinamizar a náutica de recreio e criar condições para o crescimento do número de praticantes, contribuindo, em consequência, para o desenvolvimento das atividades económicas associadas e uma aproximação ao mar. Para tal, trabalhar-se-á em dois vetores fundamentais: os processos associados às embarcações e os processos associados à habilitação para a prática, com particular atenção ao trabalho desenvolvido do desporto escolar.	2017	DGRM	DGRM

Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)

2.7.8	Disponibilizar infraestrutura a nível transversal e sectorial para a adoção alargada de estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD)					
2.7.8.1	Desktop as a Service-DaaS (piloto)	Disponibilização de estações de trabalho virtuais, no âmbito da implementação do projeto “Private Cloud”	2017	2018	IFAP	Serviços aderentes à Private Cloud
2.7.8.2	Desktop as a Service-DaaS (implementação)	Implementar 2.ª fase do projeto e validação dos aderentes	2019	2020	IFAP	Serviços aderentes à Private Cloud

Digitalizar o arquivo físico da AP

2.7.12	Proceder à adoção generalizada de soluções de gestão documental, e desmaterialização de processos de backoffice da AP (alinhamento SIMPLEX)					
2.7.12.1	Gestão documental e Processual Centralizado — 1.ª fase (aderentes)	Implementar solução de gestão documental e processual, integrando a MEF e a interoperabilidade semântica definida para a AP	2017	2018	IFAP	Serviços MM

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.7.12.2	Gestão documental e Processual Centralizado — 2.ª fase (aderentes)	Implementar solução de gestão documental e processual para organismos dos dois ministérios — serviços que já manifestaram interesse para a 2.ª fase)	2017	2018	IFAP	Serviços MM
2.7.12.3	Participação no projeto Balcão Empreendedor + (simplex.gov.pt)	Disponibilizar progressivamente processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no Balcão do Empreendedor, garantindo a utilização de webservice para integração dos processos nas aplicações das entidades que os tramitam, nomeadamente: - Atividades de prestamistas, leiloeiras e outros previstos no regime jurídico das atividades de comércio e serviços e restauração (RJACSR); - Atividades relativas ao Mar; - Atividades relativas à pecuária; - Licenciamento industrial (SIR); - Licenciamento industrial (LUA); - Controlo prévio urbanístico (SIRJUE). Prevê-se que até maio de 2017 estejam integrados 40 % dos processos.		2018	MPMA	ME; MAFDR; MA; MF; MM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	509	504	504	504
Poupanças Não TIC	592	592	592	592
Benefícios económicos e sociais	86	86	86	86
Investimento	2 680	775	250	250
Saldo	777			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação Atual

Os serviços eletrónicos disponibilizados carecem de uma resposta suficientemente eficaz e diversificada às crescentes necessidades e exigências do cidadão/ que privilegia cada vez mais a transação online célere e eficaz.

Em grande parte os serviços são realizados em suporte de papel e com métodos de trabalho que poderão ser transformados pela digitalização dos mesmos.

Situação Futura

Com a implementação das ações propostas estimam-se diversos benefícios que impactam na otimização, celeridade e melhoria da qualidade dos serviços prestados no âmbito das áreas de atuação do MM com poupanças de longo prazo na otimização e eficiência dos processos e libertação de recursos físicos e humanos. Por outro lado, destacam-se os benefícios intangíveis proporcionados pelo alargamento da oferta de serviços por via eletrónica privilegiando-se os portais ou balcões únicos como ponto de acesso e a prestação do serviço.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
2.8.1	Identificação de projetos TIC de inovação setoriais nos Planos setoriais TIC				

Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC

Com a implementação do Balcão Único da Administração Marítima, Pescas e Ordenamento, será disponibilizada uma solução integrada de suporte ao negócio da DGRM, que vise essencialmente a disponibilização de serviços num frontend único para o cidadão e empresas, residente no Balcão do Empreendedor/Portal do Cidadão, e cujo seu backoffice seja capaz de dar a devida resposta desmaterializada à análise e gestão dos seus processos, bem como interoperar com outras entidades intervenientes, nos mesmos, através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), permitindo suportar os serviços ao cidadão, empresas e organizações. Os principais benefícios serão:

- Melhorar os tempos de resposta às solicitações dos cidadãos e empresas;
- Concentrar eletronicamente os serviços num único ponto de contacto eletrónico;
- Redução dos custos de contexto na prestação dos serviços;
- Aplicar o princípio de colaboração entre os diferentes ministérios e com os diferentes níveis da administração e partilha de informação entre entidades públicas.

Medida 8

Inovação setorial

Ações e objetivos

Nesta medida, no sentido de proporcionar recursos para os vários serviços do MM, tendo como objetivo a libertação/racionalização e foco dos serviços para o negócio, com resultados orientados para o cidadão e potenciar a economia nacional, foram identificados os projetos com impacto.

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.8.1.1	Capacitação tecnológica na área da observação da terra no meio marinho	Promover a capacidade nacional de vigilância e monitorização sobre o mar através do desenvolvimento de tecnologias e capacidades na área da observação da terra aplicadas ao mar e no desenvolvimento de serviços inovadores baseados em informação disponibilizada no NIPIM@R.	2013	2020	DGPM	Autoridades de vigilância marítima, nomeadamente: Marinha Portuguesa, Direção-Geral de Autoridade Marítima, Polícia Marítima, Guarda Nacional Republicana, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Autoridade Tributária e Aduaneira, Serviço de Informações de Segurança, Força Aérea Portuguesa, Instituto Português do Mar e da Atmosfera.
2.8.1.2	Vistorias nas embarcações iguais para todos (simplex.gov.pt)	Harmonizar o regime de segurança da navegabilidade e das respetivas vistorias em relação às embarcações de pesca inferiores a 24 m e às restantes embarcações não abrangidas pelas convenções internacionais e legislação comunitária. Com estas alterações pretende-se não só alinhar a legislação nacional pelo padrão internacional como também simplificar procedimentos.		2017	DGRM	DGRM
2.8.1.3	Fatura Única Portuária (simplex.gov.pt)	Criar a fatura única por escala de navio, passando a ser uma única entidade a emitir a fatura de todas as entidades do Estado nos portos comerciais, alargando assim o projeto-piloto, que ocorre no Porto de Sines, a outros portos nacionais. Agregar a faturação de todas as entidades públicas prestadoras de serviços aos navios, no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.		2017	APortuárias: Sines e Algarve; Setúbal e Sesimbra; Lisboa; Aveiro e Figueira da Foz; Douro e Leixões	Autoridades Marítima, de Saúde, Tributária e Aduaneira e Serviços Estrangeiros e Fronteiras
2.8.1.4	Janela Única Logística (simplex.gov.pt)	Implementar a Janela Única Logística que, como evolução e extensão natural da Janela Única Portuária, alargará a gestão dos fluxos de informação de toda a cadeia logística, simplificando e desmaterializando procedimentos, a todos os meios de transportes terrestres e na ligação aos portos secos nacionais e espanhóis até Madrid. Pretende-se assegurar a fluidez da informação referente ao transporte de mercadorias de e para os portos de mar nacionais, tendo por referência o modelo implementado no Porto de Sines	2017	2019	DGRM	Autoridade Marítima Nacional Autoridade Aduaneira SEF Sanidade Marítima Autoridades Portuárias Empresas de transportes e prestadores de serviços logísticos
2.8.1.5	VTS+ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo modernizado	Modernização do Sistema Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo, de forma a dar melhor cumprimento às obrigações legais de Portugal à diretiva 2002/59/CE, revista, bem como os instrumentos legais conexos de estado costeiro, através uma única solução para todo o território nacional, permitindo: Racionalizar e atualizar tecnologicamente o sistema informático (cerca de 10 anos em funcionamento); Alargar a cobertura às Regiões Autónomas dos Açores e Madeira; Aumentar a integração com as componentes portuárias e outras autoridades; Melhorar os mecanismos de formação e de operação.	2016	2021	DGRM	MM e Regiões Autónomas

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
2.8.1.6	PSOEM — Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional eletrónico	Sistema de Informação dedicado à elaboração do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, que disponibiliza informação espacial proveniente de diversas entidades, documenta a situação de referência e o plano de situação, e é o canal preferencial da Administração para rececionar a participação pública previamente à fase de consulta pública formal do PSOEM, dando resposta à exigência legal de Direito à Informação de todos os interessados sobre: Elaboração e aprovação das ações sobre o ordenamento do espaço marítimo nacional; Acompanhamento e avaliação dos instrumentos aplicados.	2015	2017	DGRM	DGRM
2.8.1.7	Licenças, Títulos e Certificados eletrónicos para as atividades marítimas	Desenvolvimento de uma framework digital para a emissão de Licenças, Títulos e Certificados em suporte eletrónico para as atividades marítimas, de forma segura e respeitando as normas nacionais e as convenções internacionais aplicáveis, aplicada, sempre que possível, ao universo de exemplares emitidos pela DGRM: Títulos de utilização e atividade; Licenciamentos de pesca, embarcações e atividades; Certificados de marítimos e navegadores.	2017	2018	DGRM	DGRM
2.8.1.8	SafeSeaNet Portugal — Plataforma para o Intercâmbio Europeu de Informações Marítimas	Melhorar e ampliar a plataforma existente de forma a suportar integralmente o registo e intercâmbio da informação marítima no âmbito da segurança, atos declarativos, vigilância e tráfego de transporte marítimo, para que Portugal cumpra com os seus compromissos legais e operacionais, nomeadamente com a diretiva 2002/59/CE, revista, bem como pelo aumento de âmbito estabelecido pela diretiva 2014/100/CE, e, associativamente, pela 2010/65/CE, criando-se a Plataforma para o Intercâmbio Europeu de Informações Marítimas, que permitirá: Responder ao desafio europeu de “National Single Window” e de Janela Marítima, funcionando como gateway de Portugal; A integração com a Janela Única Logística, que funcionará como pontos harmonizados de recolha de informação.	2017	2018	DGRM	DGRM
2.8.1.9	SIFICAP+ Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades de Pesca modernizado	Implementar uma nova versão da plataforma informática SIFICAP, de forma a responder melhor aos novos desafios que se aplicam ao setor, com as seguintes entidades competentes: DGRM, Marinha, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira conjunto dos trabalhos a realizar destaca-se a implementação do ponto único de registo da atividade nacional de controlo e inspeção da pesca e das atividades conexas, permitindo: A implementação do ponto único de registo da atividade nacional de controlo e inspeção da pesca e das atividades conexas; A construção de novos workflows integrados entre as várias entidades.	2017	2018	DGRM	DGRM
2.8.1.10	DataWarehouse do Mar	Implementar uma solução de DataWarehouse para recolha multicanal de dados, tratamento e armazenamento dos mesmos, numa lógica multidimensional, de forma a existir uma única ferramenta de tratamento estatístico e de indicadores na DGRM, para	2018	2019	DGRM	DGRM

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
	<p>cumprimento de exigências legais e apoio à decisão, permitindo:</p> <p>Recolher dados de diferentes fontes (conectores a diferentes aplicações, importação de inquéritos eletrónicos, importação de ficheiros pré-formatados, mensagens EDI, entre outras);</p> <p>Melhorar a qualidade e disponibilidade dos dados;</p> <p>Permitir a extração de informação pré-definida e à medida;</p> <p>Construir dashboards de controlo e monitorização.</p>				

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	500	800	1900	2500

	2017	2018	2019	2020
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	500	2200	2700	-
Saldo	300			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 9

Centro de competências TIC

Ações e objetivos

Embora o representante ministerial esteja identificado em segunda linha para a implementação desta medida, foram identificados alguns projetos que, face às necessidades verificadas no terreno, poderão constituir uma mais-valia importante para o MM.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Definir o modelo de funcionamento e pilotar Centro de competências TIC					
3.9.2	Instituir centro de competências TIC na AP Central				
3.9.2.1	Centros de Recursos TIC para o MAFDR e MM	Constituir projeto-piloto de recursos especializados TIC no MAFDR e MM: DBA, Redes e Administração de Sistemas	A definir	A definir	IFAP MM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Medida 10

Centros de dados na nuvem

Ações e objetivos

De acordo com a descrição da medida, o principal objetivo será a interoperabilidade entre as várias Clouds da AP. Neste sentido, o representante ministerial do MM, no alinhamento com a candidatura SAMA já efetuada, inscreveu o projeto “Private Cloud” — inclui uma solução de computação em nuvem, que incorpora o Infrastruturas as a Service (IaaS) e o Catalogue Manager (CTMG), para os organismos, assegurando os requisitos da RSPTIC, com o respetivo planeamento — infraestrutura essencial para a melhoria da eficiência e eficácia dos serviços, com os respetivos ganhos para o cidadão.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)
Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados					
3.10.1	Levantar a capacidade existente				

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
3.10.1.1	Renovar o levantamento de 2016 (Private Cloud)	Com a contratualização de serviços IT e disponibilização da infraestrutura na Cloud, consolidar a virtualização e migração de mais servidores	2018	2019	IFAP	MM, ESPAP, AMA I. P.
Criar nuvem interoperável						
3.10.5	Implementar Private Cloud setorial					
3.10.5.1	Implementar Private Cloud setorial (Candidatura SAMA Aprovada)	1.ª fase da Private Cloud, abrangendo os serviços de IaaS, SaaS e Catálogo de serviços	2016	2017	IFAP	Entidades aderentes

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	107	322	322	322
Poupanças Não TIC	28	85	85	85
Benefícios económicos e sociais	26	79	79	79
Investimento	162	461	416	416
Saldo	166			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Ao nível da infraestrutura e capacidade computacional, existe parque obsoleto — valores significativos com

contratos de manutenção e diversos custos de operação (pelos vários serviços), e capacidade de resposta para as várias necessidades, limitada.

Situação futura

Disponibilização de infraestrutura como um serviço, centralizada, com os benefícios ao nível da redução de custos de operação e rápida disponibilização para produção.

Medida 11

Comunicações na AP

Ações e objetivos

No âmbito desta medida, e decorrente de concurso público conduzido pelo IFAP, encontram-se atualmente, em fase de implementação o projeto de comunicações unificadas (Rede Única).

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Racionalizar comunicações de voz e dados						
3.11.1	Racionalizar comunicações na AP					
3.11.1.1	Comunicações móveis	Procedimento centralizado de comunicações móveis	2017	2018	GPP	Serviços do MM
Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas						
3.11.2	Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas da AP					
3.11.2.1	Rede única de comunicações fixas	Implementação de rede única com ligação ao ponto de troca de tráfego da AP	2013	2017	IFAP	Serviços do MM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *

	2017	2018	2019	2020
Poupanças TIC	-	-	-	-
Poupanças Não TIC	-	-	-	-
Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-
Saldo	-			

* Valores arredondados em milhares de euros

Situação atual

Está em curso a implementação da rede de comunicações fixas do ministério, e a aquisição de comunicações móveis está centralizada no GPP.

Situação futura

Potenciar a centralização dos procedimentos aquisitivos relacionados com comunicações, tendo em conta os benefícios relacionados com o fator escala.

Medida 12

Aplicações comuns e em código aberto

Ações e objetivos

No âmbito desta medida, pretende-se alcançar ganhos recorrendo a negociações tendo em conta o fator escala e das soluções transversais existentes e a implementar.

Atividades

Atividades	Descrição	Início	Conclusão	Responsável	Participante(s)	
Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação)						
3.12.1	Gerir de forma centralizada as necessidades de licenciamento de Software do Estado					
3.12.1.1	Gestão e negociação de licenciamento de software informático	Gestão e negociação de licenciamento de software de antivírus, ferramentas de produtividade e de base de dados, utilizado nos organismos do MM	2017	2020	IFAP	Serviços do MM

Dados Económicos

Investimentos, poupanças e benefícios estimados (K€) *					Benefícios económicos e sociais Investimento	Saldo	2017	2018	2019	2020
	2017	2018	2019	2020			-	-	-	-
Poupanças TIC	-	-	-	-						
Poupanças Não TIC	-	-	-	-						

* Valores arredondados em milhares de euros

Resumo Económico

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo I (K€) *							
Medida 1	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais Investimento	-	-	-	-	-	-
Medida 2	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais Investimento	-	-	-	-	-	-
Medida 3	Poupanças TIC	18	18	18	18		
	Poupanças Não TIC	21	21	21	21		
	Benefícios económicos e sociais Investimento	65	65	65	65	125	292
Medida 4	Poupanças TIC	8	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	1	1	1	1		
	Benefícios económicos e sociais Investimento	-	-	-	-	32	-22

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo II (K€) *							
Medida 5	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais Investimento	-	-	-	-	-	-
Medida 6	Poupanças TIC	-	-	-	-		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais Investimento	-	-	-	-	-	-
Medida 7	Poupanças TIC	509	504	504	504		
	Poupanças Não TIC	592	592	592	592		
	Benefícios económicos e sociais Investimento	86	86	86	86	3 955	777
Medida 8	Poupanças TIC	2 680	775	250	250		
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais Investimento	500	800	1900	2500	5 400	300

* Valores arredondados em milhares de euros

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Eixo III (K€) *							
Medida 9	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 10	Poupanças TIC	107	322	322	322	1 454	166
	Poupanças Não TIC	28	85	85	85		
	Benefícios económicos e sociais	26	79	79	79		
	Investimento	163	461	415	415		
Medida 11	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		
Medida 12	Poupanças TIC	-	-	-	-	-	-
	Poupanças Não TIC	-	-	-	-		
	Benefícios económicos e sociais	-	-	-	-		
	Investimento	-	-	-	-		

* Valores arredondados em milhares de euros

Totais

		Investimentos, poupanças e benefícios estimados				Investimento total	Benefícios totais líquidos
		2017	2018	2019	2020		
Totais (K€) *							
Poupanças TIC		643	844	844	844	10 965	1 513
Poupanças Não TIC		1142	1498	2598	3198		
Benefícios económicos e sociais		178	230	230	230		
Investimento		3450	3485	3365	665		

* Valores arredondados em milhares de euros

Contactos

Pode consultar a Estratégia TIC 2020 e os destaques de cada área governamental em: <https://tic.gov.pt/ctic>

Nome	Organismo	Cargo
------	-----------	-------

Contactos dos redatores e responsáveis TIC no Ministério

Bruno Dimas	GPP	Subdiretor-Geral
José Carlos Simão	DGMR	Diretor-Geral
Tiago Pessoa	IFAP	Subdiretor-Geral

Nome	Organismo	Cargo
José Carlos Fernandes; Fernanda Almeida	GPP; IFAP	Diretor Serviços
Fausto Portugal	IFAP	Diretor Departamento
Miguel Simão	GPP	Chefe Divisão
Paula Vieira	GPP	Espec. Informática
Jorge Cavaco	IFAP	Chefe Unidade
Contacto do Representante Ministerial		
Eduardo Diniz	GPP	Diretor-Geral